

# Melhores mídias

Maria Cristina Gobbi e Rosa Maria Araújo Simões (Orgs.)



# Melhores mídias

Maria Cristina Gobbi  
Rosa Maria Araújo Simões  
(Orgs.)

## **Ria Editorial - Comit  Cientifico**

Abel Suing (UTPL, Equador)  
Alfredo Caminos (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina)  
Andrea Versuti (Universidade de Brasília - UnB, Brasil)  
Angelo Sottovia Aranha (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Anton Szomol nyi (Pan-European University, Eslováquia)  
Carlos Arcila (Universidad de Salamanca, Espanha)  
Catalina Mier (UTPL, Equador)  
Denis Porto Ren  (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Diana Rivera (UTPL, Equador)  
Fatima Martínez (Universidad do Rosário, Col mbia)  
Fernando Gutierrez (ITESM, México)  
Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)  
Fernando Ramos (Universidade de Aveiro, Portugal)  
Gabriela Coronel (UTPL, Equador)  
Gerson Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Brasil)  
Hernán Yaguana (UTPL, Equador)  
Jenny Yaguache (UTPL, Equador)  
Jer nimo Rivera (Universidad La Sabana, Colombia)  
Jesús Flores Vivar (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)  
João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal)  
John Pavlik (Rutgers University, Estados Unidos)  
Joseph Straubhaar (Universidade do Texas - Austin, Estados Unidos)  
Juliana Colussi (Universidad do Rosario, Colombia)  
Koldo Meso (Universidad del País Vasco, Espanha)  
Lionel Brossi (Universidad de Chile, Chile)  
Lorenzo Vilches (Universitat Aut noma de Barcelona, Espanha)  
Manuela Penafria (Universidade da Beira Interior, Portugal)  
Marcos Pereira dos Santos (Univ. Tec. Federal do Paraná - UTFPR e  
Fac. Rachel de Queiroz (FAQ), Brasil)  
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Maria Eugenia Porém (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Mauro Ventura (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Octavio Islas (Pontificia Universidad Católica, Equador)  
Oksana Tymoshchuk (Universidade de Aveiro, Portugal)  
Osvando José de Moraes (Universidade Estadual Paulista - UNESP, Brasil)  
Paul Levinson (Fordham University, Estados Unidos)  
Pedro Nunes (Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil)  
Raquel Longhi (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil)  
Ricardo Alexino Ferreira (Universidade de São Paulo - USP, Brasil)  
Sergio Gadini (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil)  
Thom Gencarelli (Manhattan College, Estados Unidos)  
Vicente Gosciola (Universidade Anhembi Morumbi, Brasil)

## FICHA TÉCNICA

Copyright 2022 ©Ria Editorial. Todos os direitos reservados

Foto de capa e design: ©*Denis Renó*

Diagramação: *Luciana Renó*

1.ª edição, Aveiro, dezembro, 2022

ISBN 978-989-8971-77-7

Título: Melhores mídias

Organizadores: Maria Cristina Gobbi e Rosa Maria Araújo Simões



Esta obra tem licença Creative Commons *Attribution-NonCommercial-NoDerivatives*. Você tem o direito de compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato sempre que seja feito o reconhecimento de seus autores, não utilizá-la para fins comerciais e não modificar a obra de nenhuma forma.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

©Ria Editorial



Aveiro, Portugal  
riaeditora@gmail.com  
<http://www.riaeditorial.com>

ESSA OBRA FOI AVALIADA INTERNAMENTE E  
EXTERNAMENTE POR PARECERISTAS

Todos os textos foram avaliados e seleccionados pelos organizadores da obra. Os comentários dos organizadores foram enviados aos autores, que, mediante a aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correcções.

O livro foi posteriormente avaliado e aprovado pelo avaliador externo Dr. Osvando J de Moraes, que informou parecer positivo à publicação da seguinte forma:

Trata-se de importante estudos sobre os novos modos de vida acelerada contemporânea, com seus complexos processos de virtualização que surpreendem a todos, não somente os que pesquisam e estudam os vários ecossistemas midiáticos, mas também os sociólogos e antropólogos que se obrigam a repensar de maneira mais aprofundada, tentando mapear para melhor compreender os vários sentidos deste novo contexto que se concretiza e se transforma rapidamente. Tarefa meticulosa e de difícil realização. É o contemporâneo com suas armadilhas. Este **Melhores Mídias** será certamente mais um livro da RIA Editorial que terá em seu catálogo e que muito contribuirá com todos os investigadores, especialmente os jovens que começam sua trajetória no mundo acadêmico.

O parecer foi enviado previamente ao lançamento.

## **Autores**

Caroline Kraus Luvizotto

Cintia Barudi Lopes

Deborah Luísa Vieira dos Santos

Fernando de Resende Chaves

Isabela Hueara Carneiro

Josenildo Soares Bezerra

Laís Emanuelle Borba de Brito

Lara Karoline Souza de Aquino

Larissa Pelúcio

Lueluí Aparecida de Andrade

Maria Aparecida Borges Limeira

Maria Cristina Gobbi

Mariane Motta de Campos

Marina Alvarenga Botelho

Mayra Regina Coimbra

Michelle Roxo de Oliveira

Osvando José de Morais

Pablo Ricardo Monteiro Dias

Raphaela Mara Garcia Ferreira

Rosa Maria Araújo Simões

Samara dos Santos Machado

Thiago Luiz dos Santos

Vanessa Silva Oliveira

## SUMÁRIO

Apresentação.....	12
-------------------	----

### GÊNEROS

Estudos em comunicação das mulheres na FAAC-Unesp. Perspectivas da Agenda 2030.....	15
---	----

*Maria Cristina Gobbi*

A (re)construção da mulher nos produtos culturais: a representação feminina em <i>Bridgerton</i> .....	33
--	----

*Lara Karoline Souza de Aquino*

*Deborah Luísa Vieira dos Santos*

*Mayra Regina Coimbra*

*Marina Alvarenga Botelho*

*Samara dos Santos Machado*

*Mariane Motta de Campos*

Educação para a diversidade: a agenda LGBTQIA+ nas televisões universitárias em São Paulo e no Maranhão.....	61
--	----

*Pablo Ricardo Monteiro Dias*

*Osvando José de Moraes*

Questões de gênero (feminismo), e a comunicação para a paz..... 80  
*Lueluí Aparecida de Andrade*

Narrativas femininas e masculinas: um estudo sobre gênero nas  
telenovelas Um Lugar Ao Sol E Pantanal..... 105  
*Láís Emanuelle Borba de Brito*  
*Maria Aparecida Borges Limeira*  
*Josenildo Soares Bezerra*

A disputa de narrativas sobre a sanção da Lei Mari Ferrer no Twitter..... 127  
*Mayra Regina Coimbra*  
*Deborah Luísa Vieira dos Santos*  
*Mariane Motta de Campos*  
*Marina Alvarenga Botelho*

A prática da reportagem em veículos jornalísticos digitais com perspectiva  
de gênero: notas iniciais de uma pesquisa..... 152  
*Michelle Roxo de Oliveira*

## DEMO+CRACIAS

Gênero, política e ciberativismo: as redes sociais podem se tornar  
espaços de integração das mulheres às vivências políticas?..... 183  
*Raphaela Mara Garcia Ferreira*  
*Deborah Luísa Vieira dos Santos*  
*Lara Karoline Souza de Aquino*  
*Mayra Regina Coimbra*  
*Samara dos Santos Machado*  
*Marina Alvarenga Botelho*

A masculinidade revanchista nos memes Bolsonaroistas – antifeminismo  
e política no Brasil contemporâneo..... 216  
*Larissa Pelúcio*  
*Caroline Kraus Luvizotto*

A retórica antipolítica na comunicação do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO).....	242
<i>Fernando de Resende Chaves</i>	
A memória inserida nas novas práticas informacionais.....	271
<i>Vanessa Silva Oliveira</i>	
A doutrina da malícia real como reguladora e protetora da liberdade de expressão e da democracia em tempos de <i>fake news</i> .....	291
<i>Cintia Barudi Lopes</i>	
<i>Thiago Luiz dos Santos</i>	
Trajetórias de afirmação e curadorias Uchinanchu: uma reflexão através da obra da artista Hiromi Toma.....	324
<i>Rosa Maria Araújo Simões</i>	
<i>Isabela Hueara Carneiro</i>	
<i>Índice Remissivo</i> .....	344

# MELHORES MÍDIAS

## APRESENTAÇÃO

Há mais de dois anos, o mundo enfrenta o desafio de reaprender a viver, num processo de adaptação à virtualidade. Uma transformação que, para diversos cientistas da comunicação, acelerou o processo de virtualização dos seres humanos e de suas relações para com o outro e, obviamente, com os meios de comunicação. Sem dúvida, testemunhamos uma reconfiguração do ecossistema midiático. Com esse tema norteador às conferências, realizamos o 5º Congresso Internacional Media Ecology and Image Studies – MEISTUDIES, que contou com o tema “A virtualização do novo ecossistema midiático”. O evento também foi marcado pela realização paralela do VI Seminário Internacional Red ITC, evento que nos acompanha pelo terceiro ano consecutivo.

Já em sua quinta edição, o MEISTUDIES repetiu a sua programação e formato de participação totalmente assíncrono, colaborando com a preservação da saúde cognitiva dos participantes. Acreditamos que o conteúdo assíncrono facilita a disseminação do conhecimento, e está é a nossa missão como evento científico. Para tanto, contamos com a parceria dos 15 conferencistas e das coordenações das 13 mesas de trabalho, um staff que reuniu mentes representantes de nove países.

O evento continuou a ser organizado pelo GENEM – Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil) e pelo Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Técnica Particular de Loja - UTPL (Equador). Também

contou com apoio da Cátedra Latino-americana de Narrativas Transmídia (sediada na Universidade Nacional de Rosario, Argentina), do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação (Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil), do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação – menção em Investigação e Cultura Digital (Universidade Técnica Particular de Loja – UTPL, Equador), do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Brasil), da Red ITC - Internet, Tecnologia e Comunicação (Espanha), da Red INAV – Rede Ibero-americana sobre Narrativas Audiovisuais, Observatorio de Comunicación UTPL e da Ria Editorial.

E de uma de nossas entidades apoiadoras, a portuguesa Ria Editorial, surge esta obra científica. Nela, são publicados textos resultantes dos resumos expandidos apresentados no MEISTUDIES, aprovados às cegas por pares acadêmicos. Finalmente, e após avaliação da obra como um todo, apresentamos mais uma ação do congresso, juntamente com a Ria Editorial e a Universidade Técnica Particular de Loja, no sentido de democratizar o conhecimento. Com este livro, a ciência não fica limitada a fronteiras e distâncias. Como se trata de um livro de acesso grátis e em formato digital, materializa-se apenas uma coisa: o conhecimento. Boa leitura.

*Andrea Versuti  
Denís Renó  
Diana Rivera  
Jesús Flores  
Vicente Gosciola  
Diretores Acadêmicos*

*Luciana Renó  
Diretora Geral*

# GÊNEROS

# **ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO DAS MULHERES NA FAAC-UNESP. PERSPECTIVAS DA AGENDA 2030**

*Maria Cristina Gobbi<sup>1</sup>*

Resultado de uma pesquisa mais ampla que está em desenvolvimento, integra o Plano Trienal de Atividades da docente, o Projeto Memórias e as atividades desenvolvidas no Grupo de Pesquisa PCLA (Pensamento Comunicacional Latino-Americano), registrado no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)<sup>2</sup>.

Ao desenhar o Projeto Memórias e as atividades do Grupo PCLA o objeto central foi o resgate histórico da produção acadêmica e da prática comunicativa, no âmbito do cenário comunicativo das mulheres na

- 
1. Bolsista de Produtividade do CNPq. Pesquisadora e professora Livre docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática na América Latina. Departamento de Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, da Unesp, Câmpus Bauru
  2. Processo: 304013/2020-0 – CNPq.

América Latina, mas e também refletir sobre as concepções de memória e de esquecimento.

Estes aspectos aguçaram a vontade de buscar no ambiente da comunicação, da mídia e da cultura um ponto de partida para desvendar como a história, a memória, a cultura e a cidadania, em um cenário midiático, não necessariamente massivo, encontram espaços, podem despertar o interesse e permitir, para as gerações nativas digitais (dos estudantes), um lugar de conhecimento. Desta forma, a pesquisa tem por finalidade dar continuidade ao Projeto Memórias<sup>3</sup>, as experiências de ensino e de pesquisa realizadas na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FAAC-Unesp), aliadas as reflexões do Grupo PCLA.

Assim, em um exercício de memória, o ponto de partida do projeto está conectado com as disciplinas de História da Comunicação e Pensamento Jornalístico na América Latina, ministradas nos cursos de Comunicação para alunos de Jornalismo; Metodologia da Pesquisa em Comunicação e Matrizes Comunicacionais Latino-Americanas, ofertadas para os estudantes dos cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado e lato-sensu), em conjunto com as ações que vem sendo desenvolvidas no grupo de pesquisa PCLA.

A experiência da docência tem mostrado a importância do regate da produção dos autores individuais, editores de coletâneas, organizações, centros de estudos e pesquisa, universidades, empresas, governos e sociedade civil dos países latino-americanos, na área da Comunicação Social, no que se refere à cultura midiática. É possível incluir igualmente

---

3. A primeira fase do Projeto Memórias teve seu início no mês de maio de 2015. Algumas produções podem ser consultadas no site: <https://promemorias.wordpress.com>

os grupos sociais, produtores de conhecimento midiático, de forma a reconhecer as tendências, o crescimento, os autores, os atores (grupos sociais) e as temáticas que norteiam a produção comunicacional da região e as contribuições para a cultura midiática Latino-Americana, com destaque especial para a produção das mulheres, ainda tão invisibilizadas no cenário acadêmico.

Este escopo tem permitido iniciar os novos estudantes e pesquisadores na compreensão das raízes do PCLA, mapeando e projetando os estudos realizados por mulheres, de maneira que seja possível avançar na produção do conhecimento, (re)conhecendo e compreendendo a natureza do espaço comunicativo-produtivo ocupado por elas. Do mesmo modo, tem oportunizado verificar como essa produção exerce influência direta na configuração dos imaginários sociais e nas novas formas de sociabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de bibliografias nesse cenário. Considerando os contornos sócio-culturais múltiplos e plurais, também tem sido possível expressar mudanças capazes de colaborar no cumprimento da Agenda 2030<sup>4</sup>, em especial com referência ao objetivo 5, que contempla a Igualdade de Gênero e o Empoderamento Feminino.

Apresentar e refletir com as/os estudantes sobre o cenário comunicativo da e na América Latina através de seus referenciais clássicos, mas, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo com as temáticas que estão sendo tratadas nas teses, dissertações, monografias e iniciação científica tem se constituído em uma ampliação significativa e diversificada

---

4. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é um compromisso global assumido em 2015 por 193 países, incluindo o Brasil. Composta por 17 objetivos interconectados de desenvolvimento sustentável e 169 metas, formam um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>)

da produção acadêmica nos trabalhos das/os estudantes. Também tem estimulando o conhecimento das obras de pesquisadoras da área da comunicação na América Latina em campos como do jornalismo, a cultura, a história, as tecnologias, entre outros. Também se insere nesse contexto os trabalhos produzidos localmente, através das pesquisas realizadas por discentes e docentes da FAAC-Unesp. Neste sentido, o projeto reforça seus vínculos com o ensino de graduação e de pós-graduação, além de trazer características das atividades de Divulgação Científica e de Extensão Universitária.

Assim, esta pesquisa, de caráter exploratório, pretende a partir da investigação bibliográfica, amparada pela transmetodologia, proposta por Maldonado (2011), mapear a produção feminina da FAAC-Unesp, mais especificamente na área da Comunicação.

O texto traz o recorte do projeto para o espaço-temporal das teses e dissertações em Comunicação defendidas no programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC-Unesp (PPGCom), no biênio 2021-2022, observando as temáticas tratadas, um conjunto de palavras e o referencial teórico utilizado.

Espera-se obter com a conclusão dessa etapa elementos para o desenvolvimento de outros olhares para os estudos em comunicação, traduzidos a partir das experiências diversificadas protagonizadas pelas docentes, pesquisadoras e estudantes do PPGCom. Do mesmo modo, considerando os contornos sócio-culturais múltiplos, expressar mudanças capazes de colaborar no cumprimento da Agenda 2030, em especial com referência ao objetivo 5, que contempla a Igualdade de Gênero.

## Cenários Comunicativos Desafiadores

A prática comunicativa, mais especificamente a jornalística, insere-se como uma esfera de rediscussão dos pressupostos profissionais consolidados, não apenas à medida que pretende acompanhar as mudanças no mercado profissional como, ao mesmo tempo, a partir de um questionamento constante dessas mesmas ações, objetiva a construção coletiva de um espaço de proposição-ação de novos direcionamentos e encaminhamentos das práticas jornalísticas.

Soma-se a isso, ainda, o fato de que o direito à informação é posicionado como um ingrediente-chave na construção social da cidadania por muitos autores. A informação é entendida como uma *porta de entrada* a outros direitos, pois permite o acesso aos mecanismos necessários para o exercício do conjunto dos direitos. A informação jornalística, com base nesse conjunto de pressupostos, é um direito que assegura outros direitos, posto ser um dos atores-chave na mediação das visibilidades das demandas sociais.

Descrito esse panorama inicial que está contido o projeto Memórias é fundamental assinalar que o desafio constante tem sido o de buscar outros olhares para o trabalho de ensino e de pesquisa realizados na FAAC-Unesp, trazendo distintas reflexões amparada no processo comunicativo, na nova história, na escola dos Annales e no desafio de pesquisadores como Febvre, Durkheim, Bloch entre outros, que colocam a história no “presente”, onde as análises levam em consideração fatores sociais, políticos, culturais, etc. Tudo isso interpretado sob a luz das variáveis definidas nos diversos sub-projetos que estão sendo desenvolvidos pelas/os estudantes de mestrado e de doutorado.

Assim sendo, o projeto apresentando é um recorte do Projeto Memórias e tem o desafio estabelecer a relação da memória com a comunicação, através das questões que envolvem gênero e invisibilidade.

É importante assinalar que há uma discussão protagonizada por pesquisadoras como Joan Scott (1990)<sup>5</sup>, que afirmam que gênero é uma construção bem recente quando se refere à “organização social da relação entre sexos”, surgindo inicialmente entre as feministas americanas, “que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” e da mesma maneira “o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”. Para a autora, “as pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (Scott, 1990, pp. 72-73).

Outra verificação, considerando o recorte a ser trabalhado, é a de que o exercício da cidadania avançou ao longo das últimas décadas. Porém, é necessário ponderar sua adaptação aos diferentes cenários socioculturais característicos de cada tempo e local, estando diretamente vinculados aos direitos e deveres civis, políticos e sociais vigentes em cada nação (Pinsky & Pinsky, 2003).

No entanto, aquém dos princípios de universalidade e isonomia garantirem a legitimação e a efetividade dos direitos fundamentais, esses tiveram um processo lento e, por vezes, estagnado. Um dos principais entraves para seu avanço está fato de que a cidadania, como constituída, “confere aos indivíduos um status formal, abstraindo toda

---

5. Joan Scott é professora do Institute for Advanced Study in Princeton

particularidade, marca ou diferença, seja de raça, classe, sexo ou qualquer outra” (Romero, 2015, p. 109).

Porém, há uma “aparente contradição” quando se observa que é no espaço da coletividade que as mulheres têm buscado possibilidades para o exercício pleno de sua cidadania. Não havendo uma submissão passiva ou silenciosa à sua exclusão, ao contrário. Observa-se um movimento constante, embora não linear, que voltou a ganhar força e visibilidade nos últimos anos. Nesse sentido, Maria da Glória Gonh (2007) destaca o papel das mulheres nos movimentos sociais, chamando a atenção para o fato de que, “quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas” (2007, p. 45).

Cabe ressaltar, ainda, o papel histórico dos meios de comunicação na luta das mulheres, com exemplos como a produção de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), mais conhecida pelo pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta. Pioneira da imprensa brasileira foi uma das críticas da situação social das mulheres, defendendo, entre outras pautas, uma educação mais ampla, não restrita às tarefas da vida doméstica e que permitisse a formação da mulher em cursos superiores (Hahner, 2003, p. 84). Como Nísia, há Bertha Lutz que também teve como estratégia política a escrita em periódicos. Seus textos foram publicados, por exemplo, na *Revista da Semana* e na seção *Rio Feminina* do *Rio Jornal*. Do mesmo modo, o direito à educação e ao voto apareciam nos trabalhos de Francisca Senhorinha da Motta Diniz para jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. (Buitoni, 2009).

Na mais recente onda feminista, a internet tem sido usada como plataforma de difusão de diferentes produções comunicativas em defesa dos direitos das mulheres. São blogs, revistas, portais, *podcasts*, canais de vídeo que se alinham com diferentes vertentes do feminismo.

## **O PPGCom da FAAC-Unesp**

Recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes<sup>6</sup>), em dezembro de 2002 ocorre o ingresso dos primeiros mestrands ocorre em 2003. Em 2014 tem início o curso de doutorado, com as primeiras defesas ocorridas em 2018.

De acordo com o site oficial<sup>7</sup>, o Programa de Pós-graduação em Comunicação da FAAC/Unesp, campus de Bauru, é constituído pelos cursos de mestrado e doutorado. Tem como objetivo a formação de mestres (duração de 24 meses) e doutores (duração de 48 meses) “capazes de atuar no ensino e na pesquisa na área de Comunicação Social e em empresas de mídia, como profissionais especializados, onde poderão desenvolver projetos inseridos na prática comunicativa midiática contemporânea”.

Recebe estudantes de diversas regiões do país. Estabelece seu escopo central nos

recortes e enfoques teórico-metodológicos tendo em vista as transformações ocorridas no âmbito da comunicação social com a introdução das mídias, linguagens e suportes e seus reflexos na produção cultural. (...) Buscando abordar as especificidades dos processos de comunicação e de informação, as pesquisas

---

6. Fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* em todos os estados brasileiros.

7. Apresentação. (s.d.).

desenvolvidas no Programa estão concentradas na investigação dos impactos culturais dos produtos midiáticos em seus diferentes gêneros e formatos, nos processos discursivos de produção de sentido e na gestão e nas políticas da informação e da comunicação.

Definido pela área de concentração em Comunicação Midiática, conta com três linhas de pesquisa: LP 1: Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais, LP 2: Produção de Sentido na Comunicação Midiática e LP 3: Gestão e Políticas da Informação e da Comunicação Midiática. O corpo docente é composto por 19 professores permanentes e quatro colaboradores, que se dividem nas três linhas de pesquisa. O processo seletivo ocorre anualmente. Atualmente, em 2022, é avaliada com conceito 5 da Capes

### **A Presença Feminina no PPGCom**

O desafio da proposta de trazer os resultados iniciais<sup>8</sup> de uma investigação mais ampla, que objetiva evidenciar as contribuições comunicativas das mestras e doutoras formadas no PPGCom da Unesp, no período de 2021 e 2022, parte de pesquisas que venho realizando desde o meu doutoramento, no ano de 1999. Os resultados acumulados permitem aprofundar “que a presença feminina era notada de forma bastante tímida ou então, muitas vezes, estavam reforçadas e reproduzidas em versões estereotipadas sobre o papel social da mulher” (Gobbi, 2021, p. 173). Assim, a continuidade dos estudos nessa área se constituiu,

---

8. Integra o projeto “Do silenciamento à palavra: a presença da mulher nos estudos em comunicação na América Latina e a Agenda 2030”, que conta com bolsa de apoio a pesquisa. Processo 2019/26715-2 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

desde então, a busca de respostas para questões que ainda precisam ser respondidas, como exemplo a baixa citação de teorias e de metodologias produzidas por mulheres. Uma visível complexidade está contida no fato da diversidade de conceitos e de estudos sobre gênero, que evidenciam, como afirmam Rosaldo e Lamphere (1979, p. 14), que “nossas próprias concepções sobre a mulher tornam-se cada vez mais sofisticadas”.

Igualmente importante é assinalar que esta pesquisa suplanta a crítica essencialista da dualidade (mulher/homem) e se pauta no gênero enquanto categoria para análise, rejeitando o caráter fixo e permanente da oposição binária presentes na construção hierárquica da relação entre masculino e feminino. Assim, “em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados” (Gobbi, 2021, p. 173). Para Scott (1995) “Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas acontecem para descobrir porque elas acontecem”. (p. 20)

Externados alguns contextos e justificativas, a sistematização dos dados ocorreu a partir das teses e dissertações defendidas no período 2021 e 2022, disponíveis no PPGCom. Utilizando a pesquisa bibliográfica “como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (Lima & Miotto, 2007, p. 44), foram selecionados os volumes que foram analisados para esse texto, sistematizados na tabela 1. O conjunto foi integrado por 26 dissertações de mestrado e 17 teses de doutoramento, defendidas e homologadas no PPGCom, divididas conforme quadro 1.

## Tabela 1

*Amostra sistematizada das dissertações e teses do PPGCom*

Ano/ Curso	2022		2021		Totais
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	
Homem	6	2	4	2	14
Mulher	5	4	11	9	29
Totais	11	6	15	11	43

Elaboração da autora.

A partir dessa primeira sistematização já é possível observar a crescente presença feminina nos dois cursos, mestrado e doutorado, no período. Assim, foram selecionadas para análise as dissertações e teses produzidas por mulheres, contemplando o total de 29 trabalhos, sendo 20 no ano de 2021 (11 dissertações e 9 teses) e 9 no ano de 2022<sup>9</sup> (sendo 5 dissertações e 4 teses), demonstrados no quadro 1.

## Quadro 1

*Dissertações e teses defendidas entre os anos de 2021 e 2022 no PPGCom da Unesp*

Tipo*	Ano	Nome	Título
D	2022	Mariana Alarcon Datrino	Informação e comunicação sobre os direitos das mulheres: a importância da comunicação digital para o acesso à informação
D	2022	Thais Aparecida de Melo Barion	Jornalismo e literatura no ringue: um cotejo entre “A luta”, de Norman Mailer, e “A quatro punhos”, de Osny Tavares

9. É importante assinalar que estão contemplados nos cálculos os trabalhos defendidos até setembro de 2022.

D	2022	Lívia Maria de Oliveira Furlan	A transformação do repórter e o seu encontro com a natureza: a diferença de olhar do Sebastião Salgado em “Êxodos” e “Gênesis”
D	2022	Aressa Joel Muniz	Comunicação pública, acesso à informação e ativismo em defesa de direitos sexuais e reprodutivos
D	2022	Ana Beatriz Grandini Casali Silva	A comunicação pública durante a pandemia da Covid-19 no Plano SP
T	2022	Alana Nogueira Volpato	Estratégias de visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiaticizada
T	2022	Vanessa Grazielli Bueno do Amaral	Comunicação pública e governo digital: o design da experiência do usuário na construção de portais de países ibero-americanos sob a ótica da comunicação
T	2022	Marina Paula Darcie	Comunicação conectada e Influenciadores Digitais na comunidade de League of Legends
T	2022	Mariana Carareto Alves	A influência da lógica discursiva das organizações empresariais na construção da sociedade: um olhar dos profissionais brasileiros e portugueses de comunicação diante do contexto em midiaticização
D	2021	Kethleen Guerreiro Rebêlo	Jornalismo alternativo contemporâneo no Portal Sátira e Jornal Dois
M	2021	Ana Carolina Ribeiro dos Santos	Lúcio Flávio, O passageiro da agonia: um estudo das relações intertextuais entre o material jornalístico do “Caso Lúcio Flávio” e o primeiro romance-reportagem de José Louzeiro
D	2021	Taynara Ferrarezi de Carvalho	Olhar comunicacional sobre o empreendedorismo feminino: análise de quatro perfis de empreendedorismo feminino no Instagram
D	2021	Monielly Barbosa do Carmo	Telejornalismo no Globoplay: as estratégias enunciativas na arquitetura de disponibilização do Jornal Nacional
T	2021	Deborah Cunha Teodoro	Da corte à periferia: análise de notícias de ação em que STF libera proselitismo nas rádios comunitárias brasileiras
D	2021	Camila Cruz Fróes Berbel	Competências em informação e midiática para cultura de sustentabilidade nas organizações: articulação de uma proposta educativa para formação do público interno

D	2021	Heloisa de Oliveira Moutinho	Múltiplas Fridas: reauratização e experiência estética na era da reprodutibilidade técnica midiaticizada
D	2021	Monique de Souza Sant'Anna Fogliatto	As pranchas do mar e do asfalto: a cobertura televisiva do surfe e do skate como modalidades olímpicas
D	2021	Tatiana Cristina Molini	A comunicação mercadológica da micro marca Sr. Bacana: memória afetiva no Instagram
T	2021	Tayane Aidar Abib	Teoria do desacomodamento e narrativa jornalística: um estudo da obra periodística de Bru Rovira
D	2021	Beatriz Carvalho de Souza	Ambientes comunicacionais, vinculações e potências periféricas: um estudo sobre o Centro de Arte e Promoção Social.
T	2021	Carolina Bortoleto Firmino	Gênero e posicionamento no esporte: a noticiabilidade no jornalismo esportivo feminista do Dibradoras
T	2021	Kelly De Conti Rodrigues	A construção do acontecimento no jornalismo guiado por dados: estudo de veículos de comunicação latino-americanos
D	2021	Érika Alfaro de Araújo	Mulher e futebol: a cobertura e a transmissão da televisão aberta brasileira da Copa do Mundo 2019
D	2021	Carla Negrim Fernandes de Paiva	A importância da Comunicação para a mobilização social: um estudo sobre as estratégias de comunicação digital no Facebook e site institucional da ONU Brasil sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
D	2021	Natália de Oliveira Conte Delboni	Ozualdo Candeias: entre o cinema de gênero e o autorismo
D	2021	Neide Maria Carlos	A imagem da atleta feminina com deficiência pelo olhar da imprensa brasileira nos Jogos Paralímpicos Rio 2016
T	2021	Christiane Delmondes Versuti	Literacia midiática no ensino de jovens e contribuição para participação cidadã: experiência intercultural entre Brasil e Portugal
T	2021	Daniele Ferreira Seridório	Construção teórica e análise empírica da porosidade de relacionamento entre emissoras e públicos na radiodifusão no Brasil e no Reino Unido

T	2021	Fernanda Terezinha de Almeida	Relações públicas educativas: as competências relacionadas com a comunicação e seu desenvolvimento com os empregados de organizações
---	------	-------------------------------	--

*Nota.* \* D = Dissertação; T = Tese. Elaborada pela autora.

Os resultados do quadro 1 mostram uma diversidade bastante expressiva de temas e focos de pesquisa. Entre os mais estudados estão a presença feminina no esporte, empreendedorismo, televisão, cinema, discurso, competência em informação, influenciadoras digitais, ativismo, movimentos sociais, entre outros.

Para atender a perspectiva do espaço destinado para esse texto, optamos por trazer os resultados a partir das palavras-chave definidas pelas autoras dos trabalhos analisados. Também incluímos no escopo da investigação quatro outras palavras relacionadas ao universo da produção feminina em comunicação, no âmbito da América Latina. São elas: 1) mulher; 2) Feminino, feminista, feminina; 3) Agenda 2030 da ONU e 4) América Latina. O objetivo foi o de demonstrar o foco das pesquisas realizadas.

Assim, com uma média de 5 palavras definidas em cada produção, foram encontradas no total 110 palavras-chave, sendo as mais utilizadas: Comunicação e seus campos de estudo, como: digital, educativo, empresarial, mercadológico, organizacional, pública, perfazendo o total de 17 incidências. Em seguida, Jornalismo com 9, contemplando: alternativo, dados, desacontecimentos, esportivo feminista e impresso. Direito: a informação, das mulheres, fundamentais e reprodutivos também marcou presença. Os resultados evidenciam o foco na comunicação e mais diretamente aos estudos do Jornalismo.

Outra observação é a de que esta ocorrendo uma ampliação no número de artigos em revistas científicas e de produções disponibilizadas na web, trazendo estudos mais atuais. Embora os livros e os capítulos ainda representem a parte mais significativa das referências.

Com referência as perspectivas femininas trazidas no corpo dos trabalhos, observadas a partir das palavras definidas previamente, essas foram significativamente mais representativas. A palavra “mulher”, por exemplo, apareceu pelo menos duas vezes em todas as pesquisas, perfazendo um total de 3.561 inserções. As palavras: “feminino, feminista, feminina, feminismo” foram mencionadas 2.957 vezes. O termo “Agenda 2030 esteve presente 168 vezes, enquanto “América Latina” foi mencionado 109 vezes. Ainda é possível estimar que parte significativa das dissertações e das teses apresenta alguma consideração sobre a temática mulher, variando quantitativamente de forma individual em cada trabalho. Igualmente, o olhar sobre a América Latina chama a atenção.

Nas referências bibliográficas, autores clássicos e mais atuais definem as escolhas teórico-metodológicas. Entre eles podem ser citados como os mais referenciados: (em ordem alfabética): Armand Mattelart, Ciro Marcondes Filho, Dominique Maingueneau, Edgar Morin, Emmanuel Lévinas, Éric Hobsbawn, Guilherme Orozco, Henry Jenkins, Ismar de Oliveira Soares, Jacques Derrida, James Grunig, Jean Baudrillard, Jesús Martin-Barbero, José Luiz Braga, José Marques de Melo, Jürgen Habermas, Louis Althusser, Manuel Castells, Marshall McLuhan, Michel Maffesoli, Michel de Certeau, Michel Foucault, Milton Santos, Nestor Garcia Canclini, Nelson Traquina, Norval Baitello Júnior, Paul Ricoeur, Patrick Charaudeau, Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Pierre Lévy Mikhail Bakhtin, Muniz Sodré, Nelson Traquina, Norberto Bobbio,

Roland Barthes, Stuart Hall, Vilén Flusser, Raymond Willian, Umberto Eco, Vander Chasqui, Venício A. Lima, Zygmunt Bauman etc.

No repertório feminino são referências: Carla Akotirene, Cicilia M. K. Peruzzo, Cremilda Medina, Dulcília Helena Buitoni, Ecléa Bosi, Hannah Arendt, Joan Scott, Judith Butler, Liana Gottlieb, Margarida M. Kunsch, Maria Immacolata V. Lopes, Raquel Recuero, Sueli Carneiro, Yvana Fechine, entre outras.

### **Algumas Considerações**

Há certa universalidade no predomínio masculino na área da Comunicação. Não por acaso, o referencial teórico-metodológico feminino é menor. O dado reforça a importância de trazer para as bibliografias básicas das disciplinas ministradas na graduação e na pós-graduação os livros e textos de mulheres produtoras, objetivando o conhecimento sobre a essas pesquisas.

Os resultados (ainda que parciais) permitem observar que há um conjunto de produções comunicativas, variando entre livros, textos, entrevistas etc., que formaram o referencial utilizado. Porém, é fundamental realizar o resgate histórico, não somente no sentido de delinear as discussões teóricas e ilustrar linhas de reflexão das mulheres no contexto da comunicação, mas também tornar significativo “um conjunto disperso de experiências e de vivências” (Cordeiro, 2019, p. 13), ainda invisibilizadas.

Finalmente, como afirma Marques de Melo (1999), é fundamental enfrentar as barreiras do preconceito daqueles que seguem valorizando exclusivamente as teorias e as metodologias que trazem o selo dos países desenvolvidos e incluir as novas “demandas sociais”.

## Referências

- Apresentação. (s.d.). Recuperado de <https://www.faac.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/comunicacao/apresentacao>
- Buitoni, D. S.(2009). *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. Summus.
- Cordeiro, C. S. (2019). *Historiografia e história da historiografia: alguns apontamentos* [Trabalho apresentado]. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores velhos e novos desafios, Florianópolis, SC, Brasil.
- Gobbi, M. C. (2021). A presença da mulher no contexto dos estudos em comunicação na América Latina. In A. E. Maldona G. & E. L. Castro (Coords.), *Pensamiento crítico em comunicación: realizaciones transdisciplinarias y transmetodológicas matelartianas*. Ciespal.
- Gonh, M. G. (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, 21(54), 439-455.
- Hahner, J. E. (2003). *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Mulheres/EDUNISC.
- Lima, T. C. S. de, & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*, 10(n. esp.), 37-45.
- Maldonado, A. E. (2022). *Procesos comunicacionales, recepción, educación y transmetodología*. [www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Estudios\\_de\\_recepcion/ponencias/GT10\\_4efendy.pdf](http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Estudios_de_recepcion/ponencias/GT10_4efendy.pdf)

- Melo, J. M. (1999). A constituição da comunidade acadêmica brasileira no campo das ciências da comunicação. In M. I. V. de Lopes (Org.), *Vinte anos de Ciências da Comunicação no Brasil* (pp. 49-72). Intercom/Unisantia.
- Pinsky, J., & Pinsky, C. B. (Orgs.). (2003). *História da Cidadania*. Contexto.
- Romero, M. X. A. (2015). Cidadania. In A. M. Colling & L. Tedeschi (Orgs.), *Dicionário Crítico de Gênero*. Ed. UFGD.
- Rosaldo, M. Z., & Lamphere, L. (1973). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Paz e Terra.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

# A (RE)CONSTRUÇÃO DA MULHER NOS PRODUTOS CULTURAIS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM *BRIDGERTON*

*Lara Karoline Souza de Aquino*<sup>1</sup>  
*Deborah Luísa Vieira dos Santos*<sup>2</sup>  
*Mayra Regina Coimbra*<sup>3</sup>  
*Marina Alvarenga Botelho*<sup>4</sup>  
*Samara dos Santos Machado*<sup>5</sup>  
*Mariane Motta de Campos*<sup>6</sup>

- 
1. Graduada em Comunicação Social, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). [laraaquino.souza@gmail.com](mailto:laraaquino.souza@gmail.com)
  2. Doutoranda em Comunicação Social (PPGCOM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). [deborah.santos@univale.br](mailto:deborah.santos@univale.br)
  3. Doutoranda em Comunicação Social (PPGCOM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. [mayrarcoimbra@gmail.com](mailto:mayrarcoimbra@gmail.com)
  4. Doutoranda em Comunicação, (PPGCOM), Universidade Paulista (UNIP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [inabotelho@gmail.com](mailto:inabotelho@gmail.com)
  5. Graduada em Comunicação Social, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). [samara.santos.machado@gmail.com](mailto:samara.santos.machado@gmail.com)
  6. Doutoranda em Comunicação (PPGCOM), Universidade Paulista (UNIP). Professora no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Minas. [marianemottadecampos@hotmail.com](mailto:marianemottadecampos@hotmail.com)

É sabido a interferência da comunicação na construção social da realidade e dos próprios sujeitos, influenciando os processos de socialização (Berger & Luckmann, 2007; Leontiev, 1978). Algo que toma novas proporções com a interferência dos suportes de comunicação, capazes de levar mensagens dissociando tempo e espaço (Thompson, 2018). Ao discutirmos sobre socialização, torna-se relevante compreender a diferente inserção de homens e mulheres na sociedade (Avelar, 1989), como também a forma na qual a ideia de gênero é construída ou desconstruída pelos produtos culturais. Desde a Literatura e seus distintos marcos ao longo da história, até a adaptação das obras para a ficção seriada. Ao longo da história, passamos de obras feitas por homens para educar mulheres; para obras feitas por mulheres, sobre questões femininas, para mulheres (Rafael, 2012). Ao mesmo tempo, há uma mudança na representação feminina nos produtos culturais, reflexo das lutas feministas (Miguel & Biroli, 2014).

Desde sua criação em meados do século XX, a televisão contribuiu para a construção de diversas culturas e sociedades, sendo, inclusive, acionada para outras funções além do entretenimento. A TV, assim como outros meios de comunicação e publicidade, fez parte de disseminação de ideais políticos, como forma de propagação de discursos, ou mesmo como educadora em canais como a TV Cultura. Durante décadas essa hegemonia persistiu, sendo a televisão o principal meio de entretenimento e informação para o povo, das telenovelas aos telejornais, programação para todos os públicos. No século XXI, o *streaming* se consagra como uma das formas de transmissão de dados pela internet sem a necessidade do *download* de arquivos ou espaço de memória disponível.

Nesse sentido, a pesquisa parte de uma análise fílmica (Penafria, 2009) sobre romances de época adaptados para canais de *streaming*, com foco na construção da representação feminina. Para isso, tomou-se como objeto de investigação a primeira temporada do seriado *Bridgerton*, lançado pela Netflix em 2020, a qual possui oito episódios focados na personagem Daphne (interpretada por Phoebe Dynevor), a quarta irmã da família Bridgerton. O seriado foi a maior audiência do *streaming*, atingindo o recorde de 82 milhões de lares em seus primeiros 28 dias online e alcançando 12 indicações ao Emmy 2021. A narrativa retrata a vida da família inglesa Bridgerton nos anos 1800, sendo uma adaptação homônima da série de livros “Os *Bridgertons*”, da autora estadunidense Julia Quinn, para a Netflix, em contrato com a produtora *Shondaland*, da cineasta estadunidense Shonda Rhimes.

A pesquisa visa analisar a construção no seriado na figura da personagem Daphne e das personagens femininas secundárias (Eloise Bridgerton, Penelope Featherington, Lady Danbury, Rainha Charlotte), observando os anacronismos presentes sobre gênero na construção de suas histórias. Além disso, serão observados os elementos da cultura pop presentes no seriado, as relações estabelecidas entre o produto cultural/artístico e o contexto social e histórico, tendo em vista a presença feminina, a fim de observar de que forma essas personagens trazem à tona as questões de gênero, bem como, como a série propõe uma representação interseccional (Akotirene, 2019) das mesmas, diferente da abordagem do livro. Assim, analisando quais personagens se mantêm fiéis aos padrões tidos como femininos da época e quais apresentam características próximas às discussões contemporâneas sobre gênero.

Por meio das personagens femininas da série *Bridgerton* é possível observar como as representações do feminino foram sendo construídas historicamente e em sociedades diferentes, sejam elas em contextos temporais ou de localização no globo. Mesmo sendo tão diversos e em sociedades tão díspares, o que se nota é que a desigualdade de gênero ainda é muito presente e que as mulheres precisam superar preconceitos e a misoginia, seja no século XIX, ou em pleno século XXI. Contudo, também é possível perceber que as adaptações para o *streaming* possibilitam rupturas e maior representatividade, com a inserção de grupos e discussões antes invisibilizadas pela grande mídia.

### **Mulheres e Sociedade: as netas das bruxas que não conseguiram queimar**

O ser humano não nasce membro da sociedade, mas é inserido nela a partir do aprendizado de suas regras, comportamentos e valores, passando, assim, a reconhecer, até mesmo, o lugar que ocupa no mundo (Leontiev, 1978). Contudo, é importante ressaltar que nenhuma socialização é completa ou acabada e o conteúdo dela varia de uma sociedade para outra (Berger & Luckmann, 2007). Vale destacar a forma diferenciada de socialização a qual homens e mulheres são submetidos, desde a infância, e seus reflexos na vida adulta e na vida em sociedade.

Para Lúcia Avelar (1989), desde o processo de socialização há uma hierarquização de valores organizados em um sistema de prioridades, os quais variam de acordo com o gênero do indivíduo. Esse processo diferenciado é capaz de oferecer elementos fundamentais na formação da personalidade. Aos garotos são repassados, em maior proporção, valores como independência, autorrealização e importância

do desempenho, relativos à razão e ao espaço público. Às garotas são transmitidos valores com maior foco na obediência, dependência e importância do comportamento maternal, relativos à emoção e ao ambiente privado. Esses padrões, designados a cada gênero, são naturalizados e, por vezes, qualificados como expressão de forças biológicas e psíquicas, apagando-se o caráter social de sua construção.

Algo, de certo modo, também reforçado pelo cinema, com produções que trazem o homem como aquele que salva a donzela em perigo. Conforme Rhayssa Santos (2020), nas primeiras produções dos estúdios Walt Disney, as princesas protagonistas dos longas tinham posições passivas em relação a suas próprias histórias. Adaptadas de livros de contos de fadas vemos, em suas representações, figuras como *Branca de Neve* (1937), *Cinderela* (1950) ou *A Bela Adormecida* (1959), as quais dependiam de seus príncipes para dar continuidade em suas histórias, bem como, salvá-las. Além disso, eram princesas com enredos que reforçavam o estereótipo ligado ao gênero feminino de padrões de beleza a serem alcançados, passividade, falta de sororidade entre mulheres, cuidados com o lar, entre outros. No entanto, na última década, vemos uma mudança de cenários com personagens como a princesa Elsa, de *Frozen* (2013), que se torna rainha sem o casamento e tem poderes mágicos; e Merida, de *Valente* (2012), que se nega a casar sob imposição dos pais e luta, literalmente, por isso. Agora, as protagonistas são as heroínas de suas próprias histórias.

Lúcia Avelar (1989) destaca como as agências de socialização (família, escola, amigos, mídia, entre outros), responsáveis por esse processo, são também encarregados pelo “condicionamento cultural” e pela transmissão diferenciada de valores conforme o gênero. É na

segunda fase do processo de socialização, portanto, que o sujeito tem a possibilidade de estabelecer contato com outros mundos e valores possíveis, para além dos transmitidos na socialização primária, responsável também pela ampliação do universo cultural e ideológico da mulher (Avelar, 1989).

Em *Bridgerton* estamos falando de uma sociedade tradicional, marcada pelos binarismos. Contudo, vale destacar que as discussões acerca de gênero, muito vindas da luta feminista e da comunidade LGBTQIAPN+, expõe as relações de opressão e diferenciação com base no sexo biológico e hoje se expandem para além do feminino e masculino. A partir desses questionamentos, atualmente, crescem as discussões sobre gênero neutro e sua inserção, inclusive, na linguagem. O gênero neutro seria relacionado às pessoas que não se identificam nem com o gênero feminino e nem com o masculino. Ainda, a percepção discutida estaria anteriormente relacionada a uma visão relacionada à cisgeneridade, na qual o indivíduo se identifica com o sexo biológico atribuído ao nascer. Geralmente, a socialização e os processos de educação ainda se baseiam nessa lógica. No entanto, é importante reconhecer os indivíduos que possuem uma identidade de gênero diferente do sexo designado no momento de seu nascimento: pessoas transexuais/transgêneros.

No entanto, mesmo que a classe humana só se desenvolva em sociedade, não significa que todos serão iguais, como diz Leontiev (1978). Essas realidades vêm para criar uma divisão social do trabalho, em classe dominante e classe operária, esta que produz pelo trabalho novas formas de cultura para essa sociedade. Cultura essa que fica concentrada sempre nas mesmas mãos de quem concentra as riquezas materiais e, por assim, a cultura intelectual. Nesse sentido, cria-se

concepções cognitivas, morais e éticas que servem à classe dominante e tenta privar as demais de ter consciência crítica, mantendo assim a ordem social vigente (Leontiev, 1978). Essa perspectiva se liga não só à produção de conhecimento, como também à comunicação do mesmo, à medida que a mídia interfere na sociedade e atua como instância capaz de interferir na construção da realidade. Sendo a mesma dominada também por uma elite hegemônica.

Noam Chomsky (2015) afirma que, geralmente, quem domina os meios de comunicação é também quem detém o controle financeiro. Sendo assim, tem-se novamente a lógica dos meios de produção concentrados sob o poder de poucos. Para Chomsky (2015), quando não se pode mais controlar a ação e o pensamento dos indivíduos pela força, parte-se para a tentativa de controle das mentes. E, esse controle, serve aos ideais de uma classe dominante, com acesso ao controle também dos *media*. A comunicação passa a fazer parte da chamada “fabricação de consenso”, em que se tenta construir narrativas mais ou menos homogêneas acerca da realidade. Nesse aspecto, o autor destaca a forma como a mídia privilegia determinados fatos em detrimento de outros, que serão silenciados pelos veículos midiáticos. A mídia utiliza de seus recursos para visar o lucro, ao mesmo tempo, em que moldam visões de mundo e cultura nas sociedades.

Grosfoguel (2016) se debruça em entender os motivos pelos quais o conhecimento produzido se baseia naquele produzido por uns poucos homens de apenas cinco países (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos) e como estes alcançaram o privilégio epistêmico. De modo a considerar o conhecimento proveniente desses como superior ao do resto do mundo. Grosfoguel (2016) cita o epistemicídio das

mulheres consideradas bruxas que foram queimadas na fogueira, onde ali vemos que o conhecimento carregado por elas era tratado como “crime”. Eram mulheres as quais transmitiam, de geração para geração, o conhecimento indo-europeu em seus territórios e dominavam conhecimentos xamânicos de tempos ancestrais, conhecimentos que passavam pela astronomia, biologia, ética e muitos outros saberes. Algo retratado em séries que retornam ao passado, como *Outlander* (2014 – atual), em que Claire, uma enfermeira viajante no tempo, quase é queimada viva e considerada bruxa por praticar os conhecimentos aprendidos na área da saúde. Para além, mulheres que estabeleciam formas comunais de organização política e econômica foram perseguidas, desde a Baixa Idade Média, até os séculos XVI e XVII, com a chegada das estruturas modernas, coloniais, capitalistas e patriarcais de poder (Grosfoguel, 2016). E ao contrário dos outros quatro epistemicídios citados pelo autor, em que se queimaram livros, nesse caso temos a queima de pessoas, de mulheres que transmitiam oralmente o conhecimento de eras. “Os ‘livros’ eram os corpos das mulheres e, de modo análogo ao que aconteceu com os códices indígenas e com os livros dos muçulmanos, elas foram queimadas vivas” (Grosfoguel, 2016, p. 18).

A Inquisição da Idade Média acabou, as estruturas patriarcais se atualizaram e, hoje, há autores considerando que o conceito de dominação masculina explica melhor a forma de dominação e inferiorização na qual as mulheres ainda estão submetidas nas sociedades atuais, tendo o homem como um padrão considerado “universal” (Miguel & Biroli, 2014). Esse sistema teve origem quando as sociedades começaram a se tornar mais complexas e as regras masculinas foram impostas em toda a sociedade, desde governo, leis, religião, casamento e, até mesmo, no

lar. Mulheres foram vistas como inferiores aos homens no que diz respeito a posições culturais, sociais e intelectuais. Muitos acreditam que as mulheres não lutaram por melhorar suas posições, mas a realidade está no fato de parte dos registros históricos dessas lutas terem sido apagados, assim como a queima as “bruxas”.

Isso pode ser visto na falta de informações sobre as mulheres e suas lutas. Não haviam registros e o pouco do que era sabido vinha, sobretudo, do espaço doméstico, por cartas e diários. E sabe-se também que muitos desses documentos foram destruídos pelas próprias mulheres, geralmente casadas, para se adequarem aos padrões socioculturais do silêncio e quietude, características esperadas do ser feminino (Caixeta & Barbato, 2004). Essa situação só teve mudanças com a chegada do Iluminismo nos séculos XVII e XVIII, momento de desenvolvimento intelectual e a abertura para as pioneiras chamarem atenção para as injustiças sofridas com as primeiras revoluções feministas (McCann, 2019).

Nesse contexto, torna-se importante compreender a forma como a realidade social é constituída, conforme tratado anteriormente, e o conceito de poder simbólico. Para Pierre Bourdieu (1989), esse é um poder de construção de realidades para afirmar e dar sentido imediato do mundo, criando valores, hierarquias e conceitos. Pode-se, portanto, observar a participação da mídia na construção social da realidade e desse referencial de mundo. Seja em uma sociedade permeada pela comunicação instantânea, com a internet e suas redes sociais online, como a contemporânea, ou centrada nos meios de comunicação de massa (impresso, rádio e TV). O sociólogo francês acredita que desvelar esses sistemas de dominação e poder, bem como, compreender as estruturas sociais e como elas atuam sob o indivíduo e também sofrem influência

dele, podem auxiliar no questionamento daquilo que é considerado como “naturalizado” socialmente e constituir, inclusive, a violência simbólica. Nessa perspectiva, torna-se relevante compreender de que modo as mulheres são representadas na mídia e como isso corrobora, ou não, para o reforço de estereótipos e comportamentos.

Dessa forma, os produtos culturais atuais também trazem a problematização quanto ao gênero, sexualidade, entre outros sistemas de opressão que atuaram e ainda atuam sobre o corpo social. Como a Interseccionalidade, que nada mais é do que esse estudo sobre a interdependência das identidades e das relações de poder, que constituem os seres humanos. Para Kimberlé Crenshaw, citada por Hirata (2002), jurista afro-americana fundadora do termo, a interseccionalidade é a conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, evocando o protagonismo de mulheres negras em suas lutas e na ocupação de espaços de poder. A interseccionalidade chega para combater as opressões múltiplas imbricadas e é de geometria variável, sendo, em simultâneo, um projeto de conhecimento e uma arma política. Crenshaw faz uma analogia entre o conceito e diferentes estradas que se cruzam, sendo os eixos de poder como essas vias que se atravessam.

No mundo real, tratando da interseccionalidade, vemos as interligações das opressões. O feminismo negro entende que a mulher branca sofre pelo marcador de gênero, mas entende que a mulher negra vai somar o marcador de gênero à categoria raça, como o racismo imposto aos homens negros. A pluralidade também é presente no recorte das mulheres negras que estão distantes da cisgeneridade branca heteropatriarcal (Akotirene, 2019).

Além das questões históricas, é importante destacar o papel da produtora da série Shonda Rhimes, mulher negra, estadunidense e fundadora da ShondaLand. Em suas produções, Shonda traz para o enredo personagens negros e negras em posições de protagonismo. Para Raul e Silva (2019), as intervenções radicais de Shonda Rhimes, em suas produções, demonstram o compromisso ético com perspectivas silenciadas comumente na representação, no que toca questões ligadas a gênero, raça e classe. Rhimes fez algo que os executivos diziam não ser possível fazer na TV, em especial, estadunidense. E isso não foi diferente com a mudança do duque de Hastings e a rainha Charlotte, em *Bridgerton*, dos livros para a adaptação na ficção seriada.

### **Cultura e Ficção Seriada: a adaptação dos Romances para os *streamings***

Na comunicação, tivemos o surgimento dos Estudos Culturais, na década de 1950, os quais questionaram a ideia de os veículos de comunicação serem totalmente desprovidos de significado, bem como, interrompendo a ideia de que o público seria uma massa homogênea e passiva frente às mensagens recebidas. Essa vertente discute ainda o modo como as produções culturais articulam as ideologias, valores e representações de sexo, raça e classe na sociedade, como também, o modo como esses fenômenos relacionam-se entre si. Logo, isso determina que, para estudar cultura, é necessário traçar as articulações pelas quais as sociedades existentes produziram aquela cultura/produto cultural e como a sociedade reteve sua influência.

Para Morin (2002), o consumo da cultura de massa está, em grande parte, ligado ao lazer moderno, já que para a classe trabalhadora

ter condições de produzir, a burguesia capitalista criou uma organização de trabalho exaustiva que seria, então, compensada com o lazer. É um consumo, de certa forma, predeterminado, não passível de mudanças que causam exaustão no explorado. Assim, os sindicatos formados reivindicaram momentos de descanso para o trabalhador e a burguesia percebeu ser necessário um tempo de repouso e consumo. “A cultura de massa pode assim ser considerada como uma gigantesca ética do lazer” (Morin, 2002, p. 69)

Para Douglas Kellner (2006), os produtos da Indústria Cultural são vistos ainda como os modeladores de paradigmas da vida cotidiana, já que eles têm o papel de definir identidades e valores que permeiam a vida das pessoas. Criando repertórios culturais dos quais o indivíduo situado na sociedade tecno capitalista extrai suas orientações identitárias.

Porém, a parte negativa está presente nessa prerrogativa da identificação. Por muito tempo, mulheres e meninas foram representadas nas telas com corpos magros, pele branca e cabelos lisos, representações excludentes dos corpos reais femininos e sua diversidade. Além de gerar comportamentos autodestrutivos e transtornos alimentares, como bulimia e anorexia, em muitas delas, ao tentarem alcançar esse “corpo ideal” que só era visto na TV. Existia – e, de certo modo, ainda existe – a falta de representatividade racial, étnica e sexual. Essa situação encontra-se em mudanças nos dias atuais, mas críticas ainda são feitas às produções. Na série *Bridgerton* houve a inclusão de personagens negros e homossexuais na adaptação, algo que não existe na obra literária, por exemplo.

Além disso, a lógica da produção em série, criticada pelos frankfurtianos, se choca com uma exigência do mercado e consumo cultural

que anseia pelo produto novo e individualizado. “Um filme pode ser concebido em função de algumas receitas-padrão (intriga amorosa, *happy end*), mas deve ter sua personalidade, sua originalidade, sua unicidade” (Morin, 2002, p.25). Nesse contexto, cria-se um paradoxo de se produzir em larga escala *versus* a personalidade. Por isso a indústria faz à sua maneira “personagens-tipo” e “situações-tipo”, as situações sempre se repetem enquanto os personagens são alterados em características.

Vemos filmes e mais filmes (ou séries) repetirem a mesma fórmula ao serem lançados semanalmente para suprir uma demanda dos assinantes de *streaming* que vão consumir aquele conteúdo. Filmes com roteiros praticamente idênticos que conquistam legiões de espectadores. Ou na própria reprodução e construção de infinitas temporadas de uma série que já podia ter tido fim, como foi o caso de *Supernatural* (2005 - 2020), *Malhação* (1995-2021), já finalizadas, e as ainda ativas *Greys Anatomy* (2005 - atual) e *The Walking Dead* (2010 - atual). “Daí resulta a mistura, tão essencial para a fisionomia da indústria cultural, de *streamlining*, de atmosfera, de romantismo forjado e já racionalizado, de outro” (Cohn & Adorno, 1986, p. 95).

Uma Indústria Cultural, para crescer, precisa atingir públicos variados, atendendo a diferentes gêneros, faixas-etárias e classes sociais. Trazendo a discussão de Morin para a atualidade e a guerra dos *streamings*, os serviços de consumo sob demanda se consolidam no mercado e passam de ter que se adequar a essa lógica. Com a chegada do Disney+ e outras plataformas, a famosa Netflix vem perdendo espaço com as retidas de produtos — que criam agora os próprios *streamings*, como o StarzPlay da produtora Lionsgate — do *stream* e, consequentemente, perdendo catálogo.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada em abril de 2020 (Gomes, 2020), a televisão perde espaço, mesmo que de forma não tão significativa, nos domicílios brasileiros. No entanto, o aparelho vem ganhando um novo uso: o acesso à internet. Segundo a pesquisa, os televisores foram os que mais cresceram como forma de acesso à web.

Dos serviços de *streaming* um dos mais famosos é a Netflix que, por muito tempo, teve sua hegemonia de mercado. Ao atingirem um milhão de assinantes, em 2003, o serviço foi patenteado e após quatro anos, 2007, é dada ao usuário a possibilidade de assistir filmes e séries instantaneamente (Aquino, 2021). E foi aí que o mercado do entretenimento começou a ver os passos de sua revolução. Em 2013, o serviço começou a produzir conteúdos originais que hoje contabilizam inúmeras produções e atingiram, em 2021, a marca de 200 milhões de assinantes na plataforma.

Para Jesús Martin-Barbero (2009), movimentos sociais são a chave para a comunicação de culturas que fazem parte da construção das sociedades. “Uma cultura somente está viva quando é capaz de comunicar, ou seja, de intercambiar e interagir com outras culturas” (Martin-Barbero, 2009, p. 155). Se antes as “bruxas” foram queimadas e não conseguiram reproduzir seus ensinamentos e histórias de vidas, hoje, o movimento feminista é retratado nas telas e recebe espaço. As mídias sociais surgiram como forma de ampliação (ou restrição) desses espaços de fala, nas quais a sociedade civil expõe sua pluralidade, troca de experiências, ao compartilhamento de visões de mundo e de propostas em articulações globais/locais (Bonin, 2019).

No entanto, vale discutir que essas novas tecnologias também reproduzem as desigualdades sociais e refletem os sentidos do mercado capitalista. De forma a persistir lógicas das culturas digitais, que não favorecem o uso de cidadãos das tecnologias (Bonin, 2019). Jiani Bonin (2019) faz uma breve atualização sobre a privatização de ambientes tecnológicos no ciberespaço criada pela concentração de propriedades e negócios, um exemplo, seria a própria transformação da Disney em um conglomerado. Observando a necessidade de se entender como tais mídias podem contribuir para a reformulação e difusão de mídias, cultura e cidadania.

Novos canais de *streaming* surgem, dia após dia, e despontam no mercado. E os já existentes brigam pelo topo de audiência, aprimorando sistemas operacionais, níveis de produção e catálogos. Nesse sentido, enquanto o consenso diz que “o antigo vai morrer, desaparecer ou ser substituído” (Teixeira & Ferrari, 2016, p. 245), os meios televisivos continuam atuantes. Segundo Beatriz Becker (2016), a televisão veio cobrir lacunas deixadas pelos outros veículos e continua sendo o centro do ecossistema midiático e da vida social. Por exemplo, com o agendamento das emissoras sobre a pandemia da COVID-19 e, principalmente, nos meses de 2021 com a CPI da COVID-19, instaurada pelo Senado brasileiro, deu constante destaque e pautou o convívio social das pessoas.

Heitor Machado (2018) ressalta que o conteúdo televisivo, nessa nova era, não fica restrito à televisão. Ele torna-se multimídia chegando à internet por dispositivos móveis, redes sociais, portais de notícias e de conteúdo ou às plataformas de *streaming*. Por isso, constrói-se um cenário propício para a ficção seriada, como um dos principais produtos da contemporaneidade.

Além disso, a ficção seriada faz parte da cultura. Não só a brasileira, como latina, de modo a influenciar, em forma de novelas.

[A ficção seriada] expõem em suas narrativas as tensões sociais, identidades e valores das sociedades às quais estão vinculadas. [...] A ficção seriada tem, portanto, relevância econômica e cultural, o que atrai o interesse dos produtores e das audiências. Um processo globalizante, que resulta em conteúdos cada vez mais transnacionais e afinados com os temas e conflitos atuais. (Machado, 2018, p. 5)

As novelas, enquanto ficção seriada, permeiam nossa sociedade há décadas, enquanto o sucesso dos seriados é recente. Para Ciro (2014), citado por Machado (2018), as séries surgem com uma sofisticação nos modelos narrativos que instituem a “cultura das séries”, que vão além das questões de convergência e cultura, criando uma alta demanda de produção para a modalidade. E existem motivos pelos quais as séries estadunidenses atingiram o sucesso: repetição, familiaridade e vínculo com outras obras já produzidas; verossimilhança e estímulo com a humanidade; relação entre verdade e oculto (Machado, 2018).

### **As Mulheres em *Bridgerton***

A proposta de pesquisa é desenvolver uma Análise Fílmica sobre romances de época adaptados para canais de *streaming*, com foco na representação do feminino. Para isso, o estudo tem como objeto de investigação o seriado *Bridgerton*, lançado pela Netflix em 2020, em sua primeira temporada composta por oito episódios. Foram analisadas neste trabalho Daphne e Eloise Bridgerton, Penelope Featherington, Lady

Danbury e Rainha Charlotte, a partir de três categorias: personalidade, figurino e intérprete.

### *1. Daphne Bridgerton*

“Bela, recatada e ‘do lar’”<sup>7</sup>, o diamante da temporada” imprime os arquétipos de uma perfeita princesa dos contos de fada, contrariando todas as expectativas das obras da atualidade, Daphne Bridgerton só quer casar e ser uma boa mãe. A personagem deseja manter o sistema como está, de acordo com as expectativas da sociedade, ao contrário de sua irmã Eloise. Mas, apesar de não querer romper essas barreiras, ela, como todo Bridgerton, quer se apaixonar e ter o amor que os pais viveram, usando de sua personalidade forte para afastar todos aqueles pretendentes que não a interessam, com a ajuda do duque de Hastings.

A Daphne da adaptação discute sobre sexo de uma maneira mais aberta, tanto com seu marido, quanto com as ajudantes da casa que a revelam informações sobre o coito interrompido, praticado por ele, como forma de evitar uma gravidez. Outros tabus também são tratados, como orgasmo, masturbação feminina e sexo oral. Uma problemática pode ser abordada no tópico masturbação feminina: o tema é introduzido durante uma caminhada do casal no parque. Simon conta a Daphne, no terceiro episódio, quais relações de autoconhecimento sexual ela deveria

---

7. A expressão “bela, recatada e do lar” ficou famosa no Brasil e, inclusive, motivou críticas e diversas pesquisas a respeito do gênero feminino, devido à matéria veiculada pela Revista Veja, em 18 de abril de 2016, intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. Na matéria, a esposa de Michel Temer, vice da Presidenta Dilma Rousseff, era colocada como o “padrão de mulher” a ser seguido. A mídia, no momento, construía um terreno favorável para a subida de Temer ao poder, que ocorreu logo após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 31 de agosto do mesmo ano.

ter quando está a sós no quarto, ali ela percebe sua total ignorância no assunto e fica um tanto quanto assustada. Cenas depois, a protagonista é mostrada conhecendo os prazeres da masturbação no despertar de sua sexualidade, simbolicamente feita ao lado da rosa-branca que Simon dá a ela. Tendo aqui a sexualidade feminina despertada por ensinamentos e símbolos ligados ao masculino.

Na série, como é característico dos romances de época, temos cenas picantes, sensuais e com bastante nudez masculina, não só do protagonista, mas também dos outros irmãos Bridgerton. Introduzindo aspectos da revolução sexual feminina, que trata o sexo não só associado a procriação, como também ao prazer e à diversão, algo totalmente anacrônico, visto que essa questão só foi a ser pauta da terceira onda do movimento feminista, em 1990.

## ***2. Eloise Bridgerton***

Na série, Eloise é tida apenas como uma criança, recusando-se a ser apresentada à sociedade, cheia de opiniões sobre como mulheres não têm o direito de ser quem quiserem e precisarem se casar a qualquer custo. Na saga, a personagem apresenta as dicotomias e transformações do “ser mulher”. Eloise enfrenta a sociedade, que a impõe um casamento a todo o custo com um bom partido, e escolhe o seu marido, escolhe o seu destino. No entanto, ela também representa o medo da solidão e a constante necessidade, imposta às mulheres, de que necessitamos de alguém, outro externo, para sermos felizes e completas, seja um amigo ou um parceiro romântico. Eloise é uma personagem interessante para se pensar a representação do feminino e cabe atenção nas próximas temporadas, a fim de compreendermos a motivação de suas escolhas.

Afinal, seria o casamento uma escolha consciente ou fruto de toda uma estrutura social?

Em uma cena fumando junto a Benedict, no terceiro episódio da primeira temporada, Eloise lista a ele os privilégios masculinos na sociedade e aponta como é injusto eles poderem escolher o que quiserem ser, bem como seus hobbies, enquanto o destino dela seria casar e viver uma mesma vida para sempre. O segundo irmão gostava de desenhar e passa por dilemas durante a temporada sobre seguir seu sonho ou não. Nesse momento, Eloise o encoraja dizendo que ele é um homem, então tem tudo e pode fazer o que quiser, bastaria coragem. Eloise, assim, se projeta no irmão para que ela consiga, pelo menos, viver indiretamente o sonho por meio dele.

A imposição do casamento também está presente na família Featherington, na qual a matriarca faz de tudo para que suas três filhas tenham bons casamentos. Aperta seus corpetes para o tamanho de uma laranja e meia, escolhe a dedo os vestidos das garotas, faz dívidas na modista, mesmo quando o dinheiro está curto na casa. Jovens mulheres sempre lutando para atender aos padrões de beleza da época e reforçando a visão na qual a mulher é submissa e sempre sob o olhar julgador da sociedade.

Na temporada analisada, Eloise Bridgerton ainda não havia debutado, ao contrário de Penelope. Eloise pediu a mãe para não debutar sendo acatada, diferente da amiga Penelope Featherington. Partindo disso, vemos as diferenças entre os figurinos demarcando as mulheres prontas para o casamento e as meninas. Eloise não estava à procura de um marido e podia carregar consigo roupas, acessórios e penteados diferentes e até mesmo infantis. O vestido das mais novas demonstra

simplicidade, muitos babados, nenhum decote, menor comprimento, braços a mostra e laços. Pode ser observado também o cabelo solto delas, algo proibido para debutantes e mulheres casadas, que tinham sempre que usá-los presos em penteados e coques para atender à etiqueta da época.

### ***3. Penelope Featherington***

Outra personagem importante para se compreender o feminino em *Bridgerton* é Penelope. Nos livros é citado que a caçula Featherington, foi apresentada cedo demais à sociedade, enquanto ainda mantinha a “gordura infantil”. Com o passar do tempo, Penelope perde 12 quilos, mas nunca é descrita como magra, e sim como uma “cheinha agradável”, que sofreu muito no seu primeiro debute pela aparência. Na adaptação não existem sinais de que a produção vá “emagrecer” a personagem. Penelope pode ser considerada uma crítica àquela época, consonante aos debates mais atuais sobre padrões estéticos, uma vez que demonstra como a aparência e a gordofobia se fazem presentes na sociedade, bem como, torna-se uma questão para as mulheres que devem “emagrecer” para caber em padrões e serem aceitas, ou seriam colocadas à margem.

### ***4. Lady Danbury***

O sucesso da adaptação também é visto na figura de Lady Danbury (Adjoa Andoh), amiga da mãe do duque de Hastings, que nos livros é branca, mas agora é apresentada como uma personagem negra de fortuna inestimável, viúva e que desafia a todos os jovens homens aristocratas. A mudança racial também já abriu portas para a atualização

do personagem Garret St. Clair, protagonista do sétimo livro *Um beijo inesquecível*, neto de Danbury e par romântico de Hyacinth Bridgerton. Danbury demonstra, em suas atitudes, grande autoridade e uma reputação invejável, com seu ar astuto e senso de humor. Ela promove grandes festas para as mulheres casadas da corte poderem se divertir sem os maridos. Além de comandar uma grande fortuna do falecido marido e ser um grande “cupido” da alta sociedade londrina. Danbury, Daphne e Violet apresentam, ainda, o velho tropo de “mulheres são mais sábias”, pois, enquanto elas usam de sua influência e estratégias para resolver problemas, os homens da série sempre pensam em duelar primeiro (Tv Tropes, 2020).

### **5. Rainha Charlotte**

Em *Bridgerton*, abre-se uma discussão sobre o anacronismo realizado na série na escolha de uma atriz negra, Golda Rosheuvel, para viver o papel da rainha Charlotte – avó paterna da rainha Vitória, do Reino Unido — uma licença narrativa da produção. Até Meghan Markle, uma atriz birracial estadunidense, se casar com o príncipe Harry do Reino Unido, em 2018, não haviam registros concretos de qualquer racialização na família real britânica, o que dirá sobre os membros mais antigos dessa instituição, como a rainha Charlotte.

A afirmação de que a esposa de George III seria descendente de africanos reflete na narrativa da série, pois a mesma abre precedentes para que o duque de Hastings, protagonista da trama, seja negro. Nos livros o duque é descrito como branco e loiro dos olhos azuis e a rainha nem sequer existe. A adaptação usou assim de boatos e especulações de historiadores para a inclusão da rainha que divide especialistas

sobre sua origem africana, descendente de uma aristocrata do século XV, que descenderia do filho ilegítimo do rei Alfonso III de Portugal com sua amante Ouruana, considerada uma moura de raça negra, vinda do norte da África (Millán, 2021). Nesse contexto, a produção traz o debate sobre a aristocracia negra estar em perigo e ter sua manutenção e fragilidades apoiadas na figura da rainha Charlotte.

### **Considerações Finais**

*Bridgerton*, além de ter a saga considerada um *best-seller*, também é a segunda obra mais assistida da plataforma de *streaming* Netflix. Sendo um romance de época, escrito e adaptado para o audiovisual no presente, traz à tona mudanças em sua narrativa quanto às representações do feminino, como forma de atualizar o enredo. Se aqui as representações do feminino apresentassem discrepâncias ou concordassem com as esferas sociais do século XIX, poderia vir a reforçar construções tradicionais e estereotipadas para as meninas e mulheres consumidoras do produto no século XXI. A literacia crítica se faz presente, mas é preciso compreender que nem toda a população consumidora tem os artifícios necessários para ponderar o que é proposto em tela, como é visto na perspectiva da Indústria Cultural.

Além disso, visamos com o trabalho garantir que o espaço fílmico analisado tenha também espaço na academia, como forma de gerar a compreensão de sobre qual ótica estão sendo produzidas as representações femininas no audiovisual. Sendo essa uma análise fundamental para estudos futuros sobre como as questões de gênero eram tratadas nessa época. Principalmente, passando pelo pressuposto de que os livros *Bridgerton* já atualizavam as figuras femininas no começo do século e,

agora, ganham nova roupagem com uma mentalidade mais amadurecida dos estudos feministas e sociedade consumidora.

No entanto, é necessário entender que a recepção do público foi diferente nos contextos do lançamento do livro, série e releituras da obra, no momento atual. Por isso, suscitar uma reflexão acerca dos próprios contextos da época, torna-se essencial para que as implicações nas construções de personagens fossem feitas, bem como, suas críticas. Mesmo sendo ambientada no século XIX, a série aborda assuntos da década atual, que não são abordados nos livros escritos nos anos 2000. Mas, para os anos 2020, uma produção que não contemple camadas e problemas da sociedade como racismo, machismo e empoderamento feminino, certamente, levaria rigorosas críticas do público e não teriam o mesmo sucesso frente a ele.

Nesse aspecto podemos observar que os produtos culturais são feitos também por outros motivos: gerar lucro. Para isso, é preciso atender as demandas do público atual. A série de livros *Bridgerton* foi escrita nos anos 2000 e, de lá para cá, a sociedade passou por muitas mudanças e certos aspectos dos livros não seriam aceitos ou bem vistos na adaptação. E, principalmente, com a contratação da Shondaland era esperado que mudanças fossem ocorrer para atender a essas demandas atuais. Produções feitas por mulheres adquirem tons diferentes daquelas produzidas por homens, substancialmente, no que se refere a representação do feminino para o feminino. Em *Bridgerton* o fator se exponencia com a presença interseccional de Shonda no comando na adaptação.

Por isso, torna-se importante reforçar que anacronismos e situações contrafactuais existem em peso na trama, mesmo ao tratar da sociedade regencial inglesa, marcada por costumes e valores morais da

alta aristocracia, com hierarquias sociais e papéis de gêneros estritos, não caberia ser retratada nos dias de hoje sem atualizações de roteiro. No entanto, é inegável que certos estereótipos de gênero continuam a ser reforçados, como o do amor romântico e as expectativas quanto ao casamento serem diferentes para o homem e a mulher.

São abordados ainda de forma mais sutil temas como gordofobia e comunidade LGBTQIAPN+. A diversidade se faz presente, porém levanta questões, na adaptação vemos no núcleo de Benedict Bridgerton uma comunidade “secreta” de artista que expõe suas orientações sexuais, bem como o Bridgerton. Na internet, cenas como essas geraram comoção do público que espera de Benedict e de Eloise, nas próximas temporadas, romances homoafetivos. No entanto, ambos os irmãos têm relacionamentos heteronormativos nos livros, o que nos leva a refletir: o quanto a Shondaland estaria disposta a abraçar a comunidade LGBTQIAPN+ e ir contra o *fandom* original *Bridgerton*? Toda essa representação só seria *queerbating*<sup>8</sup> ou tem propósito? Essas e outras questões reforçam a ambígua liberdade artística e período histórico.

A presente pesquisa foi feita com o intuito de fazer um pequeno recorte acerca do tema e se dispõe a ser ponto de partida para compreensões futuras de desdobramentos do tema. Uma riqueza de outras discussões são possibilitadas pela série e suas futuras temporadas, em novos arcos românticos e inserções de novos personagens. Bem como, com o *spin-off* que será lançado sobre a Rainha Charlotte. Nesta

---

8. O termo referir-se a uma estratégia de marketing. Definidas pela busca de aproximação com a comunidade LGBTQIAPN+ na qual usa de peças publicitárias e campanhas que deixam brechas para que o público entenda haver personagens em relacionamentos homoafetivos. Quando, na verdade, isso não fica claro no produto final e nem mesmo é abordado.

pesquisa, demos foco ao feminino a partir de uma análise fílmica do conteúdo da obra, mas questões semióticas, referente aos simbolismos apresentados, poderiam ser abordadas na Comunicação ou no âmbito da Literatura, trazendo uma compreensão mais profunda sobre livro *versus* série. Bem como, dar foco à personagens específicas de forma a entender a identificação dos fãs com a ficção de época e na construção dessas identidades. A intenção é que esta pesquisa contribua com a área da Comunicação, no que tange à valorização dos estudos sobre obras literárias, como produtos culturais e sua influência na sociedade, a interseccionalidade, os estudos feministas e a ascensão dos canais de *streaming*.

Por fim, salientamos que um quesito de grande relevância para a pauta feminista não foi contemplado neste artigo: a popularidade, reconhecimento e remuneração feminina. Phoebe Dynevor, interprete de Daphne Bridgerton, protagonista da série e quem leva o nome Bridgerton, não recebeu a mesma atenção da mídia, como Regé-Jean Page. Ao passo que Regé foi indicado a sete prêmios da TV estadunidense – incluindo o Emmy – Phoebe não recebeu nenhuma. A atriz segue com o elenco da série para as próximas temporadas, Regé, no entanto, deixou o show.

É importante frisar que todas essas transformações na representação do feminino só são possíveis com a conquista das mulheres, ao assumirem papéis tanto na comunicação, como de liderança em espaços de produções tão simbólicas na nossa sociedade. Como a literatura, que há muito tempo foi negado como local que mulheres pudessem pertencer e o mercado audiovisual. Ocupar espaços propiciou que nós pudéssemos dar vida, não só às transformações da sociedade, como

também demonstram a luta e resistência do feminino, na conquista por seus direitos e lugar na sociedade.

## Referências

- Cohn, G., & Adorno, T. W. (1986). A indústria cultural. *Theodor W. Adorno*.
- Aquino, L. K. S., Machado, S. dos S., & Otaviano, C. (2021). Na Floresta dos Signos de Hannah Grose: uma Análise Semiológica da A Maldição da Mansão Bly. In L. A. de Oliveira, A. R. Gomes, D. L. V. dos Santos, M. R. Coimbra, M. M. de Campos, M. A. Botelho, & W. J. de Carvalho (Org.), *Comunicação, Pandemia e Guerra de Narrativas* (1a ed., pp. 896-915). A Arte da Palavra.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Editora Sueli Carneiro, Pólen.
- Avelar, L. (1989). *O Segundo Eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Editora Unicamp.
- Becker, B. (2022). *Televisão e telejornalismo: transições*. Digitaliza Conteúdo.
- Berger, P. L., & Luckmann. (2007). T. *A construção social da realidade - Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Editora Vozes.
- Bonin, Jiani Adriana (2019). Inter-relações entre culturas, tecnicidade e cidadania na obra de Jesús Martín-Barbero. *MATRIZES*, 13(2), 27-44.
- Chomsky, N. (2015). *MÍDIA: propaganda política e manipulação*. Editora WMF Martins Fontes.

- Gomes, H. S. (2020, 29 abril) Internet chega a 80% das casas, e TV digital aberta cresce, diz IBGE. *Portal UOL*. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/29/internet-chega-a-80-das-casas-do-brasil-e-presenca-de-tv-cai-diz-ibge.htm>
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31, 25-49.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26, 61-73.
- Kellner, D. (2006). Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. *Sociedade midiaticizada*, 1, 119-140.
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Ed. Horizonte.
- Machado, H. L. (2018). As Pesquisas sobre Ficção Seriada: um estudo da produção acadêmica brasileira de 2013 a 2017. *Revista GEMInIS*, 9(2), 04-28.
- Martín-Barbero, J (2009). Desafios políticos da diversidade. *Revista Observatório Itaú Cultural*, 8, 153-159.
- Mccann, H. [et al] (2019). *O livro do feminismo*. Globo Livros.
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e Política*. Boitempo.

- Millán, E. (2021, 8 janeiro). A “avó” negra da rainha Elizabeth. *El País*. <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-01-08/a-avo-negra-da-rainha-elizabeth.html>
- Morin, E. (2002). *Cultura de massas no século XX*. Neurose. Forense Universitária.
- Penafria, M. (2009). *Análise de Filmes-conceitos e metodologia* [Trabalho apresentado]. *VI Congresso Sopcom*. Lisboa, Portugal.
- Rafael, G. G. (2012). Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas. *Iris, Recife*, 1(1), 32-43.
- Raul, J. M., & da Silva, A. L. (2019). “Young, gifted and black”: representatividade e diversidade em Grey’s Anatomy. *CAMINHOS DA EDUCAÇÃO diálogos culturas e diversidades*, 1(2), 40-59.
- Santos, R. J. S. dos (2020). *Donzelas Para Sempre? A Identidade Feminina e a Interseccionalidade nos Filmes de Princesa da Disney* [Monografia, Universidade Federal de São João del Rei]
- Teixeira, S., & Ferrari, P. (2016). *TV digital x internet: concorrentes ou aliados*. In L Santaella (Org.), *Novas formas do audiovisual*. Estação das letras e Cores.
- Thompson, J. B. (2018). A interação mediada na era digital. *MATRIZES*, 12(3), 17-44.
- TV tropes (2021, 10 janeiro). Bridgerton. *TvTrove*. <https://tvtropes.org/pmwiki/pmwiki.php/Series/Bridgerton>

# EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: A AGENDA LGBTQIA+ NAS TELEVISÕES UNIVERSITÁRIAS EM SÃO PAULO E NO MARANHÃO

*Pablo Ricardo Monteiro Dias<sup>1</sup>*  
*Osvando José de Moraes<sup>2</sup>*

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o papel das televisões universitárias do Maranhão e de São Paulo na educação para a diversidade, em especial na temática LGBTQIA+, contribuindo para um debate público que auxilie na construção de uma sociedade mais plural e inclusiva. Faz parte, enquanto atualização de dados e objeto, dos estudos que os autores vêm desenvolvendo desde 2020 sobre a temática sobre os discursos e mídias das Instituições de Ensino Superior

- 
1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, UNESP. Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social (UFBA). Pesquisador em Mídia, Tecnologia e Comunicação. [pablo.monteiro@ufma.br](mailto:pablo.monteiro@ufma.br)
  2. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA – USP). Professor e Pesquisador UNESP. [osvando.j.morais@unesp.br](mailto:osvando.j.morais@unesp.br)

(IES) públicas brasileiras e que o fundamentam; agora, voltando-se às televisões universitárias.

Para Monteiro e Morais (2021), as IES precisam urgentemente adotar posturas de protagonistas na promoção de estratégias de educação e mobilização social para pautas cidadãs, que considerem a diversidade de atores e realidades que estes sujeitos estão inseridos. Entendemos que as mídias capitaneadas pelas IES, em especial as suas televisões universitárias (Priolli, 2004; Magalhães, 2008; Prevedello, 2015; Argollo & Barreto, 2018) constituem-se em espaços para a produção e circulação destes discursos, face às suas funções sociais e aos princípios da Comunicação Pública (Duarte, 2007; Brandão, 2012; Koçouski, 2012; Paulino et al., 2016; Del Bianco & Maia, 2020).

Esta discussão ganha fôlego no atual cenário que o Brasil atravessa em relação à temática: um aumento do discurso de ódio contra a população LGBTQIA+ e um avanço de pautas conservadoras, anti-“ideologia de gênero” e de desinformação, principalmente em mídias sociais. De acordo com o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022), São Paulo é o estado brasileiro que mais mata esta população, com um aumento de mortes de 44% (quarenta e quatro por cento) no último ano. E o Nordeste brasileiro é a região brasileira com maior incidência de crimes homofóbicos (GGB, 2021), tendo o estado do Maranhão chegado a ocupar a 4ª colocação em denúncias de violência contra homossexuais no país.

Ambos os estados têm universidades públicas com televisões universitárias consolidadas, que apresentam como emissoras voltadas à promoção da educação e da cidadania. O presente artigo propõe, portanto, analisar a presença de temáticas LGBTQIA+ na grade de programação

destas duas televisões no período de janeiro a julho de 2022, a partir do que é disponibilizado nos sites das respectivas emissoras e de suas produções próprias. Destacamos aqui que quando falamos em mídias universitárias, não estamos limitados ao conceito de meio, veículo, suporte. É necessário que sejam compreendidas aqui dentro do complexo jogo de relações de poder que se dá na tecitura social, nas práticas sociais e capacidade de intervenção (Fausto Neto, 2006; Hjarvard, 2012; Martino, 2019), permeados por linguagens, subjetivações, formatos, entre outros elementos.

Face a este cenário, questiona-se como as televisões universitárias, por sua natureza educativa, desenvolvem pautas para trabalhar a representatividade de grupos historicamente excluídos, inclusive tendo a diversidade como um de seus valores. Estas pautas constroem um discurso pró-LGBTQIA+, capaz de comunicar efetivamente a diversidade e trazer mais representatividade para esta população? A tentativa de respostas a este questionamento faz parte dos estudos que os autores vêm desenvolvendo com o tripé: mídias universitárias, discursos das IES e diversidade.

### **Televisões Universitárias: possibilidades de exercício cidadão**

É certo o entendimento de que as Instituições de Ensino Superior, sobretudo as públicas, devem exercer seu papel de propagadoras de pautas cidadãs, o que confere a elas o cumprimento de sua função social e legitimidade perante a sociedade. A maneira como isto acontece revela-se na formação discursiva dessas instituições e esboça o entendimento de suas estratégias discursivas, que com a lente ampliada, refletem posicionamentos ideológicos em jogo e legitimam ou excluem (mais ainda) grupos desfavorecidos sociohistoricamente.

Entre estas pautas que tomamos como “pautas cidadãs”, está a diversidade, especialmente a de gênero. Ao não levar em consideração a diversidade como uma variável relevante para o cumprimento de suas missões, as IES podem gerar mais exclusão e ir de encontro à sua missão institucional.

Boaventura de Sousa Santos adverte que

Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tantos mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas paralelas. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança”. (Santos, 2015, p. 187)

Neste círculo de transformações necessárias e propagação de uma agenda cidadã, estão as mídias universitárias, que devem ser capazes de produzir e fazer circular produtos e serviços de conteúdo educativo, em linguagem e formatos acessíveis à população. Entendemos que as pautas inclusivas, como as da diversidade, devem permeiar as discussões na sociedade atual – sobretudo face ao contexto conservador e de repressão que em constante ascensão que vivemos, fortalecendo os debates sobre o combate ao preconceito e violência de gênero e a toda a sorte de questões a ele relacionadas. Isto, ao nosso entender, permite às IES exercer seu papel de agente de transformações sociais, possibilitando o real exercício de uma comunicação pública – com “objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos” (Kočouski, 2012, p. 92).

Trabalhar a construção destes discursos institucionais sobre a diversidade em suas mídias, constitui-se em questão pública e organizacional (Irigaray, 2008), buscando refletir os anseios de direitos iguais a todos, que configuram uma sociedade justa. Entendemos que, neste cenário, as emissoras de TV Universitárias (TVU's) podem auxiliar no cumprimento desse papel, considerando que, em associação às tecnologias digitais, uma vez que a televisão ainda se apresentam com forte influência sobre a sociedade. Conduzem, diariamente, processos de (re)produção e disseminação de discursos e comportamentos fundantes da própria noção de sociedade.

De maneira geral, as TVU's podem ser entendidas como aquelas “transmitida por canais de televisão (abertos ou pagos) e/ou por meios convergentes voltadas estritamente à promoção da educação, cultura e cidadania” (Magalhães, 2002, p. 15), e sempre sob a gestão de uma IES. Sob a ótica de Priolli (2004) estas mídias são feitas

com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui, é certo, o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação etc. (Priolli, 2004, p. 5)

Como já advogado em nossos estudos anteriores (2021, 2022), mesmo frente aos problemas pertinentes a esta esfera como a falta de investimento, é necessária por parte das televisões universitárias, a construção de uma programação educativa e de mobilização social. Este projeto de televisão deve

ser agente de transformações sociais, oportunizando voz àqueles que nunca tiveram, fazendo com que esses segmentos da sociedade se identifiquem com o que está sendo veiculado e se sintam representados nas emissoras. É preciso que se discuta sobre identidade, discursos e representações nestas instâncias – categorias necessárias para o entendimento do papel dessas mídias na construção e mobilização para transformações sociais – face ao contexto sociopolítico ora em curso. (Monteiro et al., 2022, p. 7)

Isto porque, ainda segundo os autores,

os produtos (e consequentes discursos) das TVUs, nesse jogo, devem implicar e mobilizar ações propícias para a formação identitária de resistência, representando a pluralidade da sociedade e trabalhando temáticas capazes de tornar o indivíduo em cidadão ativo, informado, cômico de seus direitos e deveres. Não devem, portanto, contribuir para a acentuação dicotômica que interferem diretamente na fragmentação do indivíduo enquanto cidadão. Face a todas as discussões acerca das televisões universitárias, um fato ressoa uníssono: entende-se e defende-se seu papel construtor e mobilizador para transformações sociais na contemporaneidade; sendo, pois, uma construção social e cultural e, ao mesmo tempo, fragmentada, plural e mutável, respeitando a constante mudança própria do indivíduo e da estrutura social contemporâneas. (Monteiro et al., 2022, p. 13)

Partindo das premissas aqui apresentadas, passamos a investigar o que as televisões universitárias falam sobre a temática em epígrafe.

## **Materiais, Métodos e Resultados**

Para a consecução dos nossos objetivos, foram escolhidas duas TVU's brasileiras, uma no sudeste e outra no nordeste do país, cujos estados ou região de origem apresentam consideráveis índices de violência contra a população LGBTQIA+. Portanto, a escolha se

deu face ao cenário apresentado na introdução deste trabalho; inclui frisar ainda os locais onde os autores vêm desenvolvendo seus estudos com as mídias universitárias. O intuito não é, sob nenhuma hipótese, o comparativo entre as instituições, porquanto passaremos a descrevê-las com TVU1 e TVU2.

A TVU1 se apresenta (e de fato o é) como o primeiro canal universitário do estado, tendo entrado no ar em 2015. E, de acordo com seu site oficial, “tem uma programação de caráter diversificado e plural, voltada a promover a educação, ciência, informação, cultura e meio-ambiente, com valorização das identidades locais e regionais”. Já a TVU2 está no ar desde 2011 e, também pelo seu site, declara seu “compromisso com a promoção da cidadania e do desenvolvimento social”. Ambas também afirmam contribuir para a promoção das políticas e ações de ensino, pesquisa e extensão.

Entende-se que por meio destas duas mídias, as Universidades assumem a capacidade de promover e legitimar práticas e ideologias, uma vez que podem refletir no comportamento dos indivíduos a que elas têm acesso e, deste ponto nodal, disseminar estas mesmas práticas e discursos a terceiros: isto, por certo, também inclui a maneira como os indivíduos se posicionam acerca da diversidade, temática em questão.

Assim, por meio de um estudo descritivo-exploratório, tomamos como corpus de análise as publicações nos sites oficiais das duas televisões estudadas, entre janeiro e julho do corrente ano, sobre a produção própria das televisões estudadas e direcionadas para a temática que estudamos aqui. No primeiro momento, a partir da definição de três palavras-chaves (diversidade, gay, LGBTQIA+) utilizamos os buscadores direto no site das emissoras. Neste momento, a TVU1 não

retornou nenhum resultado (como na imagem 01 abaixo) para as três palavras-chave, ao passo que a TVU2 retornou 113 resultados para a palavra diversidade; doze resultados para o termo gay (nenhum de 2022) e mais 12 resultados para o termo LGBTQIA+ e suas derivações (também nenhum de 2022). Em seguida, procedeu-se ao refino destes dados encontrados na TVU 2, descartando-se as palavras-chave gay e LGBTQIA+, considerando que os resultados não contemplam o período de análise desta pesquisa.

## Imagem 01

### *Resultado da Busca por Palavras-Chave na TVU 1*



Site TVU1 (<https://portalpadrao.ufma.br/site>)

Assim, dos 113 resultados encontrados na busca pelo termo diversidade, apenas 06 correspondiam ao período estudado; destas, apenas a metade estava relacionada ao tema pesquisado e estavam assim intituladas, por ordem de aparição das buscas: a) Na volta às aulas, alunos de Bauru conhecem projetos de extensão e debatem diversidade cultural (com um vídeo de 5':31''); b) Conheça o trabalho da nova Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (com um vídeo de 42':41'') e a última, c) Educando para a Diversidade | Dia da Visibilidade Trans (com um vídeo de 2'54'', onde A Coordenadoria de

Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da instituição, em parceria com a TVU2 traz o relato de um aluna trans em referência ao Dia da Visibilidade Trans); este último pode ser visto na imagem 03.

## Imagem 02

### *Resultado da Busca por Palavras-Chave na TVU2*

**Resultados da pesquisa**  
113 itens encontrados sobre o termo "DIVERSIDADE"

Regeneração de tecidos e impacto das ações humanas no meio ambiente são temas de pesquisas da Unesp

11/10/2022  
Nesta edição do Unesp Notícias, você acompanha o resultado de uma pesquisa que desenvolveu um biomaterial capaz de tratar a incontinência urinária de mulheres que tiveram diabetes na gestação. Ainda...

Com dezenas de unespianos, Estado de São Paulo leva 800 universitários empreendedores a evento

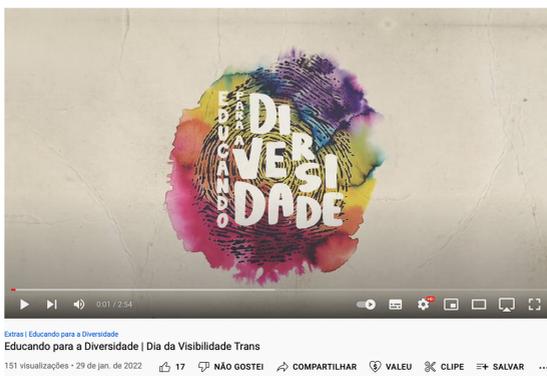
22/08/2022  
Nos últimos quatro dias, Maciço (AL) foi a capital mundial do empreendedorismo jovem. Por lá, terminou no último domingo o Enej 2022, Encontro Nacional de Empresas Juniores. Neste ano, o evento reu...

Na volta às aulas, alunos de Bauru conhecem projetos de extensão e debatem diversidade cultural

Site TVU2 (<https://tv.unesp.br/pesquisa/diversidade>)

## Imagem 03

### *Exemplo de Resultado já Filtrado por Palavras-Chave na TVU2*



Educação para a Diversidade | Dia da Visibilidade Trans

151 visualizações · 29 de jan. de 2022

17 NÃO GOSTEI COMPARTILHAR VALEU CLIPE SALVAR ...

Site TVU2 (TV Unesp, 2022)

Após a primeira filtragem dos dados, passamos ao segundo momento de busca, agora diretamente na programação das televisões, aquelas autodeclaradas, disponibilizadas em seus sites oficiais. Mais uma vez, na TVU1 não foi possível localizar nenhum programa, salvo melhor juízo, específicos para o debate de questões da diversidade. Aproveitamos aqui e ressaltamos que entendemos que este conteúdo pode (e deve) estar presente em outros programas transversais, como matérias em telejornais, mas não atendem ao critério de produção própria e abertura do debate que propomos. Na TVU2, encontramos o programa Educando para a Diversidade, homônimo de um projeto desenvolvido pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da instituição. Encontramos este programa categorizado na linha de Cidadania do site.

Após estes dois momentos de coletas, foram analisados os três resultados encontrados nos sites institucionais. Procedeu-se a análise de conteúdo (Bardin, 2016), procurando observar a que temáticas as IES se dedicam em seus programas diretamente relacionados aos temas da nossa pesquisa e como são articuladas as práticas de divulgação nas duas televisões em relação à diversidade, especificamente gênero, LGBTQIA+. O autor aponta que para se realizar a análise de conteúdo deve-se proceder a três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

A primeira fase foi a de esquematização do trabalho, envolvendo uma leitura flutuante (Bardin, 2016) do material que foi submetido à análise. Recorreu-se à extração de dados manual, o que inclusive reconhecemos que pode ter limitado os resultados encontrados. Foram vistos imagens e textos e a disposição dentro dos resultados encontrados.

Buscamos obedecer aos critérios de representatividade (a amostra representa o universo); homogeneidade (os dados tratam do mesmo tema e foram obtidos pela mesma técnica); pertinência (os documentos são relativos ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e exclusividade (não-classificação de um mesmo elemento em mais de uma categoria) (Bardin, 2016).

É necessário ressaltar que em momento algum, propomo-nos a fazer a análise de conteúdo e até mesmo de discurso dos programas encontrado nas filtragens. Mas sim, ver se e como a temática se fazia presente no conteúdo gerenciado pelas emissoras. Isto porque a

diversidade de conteúdo da programação pode ser considerada um diferencial das TVs universitárias se compará-las ao modelo de televisão comercial, considerando ainda as TVs públicas como alternativa de programação na valorização da cultura, do conhecimento, abrindo espaço à pluralidade e a diferentes atores, inclusive para a comunidade onde estão inseridas. Cabe a ela pensar em diferentes formatos de programas para as novas plataformas de veiculação que estão surgindo. Mas a diversidade também significa qualidade e para isso é necessário investimento em tecnologia e em profissionais que pensem uma nova televisão. (Martelli, 2012, p. 91)

Diante destes resultados preliminares encontrados, vemos que a temática da diversidade, em especial a de gênero-LGBTQIA+, embora apareça na TVU2, não ocupa lugar nos centros de produção das emissoras universitárias, o que não implica dizer que as instituições não trabalhem a temática ou desenvolvam políticas e ações sobre.

## **A (In)Visibilidade de uma Agenda Cidadã sobre a Diversidade**

Como podemos observar nos resultados da pesquisa, após todas as filtragens, duas das três produções encontradas estão relacionadas ao projeto Educando para a Diversidade capitaneado pela Universidade. A primeira apresenta os projetos relacionados ao tema diversidade e retrata a cobertura da volta às aulas no Boletim de Notícias da emissora. A segunda, dentro de um programa sobre a gestão da Universidade, apresentando o balanço das ações do primeiro ano de gestão da equipe do quadriênio 2021-2024, em específico sobre as ações da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. E, por fim, a terceira traz um depoimento de uma aluna trans da instituição em referência ao Dia da Visibilidade Trans – relembrando que esta é uma ação da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da universidade em parceria com a TVU2.

Achamos relevante aqui explicar em linhas gerais sobre o referido projeto, considerando que ele capitaneia a maioria dos resultados que vimos. Recorremos ao site para tentar explicá-lo:

O Projeto Educando Para a Diversidade nasceu de uma colaboração da Universidade (...) junto ao Banco Santander, com o objetivo de desenvolver ações, espalhar informações, elaborar debates e outros conteúdos que transformem o ambiente estudantil em um espaço seguro para todos os membros de seu corpo social. (TV Unesp, 2022)

Especificamente, sobre os programas em parceria com o projeto, a emissora esclarece em seu site:

Educando para a Diversidade traz diálogos sobre os vários aspectos da diversidade; reflexões sobre cidadania e inclusão e promoção de uma ambiência pautada na Cultura de Paz e na empatia. A cada episódio um tema é discutido e refletido com a ajuda de pesquisadores, ativistas e depoentes. O projeto audiovisual, realizado pela TVU2, foi fruto da Política Institucional de Enfrentamento à Violência e pela Cultura de Paz da Universidade, com o apoio do Convênio Unesp/Santander. (informação institucional, site, 2022).

Considerando o pouco espaço ao debate proposto, é importante destacar que as emissoras vinculadas a Instituições de Ensino Superior, que, em grande parte do tempo, realizam comunicação pública, têm aspectos singulares em sua natureza e operação, notadamente a veiculação de determinados tipos de conteúdo, como, por exemplo, os educativos e de produção independente, e a possibilidade de ampliação do pluralismo (oferta, uso e distribuição) de mídia em relação a vários contextos (Monteiro & Morais, 2020).

Voltemos ao início e lembremos do contexto em que este estudo se situa. O Brasil sempre figurou no ranking dos mais violentos em relação à comunidade LGBTIA+ (IPEA, 2020; Benevides 2022). Dados que, nos últimos anos, apontam para uma tentativa de maior silenciamento dessas pautas em nome de um pacote “anti-ideologias”, amparado pela força da produção e circulação de discurso de ódio e *fake news*, principalmente nas mídias sociais.

Entendemos que para a mudança deste cenário, é preciso que se (re)pensem processos educativos no âmbito das Universidade (principalmente as públicas) e de suas mídias como possibilidade de vetor desta mudança. Enxergamos como urgente a necessidade de se pautar e se discutir as questões de identidade e diversidade sexual de gênero

sob risco iminente de que esta invisibilização aumente o preconceito e a violência em um dos piores países para ser LGBTQIA+ do mundo (ou que não consiga frear as ondas de violência que temos vivenciado ultimamente).

Compreendemos também que a educação e discussão sobre estas questões sejam um dever das Instituições de Ensino Superior, por sua natureza e funções sociais; e considerando seu poder de pautar o debate público (Monteiro & Morais, 2020), influenciando os regimes de visibilidade da sociedade contemporânea (Fossá & Sgorla, 2009; Thompson, 2008). Ao utilizar suas mídias para este fim, entendemos que as IES colaboram na construção da identidade e representação social dessa população (Bauman, 2005; Hall, 2004) e de um projeto de resistência destes atores, que leve a ações de transformação social.

## **Considerações Finais**

A invisibilidade da população LGBTQIA+ é, por certo, um fenômeno histórico perpetuado no Brasil, sobretudo pela ausência de ações do Estado. Espera-se com esta investigação contribuir para mitigar os impactos do preconceito e violências contra os atores em questão – o que inclui a crescente manifestação aberta de preconceito, intolerância e ódio contra a população LGBTQIA+, com consequência proporcional na ambiência off-line. As IES precisam assumir esta postura de propagadoras de pautas cidadãs em consonância com as suas funções sociais, capazes de influenciar e transformar os contextos socioculturais onde estão inseridas.

Compreendidas aqui as várias disputas simbólicas (de relações de poder e legitimação de um discurso dominante heteronormativo e

conservador das instituições de ensino) que ocorrem nesses espaços, inclusive seus silenciamentos, cabe-nos ressaltar que a contribuição das IES, em consonância com suas funções sociais, para a reversão deste cenário pode ser desenvolvida sob duas instâncias, ambas regidas pelos princípios e finalidade da Comunicação Pública (diversidade, universalidade, especificidade e independência): a primeira diz respeito às mídias que são concessões públicas, especificamente televisões e rádios universitárias; a segunda, que embora não seja objeto direto da nossa discussão, se faz presente intrinsecamente, da perspectiva organizacional: os produtos e serviço desenvolvidos pelas assessorias de comunicação das IES.

É oportuno destacar aqui que entendemos que diversas IES brasileiras já protagonizam ações e políticas afirmativas em favor da população LGBTQIA+. O que nos cabe aqui é abrir mais um espaço de discussão para se pensar uma interlocução das IES com a sociedade, via mídias e práticas comunicativas referentes a esta agenda. Isso implica o desenvolvimento de conteúdo programático e institucional, de interesse público, educativo e cultural, que possibilitem a mobilização e transformação social. Esperamos, assim, indo ao encontro dos estudos que estamos desenvolvendo na área, contribuir para a reversão dos violentos impactos do preconceito, discursos e ações de ódio contra a população LGBTQIA+, tão vivenciada on e off-line.

Propor ações e ferramentas que possam melhorar o contexto LGBTQIA+ no país é fundamental. Entende-se que as Instituições de Ensino Superior têm papel crucial na melhoria dos indicadores relativos a esta temática e suas respectivas mídias podem e devem contribuir com

esse propósito, ao utilizar de suas ferramentas, discursos e legitimidade para tal fim.

## Referências

- Argollo, R. V., & Barreto, B. M. V. B. (2018). Considerações sobre identidades possíveis para uma televisão universitária. In E. Nagamini & A. L. Zaniboni (Comps.), *Territórios migrantes, interfaces expandidas*. Editus.
- Benevides, B. (Orgs). (2022). Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. ANTRA.
- Bardin L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70 Brasil.
- Brandão, E. (2012). Conceito de comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. Atlas.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Jorge Zahar.
- Del Bianco, N. & Maia, K. (2020). *Aproximações das TVs Universitária vinculadas a IES do conceito de Campo Público de Televisão* [Trabalho apresentado]. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Evento virtual. <https://bityli.com/oitue>
- Duarte, J. (2007). Instrumento de Comunicação Pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. Atlas.

- Fausto Neto, A. (2006). *Midiatização, Prática Social – Prática De Sentido* [Trabalho apresentado em congresso]. Encontro Anual da associação nacional dos programas de pós-graduação em comunicação (Compós), Bauru, SP, Brasil.
- Hall, S. (2004). *A identidade Cultural na pós-modernidade* (9a ed.). DP&A.
- Hjarvard, S. (2012). Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, 5(2), 53-91.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.). (2021). *Atlas da violência 2021*. IPEA; FBSP.
- Irigaray, H. A. R. (2008). *As diversidades nas organizações brasileiras: estudo sobre orientação sexual e ambiente de trabalho* [Tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas].
- Koçouski, M. (2012). Comunicação pública: construindo um conceito. In H. Matos (Org.), *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. ECA/USP.
- Magalhães, C. (2002). *Manual para uma TV universitária*. Autêntica.
- Martelli, F. (2012). *TV universitária, um modelo de gestão em construção: TV Unaerp de Ribeirão Preto* [Dissertação de Mestrado, UNESP].

- Martino, L. M. (2019). Rumo a uma teoria da midiaticização: exercício conceitual e metodológico de sistematização. *Intexto*, 45, 16-34.
- Médola, A., & Lelis, M. (2019). Televisão universitária, visibilidade e consumo: o papel das redes sociais na promoção dos conteúdos. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 16(46), 354-375.
- Monteiro, P., Morais, O., & Pieranti, O. (2022). As TVs universitárias no ecossistema midiático brasileiro: cidadania e transformação social. *Temática*, 18(5), 1-15.
- Monteiro, P., & Morais, O. J. (2020). Comunicação e Diversidade: Reflexões sobre a Visibilidade do Sujeito LGBTQ+ em Plataformas Digitais de Instituições de Ensino Superior. In A. Sens, C. Assis, J. Xavier, K. Miguel, M. Esperidião, S. Ruiz, & S. Gadini (Org.), *Cidadania*. Ria Editorial.
- Paulino, F., Guazina, L., & Oliveira, M. (2016). Serviço público de mídia e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. *Comunicação e sociedade*, 30, 55-70.
- Prevedello, C. (2015). *Televisão universitária público-estatal no Brasil: origem e o contexto da convergência digital* [Trabalho apresentado]. 10º Encontro Nacional de História das Mídias, Porto Alegre, RS, Brasil. <https://bityli.com/hkzH6>
- Priolli, G. (2004). Televisão universitária: TV educativa em terceiro grau. *Verso & Reverso*, XVII(36). <https://acervo-digital.espm.br/Artigos/ART/2014/100676.pdf>

Relatório “Observatório de Mortes violentas de LGBTI+ no Brasil, 2020”. Material produzido pelo GGB, em parceria com o grupo “Acontece Arte e Política LGBTI+”. Publicado em maio de 2021. <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/>

TV Unesp. (2022, janeiro 29). *Educando para a Diversidade | Dia da Visibilidade Trans* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=AkN7FsensVU>

# QUESTÕES DE GÊNERO (FEMINISMO), E A COMUNICAÇÃO PARA A PAZ

*Lueluí Aparecida de Andrade<sup>1</sup>*

O artigo expõe alguns conceitos da Comunicação para a cultura de paz, suas conexões com questões de gênero, especificamente o feminismo, em especial quanto aos estratos de violência contra a mulher (estrutural, indireta e direta, nos conceitos de Galtung) e a ética do cuidado, tema desenvolvido pela autora Tânia Aparecida Kuhnen. Nessa perspectiva, enfoca o papel da linguagem (falada e escrita), presente no cotidiano e na mídia, lembrando o poder das mensagens transmitidas em moldar mentalidades.

Podemos aplicar a sistematização dos diferentes âmbitos de violência (estrutural, cultural e direta) ao considerarmos a violência contra a mulher. Nesse contexto, dizemos que se enfocam as suas

---

1. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Designer da Universidade Estadual Paulista - UNESP. [lueluih@yahoo.com](mailto:lueluih@yahoo.com)

conexões com questões de gênero, especificamente o feminismo, porque é o feminismo, em suas diversas configurações e meios de atuação, o combate a essas violências, ou seja, o feminismo só existe em face do machismo, só é necessário por ainda vivermos em uma sociedade patriarcal, em que todos os privilégios são dados ao gênero masculino, em detrimento do feminino.

Abordaremos a questão do gênero construído, que é a que mais violenta as mulheres todas – os papéis, comportamentos, sentimentos e ideário que se esperam das mulheres e homens e se instruem desde o nascimento para que seja preservado o *status quo* (desfavorável a “o segundo sexo”<sup>2</sup>, sempre). Há diferentes correntes dos feminismos, que não são um movimento monolítico. Nos ateremos, porém, à crítica relativa às principais bandeiras, comuns a todos, sem descrever minúcias, à exceção do transativismo.

A linguagem, seja a do cotidiano, a oficial ou a midiática, carrega conceitos machistas, misóginos, excludentes. A questão é problematizada, oferecendo-se alternativa bastante eficiente.

## **Violências**

Os estudos para a paz a vêem como condição geral de bem-estar, o que envolve questões geopolíticas, mas igualmente sociais, ambientais e humanas (emocionais, de saúde física e mental, segurança alimentar etc.).

---

2. Simone de Beauvoir cunhou o termo, para referir-se às mulheres, no livro homônimo. Nas culturas patriarcais, a mulher é secundária em relação ao homem, em qualquer âmbito social.

Johan Galtung formula uma tipologia das violências. Ele conceitua os principais estratos de violência como estrutural ou sistêmica, direta e cultural (tratada em especial na obra *Violência Cultural*, de 1989, traduzida para o espanhol em 2003).

Segundo Galtung, os níveis, estratos ou tipos de violência estrutural, cultural e direta projetam-se uma nas outras. Se cada uma for o vértice de um triângulo, veremos as relações de afirmação entre todas.

No entanto, esclarece, há uma diferenciação temporal entre elas:

Pese a las simetrías, hay una diferencia básica en la relación temporal de los tres conceptos de violencia. La violencia directa es un acontecimiento; la violencia estructural es un *proceso* con sus altos y bajos, y la violencia cultural es una *constante*, una permanencia (Galtung, 1977: cap. 9), que se mantiene básicamente igual durante largos períodos, dadas las lentas transformaciones de la cultura básica. Dicho en los útiles términos de la escuela historiográfica francesa *Annales, événementielle, conjoncturelle, la longue durée* (eventual, coyuntural, de larga duración). Las tres formas de violencia penetran de forma distinta en el tiempo, con alguna similitud con las diferencias que establece la teoría de los terremotos entre la sacudida telúrica como acontecimiento, el movimiento de las placas tectónicas como proceso, y la línea de fallas como condición más duradera. (Galtung, 2003, p. 12)

Galtung desafia exemplos bem substanciosos da inter-relação entre os diversos níveis de violência. Chama-nos a atenção aquela desenvolvida para suposta defesa dos grupos “opressores” contra os antes “oprimidos”, no que tange à violência cultural. O exemplo dado é dos vikings, que outrora atacaram e dizimaram comunidades russas. Estariam predispostos os vikings a disseminar a falsa ideia de que os russos são um povo agressivo, precavendo-se de eventual revide em relação aos atos cruéis antes praticados?

Os três tipos de violência se inter-seccionam.

Na violência contra a mulher, como toda violência sobre minorias, cada instância assegura a efetividade das demais.

Há muitos nomes e estratégias de opressão.

Nos estudos e ações de contra-hegemonia feministas, os problemas enfrentados são detectados como: sexismo, misoginia, patriarcalismo, machismo; feminicídio, cultura do estupro<sup>3</sup>, assédio, abuso; apagamento na história. Temos também os termos adotados da língua inglesa, para atos misóginos praticados em qualquer lugar do mundo: *mansplaining*, *backlash*, *slut shaming* e outros<sup>4</sup>.

As estratégias de resistência são também diversas.

- 
3. Cultura do estupro na mídia, texto de Eliana Coelho, socióloga e doutoranda em Sociologia na UFC (Universidade Federal do Ceará): “Para mudar isso (essa cultura), precisa mudar a forma que se socializam as crianças. Parar de dizer aos filhos “guardem suas cabritas que os bodes estão soltos”. Essa expressão eu escutei muito na infância. Não, as mulheres não são cabritas e os homens não são bodes. Somos humanos que reproduzimos cultura, mas que também temos potência para mudá-la”.
  4. . *mansplaining*: homens acharem que precisam explicar tudo para as mulheres ao lado, muitas vezes para a própria autora de um livro ou artigo sendo divulgado ou para uma especialista sendo entrevistada; homens tentando delimitar para a mulher quando ele pode ou não se sentir oprimida: típica é a atitude autodefensiva de homens acusados de machismo, tentando “explicar” porque aquela ação não se caracterizaria como tal.  
. *backlash*: movimento de reação ao feminismo e suas conquistas, expresso, exemplificativamente, em desqualificação de feministas e mesmo recrudescimento da violência contra as mulheres em decorrência dos avanços que não se querem ver estabelecidos na sociedade (para elas “saberem seu lugar”).  
. *slut shaming*: julgamento tolhedor a respeito do comportamento feminino quanto à sexualidade: julgar que a roupa de uma mulher é curta demais ou seu comportamento atrevido, insultos proferidos contra as mulheres, de “oferecida” a “vadia” ou “puta”. A sexualidade feminina e sua expressão são constantemente podadas, julgadas e restringidas.

## Feminismos

Embora por limitação de espaço não possamos abordar as ramificações das questões de gênero (as muitas sexualidades existentes, os conceitos de *cis* e *trans*<sup>5</sup>, as diversas correntes feministas históricas e em atividade), abordaremos a problemática do gênero construído e brevemente uma crítica ao transativismo.

O transativismo está englobado na luta feminista e as feministas, em sua absoluta maioria, militamos em favor dos direitos das mulheres transexuais. Em alguns aspectos, no entanto, se choca com reivindicações históricas das mulheres (*cis*), porque reforçam o gênero construído para afirmação (mulheres usarem sempre sapatos de saltos, maquiagem, roupas e comportamentos tidos como “femininos”) e, talvez por estarem historicamente envolvidas com a prostituição, defendem-na como atividade livre, enquanto feministas (não são todas) lutamos para erradicá-la, considerando-a uma opressão direta às mulheres prostituídas e uma violência estrutural e indireta contra todas as mulheres do planeta. Também nas lutas concernentes à maternidade (opcional, segura e dividida com o pai), algumas mulheres *trans*, por não poderem engravidar, chegam a opor-se a reivindicações legítimas e históricas. Quem mais denuncia essas ações são as feministas chamadas radicais ou *rad-fem*.

Além disso, por conta de as mulheres *trans* terem nascido homens e sido socializadas como homens, frequentemente impõem

---

5. Grosso modo, pessoas *cis*gêneras: pessoas que supostamente estão felizes com o gênero atribuído (mulher ou homem) porque se identificam com esse gênero, coincidente com o sexo “natural” – homens nascidos com pênis, mulheres com vaginas; pessoas transexuais: pessoas que se identificam com o gênero oposto ao atribuído ao nascer, mulheres que nasceram com pênis, homens com vaginas. “Supostamente”, porque essa definição pressupõe que mulheres *cis* concordem com o gênero como construído e a luta feminista questiona justamente esse conjunto de atribuições.

suas pautas no movimento feminista, algumas vezes de maneira mais do que assertiva, mas agressiva e impositiva. Além disso, na disrupção existente entre sexo e gênero – que o próprio transativismo vem nos mostrar –, muitas mulheres trans (seria a maioria?) se relacionam afetiva e sexualmente com mulheres cis, reproduzindo com toda a violência os traços machistas nas relações.

As militantes trans são mais aguerridas e não que existam direitos mais valiosos que direitos, e não que mulheres trans não sejam vítima de violência de gênero, porém a velocidade de suas conquistas até de terceira ou quarta geração<sup>6</sup> é comparativamente grande, enquanto milhões de mulheres ainda morrem assassinadas (na maioria dos casos por seus parceiros) pelo fato de serem mulheres e sofrem estupros sistemáticos (uma a cada 8 minutos, no Brasil), sem proteção efetiva que evitem esses crimes. Apoiamos as conquistas, mas o descompasso é grande.

Na academia, o avanço é notável também. E parte significativa das publicações sobre gênero são sob a perspectiva transativista. E, em geral, defendendo atributos de gênero construído para as mulheres e tentando naturalizar a prostituição.

## **Questões de Gênero e a Linguagem**

No que concerne à linguagem, nos traz López (2008) que a palavra tem o poder simbólico de dividir e separar, então também de dar coesão e unir pessoas. Lembra a autora que nossas escolhas ou eleições

---

6. Na ciência jurídica, se dizem de primeira geração aqueles direitos ligados à dignidade humana (sobrevivência, alimentação, moradia) e de segunda ou terceira os mais específicos, de cidadania (educação de qualidade, equanimidade no tratamento entre etnias e gênero etc.). Poderíamos, nessa linha de ideias, tratar o nome social em documentos como de quarta geração, talvez.

linguísticas podem estender pontes ou aproximar-nos e pode separar-nos cada vez mais, como seres humanos. Com a autora podemos refletir:

El lenguaje va más allá de lá mera representación y transmisión de ideas, tiene poder constructivo en sí mismo y contribuye a crear, en parte, la sociedad en que vivimos y también el sistema de valores por el que nos regimos. (López, 2008, p. 34)

A autora lembra, na mesma obra e página, Dwight Bolinger (Language – the loaded weapon): “Ya lo dijo Bolinger. El ‘lenguaje es una arma cargada’. Transmite ideologia y valores ideológicos que sirven para establecer y dar forma a nuestras relaciones sociales”.

Lembra-nos Denise Cogo (2013) que o entendimento proposto por Bakhtin é o da linguagem como matéria social e dialógica, expressão simbólica ou representativa dos conceitos, preconceitos e valores, que resulta senão da convivência e embates coletivos entre os sujeitos situados social e historicamente.

Conforme já investigamos no mestrado (que tratou da importância da atuação dos operadores do Direito para a construção/consolidação da democracia no Brasil), questões que também perpassam o plano da linguagem (diante do potencial emancipatório que representa a sua compreensão e uso autônomo), em especial na intersecção com a mídia na contemporaneidade, no contexto em que mergulhados, o da sociedade midiaticizada – a produção de sentido nos atravessa, em todas os âmbitos e direções.

Nesse sentido, linguagem tem função política.

Os estudos de Comunicação, em especial desde o avanço do alcance amplo de público dos jornais, com as revoluções da imprensa,

passando pelo advento da indústria cultural e da comunicação de massa e, atualmente, na sociedade interconectada, em base capitalista e no contexto pós ou ultraneoliberal, adquirem importância cada vez mais crescente.

Insertas nas pesquisas, as investigações quanto às linguagens utilizadas e seu peso político nos fenômenos comunicacionais – e sociopolíticos, de uma só vez.

Lueluí de Andrade (2017), no estudo que apresentado como dissertação de mestrado, salienta a importância da linguagem para a emancipação cidadã. Correlato é seu papel na formulação de uma concepção de mundo igualitária entre mulheres e homens.

A dissertação que, entre outras questões, analisou se o posicionamento de determinados juristas foi crítico em relação à linguagem jurídica comumente utilizada por seus pares na mídia em determinado recorte sócio-histórico, buscou averiguar se eles próprios realizaram a transliteração do “juridiquês” para a Língua Portuguesa compreensível pela cidadania comum, tendo em conta o papel político da comunicação de conteúdo, baseado na premissa de que linguagem constitui parâmetros de experiência individual e social. “Constitui”, no sentido de estabelecer, formular, construir, mesmo.

Na investigação, ressaltou que o domínio da linguagem (e também o pensar crítico a respeito dela, acrescentaríamos aqui) é elemento político, ao possibilitar a emancipação cidadã, porque “nomear é apropriar-se”.

Consideramos também que língua e linguagem são dúcteis, maleáveis. Por esse motivo, conceitos e preconceitos enraizados podem transformar-se diante de alterações introduzidas no uso da linguagem,

que nesse sentido são bem-vindas para a aeração democrática, porque moldam a compreensão dos fenômenos, sendo a relação um jogo de influências mútuas.

Maria Angeles Calero (2002) observa que

As línguas não se limitam a ser um simples espelho que nos devolve a imagem de nosso rosto: como qualquer outro modelo idealizado, como qualquer outra invenção cultural, as línguas podem levar-nos a compor nossa percepção do mundo e inclusive a que nossa situação se oriente de uma determinada maneira (Calero, como citado em Est. Rio Grande do Sul, 2002, p. 19)

Calero (2002, p. 51) valora a palavra como substrato para ideias, lembrando à leitora e ao leitor: “Não se esqueça que o pensamento se modela graças à palavra, e que só existe o que tem nome”.

O arcabouço de elementos sociais com que lidamos circunscreve-se na esfera da cultura e da construção simbólica, possuindo características simbólicas, sociais, políticas, econômicas, jurídicas e culturais, construídas ao longo do tempo e que variam de uma cultura a outra. Portanto, modificáveis, como enfatiza María José Escudero:

A língua é um fato tão cotidiano que o assumimos como natural, sendo que poucas vezes nos detemos a perguntar-nos o alcance e a importância da mesma. Neste sentido, menciona Edward Sapir que — falta apenas um momento de reflexão para convencer-nos de que esta naturalidade da língua é uma impressão ilusória. Mas, a linguagem não é algo natural e sim uma construção social e histórica, que varia de uma cultura para outra, que se aprende e que se ensina, que forma nossa maneira de pensar e de perceber a realidade, o mundo que nos rodeia e o que é mais importante: pode ser modificada. Por intermédio da linguagem aprendemos a nomear o mundo em função dos valores imperantes

na sociedade. As palavras determinam as coisas, os valores, os sentimentos, as diferenças. (Escudero et al., 2002, p. 22 )

Ainda que a língua carregue sempre cargas sociais estruturais cristalizadas, é possível gerar ações, segundo a autora, que incidam na sociedade e na linguagem ao mesmo tempo. A perspectiva de gênero pode ser irradiada para qualquer setor da vida em sociedade, como a cidadania, aplicando-se o conceito, “Posto que as palavras definem a realidade modelando-a, e que também a realidade tem uma grande carga no significado que se dá às palavras, podemos impulsar propostas dirigidas a mudá-las...”:

A linguagem cria consciência, cultura, ideologia e modifica o pensamento das pessoas. Podemos, portanto, ao mudar a forma de falar e escrever, modificar a mentalidade das pessoas, suas condutas e como consequência a própria sociedade. Dado que a língua é uma ferramenta e um método vivo que permite a mudança, é perfeitamente possível (depende da nossa vontade) começar a incluir algumas modificações que deem uma visão muito mais real da diversidade deste mundo e da nossa sociedade. (Escudero et al., 2002, pp. 41-42)

Assim também no âmbito dos estudos da Comunicação para a Paz: podemos mapear violências diárias, cometidas contra as mulheres, que se não configuram violência direta (numa discussão de um homem com uma pessoa do gênero feminino, em que a ofensa é proferida de forma agressiva, por exemplo), forma o amálgama de violência cultural que vai sedimentando-se e sendo entronizada.

Conforme salientado na mesma dissertação: “... o nome importa, e muito. ... podemos colacionar o exemplo da militância política e

por direitos das minorias: ... os termos que denotam protagonismo e igualdade são sempre defendidos, em lugar daqueles que demonstram inferioridade de uma pessoa ou comunidade em relação a outra”.

Termos pejorativos são somente o cume. Chamar mulheres comumente e de forma generalizada (dissociada de qualquer comportamento de uma mulher em específico) de vagabundas, putas, burras, histéricas, loucas. “Mulher no volante...” segue sendo repisado, a despeito das estatísticas provarem que homens é que dirigem sem segurança (morte no trânsito de indivíduos do gênero masculino jovens está entre as principais causas de mortandade no Brasil) e até as empresas capitalistas de seguros (que unicamente visam o lucro, sem qualquer atuação “social”) darem descontos quando a motorista é mulher, porque causam menos acidentes. São o epicentro, mas as nuances são tão eficientes quanto.

Algo de que muitas feministas não se dão conta (e utilizam correntemente): se um homem faz algum mal a alguém, a pessoa prejudicada não o xinga, mas ofende alguma mulher mais próxima dele, chamando a ela de prostituta (sua mãe – “filha da p.”, feminilizando até a palavra filho) ou infiel (sua esposa – “aquele corno!”). Outra questão, usar verbos diferentes para descrever mulheres e homens praticando sexo (que, numa relação equilibrada, é para o prazer mútuo e não de uma das pessoas), dizendo que ela “dá” e ele “come”, como se a mulher se dispusesse para o prazer masculino.

Por sinal, essa postura diante do sexo é naturalizada num âmbito de acúmulo de violências, na prostituição. As mulheres prostituídas (são as vítimas históricas e maioria absoluta de sua exploração – no Brasil atualmente 5,5 mi de adultas, as menores de idade são exploradas sem se ter ideia do número estão sendo vítimas de violência estrutural e

cultural, indireta e frequentemente de violência direta. Numa cultura misógina, esperar que um prostituidor vá respeitar aquela que paga para lhe servir seria ingenuidade. E a naturalização da prostituição – considerar normal um ser humano ser submetido a caprichos sexuais e crueldades de outro por dinheiro, usurpando-lhe a dignidade, submetendo a maioria das vítimas a drogar-se para suportar e a sofrer de doenças psicológicas, como síndromes de ansiedade, do pânico, afora todo tipo de doenças transmissíveis e possibilidade de violência física – prejudica todo o gênero feminino, já que naturaliza, a rebote, que o desejo masculino prevaleça e que a mulher não possa exercer vontade própria. Não é demais lembrar que é muito recente no Brasil o Poder Judiciário admitir ocorrência de estupros em uma relação conjugal, como se o casamento desse ao marido poderes de deliberação e propriedade sobre o corpo e o voluntariedade da esposa.

No mundo acadêmico, abreviar os prenomes, ao indicar autoria. Parece uma prática “inocente”, mas longe disso: feministas cunharam o termo *backlash*, para definir a reação à evolução, progressista, conseguida pelos movimentos emancipatórios, e à medida que as mulheres tomam cada vez mais os espaços, apagar seus nomes femininos é uma potente estratégia de invisibilização. É importante para as pesquisadoras jovens terem como referências no mundo das ciências as obras de Luízas, Anas Marias, Alices, Raquéis, Marias Helenas. Nomes presentes “e visíveis” são afirmação.

Utilizar o masculino como pretense sentido universalizante, como suposta sinonímia a “humanidade” ou a “pessoas”. Se queremos dizer pessoas, digamos pessoas, mulheres e homens, os seres humanos etc. e não “o homem é um ser racional”, os direitos do homem (por

sinal, Olímpia de Gouges foi guilhotinada na França pós-revolução por provar que a declaração universal não abrangia mesmo as mulheres e redigir versão que as contemplava<sup>7</sup>). Além dos argumentos do manual já citado, um texto saboroso de *guest post* de Robson Fernando de Souza, autor do blog Consciência<sup>8</sup> oferece diversos exemplos que desbancam essa falsa justificativa. Não. A utilização do masculino tem função, em primeira e última instância, de excluir o feminino, mesmo. Vejamos se soam plausíveis as frases (exemplos do autor): Metade dos homens na Terra engravidam; Tenho quatro homens em casa, três meninas e um menino; “Eu sou um homem, tenho esse direito!” (dito por uma mulher).

Qualificativo. Vejamos o étimo do substantivo hombridade. Refere-se à suposta qualidade, superior, de pessoas do gênero masculino (aliás, nos termos em que colocada a ética no patriarcalismo, os homens tem muito menos hombridade do que as mulheres, já que deles é cobrado e naturalizado o comportamento competitivo, desleal, infiel, como sinônimo de masculinidade padrão). Hombridade seria característica do homem honrado, ilibado, “de verdade”. Do homem. Soaria estranho mencionar-se uma mulher exemplo de hombridade, porque se estaria dizendo que ela é um verdadeiro exemplar de homem reto, incorruptível, leal.

A raiz da palavra acima é o substantivo espanhol *hombre*. A língua portuguesa, como se sabe, deriva da castelhana (mais antiga do ramo romântico). Por coincidência ou não, enquanto no português do

---

7. Abreu, D. de D. (2016). *Os direitos da mulher e da cidadã por Olímpia de Gouges*. Saraiva.

8. Aronovich, L. (2011, julho 15). Guest Post: O Masculino Como Gênero Padrão Da Humanidade. *Escreva Lola Escreva*. <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/2011/07/guest-post-o-masculino-como-genero.html>

Brasil já quase ultrapassamos a discussão sobre a validade do feminino no termo *presidenta* (não importa que outros designativos terminados no sufixo *ente* sejam invariáveis – *ciente*, *cognisciente*, *dirigente* –, à função de presidir correspondente o *cargo* de *presidenta* ou *presidente* – além do que é questão também de afirmação e é certo que a maioria das funções do espaço público, já que à mulher sempre foi reservado o território do ambiente privado, e profissões eram nominadas originalmente com substantivos masculinos, visto não existirem engenheiras, cirurgiãs, governadoras mulheres nos tempos primevos da história da humanidade), constatamos no espanhol um uso mais conservador da nomenclatura de profissões: ainda hoje se diz o correspondente a “aquela mulher é um médico, aquela outra é um engenheiro e a terceira é um advogado”. As mulheres conquistaram o território do trabalho externo, mas ainda não o da língua, com a feminização dos termos.

Nos dicionários, todas as palavras de dois gêneros são exibidas na forma masculina, exceto se somente existir a feminina. Na regra, a segunda citação, quando consta, é na forma “feminino de [tal palavra]. Aí a pessoa consulente tem de procurar a forma masculina da remissão. Só aí se encontra exibida a definição ou conceito.

Como reafirmamos as feministas, são posições que se tomam a partir da consciência e, posteriormente, do policiamento. Estão tão entranhados em nossa socialização que mesmo nós tendemos – se desatentas – a utilizarmos a terminologia excludente de mulheres, nos nossos textos jornalísticos, científicos ou literários.

## Apagamento das Mulheres

Há quem diga: você só existe, historicamente, se for narrada(o). “A verdade é a experiência mais histórica que há”, diz Veyne; ela é forjada pelos homens, e não existe independentemente.

No parágrafo antecedente, a palavra “homens” tem o significado preciso: indivíduos do gênero masculino.

As mulheres exerceram atividades fundamentais para a humanidade, que vão muito além da criação das filhas e filhos, atividade já tão importante. Foram poetas, cientistas, inventoras. Porém, seus nomes foram apagados, as biografias deixando de ser registradas, os feitos, de ser devidamente creditados. Exemplos há às centenas (conseguidos apesar do borrão da escrita da história, feita pelos homens).

Da irmã do enxadrista reconhecido como melhor do mundo, sabendo-se agora que a irmã o ensinara e era melhor, passando por cientistas que não tiveram seus inventos registrados à esposa de Alfred Hitchcock, Alma Reville: fotógrafa, montadora e roteirista, suspeita-se que foi muito mais que uma auxiliar na coprodução dos filmes do marido que, segundo ela, não permitia que ninguém ofuscasse sua imagem de genialidade, motivo pelo qual teria concordado em ficar à sua sombra, quase anônima; ou seja, é possível que ela fosse a autora dos roteiros, ou ao menos dos argumentos mais inovadores dos filmes do marido e que nunca tenha sido creditada. Podemos até pensar, por hipótese e base nos dados biográficos do marido, que ela tenha tido ideias geniais e dividido com o marido, que as colocou em prática no *set*.

Como reação a essa manobra histórica, podemos citar duas iniciativas de jovens mulheres inglesas: a feminista Caroline Criado Perez consegue, com sua militância ferrenha, que se instalem estátuas

de mulheres de atuação relevante (já foi a responsável pelas figuras agora públicas de Millicent Fawcett, sufragista, e de outras mulheres, em parques e praças londrinos); a jovem cientista de exatas Jessica Wade monta uma página por dia na Wikipedia em inglês de cientistas mulheres com trabalhos importantes e extenso currículo – ela se assegura bastante da veracidade das informações e das fontes e propõe inclusive que passemos a traduzir suas páginas para os demais idiomas do mundo.

Outra forma de apagamento das mulheres é o desaparecimento do nome de família (o sobrenome ou patronímico – termo esse já carregado de conotação patriarcal. No Brasil, como em boa parte do mundo, mulheres se casam e tiram um ou mais dos sobrenomes, substituindo-o(s) pelo do marido. Nos países de língua espanhola, a situação é ainda pior. Todas as crianças, ao nascer, ganham prenome, seguido de sobrenomes do pai e da mãe, nessa ordem. No matrimônio, mulheres perdem o sobrenome *da mãe* e ficam com os nomes de família do seu pai e do seu marido, como que a demarcar bem o nome do dono antigo e o novo dono. Ou seja, o nome da linhagem feminina desaparece já em uma geração.

Algumas mulheres, mesmo após a Constituição Federal de 1988, quando ficou mais claro não ser exigência legal a retirada do sobrenome paterno e colocação do do marido (a lei civil não preconiza e não preconizava isso, mesmo em vigor o código de 1916, ou seja, nunca foi de lei e sim um costume machista), ainda alteram seu nome. Com essa prática, o nome de família da mãe (da avó das crianças) desaparece por completo em no máximo duas gerações.

Nesse contexto, outra resistência ao patriarcalismo é mulheres nomearem filhas com o mesmo nome das avós ou tias --- como sombra

de um matriarcado que só existe na prática (“mães solo”<sup>9</sup>, que cuidam sozinhas da prole, por ausência indevida dos pais das crianças<sup>10</sup>): há uma quantidade significativa de nomes com a partícula “Filha” no final. Em consulta a dados oficiais, aparecem no Brasil todo 46 pessoas de nome Maria Aparecida da Silva Filha, 63 chamadas Maria da Silva Filha, 26 registradas como Maria Aparecida Filha, 7 de nome Maria Teresa Filha, 2 denominadas Mariana da Silva Filha, 13 com prenome Josefa da Silva Filha.

Os lemas exibidos em cartazes em protestos de rua e pelas redes sociais, como “Mexeu com uma, mexeu com todas”, “#Me too”<sup>11</sup>, “Chega

- 
9. O termo “mãe solo” está sendo progressivamente introduzido na cultura, em substituição a mãe solteira, inadequado por varias razões: *a)* pressuporia que o “correto”, o “certo”, o “normal” é a mulher ser – sempre – casada, como destino, especialmente para ser mãe; *b)* há outros motivos para que a mãe não seja casada, pode ser divorciada ou viúva e tem, nas duas situações, de cuidar sozinha da prole; *c)* muitas mulheres casadas são mães solo, porque os pais são negligentes com a educação de seus filhos;
  10. Para se ter uma ideia da quantidade de super mães , porque ausentes os pais, só a quantidade de pessoas sem o nome do pai na certidão de nascimento no Brasil eram, em 2011, 5.500.000 (dados disponíveis nos sites referentes à pesquisa Ipea 2011)
  11. A escritora argentina Selma Almada, autora do livro *Garotas mortas* e participante da mesa da Flip (Festa Literária de Parati) sobre violência de gênero dá um depoimento pertinente sobre o tema e o sentido do MeToo: “Acredito que nos custou muito reconhecer isso. Parece que passamos muito tempo sabendo que haviam mulheres que sofriam violência de gênero, mas não nos sentíamos envolvidas porque nunca um namorado nos havia agredido. Mas quando começamos a reconhecer que, de fato, nunca um homem me bateu, mas naquele vez no metrô um cara me tocou ou fulano me disse alguma coisa que me deu muito medo... Nos reconhecer nessas situações, pelo menos, nos ajudou a refletir sobre o tema, a nos envolver ao entender que não era algo que acontecia com algumas, mas que de alguma maneira nos passa a todas e todo o tempo. O movimento #MeToo é isso”. Publicado na versão on-line de Carta Capital.

de fiu fiu”<sup>12</sup>, “educação sexual para decidir, métodos anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer” são cada vez mais amplamente divulgados. E vão sendo entronizados. Na mídia de periódicos, aos poucos são incorporadas expressões de militância. Numa revista de política e temas gerais de circulação semanal, a peça teatral “Mary e os monstros marinhos” é anunciada com a manchete “Lute

---

12. Dados da pesquisa do “Think *Olga*”:

81% das mulheres deixaram de fazer alguma coisa por medo de assédio.

A publicação de pesquisa realizada pelo coletivo de mulheres Think *Olga* sobre a percepção que o público feminino tem a respeito do assédio que experimentam no cotidiano tem motivado debate bastante acalorado (Carta Capital, 2015, par. 20)

Tendo o slogan “Chega de Fiu-Fiu” marcando uma espécie de protesto, o coletivo revelou, por meio da pesquisa realizada, fatos e circunstâncias que devem servir de alerta para a necessidade de transformação de um traço da cultura masculina que mascara práticas de violência: a cantada. A maioria das manifestações não é cantada, é aviso de que espaço público não é para mulheres.

Muitas viram abordagens que em algumas situações se limitavam ao plano verbal, evoluir, em outras, para a agressão física.

85% responderam já terem sido abusadas por homens lhes passando a mão – na bunda, na cintura, nos peitos, no meio das pernas;

65% já foram agarradas pelo braço; e quando repudiaram tais ações, 68% foram xingadas.

O fato é que 83% afirmaram que não acham legal esse tipo de abordagem.

Algumas consequências desse conjunto de violências verbais e físicas: vergonha, insegurança, medo.

Muitas mulheres (90%) declararam ter trocado de roupa antes de sair de casa com receio de serem assediadas; outras, 81%, deixaram de fazer alguma coisa por receio de estarem sujeitas a algum tipo de assédio.

Muitas mulheres (90%) declararam ter trocado de roupa antes de sair de casa com receio de serem assediadas; outras, 81%, deixaram de fazer alguma coisa por receio de estarem sujeitas a algum tipo de assédio.

Os dados revelam o retrato de uma sociedade marcadamente machista e insensível a esse sofrimento.

Cada uma das situações colocadas em foco pela pesquisa denuncia que a violência a que a mulher está sujeita desde cedo, já que relatos apontam que muitas a experimentam desde a infância.

Iniciativa semelhante é o *Think Eva*, dirigido para empresas de propaganda, que oferece assessoria para que as peças não sejam machistas, sexistas, misóginas.

como uma garota”. Na apresentação do texto<sup>13</sup>, o articulista Eduardo Nunomura abre com o parágrafo:

Em um mundo em que as manifestações machistas e não misóginas estão cada vez mais em xeque, é preciso ir a fundo na prevenção do problema. Meninos não se tornam adultos descontrolados só quando vão a uma copa do mundo. A peça Mary e os monstros marinhos ensina ao público infantil que é preciso saber respeitar e valorizar as mulheres. Uma lição simples, mas tão ignorada pela sociedade, que a premiada Cia Delas de Teatro se esmera em apresentar no Sesc Pompeia até 29 de julho.”

Isso é muito importante para os avanços feministas, diante do contexto regressivo que vivemos no Brasil: com o Congresso Nacional mais conservador desde a Ditadura Militar, a partir de 2014 a luta feminista tem se direcionado tão só a evitar retrocessos.

Outra questão bastante discutida na esfera da episteme feminista é a da representação.

Nessa perspectiva, destacamos o papel do cinema, lembrando o poder das mensagens transmitidas pela mídia, incluindo as narrativas de ficção (por sua formulação simbólica), em moldar mentalidades.

No cinema, potente em moldar mentalidades, dentre milhares de exemplos de narrativas e produções machistas (se não no argumento, na imagética, na iconografia, nessa arte que reúne elementos de todas as linguagens, mas é precipuamente visual), os exemplos são profusos.

---

13. Na edição de 18/7/2018 da revista *Carta Capital*, à página 52, sob a rubrica “Teatro Infantil”, divulga-se o espetáculo Mary e os monstros marinhos, que seria apresentado até 29 de julho de 2018, no Sesc Pompeia, em São Paulo, capital. A peça trata de Mary Anning, cientista. O chapéu da matéria, abaixo da manchete exhibe: “A peça Mary e os monstros marinhos, da Cia Delas de Teatro, ensina as crinas a respeitar e valorizar as mulheres”.

Na contramão do que já estabelecido, vemos com otimismo o número crescente de mulheres na direção e em especial de mulheres negras, na perspectiva do feminismo transeccional.

O fato de a mulher estar no comando significa ausência de sexismo, narrativas mais equilibradas ou feministas? Não necessariamente. Porém, diversidade de vozes se consegue com diversidade de vozes (ou seja, com possibilidade de expressão). Somente com a presença das minorias no comando das produções podemos ter diferentes visões de mundo sendo expostas nas narrativas, na produção de sentido.

### **Ética do Cuidado**

O feminismo, atualmente, tem uma compreensão mais arejada por parte da sociedade. o fato de o termo haver figurado como palavra mais pesquisada na internet no ano de 2017 (segundo se divulgou) demonstra isso.

A falácia de que os feminismos (existem diversos enfoques e compreensões, não se trata de um movimento ou corrente de ideias monolítico) apregoam a superioridade feminina sobre os do gênero masculino ou que mulheres feministas odeiam homens vem aos poucos caindo por terra. Claro que algumas militantes, cientes do tamanho da violência que o patriarcalismo comete e do quanto os homens se aproveitam de seus privilégios, desenvolvem uma certa misandria, em maior ou maior grau, justificada, até (o número de mulheres que foram vítimas de violência sexual, por exemplo, é gigantesco), mas em geral todas as feministas querem os homens ao lado – em posição e condições igualitárias – desde que assumam a necessidade de lutarem juntos pela transformação do *status quo* social no que tange aos gêneros: homens

com salários maiores para mesma atividade, maior liberdade e respeito em toda e qualquer ação humana é uma realidade que precisa mudar.

Igualmente, até que se consigam as mudanças, é difícil discordar de que “mulher é melhor que homem” ao assistirmos a todas as consequências do belicismo, da agressividade sistemática e gratuita, da falta de empatia com grupos mais vulneráveis ou com bebês, por exemplo. Mas, conscientes de que tudo isso é fruto da socialização, que a maioria os homens a acata por não imaginar que essas atitudes são questionáveis e que há possibilidade de “desconstrução” dessa masculinidade tóxica, talvez o ponderado seja afirmar que as mulheres *estão* melhores que os homens (vide número de homicídios ou outros crimes cometidos por mulheres, muitas vezes induzidos por homens de seu convívio – mulheres são aliciadas ao tráfico por companheiros, os assassinatos não chegam a 5%, em todo o mundo, e grande parte deles são motivados por ações masculinas, seja gravidez fruto de estupro ou “sedução”, revide de violência direta), mas com o tempo os comportamentos se equilibrarão e mulheres e homens poderão ser avaliados se serão melhores ou piores individualmente considerados. Homens como conjunto – espera-se – serão éticos, menos propensos à violência, afetuosos, colaborativos.

Como resposta à cultura patriarcal, machista e misógina, cientistas feministas desenvolveram estudos sobre a chamada ética do cuidado. O tema foi bastante desenvolvido em especial pela pesquisadora Tânia Aparecida Kuhnen.

Kuhnen (2014) defende que a proposta de Gilligan sobre a existência de diferentes orientações morais, não é um modelo de ética feminina, mas sim feminista. Descreve como, ao reconhecer a existência

da “voz diferente” da moralidade, Gilligan apenas procura mostrar que há um modo de pensar os problemas morais que foi excluído dos estudos sobre o desenvolvimento moral e das teorias éticas: a ética (feminina) do cuidado.

Essa voz é excluída porque se produz no modelo patriarcal de sociedade.

Em uma sociedade não-patriarcal, a ética do cuidado é uma ética *humana*, assentada em sentimentos morais e na habilidade humana para cuidar de forma responsável dos outros. A autora associa o cuidado como prática que pode ser desenvolvida por todos os sujeitos morais.

A sociedade seria assim regida pela solidariedade, pelo cuidado mútuo e senso de comunidade. A perspectiva, então, é feminista: tudo o que nós feministas queremos é eliminar do planeta a violência, o egoísmo e a falta de caráter e de empatia, que domina a masculinidade tóxica.

Movimentos, ações e iniciativas de mulheres revelam a ética do cuidado posta em prática. Podemos citar diversos exemplos.

Dolores (Lola) Aronovich, professora universitária, de graduação e recentemente de pós-graduação, que disponibiliza toda de sua grade de pós-graduação na Universidade Federal do Ceará, com bibliografia científica e obras de ficção (livros e filmes) para discussão das questões de gênero, na perspectiva feminista<sup>14</sup>.

O fato tem especial relevância, considerando-se que no meio acadêmico, assim como no artístico, é sabido existir muita concorrência

---

14. Disciplina: *Utopias e Distopias Feministas*. Toda a referência, estudos e obras analisadas, com os links para aqueles disponibilizados *on line*, podem ser encontrados em texto de seu blogue *Escreva Lola Escreva* (<https://escrevalolaescreva.blogspot.com>). Destacam-se: livro *Woman on the Edge of Time*, com artigos *Utopia in dark times: Optimism/Pessimism* e *Utopia/Dystopia*, de Levitas e Sargisson e *Utopia Now*, assim como *Varieties of the Utopian*, ambos de Jameson (Aronovich, 2018a).

entre os pares, no que tange à produção do objeto do trabalho, e que, por questões que vão de autoproteção (nem todos os colegas são éticos e a apropriação, por uma autora, um autor ou artista, do trabalho de muitos anos de outro ou outra profissional não é inusual) até egoísmo e egocentrismo, a maioria das pessoas da área preservam o repertório angariado ao longo da carreira,

Também no blogue feminista de Lola Aronovich podemos saber de outra iniciativa de jovens do mundo da cultura e da arte, que revelam a concretização da ética do cuidado: a reinvenção do conceito de *batalha* no rap: nas apresentações do Slam das Minas, as mulheres não competem entre si, como fazem os homens, mas estão lado a lado, complementando-se, apoiando-se e ajudando-se na performance<sup>15</sup>.

Nós, feministas, perseguimos a mudança de mentalidades. Pouco a pouco investe-se na formação das novas gerações. Com avanços e retrocessos, começam a apresentar-se diante das meninas e meninos figuras femininas de destaque como presidentas das repúblicas, primeiras ministras, grandes e reconhecidas cientistas e, como parte fundamental, até pelo nível de fantasia requerido na formação e vivência humanas, a ficção com heroínas tão superpoderosas e independentes como foram os heróis até então protagonistas de filmes e séries de cinema e televisão, desenhos animados e HQ's. Isso tudo auxilia na consecução de uma cultura de paz.

---

15. No mesmo blogue feminista e artigo, a notícia de um partido político só de mulheres feministas (PartidA), articulado por coletivos desde 2015, e da criação da Universidade Livre Feminista, entre outras iniciativas: Aronovich, 2018b. O Slam das Minas, realizado no Rio de Janeiro, propõe-se a ser um espaço seguro, de espaço de voz e acolhedor para mulheres expressarem ideias e arte.

## Referências

- Andrade, L. A. de (2017). *O Direito e sua Linguagem na Sociedade Midiatizada: o julgamento do Mensalão do PT e a atuação de juristas na mídia como tradutores do juridiquês* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista-UNESP]
- Aronovich, L. (2018a, abril 27). Utopias e Distopias Feministas, Disciplina Completa de Presente pra Você. *Escreva Lola Escreva*. <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2018/04/utopias-e-distopias-feministas.html>
- Aronovich, L. (2018b, junho 14). Três meses depois: quem matou Marielle? *Escreva Lola Escreva*. <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2018/06/tres-meses-depois-quem-matou-marielle.html>
- Benet, V. J. (2007). *Reimaginar el frente: la retórica cinematográfica del pacifismo*.
- Bolinger, D. (1971). *Language - the loaded weapon: the use and abuse of language today*. Routledge.
- Carta Capital. (2015, outubro 26). *Chega de fiu-fiu*. <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/medio/chega-de-fiu-fiu/>
- Cogo, D. (2013). Entrevista especial. Fluxos migratórios globais. A busca de trabalho e fuga da pobreza. *Revista IHU On-line*. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/>
- Estado do Rio Grande do Sul - Brasil (2002). *Manual para uso não sexista da linguagem* [Arquivo PDF] <https://edisciplinas.usp>.

[br/pluginfile.php/3034366/mod\\_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf)

Escudero, M. J. et al. (2003). *Guía didáctica. Un mundo por compartir*. ASPA.

Galtung, J. (2003). *Violencia cultural*. Gernika Gogoratuz.

Kuhnen, T. A. (27-29 de maio de 2014). *A ética do cuidado como teoria feminista* [Trabalho apresentado]. III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Londrina, PR, Brasil.

López Maestre, M. D. (2008) *¿Tendiendo puentes o separandonos? El poder ideológico del lenguaje y su relevancia en el diálogo intercultural* [Trabalho apresentado]. Primer Congreso Internacional sobre Diálogo Intercultural, Murcia, España.

# **NARRATIVAS FEMININAS E MASCULINAS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO NAS TELENOVELAS UM LUGAR AO SOL E PANTANAL**

*Láís Emanuelle Borba de Brito<sup>1</sup>*  
*Maria Aparecida Borges Limeira<sup>2</sup>*  
*Josenildo Soares Bezerra<sup>3</sup>*

A relação entre gênero e telenovela se delinea a partir do consumo do produto que em, à princípio, era destinado ao público feminino. Contudo, a telenovela por meio das mudanças sociais transformou esse produto em uma narrativa da nação (M. I. V. de Lopes, 2003). Para F. Lopes (2009) a telenovela manifesta a interação entre público e temáticas por meio da cotidianidade da narrativa. O público feminino é

- 
1. Jornalista e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
  2. Jornalista e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
  3. Docente e orientador no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

cativado, muitas vezes, pelo teor doméstico das histórias, pelas formas do consumo diário desse produto que atravessa a rotina do indivíduo.

A narrativa da telenovela sob a matriz melodramática conta histórias de heroínas, mães, mulheres ultrajadas que se constroem por meio da visão estereotipada dessas personagens perante a sociedade. Segundo Ang (1985), assimilar esses enredos ocorre através do fácil acesso por causa da repetição na estrutura da narrativa e da previsibilidade. As mulheres como personagens essenciais para os entrecos do melodrama - matriz da telenovela - se veem representadas pelos dramas familiares das personagens o qual difere dos temas masculinos. Nas telenovelas *Um lugar ao sol* (2021), escrita por Lícia Manzo, e *Pantanal*, original do autor Benedito Ruy Barbosa e adaptada por Bruno Luperi, discutem as narrativas femininas e masculinas de maneira distintas. O primeiro enredo faz uma abordagem acerca da narrativa de Christian (Cauã Reymond), um rapaz pobre que passa por conflitos ao assumir o lugar do irmão gêmeo, Renato, e sofrer as consequências pelo seu ato. Em paralelo a estas histórias, temos as subtramas femininas de Rebecca (Andrea Beltrão), Bárbara (Alinne Moraes), Ilana (Mariana Lima) e Lara (Andreia Horta).

Já em *Pantanal*, encontramos a história da família do Zé Leôncio (Marcos Palmeira) e os problemas com o filho Jove (Jesuíta Barbosa) e a ex- esposa Madeleine (Karine Teles), uma carioca que não conseguiu se adequar ao pantanal. Nesse entremeio, conhecemos a história de Maria Bruaca (Isabel Teixeira), esposa de Tibério (Murilo Benício), apresentada como uma mulher passiva cujo despertar sexual é afluído ao descobrir uma traição do marido; temos Filó (Dira Paes), esposa de Zé Leôncio, cuja função narrativa é a subordinação ao personagem

masculino, e, finalmente Juma (Alanis Guilles), a protagonista que se nega a integrar os valores impostos pela sociedade patriarcal.

A seguinte pesquisa tem como objetivo analisar as diferentes abordagens narrativas entre personagens femininos e masculinos nas telenovelas *Um lugar ao sol* (2021) e *Pantanal* (2022). Ao que se refere às questões de gênero buscamos tensionar como há essa socialização de conceitos e principalmente como a telenovela se apresenta intrínseca ao público feminino, apresentando uma correlação entre essas perspectivas com o machismo e o patriarcado instituídos por meio de uma violência simbólica de gênero.

A metodologia utilizada é a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011) e do discurso de Michel Foucault (2020). Para compreendermos como a abordagem narrativa é executada criamos três categorias de estudo. Inicialmente levamos em consideração a autoria de cada telenovela enquanto *Um Lugar ao Sol* foi escrita por Lícia Manzo, *Pantanal* tem como nome principal Bruno Luperi. Em seguida, analisaremos os personagens protagonistas, dois homens: Jove (Jesuíta Barbosa) em *Pantanal* e Cristian (Cauã Reymond) e *Um lugar ao Sol*. Finalmente encontramos os enredos femininos nas subtramas de cada uma: Rebeca (Andrea Beltrão), Bárbara (Aline Moraes), Ilana (Mariana Lima) e Lara (Andreia Horta) em *Um Lugar ao Sol* e Juma (Alanis Guiles), Madeleine (Bruna Linzmeyer e Karine Teles), Filó (Dira Paes) e Maria Bruaca (Isabela Teixeira) em *Pantanal*.

## **A Narrativa da Telenovela Brasileira**

A telenovela se popularizou no Brasil graças às narrativas melodramáticas originárias na França, no século XVII. De acordo com

Thomasseau (2012) o melodrama irrompe em um período de intensa transformação social e das artes na Revolução Francesa uma vez que as classes populares sensibilizadas pelos anos de aflição “conduz à eclosão do que se convencionou chamar de “estética melodramática” (Thomasseau, 2012, p.13). Delineia-se nesse contexto a ascensão de um gênero que dominou diversos territórios, inclusive a América Latina com o produto telenovela.

No Brasil, a telenovela estreou na década de 1950 com a trama “Sua vida me pertence”, escrita por Walter Foster, na TV Tupi. Inicialmente se delineava com as mesmas propostas melodramáticas do rádio reconhecidas na América Latina. Todavia, em 1968, com a telenovela Beto Rockefeller inicia-se uma nova era para as produções brasileiras as quais introduzem elementos nacionais nos enredos. Thomasseau (2012) explica que o melodrama é passível de inserir novas histórias e que se desenvolve de maneira híbrida constantemente. “O modelo narrativo passa, também, por significativas transformações com a introdução de novas temáticas e do diálogo do melodrama com outros “territórios de ficcionalidade” (Borelli, 2001, p. 33).

Sendo assim, as telenovelas fundamentadas na matriz melodramática passaram a introduzir temáticas sociais que elucidaram a realidade brasileira. M. I. V. de Lopes (2003, p. 25) denomina esse produto como narrativa da nação uma vez que mimetiza o cotidiano do país por meio de imagens as quais adentram os lares dos telespectadores. O protagonismo feminino ascende nessas produções a partir das protagonistas das produções que se equiparavam à posição feminina na sociedade e vice-versa. Segundo Hamburger (2005) o modo de produção brasileiro reproduz as características melodramática, porém com um

caráter mais moderno através das questões contemporâneas e de moda as quais norteiam esse melodrama.

Baccega (2003, p. 10) caracteriza a ficção televisiva da seguinte forma: existe uma história de amor associada a luta do bem contra o mal e, nos primeiros capítulos, contextos nacionais são inseridos nas histórias as quais desvendam a narratividade da telenovela respeitando tempo e espaços sócio históricos. “É desse modo que os grandes temas do cotidiano permeiam toda a telenovela. Eles são alçados à condição de elementos do universo ficcional. Sem eles não haveria como manter-se no ar uma telenovela, por exemplo, por seis ou oito meses, como é o caso brasileiro” (Baccega, 2003, p. 10). São essas narrativas que que conduzem produção brasileira evidenciando a lógica cultural da sociedade brasileira ao arquitetar na narrativa esses elementos “assim, as transformações que ocorrem no nível ficcional, a solução de tensões, o encaminhamento de soluções de problemas passam a sugerir soluções possíveis no nível do real, pois estão todos imersos na mesma história cultural: dramaturgos e espectadores” (Baccega, 2003, p. 10).

As personagens femininas, por sua vez, identificadas como as heroínas ultrajadas e vistas pelo olhar moral do melodrama, representam na telenovela brasileira a ascensão feminina na sociedade. Oroz (1999) explica que os conflitos baseados em tragédias; bem e mal; paixão e dever; amor e poder refletem um binômio o qual permite a identificação do espectador uma vez que induzem sentimentos de piedade e tristeza. Na telenovela brasileira, a ficcionalidade apresenta-se por meio da afinidade entre as personagens e o público. Para M. I. V. de Lopes (2003) ocorre uma espécie de reconhecimento entre indivíduos:

Tudo leva a dar cada vez mais peso ao jogo da interação da novela e o público, a mobilização da empatia pelos conteúdos temáticos, formais e estéticos onde tudo conta: a abertura, a história central, as tramas paralelas, os atores, os cenários, as músicas, os figurinos. (M. I. V. de Lopes, 2003, p. 27)

Dessa forma, ao conduzir histórias pautadas nos assuntos emergentes da sociedade a telenovela brasileira apresenta as transformações ocorridas no ambiente privado ficcional. M. I. V. de Lopes (2003, p. 28), por sua vez, esclarece que a união entre os assuntos públicos e privados possibilitam discutir e sumariar problemáticas amplas em personagens pontuais através de dramas com significado amplo. Isso acontece por meio das temáticas de romance, famílias e separações, pois, “é a lógica das relações pessoais, familiares que preside a narrativa dos problemas sociais” (M. I. V. de Lopes, 2003, p. 28).

Por isso, Hamburger (2005) argumenta que o gerenciamento de produção funciona com uma sinergia diferente entre agendas criativas, políticas e sociais. Existem pesquisas de audiência as quais direcionam e sintonizam os anseios do público, todavia, são reações contrárias a investigação realizada posteriormente. “O ponto de vista de pesquisadores de mercado expressa a perspectiva comercial que, em última instância, orienta a produção e exibição de novelas” (Hamburger, 2005, p. 40).

### **Suave, Insensível e Invisível: a violência simbólica de gênero**

De acordo com Heleieth Saffioti (2004), é imprescindível que a violência de gênero seja abordada como uma categoria mais geral, podendo ser utilizada de forma mais ampla. Levando em consideração que o conceito de gênero abre a possibilidade de ser acessado um vetor

“dominação-exploração”, em contrapartida que outros termos utilizados limitam uma presença unilateral e única do homem.

Partimos dessa concepção de violência de gênero em conjunto com a violência simbólica, definida por Pierre Bourdieu (2019) como “Suave, insensível e invisível”, que se apresenta puramente pela comunicação, ou seja, por meio dos discursos para construir uma perspectiva de violência simbólica de gênero, essa que se apresenta quando um agente dominador impõe durante a socialização uma ideia ou ideal ao agente dominado. Levando em consideração que estamos abordando uma violência simbólica de gênero, tal imposição se apresenta por um agente masculino para um agente feminino.

Para adensar a discussão, traremos Simone Beauvoir (2019, p. 12) com a sua concepção sobre o outro “O homem é o sujeito, o absoluto; ela é o outro”. Assim sendo, quando acontece a violência simbólica de gênero, o homem enxerga a mulher como sendo o outro, ele seria o detentor de todo um poder simbólico, enquanto ela é apenas o outro, desse ser único. Em oposição a Beauvoir (2019), Luce Irigaray (2002), traz a reflexão de como esse Outro é produzido pelo agente dominante, ou seja, quando o homem está impondo suas concepções a mulher, ele não está apenas impondo, mas construindo um modelo de mulher que consiga ser submissa ao seu poder simbólico. Dessa maneira, a mulher não seria um oposto desse homem, nem apenas um reflexo, mas a construção masculina discursiva do que é esse ser mulher para ele.

Por meio disso, é necessário entender essa socialização entre os gêneros. Para Judith Butler (2020), o gênero não é algo natural, mas um conjunto de práticas que são incorporadas e reproduzidas e que sua existência se dá por meio da performatividade, dessa forma, o gênero

não é, ele está em constante transformação. Assim sendo, não existe uma “normalidade” ou padronização desse gênero, ele muda com o passo em que a sociedade muda.

Segundo Bourdieu (2001), existem aparatos reguladores de normalidade. Desde a infância, até mesmo antes do nascimento, somos transpassados de socialização, podendo acontecer por meio da família, escola, religião, Estado e atualmente até mesmo a mídia. Esses, que ditam quais são os corpos que estarão, por exemplo, à margem da sociedade e quais aqueles que serão vistos como superiores e mais desenvolvidos nesse jogo de poder.

Como dito anteriormente, a violência simbólica de gênero se apresenta por meio do discurso, esse que para ser proferido parte de uma posição do sujeito. Para Foucault (2020) não existe um sujeito detentor do discurso, mas dependendo da sua posição no ato discursivo ele se estabelece como dominador. Dessa forma, não existe necessariamente um discurso de violência simbólica de gênero, mas os sujeitos que se encontram em posições discursivas que se apropriam desse poder para proferir tais discursos que num dado momento se transformam em violências simbólicas de gênero.

### **Narrativas Femininas Versus Masculinas: analisando um lugar ao sol e pantanal**

As telenovelas *Um Lugar ao Sol* (2021) e *Pantanal* (2022) foram exibidas na mesma faixa de horário, às 21h, contudo com propostas distintas as quais elucidam abordagem sobre as personagens femininas e masculinas em seus respectivos espaços. *Um lugar ao sol* (2021), escrita por Lícia Manzo, narra a história de Christian, um rapaz

pobre que sofre diversas injustiças na vida e a partir de uma tragédia resolve assumir o lugar do irmão gêmeo morto. A autora conhecida pelas tramas familiares do horário das seis: *A vida da gente* (2011) e *Sete vidas* (2015) se aventurou pela primeira vez no horário nobre com a telenovela *Um lugar ao sol*.

Apesar do protagonismo masculino na trama o que se destacou mesmo foi a construção narrativa dada às personagens femininas Rebeca, Bárbara, Ilana e Lara. Quatro perfis distintos entre si que delinearam as posições femininas na contemporaneidade. Já *Pantanal*, sucessora de *Um lugar ao sol*, possuía a história conhecida pelo público uma vez que é remake da produção de 1990, exibida pela Rede Manchete. Escrita por Bruno Luperi, a telenovela tem mãos masculinas escrevendo narrativas femininas. Neto do autor original da primeira versão, Benedito Ruy Barbosa, Luperi atualiza as narrativas e contextualiza os assuntos sobre gênero para a sociedade atual.

*Pantanal* conta a história de amor entre José Leôncio (Renato Góes / Marcos Palmeira) e Madeleine (Bruna Linzmeyer/ Karine Teles) no centro-oeste do Brasil, dessa relação nasce Jove (Jesuíta Barbosa) que se apaixona por Juma Marruá (Alanis Guiles), uma moça da região, e se desenvolve daí os conflitos entre eles. Nesse ínterim, encontramos a personagem Filó, nova esposa de José Leôncio, uma interiorana que possui um filho chamado Tadeu (José Loreto).

Sendo assim, para concebermos esse estudo dividiremos as personagens femininas e masculinas de cada telenovela para, finalmente, socializarmos os tipos de narrativas - femininas versus masculinas - empregadas cada uma em suas respectivas tramas. Categorizamos da seguinte forma: autores, personagens femininos e masculinos.

## Tabela 1

### *Panorama Geral*

<b>Um lugar ao sol</b>	<b>Pantanal</b>
Autoria de Lícia manzo	Autoria Bruno Luperi
Protagonismo masculino Christian	Protagonismo masculino Jove
Protagonismo Feminino: Rebecca, Bárbara, Ilana e Lara	Protagonismo Feminino: Madeleine, Juma, Filó e Maria Bruaca.

Elaborado pelos autores (2022)

A princípio analisaremos a autoria de cada telenovela uma vez que são abordagens distintas. Para Souza (2004, p. 11), essas produções apresentam regramentos os quais são facilmente identificados pelos telespectadores porque as histórias nacionais têm um traço específico visto que é possível identificarmos características dos autores nas obras e assim o definirmos. “Tem-se assim consumidores capazes de enumerar um conjunto de marcas que identificam determinadas telenovelas com determinados escritores” (Souza, 2004, p. 11).

Nesse estudo, iniciaremos a investigação com a autora Lícia Manzo que começou a trajetória na TV Globo como roteirista colaboradora de programas de humor com Sai de baixo (1996), logrou a primeira oportunidade no horário das 18h com a telenovela A vida da gente (2011), obteve sucesso e continuou escrevendo para o horário dessa vez com a trama sobre doadores de semên em Sete Vidas (2015). (Memória Globo, 2021) Em 2020, a novelista teve a chance de apostar em uma história no horário nobre, contudo, devido à pandemia a estreia foi adiada. A telenovela Um Lugar ao Sol (2021) estreou totalmente gravada complexificando a narrativa da telenovela considerada obra aberta. Ou seja, escrita concomitantemente com o que vai ao ar durante sete dias.

A obra de Lícia Manzo é reconhecida pelo texto e pelas temáticas familiares as quais são construídas, muitas vezes, pelo olhar das personagens femininas. Ela desacelera a rapidez folhetinesca da gramática televisiva. As produções audiovisuais perseguem a agilidade e a sobreposição de imagens publicitárias (Balogh, 2002) enquanto as histórias de Lícia Manzo contemplam o texto, em sua maioria, o cotidiano das mulheres e famílias. Já Bruno Luperi se reconhece no campo da telenovela como autor que trabalha em união com o avô Benedito Ruy Barbosa, conhecido pelas histórias as quais narram histórias sobre o homem do campo e questões agrárias. O novelista Bruno Luperi iniciou a carreira auxiliando o avô na telenovela *Velho Chico* (2016) e, em seguida, no remake de *Pantanal* (2022) (O Liberal, 2022).

Investigamos, nessa perspectiva, as diferenças entre os dois autores uma vez que são propostas diferentes dentro do produto telenovela e acrescentam ou diminuem a amplitude de audiência. “A telenovela brasileira constitui um gênero amplo, abrangente, sob o qual subclasses de gênero se abrigam e se multiplicam nas combinatórias possíveis autorizadas pelo cruzamento” (Motter, 2001, p. 75). Dessa forma, observamos na condução narrativa das duas telenovelas percepções a partir do olhar dos autores versados em propostas que transcendem o melodrama e a simplificação e linearidade das personagens (Motter, 2001).

### **As Narrativas Masculinas: *Christian (Um lugar ao sol)* e *Jove (Pantanal)***

Na telenovela *Um lugar ao sol* (2021) o protagonismo se constituiu por meio de um personagem masculino o qual se estendeu através de injustiças sociais sofridas pelo personagem em detrimento às

qualidades elucidadas durante a história. Christian, gêmeo de Renato, é separado na infância do irmão adotado por uma família rica e cresce em um orfanato. Quando ele cresce começa a trabalhar e sofrer todas as arbitrariedades para transformá-lo em dúbio. Motter (2001) explica que o herói da narrativa necessita ter características não excepcionais, contudo diferenciadas. Christian modifica a realidade por meio das oportunidades surgidas no meio da história ao tomar o lugar do irmão morto e usufruir da riqueza do parente. Contudo, a função de herói da história uma vez que ele toma as vezes da mocinha na trajetória de sofrimento e resignação ocorrida durante a história.

Já o Jove da telenovela Pantanal é retratado como alguém de posse, pois, é filho de fazendeiro e criado na capital. A abordagem dada para Jove é menos melodramática que a de Christian de Um lugar ao sol visto que ele não passou pelas injustiças sociais. Todavia, o traço reconhecível pelos telespectadores na narrativa dele são as diferenças com o pai José Leôncio. Criado no Rio de Janeiro desde bebê, o rapaz não tem convívio com o pai e sofre para ser aceito por causa dos trejeitos mais delicados ao conversar, comer ou sentar do que os peões da fazenda. Muitas vezes citado como “frozô” termo homofóbico utilizado pelos outros personagens para se referir à sexualidade de Jove. Na narrativa isso se configura como uma abordagem acerca da masculinidade tóxica existente no ambiente em razão do comportamento díspare entre Jove e os outros peões.

Kimmel (1992) explica que a masculinidade se constrói a partir do contexto social e não de códigos genéticos e que as novas realidades abarcam sentimentos e emoções as quais representam novas possibilidades masculinas (Portinari & Coutinho, 2006, p. 70). Na narrativa a

contextualização de Jove como personagem aceito pelo pai e ambiente ocorreu quando o rapaz se envolveu com a protagonista Juma. Uma clara referência aos padrões heteronormativos impostos pela sociedade patriarcal. A masculinidade é construída consoante cultura, tempo, raça e orientação sexual (Kimmel, 1992).

Enquanto Christian é descrito de forma mais melodramática por meio da trajetória do personagem, Jove é retratado de acordo com as mesmas perspectivas ocorridas na primeira exibição da telenovela em 1990, dotadas de preconceito e dúvidas com relação à sexualidade sanadas pelo interesse amoroso entre ele e Juma. Posto isto, o melodrama se configura como matriz originária da telenovela porque a inserção de novas perspectivas sociais são facilmente inseridas nas produções por causa do caráter mutável do gênero. Thomasseau (2012) explana que a fácil aceitação do melodrama vem das novas linguagens e extratos sociais visto que o gênero representa a ascensão social popular na sociedade francesa do século XVIII.

Em contrapartida, segundo Bourdieu (2019) a violência simbólica se exerce por meio do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em um último momento, do sentimento. Ou seja, a violência simbólica de gênero se propaga por meio da comunicação, mas necessita de um reconhecimento dos agentes que partilham daquele habitus, dentro de campos específicos. A escolha por abordar a sexualidade dos personagens, principalmente a de Jove de uma forma em que ele seja visto como estranho, também é uma forma de violência simbólica e ser colocado com uma personagem feminina que precisa na trama ser “domada”, só reitera os variados estereótipos utilizados.

## **As Narrativas Femininas sob o Olhar de Lícia Manzo: Rebecca, Barbara, Ilana e Lara**

Pallottini (2012) no livro “dramaturgia de televisão” compara a narrativa da telenovela com uma árvore em que o tronco é o enredo principal e os galhos são as histórias complementares. Contudo, na telenovela *Um lugar ao sol* as histórias femininas obtiveram mais alcance e identificação do que a trama do protagonista Christian. As personagens Rebecca (Andrea Beltrão), Barbara (Aline Moraes), Ilana (Mariana Lima) e Lara (Andreia Horta) delinearam a narrativa de Lícia com fortes enredos femininos os quais preencheram as discussões no ambiente o qual a trama era desenvolvida.

Enquanto Christian seguia a própria jornada, as personagens femininas projetavam a posição das mulheres na sociedade contemporânea brasileira. M. I. V. de Lopes (2003, p. 28) explica que as trajetórias das personagens femininas nas telenovelas representam as relações de amor e sensualidade aglutinadas pelo público e privado concebida pela telenovela. Em *Um lugar ao sol* conhecemos a personagem Rebecca, ex-modelo, filha mais velha de Santiago (José de Abreu), um importante empresário do ramo de supermercado e casada com Túlio (Daniel Dantas). A personagem é identificada na narrativa como uma mulher de média idade - aproximadamente 50 anos - que tem como conflito a validade feminina perante à sociedade. Nesse ínterim, ela se apaixona por um rapaz mais jovem e as questões de idade são exploradas nessa relação.

O enredo de Rebecca aproxima as telespectadoras com a mesma idade que ela em razão do vislumbamento das situações as quais a personagem se permite estar, desde de empoderamento até as de vulnerabilidade. Uma das cenas mais significativas da trama é a masturbação

feminina realizada pela personagem após investidas negadas pelo marido. Poucas vezes vistas na teledramaturgia brasileira a cena reverbera o tabu do corpo feminino e como muitas vezes a mulher é podada para não sentir prazer. A autora Lícia Manzo explica a cena:

Minha intenção ao escrever a cena foi tirar do armário algo normal e saudável. Que a mulher possa explorar, conhecer o próprio corpo. Escrevi a cena porque mulheres também sentem prazer e desejo. Porque a sexualidade é parte da vida das mulheres, e não só dos homens. (Gshow, 2021)

A construção narrativa dessas personagens perpassam os fatos privados e promovem a discussão acerca da realidade sexual feminina sob o olhar da autora e personificado na personagem Rebecca. “A novela é tão vista quanto falada e seus significados são o produto tanto da narrativa audiovisual, produzida pela televisão, quanto da interminável narrativa oral produzida pelas pessoas”. (M. I. V. de Lopes, 2003, p. 30) Da mesma forma em que encontramos Bárbara, interpretada por Alinne Moraes, irmã de Rebecca e o oposto uma da outra. Rebecca, a irmã mais velha obteve êxito em todas as áreas da vida enquanto Bárbara vive um casamento fracassado e dependência emocional do marido Renato, morto e usurpado por Christian. Esses conflitos são explicados ao público através de discussões em espaços privados tais como salas de jantar, quartos e salas em razão do melodrama doméstico que “prolifera na segunda metade do século XIX, e sua influência para o desenvolvimento do melodrama cinematográfico é altamente considerável, pois concentra-se no universo das penúria femininas que povoaram o gênero no cinema” (Oroz, 1999, p. 22).

Nesse ínterim, somos apresentados a personagem Ilana, prima de Rebecca e Bárbara, uma personagem com um casamento estável com o fotógrafo Breno (Marco Ricca) contudo tudo se modifica a partir da pressão dele para que ela, focada no trabalho, tenha filhos com ele. Temática semelhante a da personagem Lara que no início da telenovela já deixa claro a decisão de não ter filhos. O melodrama se vale constantemente da maternidade uma vez que apresenta valores cristão nas narrativas a partir da iconicidade da Virgem Maria ( Oroz, 1999).

Essas duas personagens fazem parte de espectros distintos da narrativa, todavia, escritas pela mesma autora. Lara e Ilana representam as novas possibilidades familiares da contemporaneidade uma vez que o simples fato de Lara não desejar ter filho ela acaba criando crianças, como Chico, filho de Ravi, um rapaz negro que se apaixona por ela. Já Ilana que também não tinha interesse em ter filhos acaba engravidando de Maria e se separando do marido. Contudo, a construção narrativa dada a personagem Ilana promove as descobertas de sexualidade em diferentes períodos da vida quando ela se apaixona pela obstetra Gabriela fugindo dos valores patriarcais.

Então, o final feliz surge por meio de novas configurações familiares, seja a partir de casais homoafetivos ou adoções entre relações interracialias, no entanto, a maternidade ainda orbita o espaço feminino como se fosse relevante para a significação das personagens - que muitas vezes não é. Tornando uma busca incessante por uma maternidade compulsória em que a construção das personagens necessita ser atrelada a enquadramento “mãe” para que aconteça um desenvolvimento, gerando assim também mais um tipo de violência simbólica de gênero. Em oposição, Lícia construiu uma narrativa forte feminina com as

questões contemporâneas de gênero, abordando novas configurações sociais no reconhecimento de gênero na telenovela sem deixar os traços reconhecíveis do gênero esquecidos.

### **As Narrativas Femininas sob o Olhar de Bruno Luperi: Madeleine, Juma, Filó e Maria Bruaca**

A história de Pantanal necessitava de uma atualização uma vez que foi exibida em 1990. As perspectivas de gênero se modificaram sem, todavia, se afastarem da narrativa inicial. O autor Bruno Luperi explicou que o avô não queria permitir que ele modificasse a trama, contudo, a atualização foi necessária (F. Lopes, 2022). As personagens femininas da telenovela são distintas entre si e têm funções específicas no roteiro mais masculinizado do que a da Lícia Manzo.

Madeleine é introduzida na história como uma personagem que diverge do ambiente ao qual José Leôncio está acostumado. Ela representa a transgressão feminina em uma narrativa masculina que se apaixona pela protagonista e, no entanto, não consegue se acostumar ao ambiente rural em razão de ter nascido na cidade grande, abandona o marido e leva junto o filho Jove. Madeleine é apresentada ao público como uma personagem rica e mimada e, ainda que não seja a vilã, recebe denotações simplesmente por não concordar com a vida rural que levava ao se casar com José Leôncio. A culpa, elemento comum no melodrama, norteia a trajetória de Madeleine pelas escolhas femininas no decorrer do enredo e ao sofrer violências simbólicas cotidianas simplesmente por questionar o lugar feminino que deram para ela. Partindo assim, do que Bourdieu (2001), vai definir como tomada de consciência ou luta

cognitiva, que se dá quando o agente dentro da relação de violência se percebe sendo violentado e busca sair desse habitus.

Nesse prisma, encontramos a protagonista Juma, uma moça rural que perde os pais, fica sozinha no Pantanal e tenta sobreviver em sociedade quando na verdade não entende os regramentos sociais. Identificamos na personagem Juma o mesmo tipo de transgressão dada à Madeleine por causa da pressão dentro da narrativa de se adequar a papéis impostos por personagens masculinos criados pelo patriarcalismo. A questão materna também se destaca nessa narrativa uma vez que a personagem, assim como Lara e Ilana de *Um lugar ao sol*, também não tem interesse em ser mãe. Porém, ao se envolver com Jove a personagem é induzida ao ato materno engravidando a criança Maria Marruá Leôncio. A violência simbólica nesse enredo persuade as personagens femininas a se adequarem a espaços masculinos tendo a moral da época como verdade absoluta. De acordo com Bourdieu (2019, p. 17), “Incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação”.

Em Pantanal também encontramos o oposto a essas duas personagens que são a Filó, uma mãe solteira que conheceu José Leôncio na juventude e Maria Bruaca, esposa de Tenório, considerada feia e desleixada pelo marido que, no decorrer da história, descobre uma traição e se empodera ao se descobrir também a própria sexualidade feminina. Enquanto o enredo de Filó tem como objetivo na vida se tornar a esposa oficial dele, pois o peão nunca se divorciou de Madeleine. A história de Maria Bruaca floresce na narrativa como uma ode ao despertar feminino

a partir da descoberta do próprio eu e do valor feminino em um enredo masculino. A personagem descobre a traição do marido e, em seguida, começa a questionar a posição feminina subalterna em casa como se opor às violências simbólicas do marido nos afazeres domésticos, na relação sexual com o marido e redescobrir o prazer feminino e sexual como outro homem, no caso o peão Alcides. Como dito anteriormente, Maria Bruaca passa por uma tomada de consciência, essa que se dá quando em meio a violência simbólica de gênero sofrida a personagem percebe que precisa sair do habitus instaurado e começa a ir de encontro às ideias do seu marido.

Posto isso, a narrativa de Maria Bruaca apresenta as diversas violências simbólicas recebidas pelo sexo feminino durante um período em um espaço totalmente patriarcal cuja função feminina, na maioria das vezes, é reprodutora e empregada doméstica. O empoderamento da personagem ocasionou mudanças nas práticas sociais fazendo o personagem Tenório contratar uma empregada para limpar a casa. Maria Bruaca redescobriu o próprio corpo, as formas de usá-lo para o bel prazer e que o mundo é muito maior do que uma casa e os afazeres de esposa.

### **Considerações Finais**

Comparar as narrativas femininas e masculinas na telenovela requer análises para além do formato exibido e público destinado. É um estudo de entendimento do campo social da telenovela o qual se delinea a partir dos atores, diretores e escritores. Verificamos que a abordagem das personagens femininas se diferenciam principalmente quando um autor é do mesmo gênero e entende as necessidade femininas em detrimento às regras do patriarcado. Todavia, por se tratar de um produto do melodrama

alguns discursos tornam-se latentes nas narrativas e explicitam como a telenovela é um produto que retrata realidades brasileiras por meio dos enredos abordados. Lícia Manzo e Bruno Luperi possuem abordagens díspares que apresentam personagens distintos, porém, se valendo do ambiente e produto que os personagens são criados recriam ainda que de maneira invisível as violências simbólicas que as mulheres sofrem na sociedade dentro das narrativas das telenovelas.

## Referências

- Baccega, M. A. (2003). Narrativa ficcional de televisão: encontro com os temas sociais. *Comunicação & Educação*, (26), 7-16. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i26p7-16>
- Balogh, A. M. (2002). *O discurso ficcional na TV: Sedução e Sonho em Doses Homeopáticas*. EDUSP.
- Beauvoir, S. (2019). *O Segundo Sexo – a experiência vivida*. Difusão Européia do Livro.
- Bourdieu, P. (2019). *A Dominação Masculina*. Bertrand.
- Bourdieu, P (2001). *O Poder Simbólico*. Bertrand.
- Borelli, S. H. S. (2001). Telenovelas brasileiras: balanços e perspectivas. *Perspec.* 15 (3). <https://www.scielo.br/j/spp/a/Vtn4XXFkFf9K9X8Q8BnNqVh/abstract/?lang=pt>

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (2020). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Hamburger, E. (2005). *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Jorge Zahar.
- Irigaray, L.(1987). *Sexes et parentes*. Éditions de Minuit.
- Kimmel, M. (1992). La Producción Teórica sobre la Masculinidad: nuevos aportes. *Ediciones de las Mujeres*, (17), 129-138.
- Lícia Manzo. (29 de outubro de 2021). *Perfil Completo*. Memória Globo. <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/licia-manzo/noticia/perfil-completo.ghtml>
- Lopes, F. (2022). Autor de Pantanal quase largou novela por desavença com Benedito Ruy Barbosa. *Notícias da TV*. <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/autor-de-pantanal-quase-largou-novela-por-desavenca-com-benedito-ruy-barbosa-89210>
- Lopes, M. I. V. de. (2003). Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. *Comunicação & Educação*, (26), 17-34. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i26p17-34>
- Motter, M. L. (2001). A Telenovela: Documento Histórico E Lugar De Memória. *Revista USP*, (48), 74-87. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i48p74-87>

Oroz, S. (1999). *Melodrama: O cinema de lágrimas da América Latina*. Funarte.

Pantanal: Quem é Bruno Luperi, o autor responsável pelo remake da Globo? (2022). *O Liberal*. <https://www.oliberal.com/cultura/novela/pantanal-quem-e-bruno-luperi-o-autor-responsavel-pelo-remake-da-globo-1.564713>

Souza, M. (2004).(Orgs). *Analisando a autoria nas telenovelas*. E-paper.

Thomasseau, J. (2012). *O Melodrama*. Perspectiva.

# A DISPUTA DE NARRATIVAS SOBRE A SANÇÃO DA LEI MARI FERRER NO TWITTER

*Mayra Regina Coimbra<sup>1</sup>*  
*Deborah Luísa Vieira dos Santos<sup>2</sup>*  
*Mariane Motta de Campos<sup>3</sup>*  
*Marina Alvarenga Botelho<sup>4</sup>*

O Brasil é um país ainda marcado pela dominação masculina e essa estrutura contribui para uma sociedade injusta e desigual, baseada na hierarquização entre os gêneros (Miguel & Biroli, 2015). Isso se reflete nas mais diversas esferas da vida, nos espaços público e privado, no

- 
1. Doutoranda em Com. pelo Prog. de Pós-Grad. em Comunicação e Sociedade, da Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. [mayrarcoimbra@gmail.com](mailto:mayrarcoimbra@gmail.com)
  2. Doutoranda em Com. pelo Prog. de Pós-Grad. em Com. e Sociedade, da Univ. Federal de Juiz de Fora. Prof. dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Univ. Vale do Rio Doce (UNIVALE). [deborah.santos@univale.br](mailto:deborah.santos@univale.br)
  3. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Paulista (UNIP). professora no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Minas. [marianemottadecampos@hotmail.com](mailto:marianemottadecampos@hotmail.com)
  4. Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Paulista (UNIP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [inabotelho@gmail.com](mailto:inabotelho@gmail.com)

mercado de trabalho, na representação política e, até mesmo, no modo como as mulheres são julgadas social e juridicamente.

Mariana Ferreira Borges era influenciadora digital e, em dezembro de 2018, aos 21 anos, participou de um evento no qual era embaixadora em Florianópolis. No dia seguinte à festa, Mari Ferrer fez um boletim de ocorrência relatando ter sido drogada e estuprada pelo empresário André Aranha. Em maio do ano seguinte, a jovem utilizou de suas redes sociais para desabafar e expor sua versão dos fatos. As publicações da influenciadora repercutiram em todo o país e fizeram com que o processo judicial também se acelerasse. No entanto, em setembro de 2020, o réu foi absolvido. O The Intercept Brasil divulgou cenas do julgamento em que a vítima foi constantemente constrangida pelo advogado de defesa, Cláudio Gastão da Rosa Filho. O defensor de Aranha chegou a utilizar fotos consideradas “sensuais” retiradas das redes sociais da jovem para compor a defesa do réu e desrespeitar Mariana alegando que “não gostaria de ter uma filha do ‘nível’ dela.” (Bardella, 2020). A forma como Mari Ferrer foi tratada e a sessão foi conduzida repercutiram mais uma vez nos diferentes veículos de comunicação. O caso levou à criação do Projeto de Lei 5.096/2020, de autoria da Deputada Lídice da Mata (PSB-BA), que contou com a união de diferentes deputadas e deputados federais em sua co-autoria.

O caso Mari Ferrer e sua repercussão desde a exposição da denúncia de estupro até a sanção da lei foi permeado pelo uso das redes sociais como forma de comunicação e mobilização. Esse percurso pode ser considerado como um exemplo de comunicação para a cidadania, uma vez que a “cidadania não se dá se não houver comunicação, no sentido de partilhar o comum entre os indivíduos de uma sociedade e

publicitar suas demandas. Há necessidade de uma participação explícita em ouvir e ser ouvido.” (Sgoti & Peruzzo, 2015, p. 3). E, com o aporte das redes sociais, esse processo passa a acontecer sem o intermédio dos meios de comunicação tradicionais (Lévy, 1998), afetando e transformando a forma como as informações circulam entre as mídias (Braga, 2012; Cárlon, 2017).

Para analisar a rede de conversação online sobre o assunto utilizaremos o Twitter. A escolha desse objeto se deu por compreender que é uma das principais redes sociais online no Brasil, bem como por questões metodológicas, uma vez que o Twitter ainda mantém a API aberta. A coleta dos tweets na rede aconteceu por meio do software Netlytic, no dia 24 de novembro, posterior à aprovação da Lei Mari Ferrer, e a análise será baseada na Análise de Conteúdo Automatizada (Cervi, 2018), via Iramuteq. Como perguntas de pesquisa tem-se: O que está sendo dito sobre a Lei Mari Ferrer nas redes sociais online? Como os usuários do Twitter receberam a sanção da lei? As conversações sobre a lei podem contribuir (ou não) para a cidadania? O objetivo é observar de que forma a sanção da Lei Mari Ferrer está sendo debatida na sociedade brasileira por diferentes atores em um espaço marcado pela interatividade e desintermediação.

## **A Mulher Como Cidadã**

A cidadania é um método de inclusão social, relativa às melhorias das condições sociais dos indivíduos, bem como, tem como principais pontos o sentimento de pertença a uma comunidade civil e o reconhecimento do sujeito pelo Estado (Marshall, 1967). Para Marshall (1967), a cidadania vem a partir de dois processos, dentre eles, a separação

funcional entre a cidadania civil, política e social. A instância da cidadania civil (século XVIII) relaciona-se à liberdade individual, de pensamento, de trabalho, direito à propriedade, entre outros. A cidadania política (séc. XIX), por sua vez, é relativa à participação no exercício do poder político, direito ao voto e acesso à justiça. Por fim, a cidadania social (iniciada no séc. XX) é alcançada pelo direito ao mínimo do bem-estar econômico e social, segurança e inclusão social, igualdade de oportunidades e justiça social (Marshall, 1967).

Nesse sentido, o conceito de cidadania torna-se importante ao se destacar a luta dos grupos minorizados pelo reconhecimento integral e participação da tomada de decisões do Estado, como é o caso das mulheres ao longo da história. Pensando na cidadania e seus três elementos (civil, político e social), será que as mulheres possuem uma cidadania plena? Nota-se que esse processo vem desde a primeira onda do movimento feminista, com a luta por igualdade entre homens e mulheres, em especial, na tomada de decisões políticas e direito ao voto, entre os séculos XIX e XX. Reconhecidas como parte da sociedade e dotadas de liberdades, como o direito ao trabalho, ainda hoje as mulheres lutam por sua liberdade individual, na tomada de decisões sobre seu corpo e o próprio reconhecimento social. Por outro lado, alcançada a cidadania política, com o direito ao voto, também ficou nítido que só isso não assegurava mais direitos para as mulheres ou participação na vida pública (Miguel & Biroli, 2015).

O próprio termo “cidadão”, ao longo da história, se mostrou como um substantivo exclusivamente masculino: os cidadãos atenienses não incluíam a participação feminina na ágora (Marques, 2019; Miguel & Biroli, 2015); a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”

traziam o gênero masculino como universal e deixava de lado as questões femininas (Miguel & Biroli, 2015); e, no Brasil, até a década de 1930, as mulheres não tinham direito ao sufrágio, sendo consideradas pela constituição como “cidadãs passivas”, juntamente das crianças, loucos e outros grupos (Marques, 2019). A lógica de quem era considerado cidadão, por muito tempo esteve também baseada na dicotomia entre público (espaço “masculino”) e privado (espaço “feminino”) e libertar-se do espaço do lar era uma forma de chegar à pólis (Miguel & Biroli, 2015).

Na sociedade contemporânea, pós-industrial, marcada pela dissolução dos laços sociais e individualismo, o reconhecimento passa a ser elemento fundamental para se alcançar a cidadania, enquanto elemento capaz de prevalecer às diferenças (Orts, 2005). Contudo, processo de reconhecimento também é um processo de luta, uma vez que o reconhecimento do Estado, por meio de leis, se dá comumente em última instância e é decorrente de transformações que perpassam o sujeito e o grupo social (Honneth, 2009). Honneth (2009) alerta que uma luta só pode ser caracterizada como social se sua finalidade se estende para além do indivíduo, quando ela passa a ser base para um movimento coletivo, sendo que essa luta pode culminar em uma sociedade mais justa e civilizada. Nesse sentido, o conflito social seria algo positivo capaz de levar ao amadurecimento da ética e de desenvolver uma “comunidade de cidadão livres” (Honneth, 2009).

No caso das diferentes mulheres, ao reconhecer as opressões e camadas de dominação que afetam sua existência, as quais também levam para o aparecimento de demandas específicas, torna-se importante a luta pelo reconhecimento. Primeiro, o reconhecimento enquanto

mulher (mulher negra, mulher indígena, mulher trans, mulher trabalhadora, mulher mãe, mulher brasileira, de diferentes idades e classes, e tantas outras formas de existir enquanto mulher), o olhar para si e se reconhecer enquanto sujeito; depois o reconhecimento por parte do grupo, cercar-se de outras mulheres que têm as mesmas demandas e desafios. Esse reconhecimento grupal e no outro torna-se importante para o reconhecimento da sociedade como grupo posteriormente, grupo que possui necessidades específicas e que necessita de legislação apropriada para sua proteção e para condições mais dignas de vida. Um exemplo seria a própria movimentação em torno da “Lei Mariana Ferrer” (Lei nº 14.245/2021). Já haviam leis no código penal para proteção das vítimas e testemunhas, mas não havia uma lei em particular que coibisse o constrangimento de mulheres vítimas e testemunhas de crimes de abuso sexual. A mobilização fez com que deputadas e deputados fizessem o projeto de lei, sendo essa uma necessidade, visto que esse tipo de coação impede que mais mulheres denunciem os casos sofridos e que a justiça seja, de algum modo, feita. Se, como colocado por Honneth (2009), a luta pelo reconhecimento é capaz de levar ao amadurecimento da sociedade com a adoção de sistemas e leis mais justas, portanto, a luta feminista também se coloca como uma luta pelo reconhecimento, enquanto pessoa, grupo e, acima de tudo, enquanto cidadãs. Uma vez que o feminismo se mobiliza social e politicamente contra o universalismo que oprime e hierarquiza, diferenciando homens e mulheres (Miguel & Biroli, 2015).

A constituição do próprio termo gênero expõe essa formação social das diferenças entre homens e mulheres. Simone de Beauvoir (2014), considera que não se nasce mulher por uma justificativa meramente

biológica e psicológica, torna-se mulher por meio de uma construção social do que é ser mulher – do que é não ser um homem. Nesse aspecto torna-se importante falar sobre “gênero”, não em “sexo”. Uma vez que, “falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política” (Colling, 2004, p. 29).

Colling (2004) defende que ser homem ou ser mulher é uma construção simbólica, baseada na dominante diferença entre os gêneros, na dicotomia entre público e privado, e pelos mecanismos de silenciamento, dominação, opressão e exploração ao qual as mulheres são submetidas, desde os séculos passados. Os símbolos, enquanto instrumentos de integração social, participam dos processos de construção do conhecimento e dos próprios indivíduos. Eles tornam possível a formação do consenso e do referencial de mundo, produzindo e reproduzindo uma ordem social, estabelecendo sentido e, portanto, exercendo um poder simbólico (Bourdieu, 1989).

De acordo com Miguel & Biroli (2015), às relações desiguais entre os gêneros atravessam toda a estrutura social e seus efeitos não se limitam às mulheres, sendo um dos principais eixos que constituem as experiências sociais dos sujeitos. “Onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade.” (Miguel & Biroli, 2015, p. 6). Esses atravessamentos por raça, classe, gênero, entre outras camadas de opressão sentidas pelo corpo social, formaram o conceito mais recente de interseccionalidade (Collins, 2019), importante

para se compreender que mesmo o ser mulher não unifica o movimento feminista e/ou as lutas femininas.

As diferenciações e a forma como o sujeito irá se comportar socialmente também é uma constituição que passa pelos processos de socialização e linguagem (Berger & Luckmann, 2007), os quais são distintos conforme o gênero, bem como, são permeados pela dominação masculina (Miguel & Biroli, 2015). Sabe-se que a cada novo suporte de comunicação e sua apropriação pela sociedade, novas formas de interação surgem e os processos sociais são modificados e/ou acelerados, bem como, a forma como o sujeito forma a si mesmo (Thompson, 2018). Nesse aspecto, até o “existir” passa a depender da visibilidade. Por meio dos media há uma nova formatação de realidade, capaz de ser vivenciada no ausente, nesse contexto, algo precisa aparecer na mídia para existir de fato (Rubim, 2000).

No cenário de mudanças provocadas pela era digital, a forma como a comunicação ocorre e a circulação das informações têm sofrido mudanças significativas, levando de uma sociedade dos meios para uma sociedade midiaticizada (Braga, 2012). A (hiper) midiaticização e a popularização da internet gera novos e diferentes circuitos comunicacionais, pelos quais circulam as informações, incluindo os atores sociais/usuários da rede, meios de comunicação tradicionais e mídias digitais (Braga, 2012; Carlón, 2017; Recuero et al., 2021). Se antes, a circulação se dava num processo unidirecional emissor-mensagem-receptor, nos veículos de comunicação tradicionais, “com a percepção de que os receptores são ativos, a circulação passa a ser vista como o espaço do reconhecimento dos desvios produzidos pela apropriação.” (Braga, 2012, p. 38). E a circulação ocorre em um fluxo contínuo, em

que se torna cada vez mais impossível estabelecer a origem e o fim de uma informação. Assim, o que também se modifica a partir da internet é a capacidade de desintermediação (Lévy, 1998), na qual outros atores sociais também podem ser fonte de informação para além dos veículos jornalísticos legitimados socialmente para tal.

Para Recuero et al. (2021), os usuários das redes compartilham e comentam os conteúdos levando a uma recirculação das informações, capazes de gerar um efeito de disseminação de informação por diferentes canais. Desse modo, a circulação de uma informação nas plataformas digitais depende também da ação dos próprios usuários, aumentando a visibilidade dos conteúdos e informações.

O caso de denúncia de estupro da influenciadora Mari Ferrer, como também, o julgamento são exemplos dos tipos de circulação propostos por Carlón (2017). Quanto à circulação de informação entre as mídias tradicionais e digitais, o autor propõe quatro tipos: a) Ascendente/descendente, no qual uma notícia que emerge das mídias digitais ganha visibilidade também nos veículos tradicionais; b) Descendente/Ascendente: um fato é noticiado pela mídia tradicional, ganha as redes sociais e retorna a ser assunto nos veículos tradicionais; c) Descendente/Horizontal: relaciona-se a quando os conteúdos dos meios massivos são discutidos e compartilhados nas redes. Com a popularização das redes sociais, qualquer fato noticiado pela mídia tradicional ganha imediata repercussão; d) Ascendente/Horizontal: ocorre quando o conteúdo das redes não chega à mídia massiva.

Ao ver a denúncia feita contra o empresário André de Camargo Aranha, em dezembro de 2018, estagnada na justiça, a influenciadora digital Mariana Ferrer recorreu a suas contas nas redes sociais (Instagram

e Twitter), em maio de 2019, para contar sua versão dos fatos e desabafar (Bardella, 2020). O relato mobilizou as redes sociais e ganhou repercussão nos veículos tradicionais de imprensa (o que se enquadra em circulação ascendente/descendente, na qual uma notícia que emerge das mídias digitais ganha visibilidade também nos veículos tradicionais). Em novembro de 2020, a agência de notícias The Intercept Brasil divulgou cenas da sentença do juiz e do julgamento do caso, bem como, uma análise, na qual a associa com “estupro culposo”. O termo e toda a situação, inclusive de constrangimentos sofridos pela vítima durante o julgamento, geraram revolta e, mais uma vez, repercutiram nas mídias digitais e em outros veículos de comunicação tradicionais (circulação descendente/ascendente, em que um fato é noticiado pela mídia tradicional, ganha as redes sociais e retorna a ser assunto nos veículos tradicionais), principalmente, a partir das hashtags #NãoExisteEstuproCulposo e #JustiçaPorMariFerrer. A mobilização foi tamanha que diversas deputadas e deputados federais se uniram na autoria do Projeto de Lei apelidado como “Lei Mari Ferrer”.

Aqui, nota-se a capacidade de participação e interatividade como ponto principal das novas mídias, se comparadas às mídias tradicionais. Os usuários das redes sociais online têm a capacidade de produzir e compartilhar as próprias mensagens, sendo essa participação peça importante na conquista da cidadania comunicativa. Contudo, Costa Filho (2021) aponta que a participação possui diversos significados e aspectos – políticos, sociológicos, psicológicos, éticos – e mais além, uma vez que também inclui a formalização, o reconhecimento e o exercício do direito à comunicação. Nesse sentido, o autor argumenta que a partilha de poder e a participação social na gestão das próprias mídias

também são formas de garantir a participação e, conseqüentemente, a cidadania comunicativa.

Nesse sentido, cidadania se torna também num constante processo de formação política que não pode prescindir da distribuição de recursos cognitivos. Ser incluído significa também ter acesso ao conhecimento produzido socialmente e contribuir com essa produção. Somente com a compreensão da realidade social e das garantias individuais e coletivas, é possível exercer a cidadania participativa que exige, para isso, processos educativos horizontais. (Costa Filho, 2021, p. 145)

Portanto, observar as narrativas em torno da sanção da Lei Mari Ferrer podem indicar de que forma a comunicação nas redes sociais, capazes de mobilizar as pessoas e o projeto que motivou a lei, também promovem a cidadania e a consciência em torno da luta em prol da conquista cidadã. Ou, se o espaço está sendo utilizado para discursos que deslegitimam a lei e sua relevância política e social.

## **Metodologia e Análise**

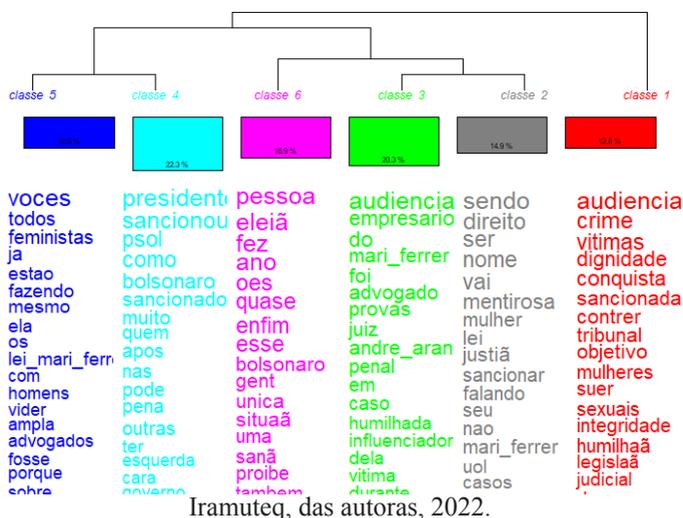
Como forma de observar as discussões levantadas acerca da sanção da Lei Mari Ferrer no Twitter seguiu-se os seguintes passos: (a) foram coletados os tweets relativos à Lei Mariana Ferrer, em 24 de novembro de 2021, através do software Netlytic, por meio das palavras-chave “Lei” e “Mari Ferrer”. A coleta resultou em 2500 publicações (entre tweets e retweets), as quais foram analisadas de forma qualitativa. (b) Após a coleta, foi realizada mineração dos dados pelo software Iramuteq. Devido às especificidades do programa, foram eliminados da análise os retweets, tweets com poucos caracteres, os hiperlinks, as imagens e os vídeos. A análise foi feita com base apenas nos textos publicados

na rede social online. (c) A análise foi orientada a partir da Análise de Conteúdo de Redes Sociais Online (Cervi, 2018), capaz de explorar o método de forma automatizada.

## As Discussões sobre a Lei Mari Ferrer no Twitter

**Figura 1**

*Análise gerada pelo programa Iramuteq a partir dos tweets coletados*



No período coletado, o tweet mais compartilhado foi “É LEI! Foi sancionada ontem a lei Mari Ferrer, que tem como objetivo proteger vítimas de constrangimento em audiências de crimes contra a dignidade sexual. A lei irá ajudar muitas mulheres na luta por justiça em um universo que insiste em humilhar ainda mais as vítimas” (compartilhado 359 vezes, um retweet da conta do veículo de comunicação independente

@MidiaNINJA); pode-se levar a crer que o discurso favorável à sanção foi o predominante no Twitter. No entanto, ao fazer a análise textual das publicações que circularam na rede, via Iramuteq, pode-se notar a polarização nas narrativas.

Quanto às classes elencadas pelo software, tem-se 6 categorias elencadas, a partir das aproximações lexicais, no gráfico da figura 1.

No quadro a seguir (Quadro 1) estão os nomes das categorias propostos pelas autoras a partir da análise do conjunto de termos apresentados em cada classe e leitura prévia do banco de dados.

## Quadro 1

### *Nomeação das categorias por termos*

	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6
<b>Termos com <math>\chi^2</math> de Pearson (termos significativos por classes)</b>	audiência, crime, vítimas, dignidade, conquista, sancionada, tribunal, mulheres, entre outros.	ser, direito, nome, vai, mentirosa, mulher, lei, justiça, sancionar, Mari Ferrer, casos, entre outros.	audiência, empresário, Mari Ferrer, advogado, provas, juiz, André Aranha, penal, humilhada, vítima, entre outros.	presidente, sancionou, PSOL, como, Bolsonaro, sancionado, muito, pena, esquerda, entre outros.	vocês, todos, feministas, Lei Mari Ferrer, homens, advogados, ampla, fazendo, ela, porque, entre outros.	pessoa, eleição, fez, ano, quase, enfim, Bolsonaro, gente, única, proíbe, situação, entre outros.
<b>% de ocorrência</b>	12,8%	14,9%	20,3%	22,3%	12,8%	16,9%
<b>Nome concedido às categorias</b>	Sobre a lei	Dominação Masculina	Repercussão do julgamento	Presidente Bolsonaro	Repercussão política e/ou penal da sanção	Opinião popular

Iramuteq, das autoras, 2022

A temática mais recorrente nos discursos foi “Presidente Bolsonaro”, qualificada pelo software como Classe 4 (22,3%). O Presidente

Bolsonaro tem uma postura conservadora na pauta de costumes desde sua campanha eleitoral, em 2018, em que levantou bandeiras contra a “ideologia de gênero” e questões relativas ao feminismo e à comunidade LGBTQIA+, além de outras polêmicas. A base de apoiadores do presidente, portanto, se concentra em pessoas que compartilham dos mesmos ideais e a sanção da Lei Mari Ferrer por Bolsonaro foi motivo tanto de insatisfação, por parte dos mais conservadores, quanto de críticas de seus opositores colocando a medida como “algo de positivo” em um governo como esse. Nesse sentido, a Classe 4 reúne as publicações que mencionam diretamente o Presidente ter sancionado a lei e suas associações políticas, partidárias e ideológicas.

Os mais conservadores tratam a lei como progressista demais para um Presidente como Bolsonaro e chegam até a o associar a partidos (PSOL) e lideranças de esquerda (Lula e Dilma), conforme nos exemplos a seguir: (a) “Bolsonarista raiz, digo que a lei mariferrer é femiNazismo puro. Decência no vestir é fundamental!!!”;(b) “Janaina Paschoal detona Bolsonaro após sancionar Lei Mari Ferrer: ‘Presidente filiado ao PSOL’“. Os posts que apoiam a lei, mas usam o momento para criticar o governo podem ser exemplificados nos tweets a seguir: a) “Bolsonaro sancionou a Lei Mari Ferrer. Enfim esse homem fez algo que presta”; b) “Em primeiro ato como presidente 3 anos depois, Bolsonaro sancionou sem vetos a Lei Mari Ferrer, que proíbe constranger vítimas ou testemunhas de violência sexual. Enfim, a gente finge que não sabe que estamos há menos de um ano de novas eleições e comemora uma pequena vitória”. Há ainda apoiadores que concordam com a assinatura da lei por Bolsonaro e o parabenizam, como no tweet: “Parabéns @jairbolsonaro, sempre do lado correto”.

A segunda categoria mais recorrente foi a Classe 3 “Repercussão do julgamento” (20,3%). Nessa categoria, os usuários do Twitter se posicionam sobre a motivação para a criação da lei. A discussão se polariza e divide opiniões entre os que apontam que Mari Ferrer foi revitimizada pelo advogado de Aranha, enquanto outros afirmam não haver provas do crime e as acusações serem falsas. Como exemplo tem-se os seguintes tweets: a) “Mari Ferrer foi destrutada pelo advogado do empresário André Aranha que exibiu fotos da influenciadora e afirmou que jamais teria uma filha do nível dela. Juiz e promotor se omitiram. As imagens da audiência repercutiram e causaram revolta.”; b) “A lei foi feita por conta do vídeo da audiência em que o advogado explica os reais motivos da acusação: dinheiro e fama. Ela é exclusiva para impedir que o advogado de defesa consiga defender seu cliente vítima de falsa denúncia”.

Em terceiro aparece a Classe 6 “Repercussão Popular” (16,9%), categoria marcada pelas diversas opiniões a respeito da lei e suas consequências no geral. Mais uma vez, as opiniões a favor e contra a sanção, se fazem presentes, incluindo o fato de se o nome da lei seria justo, já que André Aranha foi inocentado e a decisão, para certos usuários, colocam a acusação de Mariana Ferrer como falsa. Contudo, o mais interessante nesta categoria é que em diversos momentos a mídia tradicional também é trazida à discussão, o que exemplifica a circularidade das informações. Em alguns momentos, o jornalismo tradicional é citado como fonte sobre a lei, para exemplificar sua importância; e em outros é criticado por usuários mais conservadores que consideram o jornalismo como um dos causadores da sanção da lei. Como nos exemplos: “Está aqui a matéria da lei que obriga o judiciário a zelar pela integridade física

e psicológica, tanto da vítima como de testemunhas”; “Jornal chapa branca nojento que consegue ser pior que o Terça Livre. Gastou tempo estudando jornalismo para fazer um trabalho porco dessas, ajudando esse canalha com suas mentiras e iludindo as pessoas”. Os veículos jornalísticos e/ou oficiais citados foram: Brasil de Fato, Senado Federal, Universa UOL, Portal UOL, O Convergente, Globo, Jornal da Record, The Intercept Brasil e Mídia NINJA.

A quarta categoria mais acionada é a Classe 2 “Dominação Masculina” (14,9%). Nela, os usuários do Twitter discutem não só a lei, mas a própria estrutura machista na qual o Brasil se insere, como aponta um post: “A gente entra no trend sobre a Lei Mari Ferrer e sai de lá fazendo força pra não odiar todos os homens. A misoginia gritando ali”; “Sobre a Lei Mari Ferrer, os advogados usaram a vida pregressa dela para justificar o crime. Isso é boçal e muito mais comum do que se imagina. Sinceramente, vocês não aguentariam nem um dia na pele de uma mulher”. Ou, em contrapartida, expõem o seu machismo velado (ou explícito): “desculpa aí mulheres. O presidente sancionou a lei Mari Ferrer portanto estarei bloqueando todas”; ou “As feministas vão acabar desempregadas e sozinhas mesmo as LGBTQIA, já que a lei vale para todos”.

Por fim, as classes 5 e 1 tiveram o mesmo percentual: 12,8% cada. Em “Repercussão política e/ou penal da sanção” (Classe 5), os tweets giraram em torno de como a aprovação da lei iria impactar na política e no Direito. No que tange à política, a sanção e a própria lei foram associadas a partidos de esquerda, como o PCdoB (a deputada Alice Portugal, relatora da lei na Câmara, é filiada ao partido). Essas discussões fazem a Classe 5 se aproximar da 4 (figura 1). Ainda, no

que tange às discussões políticas-ideológicas, há uma constante associação da lei ao movimento feminista. E, em muitos casos, em tom pejorativo. A exemplo disso, tem-se: “Este ano Bolsonaro sancionou a lei que inseriu o feminismo na educação básica (lei 14164), a que criou o tipo penal da violência psicológica contra a mulher (lei 14188) e a que limita a defesa em acusações de crimes sexuais (Mari Ferrer): só não sancionou a dos absorventes”. A citada lei nº 14.164, de junho de 2021<sup>5</sup>, sancionada pelo Presidente Bolsonaro, inclui conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher e institui a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher.

Nas publicações contra a Lei Mari Ferrer é comum à associação ao que os conservadores conceituam como “ideologia de gênero”: “@BolsonaroSP Teve uma pessoa que se elegeu dizendo que ia acabar com a ideologia de gênero nas escolas e até agora não moveu uma palha nesse sentido. Ao contrário, tem ratificado a pauta esquerdista, como, por exemplo, sancionado a lei Mari Ferrer”. O termo, segundo Biroli, Machado e Vaggione (2020), é uma reação dos atores religiosos conservadores à agenda da diversidade sexual e igualdade de gênero, incorporada às diretrizes da ONU, como parte do sistema internacional dos direitos humanos. “A noção de ‘ideologia de gênero’, que tem origem nos anos 1990, seria, nesse processo transformada em uma estratégia política que facilitou a atuação conjunta de diferentes atores conservadores e forneceu novos recursos para a mobilização popular.” (Biroli et al., 2020, pp. 189-190). Esse movimento neoconservador, alicerçado em bases religiosas, passou a confrontar diretamente com

---

5. Lei 14.164 de 10 de junho de 2021.

movimentos feministas e LGBTQIA+, nas novas democracias da América Latina, formadas a partir da década de 1980, conforme os autores.

Torna-se interessante observar que, como no exemplo acima, o termo “feminismo” é constantemente associado, pelos conservadores, a uma carga negativa. Algo comum ao longo da história e ocorre pela desinformação a respeito da luta e conquistas feministas, sobretudo, porque “o feminismo ao longo de sua história foi alvo de campanhas que fizeram com que a população de modo geral acreditasse que o feminismo era um inimigo a combater.” (Garcia, 2011, pp. 11-12). Discursos produzidos e reproduzidos pelas religiões e mitologias, os quais legitimavam a desigualdade entre os gêneros (Garcia, 2011) e repercutem até hoje, inclusive com o argumento de que tal movimento é um inimigo da “família tradicional” (Biroli et al, 2020).

No entanto, a Lei Mari Ferrer, associada ao movimento feminista, aparece em outros tweets, como aqueles que comemoram a aprovação: “VITÓRIA FEMINISTA! Hoje a Lei Mari Ferrer foi sancionada. A legislação busca proteger vítimas e testemunhas de crimes sexuais de constrangimentos nas audiências. Grande conquista para garantir a integridade e os direitos das mulheres, especialmente durante o processo judicial”.

Dentro da amostra, foi encontrado ainda a discussão a respeito do que isso implicaria na própria condução do processo judicial e, mais uma vez, levando a discussões polarizadas entre os que defendem a lei e seus benefícios e aqueles que acreditam que a lei é inconstitucional ou implicaria no “direito de ampla defesa”, conforme o exemplo a seguir: “Agora é lei! Lei Mari Ferrer foi sancionada ontem! Uma grande conquista q proíbe q vítimas (e testemunhas) de crimes de violência

sexual sejam constrangidas em audiências. Isso pode ajudar muitas mulheres. Mas ainda exigimos #justicaporMariFerrer”, compartilhada 149 vezes. (b) “Difícil superestimar os efeitos deletérios da lei Mari Ferrer, recém sancionada. Ela impõe uma restrição ao DIREITO DE AMPLA DEFESA, promove um estímulo para falsas acusações de violência contra a mulher e contribui para acirrar ainda mais o clima de divisão e discórdia”, compartilhado 5 vezes. (c) “Será que essa nova Lei Mari Ferrer não poderia ser um caso de Direito Penal do Inimigo? Lembro de ter lido em algum lugar que a ideia do ‘Direito Penal do Inimigo’ seria mais ou menos essa: dificultar o processo para uma das partes, favorecendo a outra.”, compartilhado 2 vezes<sup>6</sup>.

Por fim, a Classe 1 “Sobre a lei” (12,8%), mostrou-se uma das narrativas menos predominantes, sendo ela a que discorre mais sobre o que é a lei e compartilha as informações pertinentes à mesma de uma forma menos opinativa. Nesse sentido, pode ser observado que a Classe 1 é aquela que mais se distancia lexicalmente das demais (figura 1). Um exemplo é o tweet: “Aprovada Lei Mari Ferrer que aumenta pena de quem constranger vítima de abuso. Texto da Lídice Damata PSB que tomou iniciativa após caso da catarinense Mariana Ferrer ser abusada dentro da casa noturna em Florianópolis SC e hostilizada pelo advogado.”; “É LEI! Foi sancionada a lei Mari Ferrer, que tem como objetivo proteger vítimas de constrangimento em audiências de crimes contra a dignidade sexual. VITÓRIA DAS MULHERES!”.

---

6. Segundo a enciclopédia jurídica da PUC-SP, o Direito Penal do Inimigo se refere a um modelo pensado pelo alemão GüntherJakobs que visa combater, no âmbito jurídico penal, indivíduos considerados perigosos, dando tratamento diferenciado a criminosos, em especial terroristas.

Nota-se nas narrativas presentes na rede social, uma tendência não só a polarização das discussões, como a circulação de opiniões diversas, em sua maioria, sem embasamentos que comprovem os fatos destacados. No que tange à cidadania, nota-se a tentativa de utilização do espaço para debate, conscientização e mobilização, mas ainda prevalece as narrativas voltadas para questões político-partidárias e que tentam, de algum modo, deslegitimar ou desconstruir o movimento feminista, bem como, a sanção da lei enquanto uma conquista que protege as mulheres nos ambientes judiciais. O assunto mais relevante foi a sanção pelo Presidente Bolsonaro, autodeclarado conservador, que ganhou maior destaque se comparado a busca por promover o conhecimento sobre a lei em si.

### **Considerações Finais**

A partir da observação das narrativas que circularam no Twitter, acerca da sanção da Lei Mari Ferrer, nota-se que a mídia digital (devido às mensagens escritas em poucos caracteres, o que seria uma característica de funcionamento da mesma), silencia outros casos de constrangimento de vítimas ou testemunhas em julgamentos de abusos sexuais. A falta de um histórico ou de se elencar outros casos como este de violência, não contribui para a compreensão da lei e sua real importância. Afinal, diversas mulheres sofrem diferentes tipos de violência diariamente e Mari Ferrer não foi a primeira e nem será a última, infelizmente. Portanto, leis como a nº 14.245 são resultado de uma série de violências, que muitas vezes, são veladas na sociedade. Elencar outros casos e encontrar pesquisas e fontes que respaldam a sanção da lei, pode contribuir para um maior conhecimento de seus benefícios e impactos.

Contudo, vale destacar que em um país como o Brasil, em que impera o machismo e o racismo estrutural, não é difícil se pensar que a vítima que batiza a lei, não seja considerada como vítima, ou ainda, que o caso Mari Ferrer tenha sido abraçado pela sociedade também por se tratar de uma mulher branca, conhecida socialmente por seu papel de influenciadora e de classe média.

Outro ponto importante a se destacar é que a associação da lei ao governo Bolsonaro se deu de forma diferente na rede social e no jornalismo. No jornalismo a assinatura da lei feita pelo presidente aparece como secundário, uma forma de compor o lide (quem, que, onde, como, quando, porque), parte da forma de se noticiar o fato. Evita-se problematizar o fato do governo se apresentar como conservador na pauta de costumes ou mesmo seu recente veto à distribuição de absorventes gratuita. Na rede social, Bolsonaro torna-se o tema principal quando o assunto é a lei e há uma constante problematização por ser considerada uma lei progressista. Para os críticos, uma forma de se aproximar dos partidos de esquerda, do movimento feminista e de mudança de postura; para aqueles que apoiam, uma atitude acertada do presidente. Outras mensagens aproveitam do momento para criticar o governo como um todo, colocando a sanção como a única boa ação de Bolsonaro até o momento.

Nesse sentido, também é notório a polarização nas redes sociais, propiciados pelos algoritmos, que reúnem e processam as informações obtidas dos usuários. Esses algoritmos agem como distribuidores de conteúdos, filtros de opiniões e expressões, capazes “de atrair as pessoas que se tornaram espaços onde ocorrem importantes debates públicos, sendo o lugar em que se dá o confronto mimético de visões

e se formam clusters ou articulações de opiniões.” (Silveira, 2019, p. 66). Essa lógica das redes sociais propicia a formação de bolhas e câmaras de eco, as quais dão prioridade a informações que reforcem uma narrativa política em particular, o que contribui para se acirrar a polarização por fortalecer uma narrativa específica, uma vez que os usuários tendem a compartilhar apenas as informações que corroborem com essas narrativas (Recuero et al., 2021).

Quanto à circulação, ao iniciarmos as análises pelas redes sociais, percebe-se que a mídia tradicional não é deixada de lado, aparecendo em dois momentos mais específicos: para ser acionada como fonte de informação legitimada; ou para ser criticada, tendo sua legitimidade atacada e posta em dúvida. Nas mensagens que foram veiculadas no Twitter em apoio à lei ou em menção à sanção, o jornalismo aparece para dar respaldo a informação do post. Por outro lado, usuários aproveitaram a rede social para criar uma contra-narrativa àquela veiculada pela grande imprensa, uma alternativa àquela noticiada pelos grandes meios. Nota-se ainda, a apropriação do senso comum, por usuários mais conservadores, de que a grande mídia, em especial, a Rede Globo, é responsável pela lei, considerada como algo negativo.

Assim, nota-se uma tentativa de utilizar o espaço digital e a sanção da lei (assim como todo o percurso do caso, desde a denúncia de Mariana até o julgamento) como forma de mobilização e de desenvolver uma comunicação para a cidadania. O caso Mari Ferrer, por si só, aponta para a força da comunicação como mobilizador social, capaz de acelerar um processo judicial e até mesmo levar a sanção de uma lei. Contudo, em um país permeado pela dominação masculina, o conservadorismo gera barreiras tanto para a compreensão da lei e sua

discussão, quanto no próprio julgamento com os ataques misóginos e sexistas sofridos pela vítima por parte do advogado de defesa, sem qualquer intervenção do juiz ou promotor, além do encerramento do caso com vitória para o réu. Algo também observado nos discursos no Twitter. Tem-se, de fato, nas redes sociais um espaço de potencialidades e capaz de dar visibilidade a grupos e fatos muitas vezes silenciados pela mídia tradicional e pela sociedade, todavia, ainda há uma estrutura de dominação a ser rompida.

## Referências

Bardella, A. (2020, 10 novembro). Mari Ferrer: entenda a cronologia do caso, a denúncia e a sentença. *Universa UOL*. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/10/caso-mari-ferrer.htm>

Beauvoir, S. de (2014). *O segundo sexo*. Nova Fronteira.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2007). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Vozes.

Biroli, F., Vaggione, J. M., & Machado, M. D. D. C. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo Editorial.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (Vol. 6). Difel.

Braga, J. L. (2012). *Circuitos versus campos sociais. Mediação & Mídiação*. EDUFBA, 31-52.

- Carlón, M. (2017). La cultura mediática contemporánea: otro motor, otra combustión. (Segunda apropiación de la teoría de la comunicación de Eliseo Verón: la dimensión espacial). *A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento*, 25-48.
- Cervi, E. (2018). *Análise de Conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica* [Trabalho apresentado]. 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Brasil.
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. *Gênero e cultura: questões contemporâneas*, 1, 13.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo editorial.
- Costa Filho, I. (2021). A participação social na cidadania comunicativa. *Revista Educação, Cultura e Comunicação, Lorena, 12(24)*, 260-271.
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo* (Vol. 1). Claridade.
- Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento – A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Lévy, P. (1998). A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Revista Famecos*, 5(9), 37-49.
- Marques, T. C. de N. (2019). *O voto feminino no Brasil*. Edições Câmara.

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Zahar.

Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo Editorial.

Orts, A. C. (2005). *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. Edicoes Loyola.

Recuero, R., Soares, F., & Zago, G. (2021). Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. *Revista Contracampo*, 40(1).

Rubim, A. A. C. (2000). Contemporaneity as the media age. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 4, 25-36.

Sgoti, S. D. M., & Peruzzo, C. M. K. (2015). *A Inter-relação entre Comunicação e Cidadania: os desafios da sua práxis na sociedade pós-moderna marcada pelo consumo* [Trabalho apresentado]. Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Uberlândia, MG, Brasil.

Silveira, S. A. (2019). *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. Edições Sesc.

Thompson, J. B. (2018). A interação mediada na era digital. *Matrizes*, 12(3), 17-44.

# **A PRÁTICA DA REPORTAGEM EM VEÍCULOS JORNALÍSTICOS DIGITAIS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: NOTAS INICIAIS DE UMA PESQUISA**

*Michelle Roxo de Oliveira<sup>1</sup>*

O artigo apresenta o relato inicial de uma pesquisa, em estágio de construção, sobre o processo de produção de reportagens em veículos jornalísticos digitais com perspectiva de gênero, configurados em bases organizativas distintas do trabalho em redações de empresas midiáticas tradicionais. São iniciativas relacionadas ao fenômeno da diversificação dos espaços de produção e consumo de informações no mundo contemporâneo, em um contexto de transformações no mundo trabalho e de natureza tecnológica e comunicacional, que redefinem o campo de atuação profissional do jornalista. De modo correlato, vinculam-se à

---

1. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru). [michelle.roxo@unesp.br](mailto:michelle.roxo@unesp.br)

tendência de crescimento extensivo do uso das mídias digitais como instrumento de comunicação, conscientização e mobilização em torno de temáticas de gênero, articulada a ações e debates contemporâneos capitaneados por movimentos feministas.

A experiência de novas iniciativas jornalísticas no mundo digital tem sido observada por pesquisadores de diferentes regiões do País (Batista & Patrício, 2019; Carvalho, 2017; Fígaro & Nonato, 2021; Rovai, 2018), diante de um quadro geral caracterizado por mudanças na organização do trabalho e crise do modelo de empresa jornalística tradicional. Em pesquisa coletiva coordenada por Fígaro (2018)<sup>2</sup>, identificamos um conjunto de arranjos jornalísticos<sup>3</sup> na região metropolitana de São Paulo, com propostas editoriais diversas, que engendram formas de permanência na profissão e alternativas de sustentação econômica para além dos conglomerados de mídia. São veículos que fazem uso das potencialidades inauguradas pelas plataformas digitais, com a popularização de tecnologias e barateamento de meios de produção, de modo a encampar experiências de organização do trabalho e produção jornalística - na forma de coletivos, associações, pequenas empresas. A maioria iniciou suas atividades na Internet a partir de 2011, como *“resultado da confluência entre disponibilidade tecnológica, mobilização social e crise no mundo do trabalho”* (Fígaro, 2018, p. 66). Embora a pesquisa tenha verificado que muitos destes veículos experimentam dificuldades de sustentabilidade econômica - com implicações sobre

---

2. Realizada por pesquisadores do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Universidade de São Paulo (CPCT-ECA-USP), de 2016 a 2018, ao qual estive vinculada no período.

3. Na pesquisa, adotamos o termo “novos arranjos econômicos do trabalho dos jornalistas” de modo a expressar possibilidades de organização do trabalho de forma alternativa e independente aos conglomerados de mídia.

as condições de trabalho dos produtores - trazem, por outro lado, uma promessa de revitalização das potencialidades e compromissos do jornalismo, segundo a perspectiva de democratização da comunicação e do direito dos cidadãos à informação qualificada<sup>4</sup>.

Do universo de 70 iniciativas selecionadas como objeto da referida pesquisa coletiva, identificamos um subgrupo de veículos que produz jornalismo a partir da perspectiva de gênero e dos movimentos de mulheres. Somam-se a uma tendência mais ampla, articulada via plataformas digitais, de alargamento do campo de debates e interesses sobre pautas e reivindicações feministas. De fato, o ambiente da web, especialmente as redes sociais, tem se constituído, como pontua Martinez (2019, p. 4), em “*locus de ação e reflexão na construção de uma nova epistemologia do conhecimento feminista, mais reticulada, fluida e multivariada*”. Blogs feministas, grupos de discussão do Facebook, vídeos do youtube e veículos jornalísticos articulam-se na rede através da produção e troca de conteúdos, práticas e vivências cotidianas associadas à temática em tela.

Neste novo “ecossistema midiático” (Carvalho; 2017; Rovai, 2018), dinâmico e plural, os veículos jornalísticos não detêm, evidentemente, o domínio exclusivo sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala de informações. A popularização da Internet e das redes sociais, a proliferação de ferramentas de comunicação e interatividade potencializadas pelas novas tecnologias tem como desdobramento a diversificação de produtores e a ampliação das formas

---

4. Neste sentido, a instabilidade das condições de trabalho, relacionada à precariedade econômica de muitos destes arranjos, pode ser, de alguma maneira, “compensada” pela inscrição em um projeto jornalístico socialmente significativo, vinculado a determinadas balizas simbólicas valorizadas pelos produtores.

de produção, circulação e consumo das informações. Esta configuração impõe desafios para o jornalismo, no sentido de reafirmar a importância de seu lugar de mediação entre os acontecimentos e a sociedade. Além de atualizar dilemas a respeito da definição dos limites do que é ou não jornalismo profissional no mundo contemporâneo, como revelam as recentes estratégias de diferenciação capitaneadas por setores da mídia tradicional com vistas a demarcar uma posição distintiva em relação a veículos da mídia digital alternativa (Oliveira, 2017). São disputas que atualizam no cenário contemporâneo a importância decisiva do valor da credibilidade, como um capital simbólico - nos termos de Bourdieu (1996, 1997) - desigualmente repartido e disputado entre produtores que visam demarcar ou construir posições no campo profissional, afirmando o “direito” de pertencer legitimamente a este espaço de produção.

A tarefa de demarcação de “fronteiras” entre o jornalismo e a outras práticas comunicacionais tornou-se significativamente complexa, quando consideramos a realidade do mercado de trabalho contemporâneo e o encolhimento dos empregos estáveis em redações de veículos tradicionais de mídia. Muitas das práticas que hoje comportam saberes típicos da profissão ocorrem para além das redações, ou, nos termos de Deuze e Witschge (2015, p.1), “fora dos limites rígidos das conceituações tradicionais do jornalismo”. No Brasil, sabemos que o mercado de trabalho em assessorias de comunicação é bastante expressivo em termos de oferta de postos e inserção de jornalistas diplomados em empresas privadas e organizações públicas (Adghirni, 2005; Rosso, 2017). Mapeamento nacional realizado por Mick (2015) revela uma miríade de novas funções e atividades desempenhadas hoje por jornalistas na área de comunicação - como produção de conteúdo, gestão e

monitoramento de mídias sociais, planejamento de mídias – dentro de um quadro que redefine os limites do campo de atuação profissional. No mesmo sentido, Neveu (2010, p. 40) chama atenção para a mudança gradual da força de trabalho dos jornalistas para a condição de “trabalhadores da informação”, de perfil polivalente e flexível, capaz de responder a múltiplas demandas de produção.

É neste quadro complexo e multifacetado que uma série de jornalistas tem buscado formas de permanência e atuação na profissão em espaços de produção alternativos à grande mídia, configurados no ambiente digital. Com propostas editoriais diversas, como aquelas associadas à temática de gênero, algumas destas iniciativas trazem a perspectiva de (re)valorização da prática da reportagem, como elemento central da identidade profissional jornalística. O olhar para estas experiências é capaz de iluminar novas dinâmicas de organização do trabalho jornalístico e suas implicações sobre as condições objetivas de produção de reportagens – os sentidos e potencialidades desta prática dentro de um segmento de atuação específico, cujo crescimento está em diálogo com a agenda de movimentos feministas. De modo correlato, permite contribuir para o debate em torno de um processo mais amplo de reconfiguração dos modos de ser jornalista na atualidade, para além dos limites circunscritos das redações tradicionais, sobretudo quando estas perdem cada vez mais centralidade como espaço de trabalho (Deuze & Witschge, 2015). Sob a inspiração de alguns achados da pesquisa coletiva da qual participamos sob a coordenação de Fígaro (2018), privilegiaremos um recorte específico não explorado, a partir de um caminho metodológico próprio e mobilizando outros referenciais teóricos pertinentes à construção do objeto em tela.

A partir do exposto, podemos sintetizar nossas indagações no seguinte problema de pesquisa: como é o processo de produção de reportagens em veículos jornalísticos digitais com perspectiva de gênero ou autodefinidos como feministas? O que revelam sobre as potencialidades e deslocamentos (simbólicos e materiais) do trabalho jornalístico no mundo contemporâneo, e suas implicações sobre a qualidade do conhecimento produzido pelo jornalismo sobre as relações sociais de gênero?

### **Jornalismo, Trabalho e a Reconfiguração dos Modos de Produção**

Para compreender aspectos das mudanças nos processos de produção do jornalismo, correlacionadas à emergência de arranjos alternativos e independentes no ambiente digital, o ponto de vista aqui adotado se aproxima, por um lado, do aporte teórico da Sociologia do Trabalho e do debate contemporâneo capitaneado pela disciplina, no que diz respeito às formas de organização do trabalho nos marcos do chamado paradigma pós-fordista. Este paradigma está associado ao movimento de reestruturação produtiva em escala global operada pelo capitalismo a partir dos anos 1970, com a reorientação do modelo de produção em massa e a rigidez dos processos produtivos, típicos da grande indústria fordista, em direção a um novo arranjo - marcado, entre outros aspectos, pela flexibilidade da mobilização da força de trabalho e das formas de emprego, pela descentralização das unidades produtivas, além do surgimento de setores de produção novos e altas taxas de investimento tecnológico (Harvey, 2014).

Há, neste novo modelo, uma expansão das formas de trabalho parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, desregulamentado ou vinculado à economia informal, em contraposição ao contrato de trabalho

regular associado ao emprego nas grandes empresas, característico do paradigma anterior (Antunes, 2015). Perde força a figura do trabalhador alocado para a realização de tarefas bem definidas, típica do fordismo, diante de uma força de trabalho chamada a desempenhar várias tarefas, capaz de assumir maior plasticidade e polivalência segundo demandas específicas de produção.

São mudanças em nível mais amplo que também impactam a forma de organização do trabalho jornalístico, com consequências importantes sobre a reconfiguração dos modos de produção e de ser jornalista na atualidade. No âmbito dos estudos sobre jornalismo, uma série de autores tem contribuído para este debate (Fígaro, 2013; Fonseca & Souza, 2006; Mick & Lima, 2013), chamando atenção, entre outros aspectos, para a flexibilização dos processos e relações de trabalho e o progressivo declínio dos postos estáveis em redações de grandes empresas de comunicação. Esta situação empurra um contingente de jornalistas para formas precárias de trabalho e “alternativas” de emprego.

Sabe-se que, no cenário atual, é crescente o número de jornalistas que realizam tarefas em casa ou em pequenas ilhas de produção, submetidos a diversificadas relações contratuais, tais como contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de pessoa jurídica (PJ), freelancers (Fígaro, 2013). São chamados a assumir perfil polivalente e multifuncional, tornando-se aptos a operar em várias frentes (da produção de um texto à gravação de um vídeo, passando pelo domínio da gramática das redes sociais e de certas noções de gestão e empreendedorismo).

Correlacionado a mudanças na forma de organização do trabalho, o vetor tecnológico, como sublinhamos anteriormente, é um dos fatores que desempenha papel importante nestas mudanças. O desenvolvimento

da internet e sua estrutura de comunicação em rede aliado à introdução da telefonia móvel e a popularização de dispositivos tecnológicos criam condições de possibilidade de descentralização da produção e distribuição de conteúdo, com perspectivas inéditas de interação e compartilhamento de informações. São fenômenos que, por um lado, abrem potencialidades para o jornalismo: a começar, pela perspectiva de renovação e diversificação dos meios de produção, com a entrada em cena de veículos digitais alternativos e independentes, fora do espaço dos conglomerados de mídia<sup>5</sup>.

No que diz respeito aos processos de produção, o ambiente da Internet traz hoje aos jornalistas múltiplas possibilidades de acesso a fontes de informação e a base de dados articuladas em rede. Criam-se condições de maior versatilidade na interação com o público, práticas de jornalismo em redes colaborativas e experimentação de novas linguagens, a partir da disponibilidade de uma série de ferramentas capaz de ser utilizada na captação, produção, edição e distribuição de conteúdo (Lima Júnior, 2010, pp.14-15). Também as possibilidades de desenvolvimento de um jornalismo multimídia, que agrega elementos textuais, gráficos, audiovisuais - capaz de circular a partir de dispositivos diversos – expande-se neste cenário.

Isto não significa dizer que estas potencialidades sejam acompanhadas por condições mais favoráveis de trabalho para os jornalistas.

---

5. Ressaltamos aqui a noção de “perspectiva” ou “potencialidades”, na medida em que não desconsideramos que a democratização da comunicação permanece como problema: a concentração dos meios de produção e capital nas mãos de grandes grupos midiáticos – cuja presença e capilaridade se estende para o ambiente digital – é uma realidade bastante conhecida no País, ainda que a presença de novos arranjos jornalísticos sinalize disputas por uma reconfiguração das relações de forças no campo midiático contemporâneo.

O fluxo de produção em ambientes digitais convergentes tem relação direta com fenômenos como aumento da intensidade da produção, imperativo de multifuncionalidade (um trabalhador realizando múltiplas funções) e sobrecarga de trabalho - quer seja quando considerado o contexto de produção em veículos jornalísticos tradicionais (Fonseca & Souza, 2006; Pereira & Adghirni, 2011; Renault, 2013) ou em iniciativas jornalísticas alternativas e independentes (Fígaro, 2018). O deslocamento ou a sobreposição de funções relacionadas ao tratamento/reciclagem e monitoramento de informações em ambientes digitais (Neveu, 2010), a mobilização da audiência e moderação dos fluxos de comentários em canais interativos (Barsotti, 2014) são também exemplos de novas demandas que tem implicações significativas sobre o modo de se praticar jornalismo e conceber o papel social dos jornalistas no cenário contemporâneo.

### **A Prática da Reportagem: heranças e deslocamentos**

Sem desconsiderar a diversidade de práticas e funções que (re) definem o mundo do trabalho dos jornalistas, quando enunciamos o interesse interpretativo pela prática da reportagem em arranjos jornalísticos alternativos, nos aproximamos de toda uma herança sedimentada no campo profissional, vinculada ao espaço das redações e configurada na forma de um *ethos*, que oferece aos jornalistas quadros de referência legitimados sobre a maneira de ser e estar na profissão. Aqui, para além do debate filiado à Sociologia Trabalho, nos marcos dos processos de reestruturação produtiva, buscamos chamar atenção para algumas balizas constituídas historicamente em torno do jornalismo como campo de produção específico (Barbosa, 2007; Bourdieu, 1997;

Traquina, 2004) - mobilizadas nas lutas simbólicas pela definição do que é ser jornalista - a exemplo da prática da reportagem. Se os novos arranjos jornalísticos apontam para um cenário de mudanças no modo de organizar o trabalho e produzir jornalismo, por outro lado estão em diálogo com uma “herança”. O que revelam sobre as potencialidades e deslocamentos (simbólicos e materiais) do trabalho jornalístico? O que trazem de comum e de diferente? Estas são questões que, conforme pontuamos, constituem nosso interesse de pesquisa.

Como construção paradigmática da noção de jornalismo moderno, a prática da reportagem está associada à invenção progressiva da posição do jornalista enquanto personagem detentor de um *ethos* profissional específico. Um personagem cujo local de trabalho característico, ao longo do século XX, é a redação de empresas jornalísticas, organizada em bases comerciais e industriais. Espaço onde a produção de notícias e reportagens emerge como elemento central do que se entende por prática jornalística.

Embora não seja nossa intenção recorrer a uma gênese da institucionalização do jornalismo no País, importa ressaltar que é apenas com o processo histórico de expansão comercial da imprensa que são criadas condições de possibilidade para a emergência de um campo jornalístico especializado na produção de relatos sobre fatos cotidianos do tempo presente - dotado de relativa autonomia no mundo social e constituído por parâmetros específicos de funcionamento. No Brasil, a transição dos jornais de estrutura simples e artesanal (vinculados à fase da imprensa de opinião) para empresas jornalísticas, estabelecidas em moldes comerciais e industriais (Sodré, 1977), ganhará contornos bem definidos com o avançar do século XX, articulado a um quadro

de transformações mais amplas (econômicas, sociais e tecnológicas), capitaneadas pelo desenvolvimento das sociedades modernas capitalistas. O crescimento das vendas e, principalmente, das receitas publicitárias provenientes dos anunciantes, vão financiar os custos dos jornais, que passam a investir progressivamente em conteúdo informativo, na forma de notícias e reportagens. O paradigma da informação com base nos fatos torna-se uma das balizas centrais do trabalho jornalístico, organizado dentro de uma estrutura de produção industrial cada vez mais complexa e diversificada, com a presença de agentes especializados em determinadas etapas do processo produtivo, como repórteres, redatores, diagramadores, editores, fotógrafos. A partir deste quadro de transformações, configura-se aquilo que passamos a chamar de jornalismo informativo e que, como aponta Genro Filho (2012), é tradicionalmente visto como modelo do próprio jornalismo, o “jornalismo por excelência”.

Concomitantemente ao processo de expansão comercial dos veículos de imprensa, os jornalistas vão se constituir como grupo profissional específico e reivindicar certo lugar distintivo no mundo social, a partir de uma série de representações, valores e normas deontológicas, que conferem certa legitimidade aos produtores do campo – como o ideal da verdade, do esclarecimento, da liberdade, do interesse público, o compromisso com a informação baseada em fatos, o direito à informação (Traquina, 2020). São balizas simbólicas que buscam marcar alguma separação – ainda que não isenta de tensões – entre, por um lado, o que é próprio do *ethos* jornalístico e, por outro lado, aquilo que pertence à esfera comercial (interesse econômico x desinteresse da produção jornalística). Em certo sentido, esta separação será reforçada discursivamente pelas próprias empresas jornalísticas, na tentativa de situar o

jornalismo como um ato “desinteressado” (Oliveira, 2005), sob pena de enfraquecer a credibilidade da imprensa no conjunto social. A partir de uma espécie de “contrato fiduciário” (Alsina, 2009) estabelecido na relação com os veículos de comunicação, também o público alimentará expectativas de o jornalismo realizar o “*elo que, nos processos sociais, cria e mantém as mediações viabilizadoras do direito à informação*” (Chaparro, 2007, p. 34).

É neste contexto de configuração do campo profissional jornalístico, vinculado ao modelo de jornalismo informativo, que o repórter emerge como figura central da definição do que é ser jornalista, como um personagem que, dentro de representações correntes, incorpora parâmetros e valores do *ethos* profissional (Barbosa, 2007; Traquina, 2004; Travancas, 1993). De modo correlato, a atividade da reportagem passa a ser entendida por muitos jornalistas como a “essência” mesma da profissão, como elemento constitutivo do que se entende por prática jornalística (Bergamo, 2011), em que pese as particularidades que irão conformar a produção informativa em diferentes tipos de mídia (impresa, eletrônica e digital).

Assumimos aqui a concepção de reportagem como prática amparada em determinadas balizas simbólicas e materiais do trabalho jornalístico, vinculada à própria construção da autoridade do jornalista como agente autorizado a realizar a mediação entre os acontecimentos do cotidiano e a sociedade. A reportagem como uma atividade cuja espinha dorsal vincula-se ao processo de apuração, apoiado em métodos de obtenção e verificação de informações como entrevistas, observação em campo, pesquisa a documentos e dados, e cuja forma final pode ganhar materialidade a partir de diferentes formatos – da notícia a matérias

jornalísticas de maior extensão. Queremos evidenciar, com isso, a distinção entre o *ethos* profissional constituído em torno da prática da reportagem, como contraponto a uma variedade de outras práticas e funções exercidas por jornalistas no mundo do trabalho contemporâneo - no interior ou para além do espaço das redações e veículos de mídia - articulada aos processos de reestruturação produtiva, mas também, e de modo correlato, ao processo de (re)definição das fronteiras do que é jornalismo.

Sabemos que a reportagem, entendida como gênero discursivo, é associada em linhas gerais a um relato jornalístico com algum grau de extensão, aprofundamento e liberdade estilística, quando comparado à forma “notícia” (Chaparro, 2008; Melo & Assis, 2016). Lage afirma, por exemplo, que a reportagem trata de assuntos, não necessariamente de eventos “quentes” do noticiário, importando mais as relações que reatualizam os fatos ou a busca de contextualização e conexões entre os acontecimentos. Admite, no entanto, que este é um gênero de difícil definição, compreendendo desde a simples “complementação de uma notícia”, de maneira mais contextualizada, “*até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente*” (Lage, 2012, p. 107). Sem a pretensão de nos filiar ao debate sobre gêneros jornalísticos ou explorarmos os elementos diferenciais de formatos discursivos tradicionalmente vinculados ao paradigma informativo, concebemos aqui a reportagem em sentido lato, como atividade vinculada ao trabalho de seleção, apuração e construção de relatos sobre eventos e temas da atualidade, historicamente associado à figura dos jornalistas e ao espaço das redações.

Está claro que as potencialidades da prática da reportagem, no sentido da apuração e contextualização dos acontecimentos, podem ser mais ou menos desenvolvidas a partir de determinadas condições objetivas de produção, a começar pelo tempo que se dispõe para investigação, os objetivos da pauta, os recursos materiais disponíveis (equipe, receita, instrumentos de trabalho) e o grau de autonomia experimentado pelos jornalistas no contexto de produção. Avançar em relação ao conhecimento sobre as condições de produção e balizas simbólicas que orientam a prática jornalística em veículos jornalísticos alternativos - para além do acúmulo de pesquisas relacionadas ao universo das redações tradicionais - é um empreendimento que requer esforço coletivo de pesquisadores da área. Nossa proposta de investigação inscreve-se nesta pauta.

### **Jornalismo, Feminismo e Gênero**

A agenda vinculada à perspectiva de gênero e aos movimentos de mulheres encontra, sobretudo a partir de 2013 no Brasil, progressiva ancoragem em veículos digitais jornalísticos alternativos às corporações de mídia - em um contexto marcado pela potencialização das formas de organização do ativismo feminista, aliado ao uso extensivo das redes sociais como fator central de mobilização e comunicação.

O avanço da temática feminista em coletivos autônomos, ongs, organizações sindicais e estudantis, partidos políticos e iniciativas jornalísticas revela uma miríade de atores, agendas, formas de organização e expressão do movimento no Brasil, que conformam um campo de ação hoje bastante diversificado. *“São inúmeros os espaços onde mulheres elaboram suas atividades em torno de discursos feministas, criando redes cada vez mais extensas de atores institucionalizados ou*

*não, articulados em maior ou menor grau entre si*” (Rodrigues, 2017, p. 43). Buarque de Hollanda (2018) recorre ao termo “feminismos da diferença” buscando chamar atenção para a diversidade de demandas, posições e lugares de fala assumidos por ativistas no cenário contemporâneo (feminismo radical, negro, lésbico, indígena, transgênero, ecofeminismo etc.). Na visão da pesquisadora, estaríamos vivenciando hoje uma “quarta onda” do movimento, com a entrada em cena de uma “nova geração de ativistas”, que criam estratégias de organização coletiva, autônomas e descentralizadas, articuladas às ruas e às redes digitais, a exemplo de eventos como a chamada Primavera das Mulheres (2015), Marcha das Vadias (2011) e uma série de campanhas de mobilização, potencializadas pela Internet.

Para compreender as formas de articulação e cooperação de veículos jornalísticos alternativos (especializados na temática de gênero), com a agenda feminista contemporânea, bem como seu alinhamento em relação a diferentes vertentes do movimento, nosso ponto de vista teórico também dialoga com os chamados estudos feministas e de gênero.

O conceito de gênero desenvolve-se no âmbito das teorias sociais sobretudo a partir dos anos 1980 - no lastro de todo um debate construído sobre as formas de opressão e desigualdade vivenciadas pelas mulheres, em estreito diálogo com a trajetória histórica das práticas ativistas feministas no mundo moderno (Buarque de Hollanda, 2019). Esta trajetória tende a ser situada a partir de algumas fases emblemáticas do movimento - as chamadas “ondas feministas” - como parâmetro cronológico que permite compreender certas pautas, problemas e reivindicações centrais, projetadas por gerações de ativistas a seu tempo. Na perspectiva de um saber engajado, capaz de apontar possíveis transformações sociais, os

chamados estudos feministas emergem paralelamente à militância, assumindo a tarefa intelectual e política de construir uma prática teórico-reflexiva entrelaçada às questões do movimento.

A primeira onda feminista, localizada entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, é associada sobretudo à reivindicação do direito ao voto, protagonizada pelas chamadas sufragistas. Como projeto político emancipatório mais amplo, a segunda onda do movimento emerge na década de 1970, na Europa e EUA, projetando não apenas a exigência de igualdade, mas o “reconhecimento da impossibilidade social de fundar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal” (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 145). O pessoal, a sexualidade e o corpo são politizados por meio de manifestações que contestavam diversas formas de violência e dominação sofrida pelas mulheres, a partir da construção de uma visão crítica das relações entre esfera privada e esfera pública (Miguel & Biroli, 2014). O direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual, a luta contra as desigualdades no mundo do trabalho e na esfera familiar foram algumas das bandeiras levantadas pelo movimento (Buarque de Hollanda, 2018). Mas não apenas. Nesta fase, a pauta contra as injustiças de gênero associou-se também a lutas contra o racismo, a dominação de classes e a homofobia, comportando uma crítica ao capitalismo e a uma série de desigualdades que, em última instância, só poderia ser superada com o estabelecimento de um novo modelo de sociedade (Frazer, 2019).

A preferência atual pelo uso do termo no plural (feminismos) revela a compreensão de que os movimentos feministas, embora designados a partir de uma denominação comum, manifestam-se a partir de perspectivas bastante heterogêneas. Este dado aponta para a complexidade

da composição das mulheres enquanto grupo social, diante da diversidade de experiências, posições, reivindicações específicas e correntes políticas articuladas a vertentes do movimento (Miguel & Biroli, 2014). O feminismo negro, por exemplo, permitiu o avanço da compreensão sobre a especificidade das experiências de mulheres que também carregam desvantagens decorrentes de sua posição de raça e classe. *“O esforço do feminismo negro é esse, ou seja, mostrar que a mulher negra, numa sociedade que é simultaneamente machista e racista, sofre formas de opressão que não são redutíveis às sofridas por mulheres brancas ou por homens negros”* (Miguel, 2014, p. 90). No bojo destes argumentos, subjaz a crítica à noção de “mulher” como categoria abstrata e unitária, e a defesa de uma perspectiva “interseccional”, capaz de confrontar as diversas formas de opressão vivenciadas no mundo social.

A partir da segunda metade do século XX, a trajetória dos movimentos feministas ocorre em estreito diálogo com o desenvolvimento de toda uma produção teórica (estudos de mulheres, teorias feministas), apoiada na análise de diferenças sociais constituídas a partir das categorias sexo/gênero. Publicado em 1949, na França, o livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, é considerado uma espécie de texto fundador desta tradição crítica-reflexiva, que antepara a passagem para a segunda onda do feminismo. Embora a noção de gênero não apareça nos escritos de Beauvoir, a crítica realizada pela autora à construção social e cultural da condição subalterna das mulheres no mundo moderno – reduzida ao lugar de “Outro” do homem – trouxe contribuições que foram incorporadas/revisitadas anos mais tarde pelos chamados estudos de gênero. *“O segundo sexo teve um forte impacto no sentido de perturbar a ordem dos sexos estabelecida com base em*

*uma diferença desvelada e contestada ao longo dos anos 1970 e 1980*” (Rodrigues, 2017, p. 34).

É somente na década de 1980 que o conceito de gênero emerge como categoria de análise<sup>6</sup> em uma série de pesquisas e debates na área de ciências humanas, a partir da constituição de um campo de estudos interdisciplinar que, alimentado por diferentes perspectivas teóricas, tem interpelado e complexificado progressivamente esta noção (Buarque de Hollanda, 2019). Em diálogo com as teorias sociais, este conjunto de reflexões traz em comum o esforço de desnaturalizar explicações de natureza biológica sobre o fenômeno, lançando luz sobre formas de poder e de desigualdade que são social e culturalmente produzidas, a partir das diferenças de papéis e concepções atribuídas a indivíduos nascidos e classificados como homens e mulheres.

Na trajetória do conceito, outras dimensões irão ser incorporadas como problema teórico (e político) - como a (homos)sexualidade e a noção de corpo como objeto de normalizações. Dentro da chamada “terceira onda feminista”, na década de 1990, a dicotomia de gênero, calcada na oposição de sexo e realizada sob a forma normativa da heterossexualidade, será progressivamente problematizada por ativistas e teóricas do movimento (Mathieu, 2009). Os estudos queer, por exemplo, inscrevem-se nesta agenda de debates, articulada à emergência de interpretações pós-estruturalistas e perspectivas identitárias (Silva, 2009). Cruzam-se novas fronteiras relacionadas à afirmação da diversidade das mulheres e às possibilidades de construções de gênero. Inscrita

---

6. <sup>7</sup> Publicado originalmente em 1986, o texto da historiadora e teórica feminista Joan Scott, “Gênero – uma categoria útil de análise histórica”, tornou-se importante referência para o debate brasileiro sobre a temática.

nesta dinâmica, a terceira onda feminista será constituída “*por uma multiplicidade de feminismos que não visam à hegemonia de uma tese sobre a outra*” (Rodrigues, 2017, p. 35).

Ainda que não haja consenso entre pesquisadoras da área de que estaríamos vivendo hoje uma “quarta onda” do movimento, ressaltamos que é a partir deste solo histórico, processual e heterogêneo, caracterizado pela articulação entre ativismo e reflexão-teórica, que uma nova geração de feministas emerge na cena contemporânea (Buarque de Hollanda, 2018), fazendo uso de potencialidades abertas pelo mundo digital, construindo formas de organização horizontais e descentralizadas, dando visibilidade a pautas e reivindicações específicas, articuladas a múltiplas vertentes do movimento. As novas iniciativas jornalísticas digitais com perspectiva de gênero ou autodefinidas como jornalismo feminista inserem-se nesta cena.

.....

Em relação aos estudos sobre jornalismo, a interlocução com a temática de gênero foi relativamente negligenciada até pouco tempo no Brasil, em que pesem algumas iniciativas de pesquisa pontuais nesta direção (Martinez et al., 2016). Em mapeamento de artigos apresentados nos congressos da SBPJor (Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo), entre 2014 e 2016, Nonato e Lago (2017, p. 30) apontavam que apenas três, de um conjunto de 409 trabalhos, ocuparam-se desta temática no referido triênio. As pesquisadoras destacavam, à época, que esta ausência era problemática para o campo da Comunicação, em especial do Jornalismo, “*onde se constroem as representações do feminino e do masculino, as identidades e os estereótipos atrelados tanto ao gênero quanto às orientações sexuais*”.

Este quadro de sub-representação tem, no entanto, se alterado com o progressivo aumento de pesquisas construídas a partir da interface “jornalismo e gênero”, com desdobramentos em artigos, livros, dossiês, coletâneas temáticas. São registros que revelam o “*impulso dado por novas gerações de pesquisadoras-as*” da área de jornalismo às questões em tela (Lago et al., 2018, pp. 7-8).

A partir de perspectivas teóricas-metodológicas diversas, esta agenda de pesquisa emergente contempla, por um lado, estudos críticos sobre a prática jornalística hegemônica – a exemplo do trabalho de Veiga (2014), sobre os padrões masculinos e heteronormativos que conformam as rotinas de produção da notícia. Outra vertente é constituída por trabalhos que versam sobre as potencialidades de construção de um “outro” jornalismo, na linha contrária aos padrões hegemônicos acima referidos, quer seja no campo das práticas jornalísticas alternativas e feministas (Woitowicz; 2010; Costa, 2018; Santos, 2020); no espaço de produção de livros-reportagens autorais (Rocio & Henriques, 2021; Veiga da Silva & Marocco, 2018); ou na atividade de ensino e formação de estudantes (Bertasso et al., 2020). Ressalta-se ainda, neste quadro, o desenvolvimento de pesquisas sobre desigualdades de gênero no mundo do trabalho dos jornalistas (Lelo, 2017; Leite, 2017); ou dedicadas à análise de comentários e interação de leitores sobre matérias associadas à temática de gênero (Barbosa & Barbosa, 2021).

Destacamos aqui, sumariamente, alguns esforços de pesquisa na área, sem a pretensão, evidentemente, de explorarmos de maneira mais sistemática este panorama de produções. Cabe ressaltar, ainda, que se a categoria “gênero” apenas recentemente emergiu como operador de análise na área de estudos sobre jornalismo, outro conjunto de pesquisas,

em especial de corte histórico, já havia trazido contribuições para se pensar a prática de uma imprensa feminista ou de acento progressista, voltada à defesa de direitos das mulheres, a exemplo dos trabalhos de Buitoni (1986) e Teles (1993).

Sem desconsiderar a importância desta herança, partimos do pressuposto de que o cenário atual, por razões anteriormente expostas, aprofunda as condições de possibilidade de emergência de práticas jornalísticas feministas e especializadas na temática de gênero, em especial no território da Internet e, mais especificamente, no campo da chamada mídia alternativa, para onde direcionamos nosso olhar.

### **Notas Metodológicas**

Para a construção do corpus de pesquisa, selecionamos inicialmente três veículos digitais alternativos/independentes: AZMina; Gênero e Número; Nós, mulheres da periferia. Além do recorte de gênero, utilizamos como critério de escolha a autoidentificação dos veículos como coletivo de jornalistas, a presença da reportagem como modalidade de produção e a regularidade do trabalho jornalístico realizado por estas iniciativas. Aliada às reflexões de base teórica, a pesquisa empírica, de natureza qualitativa, será realizada a partir de métodos de coleta/produção de informações como entrevistas em profundidade com as produtoras (es) e observação/acompanhamento “*in loco*” de aspectos da dinâmica de produção dos veículos.

A partir da identificação das integrantes dos respectivos veículos, delimitaremos o número de entrevistas, considerando a possibilidade de realizá-las com algumas informantes-chaves. Buscaremos realizar entrevistas em profundidade – do tipo semiestruturada, a partir de um

roteiro de questões-guia (Duarte, 2005) – como forma de acessar informações, percepções e experiências vivenciadas pelas produtoras(es) em relação ao trabalho jornalístico realizado. O roteiro será construído a partir de quatro eixos centrais, articulados aos objetivos da pesquisa: 1) perfil das produtoras; 2) formas de organização do trabalho e processos produtivos; 3) sentidos sobre o papel social do jornalismo na cobertura de gênero; 4) formas de articulação e cooperação destes veículos com a agenda de diferentes vertentes dos movimentos feministas. As entrevistas serão gravadas e transcritas, para posterior análise e categorização das informações coletadas em campo.

A proposta de observação/acompanhamento da dinâmica de produção dos veículos tem o objetivo de captar/produzir dados que permitam construir um cenário significativo sobre as condições da prática de reportagens. Aqui, será preciso identificar se as respectivas equipes dos coletivos compartilham ou não um mesmo espaço físico de produção, já que o método proposto tradicionalmente prevê a “inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (Peruzzo, 2005, p. 125). Considerando que hoje muitas das situações de trabalho dos jornalistas são caracterizadas pela realização de tarefas em casa, em plataformas individuais, as possibilidades de uso deste método terão de ser adequadas a cada situação mapeada. De toda forma, ainda que a dinâmica de trabalho e sociabilidade do grupo de produtoras(es) seja construída sobretudo de maneira não presencial (sendo este, por si só, um dado revelador sobre o modo de produção destes arranjos), é possível ajustar os instrumentos de observação a partir da participação em reuniões de

pauta, grupos de discussão (via telegram e whatsapp), bem como por meio do acompanhamento individual de jornalistas em cobertura.

## Referências

Adghirni, Z. L. (2005). O jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 45-57.

Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Vozes.

Antunes, R. (2015). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez.

Barbosa, M. C. (2007). *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Mauad X.

Barbosa, K. G., & Barbosa, Y. F. C. (2021). Violências de gênero em ambientes digitais: uma análise de discursos masculinistas em comentários sobre a Marcha das Vadias no G1. *Revista Líbero. Dossiê Gênero, Mídia e Política*, (48), 51-72.

Barsotti, A. (2014). *Jornalista em Mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência*. Insular.

Batista, R., & Patrício, E. (2019). *Credibilidade no jornalismo independente em plataformas digitais: uma análise a partir da Agência Pública* [Trabalho apresentado]. XXVIII Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, RS, Brasil.

- Bergamo, A. (2011). Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, 17(2), 233-269.
- Bertasso, D., Nascimento, F., & Gustafson, J. (2020). Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. *Revista Estudos Feministas*, 28(2).
- Bourdieu, P. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Jorge Zahar.
- Buarque de Hollanda, H. (2018). *Explosão feminista*. Cia das Letras.
- Buarque de Hollanda, H. (2019). Introdução. In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo.
- Buitoni, D. S. (1986). *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática.
- Carvalho, E. M. (2017). *Jornalismo em Rede: a Blogosfera Progressista como ecossistema midiático* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense].
- Chaparro, M. C. (2007). *Pragmática do Jornalismo. Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. Summus.

- Chaparro, M. C. (2008). *Sotaques d'aquém e d'além mar. Travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. Summus.
- Costa, J. G. (2018). *Jornalismo Feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Deuze, M., & Witschge, T. (2015). Além do Jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, 2(4), 1-31.
- Duarte, J. (2005). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros, (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp.62-83). Atlas.
- Fígaro, R. (2013). Perfis e Discursos de Jornalistas no Mundo do Trabalho. In R. Fígaro, C. Nonato, & R. Grohmann (Orgs.), *As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista* (pp.7-143). São Paulo: Atlas.
- Fígaro, R., & Nonato, C. (Orgs.). (2021). *Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas*. ECA-USP: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho.
- Fígaro, R. (Coord.). (2018). *As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. ECA-USP.
- Fonseca, V., & Souza, P. H. (2006). O Pós-Fordismo na Produção Jornalística. *Intexto*, 2(15), 1-18.

- Fougeyrollas-Schwebel, D. (2009). Movimentos Feministas. In H. Hirata et al. (Orgs), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp.144-149). Editora Unesp.
- Frazer, N. (2019). Feminismo, capitalismo e astúcia da história. In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (pp.25-46). Bazar do Tempo.
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Insular.
- Harvey, D. (2014). *Condição pós-moderna*. Edições Loyola.
- Lago, C., Temer, A.C., Santos, M., Jamil, S. (2018). Introdução ao Dossiê Temático: Jornalismo e Gênero: sim, isso é subversivo. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 6-11.
- Lage, N. (2012). *Ideologia e técnica da notícia*. Insular.
- Leite, A. (2017). Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 44-68.
- Lelo, T. V. (2017). *O gênero da precariedade nas reestruturações do mundo do trabalho dos jornalistas* [Trabalho apresentado]. 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, SP, Brasil.

- Lima Júnior, W. T. (2010). Rede JorTec nasce da vontade de evoluir cientificamente. In C. Schwingel & C. A. Zanotti (Orgs.), *Produção e Colaboração no Jornalismo Digital* (pp.11-16). Insular.
- Martinez, F. (2019). Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, (56), 2-34.
- Martinez, M., Lago, C., & Lago, M. C. (2016). Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, 23(2), 1-23.
- Mathieu, N. (2009). Sexo e Gênero. In H. Hirata et al. (Orgs), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp.222-230). Editora Unesp.
- Melo, J. M., & Assis, F. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – RBCC*, 39(1), 39-56.
- Mick, J. (2015). Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. *Pauta Geral*, 2(1), 15-37.
- Mick, J., & Lima, S. (2013). *Perfil do Jornalista Brasileiro*. Insular.
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2014). *Feminismo e Política: uma introdução*. Boitempo.
- Miguel, L. F. (2014). A Identidade e a diferença. In L. F. Miguel & F. Biroli (Orgs.), *Feminismo e Política: uma introdução* (pp.70-92). SBoitempo.

- Neveu, E. (2010). As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? *Brazilian Journalism Research*, 6(1), 29-57.
- Nonato, C., & Lago, C. (2017). A pesquisa em pós-graduação no jornalismo a partir da base de dados dos congressos SBPJor (2014 a 2016). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 14(2), 22-35.
- Oliveira, M. R. (2005). Profissão Jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].
- Oliveira, M. R. (2017). Por onde passam as fronteiras do jornalismo profissional? Estratégias de distinção de um jornal-empresa a partir da emergência de novos atores e meios produtivos. *Comunicação Midiática*, 12(2), 101-114.
- Pereira, F. H., & Adghirni, Z. L. (2011). O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, 1(24), 38-57.
- Peruzzo, C. M. K. (2005). Observação participante e pesquisa-ação. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp.125-145). Atlas.
- Renault, D. (2013). A convergência tecnológica e o novo jornalista. *Brazilian Journalism Research*, 9(2), 30-49.
- Rocio, L. M., & Henriques, R. S. P. (2021). Jornalismo e violência contra mulheres: o livro-reportagem do #MeToo e o sentido político da quebra de silêncio. *Revista Libero. Dossiê Gênero, Mídia e Política*, 24(48), 31-50.

- Rodrigues, C. (2017, junho). A quarta onda do feminismo. Dossiê. *Revista Cult*, 20-47.
- Rosso, A. L. (2017). *O capital simbólico do campo jornalístico: disputas e códigos compartilhados entre jornalistas de mídia e assessores da Alesc* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Rovai, R. (2018). *Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil*. CLACSO.
- Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (pp. 49-82). Bazar do Tempo.
- Santos, L. F. A. (2020). *Midialivrisimo e Feminismos: análise sobre a cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul].
- Silva, T. T. (2009). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. Silva (Org), *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais* (9a ed., pp.73-102). Vozes.
- Sodré, N. W. (1977). *História da Imprensa no Brasil*. Edições do Graal.
- Teles, M. A. A. (1993). *Breve História do Feminismo no Brasil*. Editora Brasiliense.

Traquina, N. (2004). *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Insular.

Traquina, N. (2020) *Teorias do Jornalismo. A Tribo Jornalística: uma comunidade transnacional*. Editorial Notícias.

Travancas, I. S. (1993). *O mundo dos jornalistas*. Summus.

Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Insular.

Veiga da Silva, M., & Marocco, B (2018). O feminino no “Livro de Repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. *Brazilian journalism. Research*, 14(1), 30-55.

Woitowicz, K. (2010). *Dizeres e fazeres feministas: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].

**DEMO+CRACIAS**

# GÊNERO, POLÍTICA E CIBERATIVISMO: AS REDES SOCIAIS PODEM SE TORNAR ESPAÇOS DE INTEGRAÇÃO DAS MULHERES ÀS VIVÊNCIAS POLÍTICAS?

*Raphaela Mara Garcia Ferreira<sup>1</sup>*

*Deborah Luísa Vieira dos Santos<sup>2</sup>*

*Lara Karoline Souza de Aquino<sup>3</sup>*

*Mayra Regina Coimbra<sup>4</sup>*

*Samara dos Santos Machado<sup>5</sup>*

*Marina Alvarenga Botelho<sup>6</sup>*

- 
1. Graduada em Comunicação Social, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). [contatoraphaelaferreira@gmail.com](mailto:contatoraphaelaferreira@gmail.com)
  2. Doutoranda em Comunicação Social (PPGCOM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). [deborah.santos@univale.br](mailto:deborah.santos@univale.br)
  3. Graduada em Comunicação Social, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). [araaquino.souza@gmail.com](mailto:araaquino.souza@gmail.com)
  4. Doutoranda em Comunicação Social (PPGCOM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. [mayrarcoimbra@gmail.com](mailto:mayrarcoimbra@gmail.com)
  5. Graduada em Comunicação Social, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). [samara.santos.machado@gmail.com](mailto:samara.santos.machado@gmail.com)
  6. Doutoranda em Comunicação, (PPGCOM), Universidade Paulista (UNIP). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [inabotelho@gmail.com](mailto:inabotelho@gmail.com)

Embora quase um século tenha se passado, desde que as mulheres conquistaram o direito de votarem e serem votadas, no Brasil, nota-se que as brasileiras ainda se encontram sub-representadas no espaço político, quando comparadas aos homens, mesmo elas sendo a maioria da população e do eleitorado nacional.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2020, as mulheres representaram somente 12% das eleitas para assumirem o comando das mais de 5 mil prefeituras do Brasil, com representação apenas em uma capital do país: Palmas, no Tocantins. O número de vereadoras empossadas aumentou em relação às eleições de 2016, mas ainda reflete a baixa representatividade política feminina, somando apenas 16%, contra 84% de homens eleitos para assumir cadeiras nas Câmaras Municipais.

Quanto à Presidência Nacional, somente em 2010 foi eleita a primeira mulher a assumir o cargo político de maior importância do país. Na época, a presidenta Dilma Rousseff nomeou dez ministras de Estado, sendo o maior número de nomeações de mulheres para cargos ministeriais da história do Brasil. Já nas últimas eleições para presidência, em 2018, apenas duas mulheres concorreram contra onze candidatos homens à presidência nacional. Elas também ocuparam apenas cinco das opções para vice-presidência, com destaque para a candidata Manuela D'Ávila (PCdoB), que chegou ao 2º turno, ao lado do candidato Fernando Haddad (PT), e sofreu inúmeros ataques relacionados a gênero durante toda sua campanha.

Desde o marco da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu parâmetros de igualdade entre os gêneros, é inegável que as brasileiras têm lutado para conquistar cada vez mais representatividade nos espaços

de poder e decisão, compreendendo que as transformações sociais e políticas necessárias ao gênero acontecem conseqüentemente à ampliação do exercício de seus direitos políticos. Este fato se comprova na explosão de manifestações políticas organizadas por mulheres, sobretudo através dos Sites de Redes Sociais (SRS), desde a candidatura do então presidenciável Jair Messias Bolsonaro (na época, filiado ao PSL).

Em setembro de 2018, no ápice da corrida presidencial, surgiu, no SRS *Facebook*, um grupo chamado “*Mulheres Unidas Contra Bolsonaro* (MUCB)”, que reuniu, em apenas duas semanas, mais de dois milhões de mulheres contra a eleição de Jair Bolsonaro. A iniciativa, expressa através da hashtag #EleNão, reuniu milhares de mulheres em uma manifestação histórica por 114 cidades brasileiras, com maior público em São Paulo e no Rio de Janeiro, e repercutiu com protestos também no exterior, em cidades como Nova York, Lisboa, Paris e Londres. Em São Paulo, a manifestação chegou a reunir 100 mil pessoas no Largo da Batata, e, no Rio de Janeiro, em torno de 25 mil pessoas na Cinelândia, caracterizando o que a cientista social Céli Jardim Pinto, citado por Rossi *et al* (2018), definiu como a maior manifestação das mulheres na história do país.

Neste sentido, a proposta desta pesquisa é explorar a relação entre política, gênero e ciberativismo, pretendendo-se compreender a origem do silenciamento social da manifestação política feminina, entender se as redes sociais online podem se tornar um espaço de integração das mulheres às vivências políticas e analisar como este cenário se encontra após três anos da criação do grupo *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*, que marcou as eleições presidenciais de 2018.

Para tanto, foram coletadas todas as publicações do grupo de 16 de setembro de 2021 a 15 de outubro do mesmo ano, totalizando 252 publicações. O período de análise marca um recorte importante para a discussão feminista no cenário político nacional, já que, no dia 07 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro vetou a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes carentes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias, proposta pelo projeto de lei 4.968/2019, da deputada Marília Arraes (PT-PE). Além disso, o movimento também passou por duas grandes chamadas para mobilização neste intervalo de tempo: uma no dia 19 de setembro e outra no dia 02 de outubro de 2021.

Após coleta, o material foi submetido à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), para observação da movimentação feminina no presente e investigação acerca dos principais tópicos de acionamento destas mulheres para a conversação. Uma forma de observar como se dá a integração política feminina através das redes e se o poder de mobilização se mantém atualmente.

## **Gênero, Sociedade e Mulheres na Política**

O termo gênero é um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo (Heilborn, 1994). Para Miguel e Biroli (2014), enquanto o sexo biológico relaciona-se ao dimorfismo sexual das espécies e pela possibilidade de amamentação, o universo do gênero é composto por comportamentos e temperamentos associados a papéis sociais.

O conceito, portanto, vai além do dimorfismo sexual da espécie humana e pontua a caracterização de masculino e feminino, a partir

de representações construídas histórica e culturalmente e como certas características, consideradas como intrínsecas à cada gênero, foram intimamente associadas também ao sexo biológico. Ou seja, “há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura.” (Heilborn, 1994, p. 1). Para Silva (2008) construção da identidade do sujeito é resultado da sociedade na qual ele se insere e dos símbolos utilizados para sua representação, o que corrobora para a ideia de que a identidade de gênero é moldada para muito além do sexo biológico, mas a partir de uma perspectiva cultural e histórica.

Ainda de acordo com o autor, uma das principais características da identidade é ser relacional (Silva, 2008). Ou seja, ela depende de um fator externo para existir, se consolidando como algo a partir da distinção daquilo que não é. O que origina um sistema binário sustentado por diferenças baseadas em relações de poder e de dominação. Assim, a formação da identidade acontece também por meio da linguagem e dos discursos adotados pela coletividade, nos quais símbolos são transmitidos culturalmente aos indivíduos e a realidade é construída socialmente. Portanto, o sujeito é formado por e a partir das relações e contextos o qual se insere (subjetividade) e assume determinadas posições às quais se identifica (identidade).

No entanto, esta estrutura dicotômica de sociedade ignora uma série de outras características, não necessariamente relacionadas à biologia, as quais um sujeito pode estar submetido, como seu tom de pele, sua origem, sua classe social, entre outros aspectos observados pelo conceito de interseccionalidade. Esse conceito foi proposto pelo movimento feminista negro dos Estados Unidos, na década de 1980, como

forma de buscar compreender como os diferentes sistemas de opressão se interligam (Cardoso, 2012). Isto porque a construção social da mulher, a partir da fragilidade e da devoção ao lar e ao âmbito doméstico, não representa uma série de outras mulheres, como as negras, as indígenas e as transexuais que, muitas vezes, são segregadas em todas as esferas.

Silva (2020) pensa como é a interseccionalidade que dá conta de compreender as diversas opressões sociais, sejam elas de gênero, classe, raça ou outras identidades. Assim, é de grande relevância que os estudos atuais sobre gênero e sociedade “pensem as mulheres não como um sujeito único e isento daquilo que as diferencia, mas como sujeitos que possuem pontos em comum, concomitantes, com traços particulares estruturantes” (Silva, 2016, p. 112).

Afinal, neste cenário, todas as características relacionadas ao “ser mulher”, no sentido mais amplo que a interseccionalidade nos permite abranger, foram usadas, ao longo do tempo, para limitar, desqualificar e oprimir mulheres nas mais diversas sociedades. Associando o estigma do feminino à incapacidade e suas habilidades como “inferiores” se comparadas às dos homens.

A partir desse contexto e do conceito de Orlandi (1995), podemos pensar em um certo silenciamento feminino, compreendendo o silêncio como o próprio significado e não apenas um complemento de linguagem. Neste sentido, a autora pontua sobre o silêncio constitutivo e sobre o silêncio como política de censura. Enquanto no primeiro, os sentidos são formados pela inserção do sujeito em determinadas formações discursivas; no segundo, o sujeito é vetado pela censura da participação, produzindo um enfraquecimento dos sentidos. Dessa forma, o silenciamento imposto por um grupo dominante impediria o sujeito e a

própria sociedade de trabalharem movimentos de identidade, formação e movimento de sentidos e sua ligação com a história e as ideologias.

Limitadas à vivência confinada ao espaço privado e reduzidas à naturalização da ideia de inferioridade social feminina e aos papéis considerados inatos à condição de ser mulher, como a maternidade e os cuidados do lar, as mulheres, por muito tempo, foram impedidas de romper os limites rígidos entre público e privado e adentrar o espaço da política institucional, um dos maiores símbolos da esfera pública (Pinto, 2001).

No Brasil, o rompimento das barreiras legais de acesso à arena política não culminou no rompimento das barreiras sociais que impediam as mulheres de adentrar este espaço, de acordo com Miguel e Biroli (2014). Considerando a baixa presença feminina nos espaços de representação política, muitos países adotaram cotas eleitorais por gênero, mas no país sequer as cotas representaram inserção significativa do público feminino nestes espaços, se considerado que hoje, cerca um século após a conquista do voto e quase 30 anos da adoção de cotas, as mulheres representam mais da metade do eleitorado e apenas 10,5% dos cargos do executivo e 12% do legislativo (TSE, 2019).

Nesse sentido, Biroli (2010) acrescenta ainda sobre a não correlação necessária entre a presença de mulheres na esfera pública e a incorporação das pautas feministas às demandas deste espaço. De acordo com Phillips (2001), a diversidade de identidades dos sujeitos políticos não necessariamente resulta em uma diversidade de ideias que represente o interesse das minorias nos espaços de poder. Assim, a autora diferencia a atuação política em duas maneiras distintas: a política de presença e a política de ideias. A primeira prevê a valorização da identidade de quem

governa, ou seja, a identificação com o gênero feminino. Enquanto a segunda, de maneira contrária, está relacionada às opiniões e interesses da figura governante (Phillips, 2001). Dessa forma, não bastaria que o candidato seja identitariamente semelhante às mulheres, mas que se aproximasse ideologicamente das causas defendidas por estas.

Miguel e Birolli (2014, p. 106) concluem que “apesar dos avanços da presença das mulheres na política nas últimas décadas, o discurso político delas continua carregando os signos da subalternidade social”. Por isso, as mulheres ainda continuam reivindicando o direito à palavra em um processo contra hegemônico aos meios de comunicação de massa e à própria sociedade, que segue silenciando a voz feminina.

Diversos foram os casos de silenciamento das mulheres na política brasileira, intrinsecamente violentos, como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, ou o cenário hostil e sexista durante a campanha e candidatura de Manuela D’Ávila, em 2018. Um outro caso ganhou repercussão internacional e ainda hoje funciona como um memorial ou um convite à luta de mulheres na política: a execução da então vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL). Marielle era a personalização da interseccionalidade de múltiplas formas de ser mulher em sociedade e lutar por políticas relacionadas às pautas feministas, de gênero, de classe, de sexualidade e de território. A vereadora fazia questão de ocupar o seu lugar da tribuna e reafirmar seu lugar de fala.

Entretanto, em uma sociedade marcada pela dominação masculina, nem sempre cabe à mulher este poder de fala e de enfrentamento e essa postura pode ter consequências. Assim, conforme pontua Ribeiro (2017), negam às mulheres tanto o poder de fala quanto o de existência, pois o falar é um ato de existir. Marielle foi assassinada, junto de

seu motorista, Anderson Pedro Gomes, no dia 14 de março de 2018. E, ainda hoje, mais de três anos após o ocorrido, não se sabe quem mandou silenciar Marielle Franco.

Nesse sentido, nos espaços que se apresentam como opressores da voz e do reconhecimento feminino, a comunicação no ciberespaço, embora também possa ser limitada em dados momentos, tem potencial para expor as mazelas da sociedade e ser uma via alternativa para a expressão e representação das mulheres na esfera pública.

### **Comunicação, Feminismos e Ciberativismo**

Em um mundo de constantes mudanças impostas pelas novas formas de comunicar, o ciberespaço também pode ser ferramenta para as mobilizações sociais e circulação de vozes antes silenciadas. Nesse contexto, emergem grupos de mulheres com foco na discussão política e participação. Esse novo contexto é apresentado por autores e autoras como a “quarta onda” do movimento feminista, por isso, realizamos um breve resgate das primeiras ondas do feminismo.

A luta das mulheres por direitos, justiça e equidade, vem de antes do próprio surgimento do termo “feminismo”. Nesse sentido, a metáfora da onda foi adotada, pela primeira vez, pela feminista Martha Weinman Lear, em 1968, em um artigo escrito para o jornal estadunidense New York Times, intitulado “A segunda onda feminista”. Em seu trabalho, a autora fazia referência à luta das mulheres pelo direito ao sufrágio como uma “onda”, afirmando ainda que outras estavam em iminência. Em 1992, Rebeca Walker publicou “Tornando-se a terceira onda”, destacando que as lutas feministas estavam distantes do fim. Com esse segundo texto, o termo “onda” se consolidou “como forma

de nomear momentos de grande mobilização feminista” (Zirbel, 2021, p. 10).

Outra observação importante é que as ondas foram vivenciadas de forma diferente em cada parte do globo. No Brasil, por exemplo, Ana Carolina Escosteguy (2019) ressalta que as ondas receberam os próprios contornos relacionados aos contextos históricos, sociais, políticos e culturais. Neste cenário, a segunda onda do movimento feminista brasileiro “ao mesmo tempo que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar” (Escosteguy, 2020, p. 111).

Já a terceira onda do movimento feminista acontece principalmente a partir dos anos de 1980, quando a segunda onda passa a perder força, dando lugar a um período marcado pela manifestação do feminismo negro e da interseccionalidade. Destacam-se temáticas mais voltadas à diversidade feminina, fim da violência de gênero, lutas por representatividade de orientações sexuais e ênfase a força do movimento negro, essencial para que se construa um feminismo justo (Ribeiro, 2019).

Por fim, em tempos contemporâneos, embora ainda não haja consenso sobre o assunto, pode-se dizer que existe uma quarta onda feminista em elaboração, baseada, principalmente, no uso em massa de redes sociais e da tecnologia, em prol do ativismo feminino e feminista (Perez & Ricoldi, 2019). Neste cenário, mulheres de todo o globo têm a possibilidade de se conectarem para debater pautas femininas e feministas e fortalecer o movimento dentro e fora do ciberespaço, com suas potencialidades e contradições.

Esse cenário acontece simultaneamente a um período de avanços tecnológicos e da integração global por meios de comunicação digitais

e online. Na relação cultural e comportamental dos seres humanos com a rede, consolida-se o ciberespaço, que, de acordo com Castells (2017), horizontaliza as possibilidades comunicacionais, por meio de plataformas digitais que viabilizam uma comunicação não hierárquica e interativa, gerando uma maior autonomia no ato de se informar e se comunicar.

No entanto, com o avanço dos estudos sobre o ciberespaço, compreende-se que a utopia dos primeiros anos das redes como ferramentas horizontais e integradoras não tornou-se realidade. Pelo contrário, com o maior domínio de empresas privadas regendo o acesso à informação e às interações sociais no espaço cibernético, junto à algoritmização da vida, passa-se a ter maior controle sobre os comportamentos online.

Não obstante a leitura crítica que se faz do atual estado do ciberespaço, fato é que ele permite diferentes formas de mobilização social. Gerbaudo (2012) analisa como as redes permitiram novos modelos de organização social, que muitas vezes leva das telas às ruas, como foi o caso da Primavera Árabe ou até mesmo das Jornadas de Junho, no Brasil. No que se refere à ligação do movimento feminista ao ativismo político, correlacionados às plataformas de comunicação e compartilhamento online, tais redes representaram uma importante ferramenta de mobilização de mulheres que reivindicavam por maior autoafirmação como seres políticos e protagonistas de suas lutas.

Nesse contexto, as plataformas de interação social podem servir como terreno fértil para o desenvolvimento desse novo modelo de ativismo, que usufrui das possibilidades políticas, sociais e culturais do ciberespaço: o ciberativismo. Silveira (2010, p. 31) conceitua ciberativismo como “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas,

socioambientais, sociotecnológicas e culturais realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet”.

De acordo com Vegh (2003), citado em Queiroz (2017), o cibertivismo pode ser classificado em três etapas de organização. A primeira está relacionada com a conscientização e promoção de uma causa, com a difusão de informações e eventos, quebrando o bloqueio dos meios de comunicação tradicionais hegemônicos, agindo como meio alternativo de informação. Já a segunda etapa envolve a organização e mobilização a partir do uso da internet, tendo em vista uma determinada ação. A terceira, por sua vez, refere-se à ação e reação, que engloba vários tipos de ações, como a organização de manifestações, criação de sites de denúncia e outras ferramentas com função política e social.

Um exemplo recente desse tipo de organização pode ser vista na plataforma Facebook, durante a corrida presidencial de 2018, quando grupos feministas somando mais de dois milhões de mulheres se uniram sob o slogan “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” (MUCB), fazendo oposição à candidatura do atual presidente Jair Messias Bolsonaro e reagindo às suas falas e posturas machistas, misóginas, racistas, transfóbicas e homofóbicas.

Nesse aspecto, o movimento feminista apresenta-se hoje, tal qual os demais movimentos sociais, pautado em novas formas de comunicação e engajamento e como um movimento cujas ações práticas derivam, em sua maioria, de uma base anterior online, como aconteceu com o coletivo criado através do Site de Rede Social (SRS) Facebook Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB). Além disso, o grupo também se consolidou enquanto agente de luta em prol dos direitos humanos que apoia as minorias psicológicas caracterizadas por mulheres de todas as

etnias e outros grupos inferiorizados, como apontam as administradoras do grupo, Abreu e Teixeira (2021):

O MUCB evoluiu sua consciência social, e se reafirma cada vez mais na sugestão, promoção, colaboração, coordenação e execução de ações e projetos, visando a manutenção dos direitos humanos que apoiem as minorias psicológicas caracterizadas por mulheres de todas as etnias, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, LGBTQ+ e outros. Igualmente, promove uma maior participação feminina na política, na sociedade, demais espaços de poder e decisões, assim como amplia a importância do feminismo e da preservação do Estado Laico, Ademais, a luta contra o racismo, o machismo, a misoginia, a LGBTfobia, gordofobia, xenofobia e outros preconceitos, foi intensificada através da criação de estruturas educativas, auxiliando na quebra de paradigmas que perpetuam discriminações (Abreu & Teixeira, 2021, pp. 288-289).

É com base nas discussões teóricas apresentadas até aqui que iremos analisar a mobilização feminina associada ao slogan do MUCB no espaço público das ruas e da web contra a candidatura de Bolsonaro.

## **Metodologia e Corpus de Análise**

Para a análise de dados, após coleta e tratamento dos dados obtidos no grupo MUCB, optou-se pela Análise de Conteúdo, sob os preceitos de Bardin (2011). Para a autora, esta análise compreende tanto métodos quantitativos como qualitativos, que buscam obter procedimentos descritivos do conteúdo das mensagens, permitindo ao pesquisador tirar conclusões sobre o objeto de estudo.

Para isso, o corpus de análise é composto por 252 publicações do grupo, coletadas de maneira manual e analisadas por meio da Análise de

Conteúdo (Bardin, 2011). As publicações estão inseridas no período de 16 de setembro de 2021 a 15 de outubro do mesmo ano, recorte importante para a discussão feminista no cenário político nacional, já que, no dia 07 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro vetou a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes carentes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias, proposta pelo projeto de lei 4.968/2019, da deputada Marília Arraes (PTPE). Entende-se que a data é importante como um marco porque gerou ampla mobilização nas redes, de grupos contra e a favor da decisão do Presidente, bem como levantou #hashtags, indicativos de que um determinado assunto está sendo muito debatido.

Após tratamento dos dados e categorização das postagens, nesta pesquisa, trabalharemos com as seguintes categorias de análise: (1) atos contra Bolsonaro; (2) compartilhamento de notícias oficiais; (3) compartilhamento de notícias não oficiais; (4) discussão política; (5) diversidade; (6) políticas públicas; (7) posicionamento político; (8) outros.

### ***Quem são as Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB) e Breve Histórico sobre o Grupo***

A força da expressão “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB)” tem suas raízes na ferramenta de grupos do SRS Facebook. Em 30 de agosto de 2018, há pouco mais de um mês da eleição presidencial, a publicitária baiana Ludmilla Teixeira utilizou deste aparato da rede social online para criar um espaço de debate junto de outras mulheres, para discutirem sobre o cenário de candidaturas presidenciais vigente no momento. Em poucas semanas, por meio do engajamento

feminino, o grupo alcançou grandes proporções no cenário nacional e internacional, e chegou a atingir a marca de mais de 4 milhões de mulheres (cisgêneras, transgêneras e travestis) adeptas ao conceito.

O objetivo deste espaço de deliberação, de acordo com sua criadora e como consta na descrição em sua página oficial, era uma união de mulheres que formassem frente ao avanço do machismo, da misoginia, do racismo, da homofobia e de todos os tipos de preconceitos estimulados deliberadamente pelo discurso do presidenciável Jair Messias Bolsonaro. O crescimento exponencial de associadas ao MUCB revelou uma significativa problemática social: a falta de espaços públicos para a expressão da participação política feminina. Nesse sentido, a ameaça representada pela candidatura de Bolsonaro uniu mulheres das mais variadas convicções políticas, classes sociais e localidades, em uma luta repleta de plurais, mas comprometida a uma causa única: fazer frente opositora à eleição do candidato. Em pouco tempo, esse discurso se traduziu através da hashtag #EleNão.

Criada em 12 de setembro de 2018, a hashtag expressava motivos pelos quais as usuárias não reconheciam a candidatura de Bolsonaro como representativa. Assim, não demorou para que, por meio do caráter convergente da web, o conceito se espalhasse por diferentes meios e fosse adotado pelos demais grupos que se sentiam igualmente ofendidos pelo discurso do candidato, tornando-se um lema de oposição à candidatura do presidenciável e de luta pela defesa dos direitos humanos e da democracia.

Embora o resultado esperado pelo grupo não tenha sido alcançado, posto que Jair Messias Bolsonaro se elegeu Presidente da República, em 2018, os gatilhos de engajamento político, engatados pelo regime

deliberativo da iniciativa do MUCB, são importantes. Visando à manutenção do engajamento político feminino, após o período eleitoral de 2018, o MUCB, apesar de se reafirmar enquanto oposição ao Presidente eleito, buscou, junto às participantes, uma nova forma de se expressar no cenário político brasileiro. Para isso, uma enquete ficou disponível no grupo, entre 30 de outubro de 2018 a 18 de novembro de 2018, para que as usuárias pudessem decidir, democraticamente, o futuro do grupo, que tinha como ideia a fundação de uma associação, uma ONG ou um novo partido político. Com mais de dezesseis mil votos, a maioria das participantes optou pela fundação de um novo partido político que, respeitando os requisitos legais, fosse formado majoritariamente por mulheres e com o objetivo de concretizar a participação feminina consciente nas decisões políticas do país.

Todavia, devido a conflitos internos quanto à orientação ideológica do futuro partido (centro, direita ou esquerda), retirou-se a proposta e optou-se por incentivar e apoiar a candidatura de mulheres do grupo a postos políticos em suas regiões nas próximas eleições. Posteriormente, o grupo também voltou a se denominar como Mulheres Unidas Contra Bolsonaro. Até outubro de 2021, o coletivo conta com aproximadamente 2,2 milhões de membros, sessenta moderadoras e oito administradoras gerais que, juntas, gerenciam quinze sessões distribuídas em subgrupos (G1 a G15) que vão desde “eventos” a “monitoramento social e acompanhamento psicológico”.

### ***Análise de Conteúdo e Discussão de Dados***

O objetivo deste artigo é realizar um estudo exploratório que visa identificar a continuidade ou descontinuidade do engajamento

político feminino no grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro no Facebook. Para isso, serão analisadas todas as publicações no período de 16 de setembro de 2021 a 15 de outubro do mesmo ano. A coleta das 252 publicações referentes ao período foi realizada manualmente por meio do recurso de captura de tela (Print Screen).

A fim de desenvolver a análise, as publicações coletadas foram segmentadas em 8 categorias, conforme indicado no Quadro 1:

### Quadro 1

*Categorias de Análise - Conteúdos das publicações do grupo Mulheres Unida Contra Bolsonaro*

Atos contra Bolsonaro	Chamadas para mobilizações de cunho político ou registros de mobilizações passadas
Compartilhamento de notícias	Compartilhamento de notícias relacionadas ao cenário político nacional e veiculadas por veículos de comunicação oficiais
Compartilhamento de notícias não oficiais	Compartilhamentos de informações de domínio público sem indicação de fonte oficial
Discussão política	Publicações que assumem de maneira clara o objetivo de iniciar uma discussão sobre o tema proposto
Diversidade	Publicações ou compartilhamento de notícias referentes às minorias, como mulheres, negros e indígenas
Políticas públicas	Publicações ou compartilhamento de notícias relacionados às políticas públicas em discussão no cenário político nacional
Posicionamento político	Publicações que assumem posicionamento contrário à Bolsonaro ou a membros de seu Governo

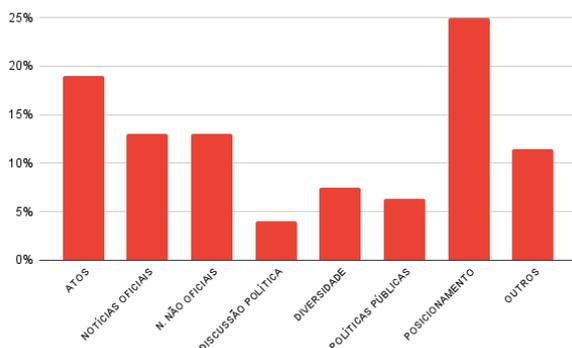
Outros	Publicações que não se enquadram em nenhuma das categorias acima.
--------	---

Das autoras, 2021.

Diante da segmentação e análise do material coletado, foi possível observar, já em um primeiro momento, a frequência com que cada uma das temáticas aparece entre as publicações, conforme indicado no Gráfico 1:

### Gráfico 1

*Recorrência aproximada das temáticas elencadas para análise do conteúdo nas publicações.*



Elaborado pelas autoras.

Nota-se que a recorrência das categorias se deu, no período analisado, da seguinte forma: 1º “Posicionamento Político”, com 61 publicações, o que representa cerca de 25% do total; em 2º aparece “Atos contra Bolsonaro”, com 49 publicações, cerca de 19% do todo; 3º “Notícias Oficiais”, com 34 publicações, aproximadamente 13%;

4º “Notícias não oficiais”, 33 publicações, também aproximadamente 13%; 5º aparece a categoria “Outros”, com 29 publicações, que é cerca de 11,5% do total; 6º “Diversidade”, presente em 29 publicações, cerca de 7,5%; em 7º “Políticas públicas”, com 16 publicações que representam em torno de 6,5%; por fim, em 8º aparece a categoria “Discussão política”, acionada em 11 publicações, que representam 4% dos *posts*.

**Atos contra Bolsonaro.** Dito isto, a análise inicial dos conteúdos segmentados na categoria “Atos contra Bolsonaro” aconteceu sob duas perspectivas: formatação do discurso e temporalidade. No que diz respeito à formatação do discurso, as publicações foram segmentadas em: (a) texto — publicações que não utilizam de recursos visuais (6%); (b) imagens — publicações imagéticas, sem considerar o texto embutido nas imagens (12%); (c) texto e imagem — publicações que aliam recursos visuais e textuais (63%); (d) vídeo — publicações que utilizam, principalmente, do recurso de vídeo (16%); (e) notícia — compartilhamento de notícias referentes às manifestações (2%).

Dessa forma, a primeira análise possível é que grande parte dos conteúdos referentes aos atos contra Bolsonaro fazem uso do recurso de texto e imagem para abordar o assunto. No geral, tratam-se de artes ilustrativas para as chamadas de mobilização e registros das manifestações, que estão ocorrendo no momento da publicação, bem como para compartilhamento sobre atos já ocorridos.

Outra análise possível sobre a categoria foi em relação à temporalidade das publicações. É possível perceber que as publicações referentes aos atos contra Bolsonaro se concentram às vésperas de grandes mobilizações. Como no caso do período analisado, em que

dia 29 de setembro de 2021, houve um manifesto online, e, no dia 02 de outubro de 2021, uma chamada para manifestações presenciais em todas as cidades do país. Além disso, cabe ressaltar a discrepância entre as publicações sobre a mobilização online e a presencial, sendo que houve maior número de chamamentos e repercussão para a segunda.

Apesar de “Atos contra Bolsonaro” ser a segunda categoria mais acionada no período de coleta, algo que é justificado pelo próprio nome e slogan do grupo do *Facebook*, nota-se que as publicações que não possuem uma maior discussão política, com apenas imagens e frases curtas com palavras de ordem apresenta um maior engajamento das mulheres presentes no grupo. Entretanto, as publicações voltadas para a discussão, justificativa e organização dos atos, possuem baixo engajamento.

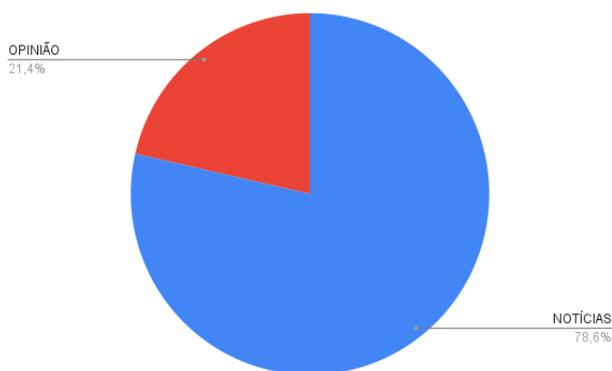
Dessa forma, é possível inferir que há uma redução da mobilização feminina no grupo, se comparado às grandes articulações e manifestações registradas em 2018. Entretanto, as mobilizações nas ruas seguem alcançando um grande número de pessoas, como o ato do dia 02 de outubro de 2021, que chegou a reunir cerca de 700 mil pessoas, de acordo com levantamento dos organizadores. Sendo assim, o cenário indica que, se por um lado a mobilização contra o Presidente caiu dentro do grupo *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*; por outro, ela somou forças a outras frentes de manifestação para chegar até as ruas.

**Compartilhamento de notícias.** Para análise da categoria “Compartilhamento de notícias”, terceira categoria mais presentes no período, optou-se por considerar todas as notícias relacionadas ao cenário político nacional que foram compartilhadas a partir de um veículo oficial de comunicação. Nesta categoria, o que se pode perceber é que, embora

tratem-se de veículos oficiais, parte dos compartilhamentos (cerca de 20%) se referem a artigos de opinião e não matérias pautadas na imparcialidade característica do jornalismo, conforme indicado no Gráfico 2:

## Gráfico 2

*Classificação das publicações da categoria “Compartilhamento de notícias” entre notícias e artigos de opinião*



Elaborado pelas autoras.

Outro fator que chama a atenção em relação à categoria, é que mais da metade das publicações analisadas (19 de 33) são compartilhamentos acompanhados de menos de 10 palavras de texto por parte dos usuários compartilhadores. Com isso, é possível observar que, embora as participantes do grupo tenham o anseio de fazer circular informações referentes ao Governo, não há real interesse em iniciar uma discussão sobre o assunto pautado nas notícias que são compartilhadas.

**Compartilhamento de Notícias Não Oficiais.** Para análise da categoria “Compartilhamento de notícias não oficiais”, quarta

categoria mais recorrente no período, optou-se por considerar todo o compartilhamento de informações relacionadas ao cenário político nacional, as quais podem ser de domínio público, mas que não indicam caminho de referência em veículos de jornalismo tradicionais para confirmação dos dados apresentados. De maneira geral, tratam-se de informações contrárias ao Presidente Jair Bolsonaro. Muitas delas, inclusive, compartilhadas como print ou recorte de vídeo de veículos de comunicação tradicionais, entretanto, sem indicação do caminho para confirmar a veracidade ou o contexto dos dados apresentados.

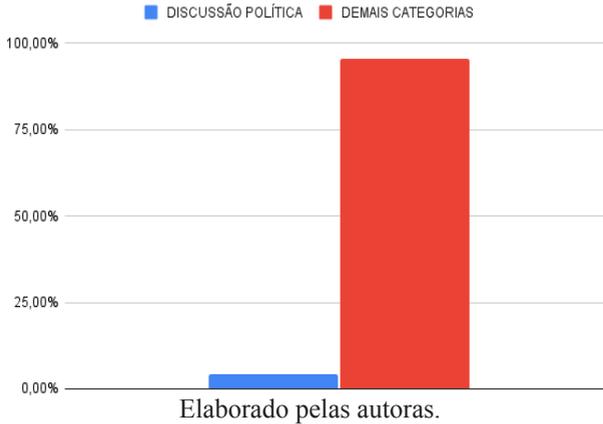
Além disso, assim como em relação à categoria anterior, é possível observar que grande parte das publicações são compartilhadas sem que as participantes do grupo acrescentem uma opinião ou um chamamento para a discussão. Na categoria de “Compartilhamento de notícias não oficiais”, 25 das 33 postagens acrescentam nenhuma ou menos de 10 palavras de texto ao conteúdo compartilhado.

**Discussão Política.** A categoria “Discussão política”, categoria menos recorrente ao longo do período investigado englobou tanto as publicações autorais, como o compartilhamento de informações externas, desde que tenha sido acrescentada alguma nova ideia ou que se tenha incitado algum debate sobre o assunto abordado.

No geral, os conteúdos dessas publicações são pautados em acontecimentos recentes ou simultâneos à publicação, como uma maneira de externar o sentimento causado diante de algum acontecimento de médio ou grande impacto. Cabe destacar que as publicações desta categoria representam apenas cerca de 4,5% do total de publicações compartilhadas durante o período de coleta, conforme registra o Gráfico 3:

### Gráfico 3

*Proporção das publicações da categoria “Discussão política” em relação às demais*



Dessa forma, mais uma vez foi possível inferir, a partir da análise, uma significativa redução do interesse das participantes do grupo em debater os assuntos relacionados ao cenário político nacional.

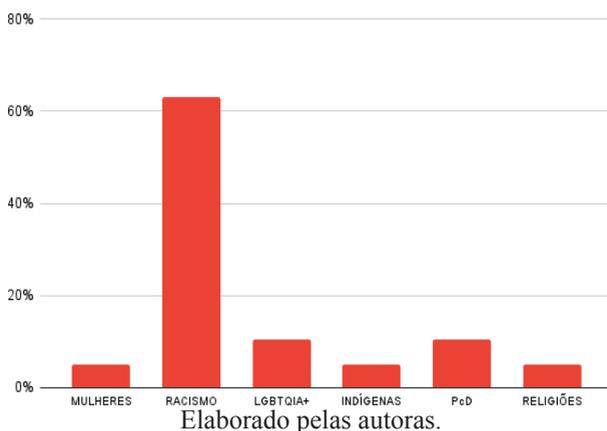
**Diversidade.** Para análise da categoria “Diversidade”, sexta categoria mais presente nas publicações, optou-se por considerar publicações gerais que estivessem relacionadas a pautas referentes a minorias sociais, como mulheres e negros, por exemplo, conforme aponta o Gráfico 4.

O que se pode observar sobre as publicações desta categoria é que, no geral, a pauta mais recorrente é as questões étnico-raciais e, aquelas que não estão relacionadas à pauta do racismo, são compartilhadas sem que seja acrescentado um ponto de vista sobre o assunto. Outros grupos minoritários presentes em publicações no período do

recorte são: mulheres (5%), pessoas LGBTQIA+ (10,5%) e Pessoas com Deficiência (PcD) (10,5), seguido de pautas relativas às questões indígenas (5%) e diversidade religiosa (5%).

#### Gráfico 4

*Segmentação de assuntos dentro da categoria “Diversidade”*



Por outro lado, em relação à pauta do racismo, grande parte das publicações vêm acompanhadas de um ponto de vista, comentário ou sentimento acerca do conteúdo compartilhado. Embora todas as subcategorias elencadas dentro da segmentação para “Diversidade” sejam pautas de suma importância para o rompimento do preconceito e evolução social em relação ao assunto e tocam a temática interseccional, sobre esta categoria, chamou a atenção discrepância entre o número de publicações relacionadas aos negros e às mulheres, considerando que o grupo é integralmente feminino e voltado para discussão de pautas femininas e feministas. Entretanto, cabe destacar que 5 das 19 publicações

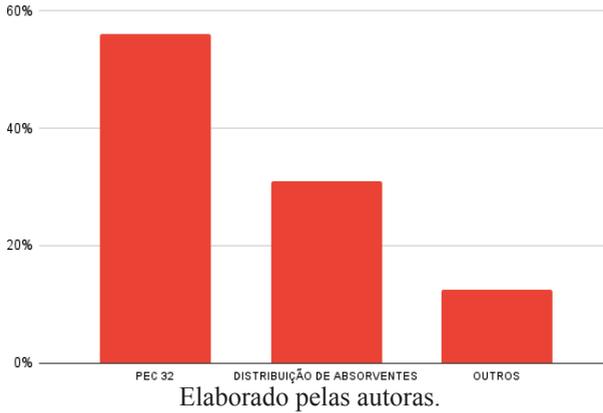
sobre a pauta “racismo” tinham caráter interseccional por relacionar o assunto, de alguma forma, também às mulheres, o que pode indicar uma maior mobilização de mulheres negras dentro do grupo. Contudo, essa abordagem não se estende a outras camadas que atingem o corpo social feminino e condizem com a realidade diversa presente no país.

**Políticas Públicas.** A categoria “Políticas públicas”, sétima categoria mais acionada, foi considerada como um dos temas mais importantes desta análise. Afinal, o recorte temporal estabelecido para a coleta de publicações considera uma data importante para a luta feminina no país: 7 de outubro, dia em que o Presidente Jair Bolsonaro vetou a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes carentes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias, proposta pelo projeto de lei 4.968/2019, da deputada Marília Arraes (PT-PE).

Entretanto, foi possível observar que, ao contrário das expectativas, o assunto não gerou grande repercussão no grupo MUCB. Das 16 publicações enquadradas na categoria, apenas 5 estão relacionadas ao veto presidencial, sendo que todas foram compartilhadas por administradoras ou moderadoras e não obtiveram grande engajamento das membras do grupo. Nesse sentido, vale também destacar a discrepância entre a quantidade de publicações relativas à PEC 32 (56%) e ao veto relativo à distribuição gratuita de absorventes (31%), conforme indicado no Gráfico 5:

## Gráfico 5

*Segmentação de assuntos dentro da categoria  
“Políticas públicas”*



Embora a PEC 32 seja um assunto de grande relevância no cenário político nacional, o veto presidencial refere-se a uma pauta diretamente ligada ao movimento feminista, além de ter alcançado grande repercussão midiática e comoção nacional contrária à postura do Presidente. Dessa forma, mais uma vez, é possível inferir uma queda na mobilização coletiva do grupo em prol das pautas femininas, o que seria um dos principais objetivos desta articulação de mulheres em rede.

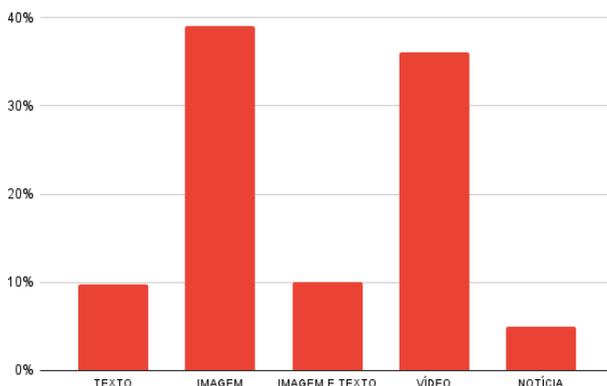
**Posicionamento Político.** Para a categoria “Posicionamento político”, categoria mais recorrente no período analisado, foram consideradas todas as publicações que exprimem posicionamento contrário ao Presidente Jair Bolsonaro ou a membros de seu Governo, sem que houvesse maior aprofundamento na discussão. No geral, trata-se do compartilhamento de opiniões expressas em conteúdos irônicos/

humorísticos ou críticas formais, sem que, necessariamente, haja uma discussão acerca do assunto.

No que diz respeito à formatação do discurso, as publicações seguiram as mesmas segmentações da categoria 1: (a) texto — publicações que não utilizam de recursos visuais (10%); (b) imagens — publicações imagéticas, sem considerar o texto embutido nas imagens (39%); (c) texto e imagem — publicações que aliam recursos visuais e textuais (10%); (d) vídeo — publicações que utilizam, principalmente, do recurso de vídeo (36%); (e) notícia — compartilhamento de notícias referentes às manifestações (5%). A recorrência de cada categoria pode ser constatada no Gráfico 6:

### Gráfico 6

*Recorrência dos formatos de conteúdo da categoria “Posicionamento político”*



Elaborado pelas autoras.

Dessa forma, nesta primeira análise é possível constatar que a maior parte das publicações faz uso de imagens para tratar o assunto.

No geral, tratam-se de prints de *tweets* opinativos os quais se dividem, em sua grande maioria, entre conteúdos irônicos e comentários ou compartilhamento de informações, a partir da perspectiva individual do usuário.

Feitas estas considerações, é possível inferir que, de fato, não há o interesse em gerar, dentro do grupo, um debate aprofundado sobre assuntos relacionados ao cenário político nacional. No geral, as membras demonstraram preferência por conteúdos fáceis de serem consumidos e compartilhados, algo que tornou-se também inerente à própria lógica de circulação da informação nas redes sociais online.

**Outros.** Para a categoria “Outros” foram selecionadas todas as demais publicações que não se enquadraram nas categorias anteriores, como vaquinhas online e datas comemorativas não referentes diretamente às discussões de gênero e política, como a comemoração dos 100 anos de Paulo Freire. Por este motivo, o conteúdo desta categoria não foi objeto de análise, já que não oferece contribuições ao tema da pesquisa.

## **Considerações Finais**

Como hipótese inicial desta pesquisa, propôs-se desenvolver uma discussão e análise sobre a forma como as redes sociais podem se tornar espaços de integração das mulheres à vivência política. Neste sentido, a intenção vinha já carregada de uma afirmativa, já que, por acompanhar a mobilização desde seu início, em 2018, tinha-se a suposição de que o grupo *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro* se mantinha como um espaço ativo de trocas entre mulheres que pudesse oferecer a elas o

poder de tornar o meio virtual um lugar propício e capaz de devolver a fala como cidadãs, levantando discussões e sendo responsável pela inclusão feminina no debate político nacional.

Para isso, foi realizada a coleta de todas as publicações compartilhadas no grupo no período de 16/09/2021 a 15/10/2021. Vale lembrar que este recorte foi escolhido considerando o veto do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 07/10/2021, à distribuição gratuita de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade. Neste sentido, esperava-se coletar publicações que demonstrassem uma mobilização interna ao grupo sobre o assunto para comprovar a hipótese inicial.

Entretanto, a partir da análise das 252 publicações coletadas, foi possível perceber que não só não houve mobilização acerca do assunto, como também não foram registradas discussões aprofundadas sobre quaisquer temáticas referentes ao cenário político nacional e as questões relativas às próprias vivências e necessidades das mulheres. No geral, com exceção às publicações referentes aos atos contra Bolsonaro (houveram dois durante o período de análise, nos dias 29/09/2021 e 02/10/2021), pode-se observar que as membras atuais do grupo têm preferência por conteúdos opinativos contrários ao Presidente, sem que seja necessário um debate acerca do assunto. Desse modo, o foco principal é posicionar-se enquanto oposição ao atual Governo.

Além disso, é possível somar a preferência constatada por informações de consumo rápido e caráter “compartilhável” (imagens, vídeos curtos e memes), o aumento da mobilização às vésperas das manifestações dos dias 29/09/2021 e 02/10/2021 e as grandes movimentações que acontecem no grupo tradicionalmente no mês de março (mês do Dia Internacional da Mulher), para inferir que, atualmente,

parte considerável das movimentações políticas femininas online, a partir do grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, são pontuais e mostram-se motivadas por conveniência diante de cenários externos, e não por prática (ciber)feminista recorrente. O que levou as autoras a reformularem a hipótese de pesquisa para acrescentar à dúvida quanto à validação destes espaços como meios de integração feminina à política.

De maneira geral, é possível concluir, a partir dos registros de grandes mobilizações organizadas a partir do grupo *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*, em 2018 e em datas importantes anualmente, que, sim: as redes sociais podem se tornar espaços de integração das mulheres às vivências políticas. Todavia, atualmente, pouco mais de três anos após a criação do grupo, o poder de mobilização política feminina através das redes não se mantém.

Como limitação da pesquisa, é importante compreender que o período analisado é apenas um recorte temporal. Sendo assim, ele não representa um parecer definitivo sobre toda a trajetória do grupo que, comprovadamente, exerceu grande influência na integração de mulheres ao debate político pré-eleitoral em 2018. Cabe também ressaltar que não há intenção de determinar juízo de valor sobre a movimentação do grupo ou sobre as membras, mas realizar uma análise geral a fim de elaborar um parecer médio relacionado à temática proposta.

As autoras acreditam que as mulheres podem — e devem — ocupar todos os espaços possíveis para exercício de sua cidadania e de seus direitos políticos. Portanto, espera-se que esta pesquisa possa alertar sobre a importância da manutenção dos espaços já ocupados para continuidade da luta feminista e feminina e garantia de respeito e valorização aos direitos das mulheres no Brasil.

## Referências

- Abreu, L. A. de & Teixeira, L. S. (2020). *Os desafios da educação em direitos humanos no século XXI: A contribuição do MUCB no autoconhecimento e desenvolvimento sócio-político de mulheres através das redes sociais* [Trabalho apresentado] V CIDH Coimbra, Portugal.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. *Lisboa: edições, 70, 225*.
- Biroli, F. (2010). Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu, 269-299*.
- Cardoso, C. P. (2012). Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.
- Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Escosteguy, A. C. D. (2019). *Mídia E Questões De Gênero No Brasil: pesquisa, categorias e feminismos* [Trabalho apresentado] Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the streets: Social media and contemporary activism*. Pluto Press.
- Heilborn, M. L. (1994). De que gênero estamos falando? Sexualidade, Gênero e Sociedade. *Programa de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Gênero e Saúde*.

- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). *Feminismo e política: uma introdução*. Boitempo Editorial.
- Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora da UNICAMP.
- Perez, O. C. & Ricoldi, A. M. (2019) *A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva* [Trabalho apresentado] .Asociación Mexicana de Ciencias Políticas A.C. (AMECIP), Monterrey, Nuevo León, México.
- Phillips, A. (2001). De uma política de ideias a uma política de presença?. *Revista Estudos Feministas*, 9, 268-290.
- Pinto, C. R. J. (2001). Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. *Revista Usp*, (49), 98-112.
- Queiroz, E. de F. C. et al. (2017). *Ciberativismo: A nova ferramenta dos movimentos sociais*. Panorama.
- Ribeiro, D. (2020) *Lugar de Fala*. Editora Jandaíra
- Rossi, A., Carneiro, J., & Gragnani, J. (2018). A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. *BBC News*.
- Silva, M. R. (2020) “*O que é ser mulher negra no Brasil?*”: *O Youtube a serviço de uma nova representação*. 2020 [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]

- Silva, V. C. A. (2016). Da interseccionalidade ao movimento feminista: uma tentativa de conceituação do feminismo enquanto movimento social. *Encuentro Latinoamericano ELA*.
- Silva, T. T. da (org.). (2008). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Vozes
- Silveira, S. A. (2010). Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista usp*, (86), 28-39.
- Zirbel, I. (2021). Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas*, 10-31.

# A MASCULINIDADE REVANCHISTA NOS MEMES BOLSONARISTAS – ANTIFEMINISMO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

*Larissa Pelúcio<sup>1</sup>*  
*Caroline Kraus Luvizotto<sup>2</sup>*

Quando Jair Messias Bolsonaro ganhou as eleições para a presidência do Brasil, houve uma parte dos meios de comunicação social que afirmou que tínhamos eleito um meme (Milanezzi, 2019), como forma de desqualificar o presidente e, ao mesmo tempo, o seu eleitorado. Neste artigo, ao contrário desta tendência, tomamos memes como chave para compreender o processo político contemporâneo no Brasil, no quadro do populismo digital (Cesarino, 2020).

- 
1. Livre docente em Estudos de Gênero, Sexualidade e Teorias Feministas, prof. de Antropologia do Dep. de Ciências Humanas/Faac, Unesp, credenciada junto ao Prog. de Pós-Grad. em Comunicação da Unesp. [larissa.pelucio@unesp.br](mailto:larissa.pelucio@unesp.br)
  2. Doutora em Ciências Sociais pela Unesp – Universidade Estadual Paulista, com pós-doutorado pela Univ.e Nova de Lisboa, Portugal. Docente permanente do Prog. de Pós-Grad. em Comunicação da Unesp. [caroline.luvizotto@unesp.br](mailto:caroline.luvizotto@unesp.br)

O meme de internet, como forma de comunicação contemporânea, está normalmente envolvido num debate normativo sobre como o mundo poderia ser e o que fazer para o tornar eficaz, segundo o olhar de um indivíduo ou grupo (Shifman, 2014). Para analisar a forma como certos temores morais, que são igualmente políticos e sociais, operaram em redes sociais online, selecionamos um conjunto de memes políticos de internet (Chagas, 2021) que traduziram em linguagem verbo-visual (1) os pânicos morais sintetizados na sintagma da “ideologia do género”; (2) os alegados tremores no ideal da masculinidade viril e a necessidade de defende-la; (3) reações aos avanços dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil. Questões que ofereceram material discursivo capaz de alimentar uma poderosa rede de desinformação que, juntamente com a utilização de contas automáticas, foi colocada ao serviço de certos coletivos para atrair tráfego digital, mobilizar pessoas, influenciar debates e sugerir apoio político.

Argumentamos que esta rede encontrou no WhatsApp um meio eficaz para desencadear (des)informação e no meme o artefato retórico-persuasivo capaz de abordar problemas multifacetados na ordem do debate político (Chagas, 2021). Instrumentos de comunicação interpessoal digital como o WhatsApp provocará mudanças no ambiente de informação política e mostrou que a ordem sexual é importante, exatamente porque já não é evidente como costumava ser de acordo com os homens brancos de classe média, que figuram como a franja mais expressiva do eleitorado bolsonarista.

Na sociedade mediatizada, a arena política ganha visibilidade mediada, permitindo a emergência de meios descentralizados nos quais as imagens e a informação fluem livremente, uma vez que é impossível

monitorizar ou controlar completamente estes meios (Thompson, 2008). Para este artigo, o período recortado cobre os vinte dias do segundo turno da campanha presidencial de 2018, quando a disputa foi polarizada entre o projeto conservador populista de Bolsonaro e o outro candidato mais à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad. O corpo de investigação recolhe as memórias mais representativas desencadeadas por empreendedores morais que se opõem ao projeto do candidato PT, um partido que passou a estar associado à corrupção administrativa e comportamental.

A análise dos resultados é inspirada por estudos de gênero no seu aspecto pós-estruturalista, em estudos de Comunicação Política, que entende os memes de internet como construções de uma cultura política, concebidas e divulgadas por indivíduos ou grupos organizados e que, neste sentido, devem ser analisadas para além do seu conteúdo, considerando o contexto histórico e social para atingir o seu significado (Shifman, 2014). O aparato teórico e metodológico deste estudo combina a perspectiva de que os memes fomentam a participação em massa porque podem ser lidos como uma linguagem comum partilhada (McCulloch, 2019), uma vez que não apelam a uma experiência individualizada, mas para formar e significar a pertença comunitária de pessoas com experiências de vida semelhantes que criam, partilham e disseminam imagens que abordam particularidades, especialmente em relação a sistemas de poder (Nissenbaum & Shifman, 2017), reproduzindo e perpetuando estereótipos e narrativas normativas ou executando formas de crítica política e social.

A análise do corpus da pesquisa sugere que, para os criadores de conteúdos, os memes são uma forma de envolvimento político e estão

carregados de construções culturais e políticas que são significativas para aqueles indivíduos e para o grupo que representam. A ação coletiva empreendida através dos memes representa uma compreensão do mundo social, ou do que eles esperam que esse mundo seja, e querem impor isso a outros indivíduos ou grupos que entrem em contato com o seu conteúdo.

O nosso olhar voltou-se para o segundo turno da campanha presidencial de 2018, quando vivemos uma espécie de guerra memética, da qual, em nossa análise, a extrema-direita conseguiu sair vitoriosa. Avaliação corroborada pela vitória do candidato Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

O artigo está organizado em três seções, iniciando-se com um panorama da Comunicação Política, especialmente relacionada à comunicação eleitoral partidária, abordando formas específicas de comunicação política que se consolidam e atuam como modos de disseminação de ideias que utilizam recursos, até então pouco usuais, para disputar em arenas públicas e privadas valores.

Na seção seguinte ensaiamos definições conceituais dos memes de internet, ao mesmo tempo em que consideramos o fenômeno comunicacional das guerras culturais (Ortellado et. al. 2022) em torno da categoria gênero, como operador de hierarquias sociais. Seguimos para a análise dos memes selecionados e finalizamos considerando o humor como um elemento fulcral para o efeito replicador e persuasivo politicamente dos memes. Tratamos, na mesma seção, o WhatsApp como um fenômeno comunicacional brasileiro, meio pelo qual ideias reativas às políticas igualitárias no campo do gênero e da sexualidade circularam (e ainda circulam) com eficiência persuasiva.

## **Comunicação Política: eleições, partidatismo e memes**

Compreendemos a Comunicação Política (CP) como um processo que abrange relações complexas que vão muito além dos processos que envolvem governos e instituições partidárias. De acordo com Gerstlé (2005), a CP remete a um campo de interação constituído por dinâmicas comunicacionais que utilizam estratégias de persuasão, estratégias para compartilhamento informacional e estratégias para conquistar a atenção do público em detrimento a outros atores sociais, estabelecendo uma relação em formato competitivo.

Neste sentido, sua dinâmica é constituída por estratégias de persuasão, compartilhamento e competição que se convergem e disputam espaço em cada um dos discursos dos atores sociais. Em perspectiva habermasiana, a CP consiste no processo de deliberação que ocorre na esfera pública, onde poder público, movimentos sociais e cidadãos se reúnem para discutir pautas que afetam a sociedade como um todo (Habermas, 1978). Na esfera pública política, os atores sociais fazem uso de diversas técnicas e instrumentos para marcar sua posição, como os candidatos políticos e sua equipe, que fazem uso de técnicas profissionais de comunicação persuasiva ao expor seus pontos.

Tendo como ponto de partida o período selecionado para desenvolvimento desta pesquisa, buscamos a compreensão da chamada Comunicação Política Eleitoral, que segundo Panke (2020), vai muito além da perspectiva propagandística, remetendo à todas as esferas que compõem o processo eleitoral durante o período da campanha. Segundo a autora, não nos referimos “apenas às ações de marketing de uma campanha para uma candidatura específica, mas também jornalismo, ativismo de grupos políticos, declarações e posicionamentos

de influenciadores potenciais” (Panke, 2020, p. 178). Temos, então, uma dinâmica comunicacional complexa, que ocorre em um período pré-estabelecido e que consiste em diversas formas de interação entre os atores sociais envolvidos em campanhas eleitorais, tanto no que se refere ao apoio quanto ao ataque a elas.

“Por causa de seu potencial para articular emoções, os memes da internet tornaram-se um componente importante da virada afetiva na comunicação política” (Makhortykh & Aguilar, 2020, p. 03). Devido a facilidade de criar e disseminar memes pela internet, os atores sociais conseguem comunicar suas opiniões sobre importantes questões sociais usando o conteúdo memético como forma de comentário político e autoexpressão (Shifman, 2014).

Observa-se que narrativa dos memes tem um potencial de empoderamento e é frequentemente abordada por estudos de CP e de política de protesto, onde são vistos como ferramenta eficaz de construir a identidade dos manifestantes e mobilizar o apoio público. Para Shifman (2014), os memes permitem novos modos de comunicar a mensagem dos manifestantes através das fronteiras e plataformas e possibilitam a remixagem de elementos da cultura global para produzir novas identidades híbridas, favorecendo o vínculo afetivo dentro das comunidades de protesto e fortalecendo as identidades coletivas construídas em oposição aos seus oponentes. “Usando memes como um dispositivo retórico, os ativistas podem reunir cidadãos e mobilizar apoio para a ação coletiva de protesto, desafiando o controle do Estado sobre a esfera pública” (Makhortykh & Aguilar, 2020, p. 03).

Memes são públicos e geralmente enquadrados como conteúdos humorísticos que são disseminados por todo ciberespaço.

Para compreender como os memes se articulam com o discurso em diferentes ecossistemas políticos, como projetam públicos, como criam comunidades e compartilham interesses e valores locais e globais, é essencial considerar o importante papel do humor, o uso da linguagem e da semiótica visual, que configuram o meme elementos representativos de uma cultura digital que se multiplica dos cantos marginais da web para a cultura dominante. “O reino digital é agora um espaço institucionalizado de socialização, portanto, os memes merecem uma análise crítica que expõe como eles são parte do processo de socialização online mais amplo” (DeCook, 2018, p. 02).

### **Guerras Culturais e os Ressentimentos Anti-gênero**

As chamadas Jornadas de Julho, um movimento que começou a ser popular com exigências contra os preços dos transportes públicos, foi capturado por vários grupos de direita no espaço de poucas semanas. Toda a campanha para o impeachment do primeiro presidente do Brasil em 122 anos da República, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, começou aí.

Saltamos à frente até 2015, quando grandes manifestações de rua tomaram conta de todo o país com agendas políticas “contra a corrupção”, que na realidade eram bandeiras anti-igualitárias. Este movimento conseguiu retirar a Dilma do poder.

No início de 2018, Lula do Partido dos Trabalhadores, que deixou a presidência com um índice de popularidade de 80%, era ainda o candidato com melhores hipóteses de vitória, mas em abril, tudo mudou. Lula foi preso sob acusações de corrupção e Bolsonaro sofreu um alegado ataque à faca e as sondagens mudaram rapidamente.

Além disso, através das poderosas redes dos grupos WhatsApp, um fenômeno de comunicação brasileiro<sup>3</sup>, os memes foram disparadas por boots e apoiantes de Bolsonaro, centrados na agenda moral anti-gênero. Nesta chave, alguns atores coletivos passam a ser alvo de ataques desprestigiados como é o caso de feministas e dos feminismos (tratados no singular) não como campo discursivo de ação (Alvarez, 2014)<sup>4</sup> reflexivo e político, mas como projeto revanchista, anti-homens, anti-família, anti-vida (leia-se à descriminalização do aborto) e frágil teoricamente.

Falamos já no título deste artigo em “masculinidade revanchista”, é hora de nos determos nesse conceito. Os estudos de masculinidades, a partir de R. Connel (1995), tem sublinhado a hegemonia de certas performances do masculino que interseccionam marcadores específicos da diferença, tais como classe social, raça, nacionalidade, geração, orientação sexual, hoje sintetizados no mantra “Homem-heterossexual-branco-burguês”, expressão que virou, ela mesma, um meme.

A repetição memética reflete mudanças relativamente recentes nas relações de gênero pelas quais o Brasil passou e vem passando.

---

3. O uso intenso e popularizado de grupo de WhatsApp e do próprio aplicativo é reconhecido em diversas pesquisas como um fenômeno brasileiro. Ver: Resende et al., 2018; Soares, 2020; Chagas, 2021.

4. Sonia Alvarez (2014) propor-se a discutir a formação e transformação do movimento feminista no Brasil (e América Latina) a partir da noção de campos discursivos de ação, a partir dessa conceituação a autora identifica três momentos dessa construção: (1) os anos de 1970, quando o feminismo era pensando no singular; (2) “constituído pela pluralização dos feminismos e pelo surgimento de um pensamento mainstream de gênero; e o terceiro (o sidestreaming dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas), a partir dos anos 2000, marcado por um fluxo mais horizontal de discursos, por práticas feministas plurais e heterogêneas, principalmente sua articulação com diversos setores na sociedade civil, resultando em uma multiplicação de campos feministas” (Ferreira, 2015, p. 208).

O fato de termo eleito a primeira mulher para o mais alto cargo político do país, em 2011 é significativo e foi antecedido, no nível das políticas de governo, pela criação de secretarias especiais; pelo alargamento de pesquisas acadêmicas sobre temáticas relativas a gênero, sexualidade e raça; além da atuação de movimentos sociais e a reverberação, via redes sociais on-line, de um novo léxico mais prismático para se falar de corpo, sexo, cor, desejo, comportamentos.

A resposta reativa a um conjunto amplo de transformações no que Éric Fassin (2012) denomina de democracia sexual<sup>5</sup>, sintomaticamente se robustece durante o governo de Rousseff.

[N]o período do impeachment de Dilma Rousseff já havia um largo contingente de grupos de interesse mobilizados pelo que Rocha (2019) identifica como um “amalgama ultraliberal-conservador”, entre eles o Movimento Brasil Livre (MBL), o VemPraRua, o EnDireita, o Revoltados Online e muitos outros. A tese de Avritzer (2020) é a de que Bolsonaro soube se apropriar do discurso da antipolítica para derreter o Centro e polarizar o eleitorado. (Chagas, 2021, p. 171)

Os memes aqui discutidos expressam uma espécie de “rebeldia conservadora” (Solano, 2018) que deu visibilidade a ideologias conservadoras, entre as quais destacamos as reações anti-gênero, reverberada pelos atos e falas de Jair Bolsonaro enquanto candidato à presidência do Brasil. Ele mesmo uma corporificação quase caricata do que estamos nomeando como masculinidade revanchista, aquela que nutre “um

---

5. “Chamo de ‘democracia sexual’: liberdade e igualdade aplicadas tanto ao gênero quanto à sexualidade, não apenas em termos de direitos, mas também, inseparavelmente, de normas” (Fassin, 2012, p. 36)

sexismo obsessivo contra as demandas feministas e dissidências de gênero” (Lage & Saraiva, 2021, p. 128).

No período eleitoral aqui analisado, o campo conservador usou os memes políticos com eficiência, fazendo do humor um elemento tanto de persuasão política como de evasão discursiva, pois sempre se pode dizer que se trata apenas de uma piada e acusar a audiência ofendida de ser mal-humorada e, no limite, de ser contrária à liberdade de expressão.

No momento analisado neste artigo, as batalhas morais que constituíram a guerra memética fizeram um vencedor: os discursos anti-igualitários.

## **Guerras Meméticas e Batalhas Morais**

Vamos falar de memes.

A maior parte das definições de memes de internet têm base em um conceito da biologia evolutiva, cunhado por Richard Dawkins, autor e biólogo evolucionista. Ele propôs o termo “meme” (baseado no vocábulo do grego antigo *mīmēma*, que significa “algo imitado”) para designar todos os comportamentos culturais não genéticos e ideias que são passadas de pessoa para pessoa, abrangendo desde a linguagem até as convenções de futebol. (Davison, 2012) O conceito se tornou bastante debatido e, “desde então, tal como um bom meme, contagiou a cultura”. (Dawkins, 1999). Com o surgimento da internet, o termo “meme” também foi muito empregado para nomear o conteúdo que se dissemina on-line de um usuário para outro. A primeira definição “academicamente rigorosa” para essa variação particular foi proposta por Patrick Davison (2012, p. 122), em seu ensaio “A linguagem dos memes de internet”: “Um meme de internet é uma peça cultural, tipicamente uma piada, que ganha influência por meio de sua transmissão on-line”. (Com o surgimento da internet, o termo “meme” também foi muito empregado para nomear o conteúdo que se dissemina on-line de um usuário para

outro. A primeira definição “academicamente rigorosa” para essa variação particular foi proposta por Patrick Davison (2012, p. 122), em seu ensaio “A linguagem dos memes de internet”: “Um meme de internet é uma peça cultural, tipicamente uma piada, que ganha influência por meio de sua transmissão on-line”. (Börzsei, 2020, p. 478)

Se, os memes, como afirma Davison, citado por Börzsei, são piadas, elas não se reduzem a isso. Os memes políticos não apenas divertem, “eles fazem parte da artilharia política com a qual a programação e enquadramento de questões e posições políticas tem sido intensamente contestada” (Gomes, 2020). Tomamos os memes como chave para compreender o processo político contemporâneo no Brasil, no quadro do populismo digital (Cesarino, 2020), porque esta forma de comunicação está geralmente envolvida num debate normativo sobre como o mundo poderia ser e o que fazer para o tornar eficaz, de acordo com o olhar de um indivíduo ou grupo (Shifman, 2014).

Selecionamos memes que traduziram em linguagem verbo visual: (1) os pânicos morais sintetizados no sintagma da “ideologia do gênero”; (2) os alegados tremores no ideal da masculinidade viril e a necessidade de a defender; (3) os avanços dos movimentos feministas e feministas no Brasil.

Selecionamos para a discussão teórica cinco memes de internet e uma imagem contrastiva (a logomarca da campanha #elenão). Para cada um dos três eixos temáticos elencados acima, selecionamos duas imagens colocando-as em diálogo no momento da análise.

Os memes foram selecionados a partir de curadoria feita por meio do Google Imagens, onde as palavras-chave “memes ideologia de gênero”; “memes antifeministas”; “memes elenão”; “memes orgulho

hetero” foram inseridas. A seleção concentrou-se em memes que se valem de imagens macro, ou seja, fotos e/ou ilustrações estática com texto sobrepostos ou legendas.

A maior parte dessas imagens é simplista, de baixa qualidade, em geral, e com estilo banal. Não são criadas com a intenção de parecerem bonitas ou particularmente realistas; seu foco se concentra na mensagem. São, em geral, multimodais, contudo, para destacar as imagens, há frequentemente “textos adicionais, imagens e até mesmo efeitos sonoros ou de animação [...] acrescentados para incrementar as qualidades de contágio do meme.” (Knobel & Lankshear, 2005) Os ideais dos memes remixados de imagens estáticas podem se refletir no texto e na imagem: o meme pode ser uma frase, uma imagem independente ou uma imagem acompanhada de texto ou pelo estilo esperado de texto. (Börzsei, 2020, pp. 480-48)

Iniciamos com dois memes que “brincam” com as “ameaças” que a chamada ideologia de gênero pode significar para a sexualidade das crianças<sup>6</sup>. Nas imagens selecionadas a imagem (Meme 1) e o texto (Meme 2) remetem para a ideia de que se trata de uma guerra na qual um modelo de família e de moralidade se vê ameaçado por um inimigo poderoso, mas que pode ser combatido pela resistência de cada família.

---

6. O sociólogo Fernando Balieiro faz uma cronologia da visibilidade da sintagma “ideologia de gênero”, a partir de três eventos, mostrando que em todos eles o mote mobilizador girava em torno da defesa de infância (heterossexual), de convicções morais sobre quem e como se deve falar de sexualidade com crianças e adolescentes, imputando aos governos petistas a responsabilidade por incentivar e financiar materiais que, segundo alguns empreendedores morais, teria o intuito de corromper a infância e a adolescência estimulando a homossexualidade, pedofilia e até mesmo ao comunismo. (Balieiro, 2018).

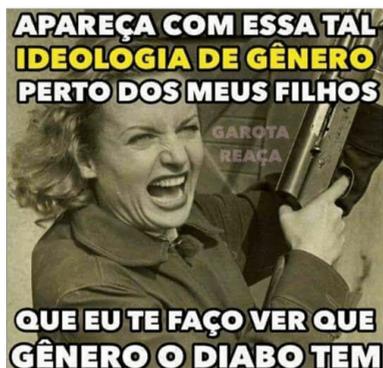
No Meme 1, extraído do perfil *Garota Reaça* (Facebook)<sup>7</sup> simula a partir de um meme remixado. A imagem é da atriz Carole Lombard em foto de Alfred Eisenstaedt intitulada *Armed and Dangerous*. A atriz norte-americana, que fez inúmeros papéis de comédia nos anos de 1930 e 40, torna-se no meme uma espécie de guerrilheira furiosa, armada na, literalmente, para defender os seus filhos da ameaça da ideologia de gênero, o espantinho moral montado por Jair Bolsonaro, ainda como deputado federal para contrapor seu projeto de sociedade ao dos governos petistas.

### Figura 1

*Os pânicos morais e a “ideologia do gênero*

*Meme 1*

*Meme 2*



APOIADO. 🙌🙌🙌🙌🙌🙌  
🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌



Com essa onda de ideologia de gênero é melhor prevenir do que perder um soldado 😂

11:15

Garota Reaça (2016); Crazy Memes (2022).

7. Em setembro de 2022, o perfil contava com 67 mil seguidoras/es. Na capa da página os dizeres: “Garota Reaça – pela honra, moral e bons costumes).

O teor cômico e ao mesmo tempo religioso vem no texto ao pé da imagem (Meme 1), onde a “piada” se completa. A mulher vai mandar os agentes do mal para o inferno, onde eles, tão interessados em gênero, poderão verificar qual seria o do próprio diabo. Como atenta Viktor Chagas (2021), o humor cumpriu um papel relevante na eleição de Bolsonaro, servindo ainda para encobrir o conservadorismo e posturas antidemocráticas expressas nas falas do então candidato e/ou na forma como seu eleitorado se comporta digitalmente.

O segundo meme desta categoria (Meme 2), faz alusão, mais uma vez, à guerra entre “nós” *versus* “eles”. A imagem traz um bebê segurando um exemplar da revista Playboy, voltada ao público masculino, na qual matérias de variedades dividiam espaço com fotos de mulheres nuas ou seminuas. A legenda se encerra com um emoji que chora de rir, já convidando ao riso e ao deboche. O bebê, supostamente um menino<sup>8</sup>, estaria sendo pedagogizado com as imagens de mulheres “atraentes” segundo padrões hegemônicos, a fim de assegurar a heterossexualidade do menino da foto. Fica implícito que com as armas certas, e aí está a piada, a heterossexualidade será blindada. Mais do que isso, meninos podem e devem ser expostos à nudez feminina e à pornografia desde a mais tenra idade, sem que isso represente qualquer risco à sua infância, que seria abalada caso a homossexualidade se apresentasse como uma possibilidade para o desejo. Ao mesmo tempo, o meme parece reconhecer que as armas do “inimigo” são eficientes pois capturam por meio de livros didáticos as crianças em sua presumida inocência. Se a arma da

---

8. O meme circulou por diferentes contas no Twitter, tanto as favoráveis à mensagem quanto por outras que assinalavam a contradição do discurso, uma vez que a recusa à chamada ideologia de gênero supõe que ela corromperia e sexualizaria crianças enquanto estimula um nenê a ver mulheres adultas nuas.

“ideologia de gênero” é o “kit gay”<sup>9</sup>, os seus antagonistas têm também recursos sedutores que podem ser acionados no seio da família como baluarte moral contra um Estado que quer intervir na intimidade do lar.

A virilidade masculina como um bem a ser preservado, se mostrou central nas guerras culturais (Solano et. al. 2018) que mobilizaram as disputas digitais eleitorais em 2018, como discutimos a seguir.

## **Masculinidade Viril**

O movimento Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (MUCB), nasceu no Facebook, por iniciativa da publicitária baiana Ludmilla Teixeira. Logo tornou-se um fenômeno noticioso, dado o crescimento rápido de adesões. Em um mês o grupo chegou a 3,8 milhões de membros. A página sofreu ataque cibernético em 16/09/18, o que gerou ainda mais repercussão na mídia. A recuperação da página deu-se no mesmo dia. Em fevereiro de 2020 o grupo, agora com o nome de “Mulheres Unidas com o Brasil”, contava com 2.424.238 membros. Naquele mesmo mês, o estudante de letras na Universidade Estadual do Ceará, em Limoeiro do Norte, Militão Queiroz criou a logomarca do movimento, e a mesma viralizou<sup>10</sup> e passou a ser utilizada nas redes e nos protestos de rua que tiveram seu momento mais expressivo no dia 29 de setembro de 2018,

- 
9. Tratou-se, de fato, de cartilha chamada de “Escola sem Homofobia” que deveria ser adotada em escolas da rede pública de ensino com o objetivo de combater a discriminação, o preconceito de gênero e orientação sexual, como parte do projeto Brasil Sem Homofobia. Em 2011, Dilma Rousseff, reconduzida à presidência da República vetou o material que ainda estava sob análise. Foi nessa oportunidade que Bolsonaro, ainda deputado federal tomou à frente nos ataques ao material.
  10. Cabe fazer a distinção entre um conteúdo que viraliza e um meme. Segundo Linda Börzsei, “o que é compartilhado e não se modifica ou evolui nessa passagem compartilhada a outros usuários é, na verdade, conteúdo viral e não um meme” (2021, p. 479).

com manifestações em centenas de cidades pelo país e em pelo menos mais 14 no exterior (Pelúcio & Paz, 2020).

O que o MUCB recusava em Bolsonaro era, sobretudo, sua retórica ofensiva contra mulheres, homossexuais, povos originários e populações tradicionais como quilombolas<sup>11</sup>. O gênero se torna a categoria central em disputa no #elenão. Do outro lado, se revela uma masculinidade ressentida pelo avanço das pautas de gênero. Agente que encontraram no capitão reformado um representante capaz de verbalizar de forma direta e pouco sofisticada (o que é associado à coragem e à virilidade) as insatisfações e receios de perda de privilégios que, de forma mais ou menos sistematizada, assombrava alguns homens.

Essas figuras políticas emblemáticas manejam com a retórica antifeminista da crise da masculinidade como estratégia antifeminista (Francis Dupuis-Déri, 2012; Sérgio Silva, 2006), a fim de obter vantagens no debate público. Porque estimam esse modelo de masculino ameaçado, irão se esforçar em reafirmá-lo. A maneira como o encarnam é, contudo, exagerada, teatralizada

---

11. “Em 2003, e novamente em 2014, em discussão no parlamento, com a deputada Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores (PT), Bolsonaro disse à deputada: “não te estupro porque você não merece”. Episódio que lhe rendeu uma condenação num processo por incitação ao estupro e uma queixa-crime por injúria. Em 2011, ainda um desconhecido, mas já polêmico como deputado, Bolsonaro foi entrevistado por Preta Gil, artista filha de Gilberto Gil, no programa de televisão CQC. Quando inquerido sobre sua reação se um de seus filhos se relacionasse com uma mulher negra, respondeu que “Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu”. Também na TV, em 2016, declarou à Luciana Gimenez, apresentadora do Super Pop, que não empregaria uma mulher com mesmo salário de um homem. Além de ter afirmado, em 2017, durante uma palestra no Clube Hebraica, em São Paulo, que “eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (Pelúcio, Paz, 2020, p. 6). Na mesma ocasião referiu-se a quilombolas como preguiçosos e que não serviam nem para procriar, animalizando-os ao se referir a eles/elas em arrobos, medida de peso usada para gados.

e caricaturada. Enfim, se a comparação produzida pela mídia é problemática, ela serve para reconhecermos que o gênero é o eixo do embate em muitos dos jogos políticos da atualidade, e uma estratégia de muitos líderes populistas que buscam incitar seu eleitorado fiel para obter capital político.

Nas imagens desta seção estão o logótipo do movimento feminino contra Bolsonaro, o #elenão e a paródia do mesmo onde se lê “o meu pau na tua mão”. Face à força de milhões de mulheres que se articularam através da Internet e que saíram à rua em mais de 120 cidades do Brasil e do mundo, os homens que, por sinal, constituíram a maioria do eleitorado Bolsonaro, oferecem como instrumento de combate a sua arma mais poderosa: o seu pênis.

**Figura 2**

*Logomarca*



*Meme 3*



Ele não Logo PNG Vector. (s.d.); .Suzuya. (2018)

Viktor Chagas, em diálogo com a Comunicação Política, propõe que tratemos o “meme como categoria capaz de lidar com problemas

multifacetados na ordem do debate político”, considerando “o potencial do meme como artefato retórico e persuasivo” que aparecem no cenário político nacional como “um epifenômeno da comunicação política, produto da popularização do debate público e da subsequente superficialização desse mesmo debate” (Chagas, 2018, p. 26). Ao mesmo tempo em que, colocam na arena pública temas candentes e teoricamente desafiadores como são os debates em torno do gênero como categoria de análise (Scott, 1995).

A última categoria analisada se trata das reações antifeministas. Para tal selecionamos dois memes de tipologias distintas: uma ilustração e outro na forma de storyboard com fotos. O Meme 4 é uma tradução de um meme que circulou em páginas norte-americanas e foi largamente replicado em perfis do Facebook. O recolhemos no perfil pessoal do músico, youtuber e apoiador de Bolsonaro, Nando Moura. Já o Meme 5 aparece em diferentes perfis no Pinterest e Facebook, replicado por homens que se consideram parte de um movimento intitulado MGTOW, “Men Going Their Own Way”, “Homens Indo Pelo Seu Próprio Caminho”<sup>12</sup>. Ambos acionam o humor apelando para o escárnio e ironia desqualificadora. Os Memes 4 e 5 exprimem medos e ansiedades através do humor revanchista, imbuídos de uma retórica reacionária, reagem ao feminismo e às feministas.

---

12. Para saber mais sobre o movimento consultar matéria escrita por Jordi Pérez Colomé, para o jornal El País, edição brasileira, em 07/02/2020. Pérez, 2020).

### Figura 3

#### Reações Antifeministas



HeinzMostarda. (2021); Fúria e realidade - MGTOW30 (2019).

A mulher feminista aparece com a sua mente odiosa, sem pai, com as suas fantasias de violação ou como, no segundo meme onde a jovem sexualmente livre se torna a adulta independente, depois a mulher madura carente, que acabará na sua velhice sozinha e amarga, pois a sua autonomia em relação aos homens e liberdade sexual, cobram seu preço. Assim, se és uma feminista, a tua cabeça já está tomada pelos ressentimentos que te vão transformar numa mulher solitária e de aparência desleixada. Comunica-se às ainda são jovens que pode ainda haver uma salvação. Caso deixem os pensamentos de liberdade, autonomia sexual e competição profissional, ou seja, deixarem de desejar o mesmo que os homens.

## Considerações Finais

As plataformas online oferecem espaço para o engajamento cívico e a expressão política e têm o potencial de socializar ideologias políticas e processos de criação de sentido aos atores sociais em contextos de cidadania. Instrumentos de comunicação interpessoal digital como o WhatsApp provocaram mudanças no ambiente de informação política e mostraram que a ordem sexual é importante, exatamente porque já não é evidente como costumava ser de acordo com os homens brancos de classe média, que figuram como a franja mais expressiva do eleitorado bolsonarista. Na sociedade mediatizada e plataformizada, a arena política ganha visibilidade mediada, permitindo a emergência de meios descentralizados nos quais as imagens e a informação fluem livremente, uma vez que é impossível monitorizar ou controlar completamente estes meios (Thompson, 2008).

Os memes disseminam pequenos fragmentos de determinada ideologia política e cultural e são facilmente digeríveis e difundidos pelos internautas. São uma forma de participação política e de ativismo e um aspecto importante da construção de identidade e comunidade, reflexos dos espaços culturais de onde emergem servindo para construir e reforçar identidades.

Os memes analisadas demonstram a relação discursiva com práticas sociais que se materializam diariamente nos meios de comunicação social, em vídeos nos canais do YouTube, em posts em redes sociais digitais, em grupos WhatsApp e também servem para construir ou reforçar uma realidade linguística desinformada, binária e preconceituosa. Tiram do contexto e menosprezam as lutas pelo reconhecimento, para constituir uma identidade nacional distorcida e ameaçadoramente

simplificada (quem são aqueles que podem habitar o estado-nação?). Além disso, reforçamos uma paisagem linguística que funciona numa rede complexa e discursivamente dividida entre indivíduos na sociedade, contribuindo negativamente para o debate sobre questões sociais e políticas históricas na sociedade brasileira.

O humor torna-se um instrumento para normalizar discursos extremistas e as plataformas de comunicação têm sido o palco para a divulgação destes discursos em grandes grupos da população, através de dois memes, com impacto principalmente em grupos familiares da WhatsApp.

Os membros encorajam a participação em massa porque podem ser lidos como uma linguagem comum partilhada e inocente. Ou seja, não estão ao serviço de partidos, políticos ou instituições oficiais. As pessoas partilham e divulgam imagens que abordam particularidades, reproduzindo e perpetuando estereótipos e narrativas normativas ou envolvendo-se em formas de crítica política e social.

As críticas “humorísticas” usam uma linguagem violenta e belicosa para denunciar os alegados perigos de mudanças na ordem do género num país que testemunhou rápidas transformações sociais, culturais, políticas e económicas que tiveram lugar em duas décadas de governos mais solidários com os movimentos sociais e identitários. Entre estes, um dos mais poderosos tem sido sem dúvida o movimento feminista. Face a isto, uma onda de resistência conservadora mobilizou muitos homens que encaravam a procura da simetria de género como uma ameaça aos seus privilégios baseada no nacionalismo, patriarcado fanático, homofobia e misoginia. A eleição de Bolsonaro foi uma

resposta revanchista a todas estas mudanças profundas que vivemos como sociedade em pouco mais de duas décadas.

Os memes têm agido como uma forma eficaz de ridicularizar a luta pelos direitos dos segmentos sociais historicamente subalternos, enquanto fingem fazer piadas.

## Referências

Alvarez, S. (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista *Cadernos Pagu*, (43), p. 13-53. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>

Balieiro, F. de F. (2018). Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53). <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>

Börzseis, L. (2020). Em vez disso faz um meme: uma história concisa dos memes de internet. In V. Chagas (Org.), *A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital*. EdUFBA.

Cesarino, L. (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, 1(1), 91-120.

Chagas, V. (2018). A febre dos memes de política. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, 25(1), 1-26. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.27025>

Chagas, V. (2021). Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. *Estudos Históricos*, 34, 169-196. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210109>

- Connel, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, 20(2), 185-206.
- Crazy Memes (2022, julho 30). *Post* [Image attached] [Status update]. Facebook. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=430664692411276&set=pb.100064032462345.-2207520000.&type=3>
- DeCook, J. R. (2018). Memes and symbolic violence: #proudboys and the use of memes for propaganda and the construction of collective identity. *Learning, Media and Technology*. <https://doi.org/10.1080/17439884.2018.1544149>
- Ele não Logo PNG Vector. (s.d.). Recuperado de <https://seeklogo.com/vector-logo/340826/ele-nao>
- Fassin, É. (2012). Da crítica à critique. *Passage de Paris*, 7, 34-43.
- Ferreira, C. B. de C. (2015). Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Caderno Pagu*, (44), 99-228. <https://doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>
- Fúria e realidade - MGTOW30. (2019, julho 30). *Dissertem* [Image attached] [Status update]. Facebook. <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1121198534735284&set=pb.100066876517025.-2207520000>
- GarotaReaça [@garotareaca]. (2016, abril 8). *Não duvide de mim, seu canalha miserável! #GarotaReaça* [Fotografia]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/BD60jivQyM/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>

- Gerstlé, J. (2005). *La communication politique*. Armand Colin.
- Gomes, W. (2020). *Crônica de uma tragédia anunciada: como a extrema-direita chegou ao poder*. Saggá.
- Habermas, J. (1978). *L'espace publique. Archéologie de la publicité comme dimension de la société bourgeoise*. Fayard.
- HeinzMostarda. (2021, setembro 14). DIVISÃO DA MENTE FEMINISTA. *iFunny*. <https://br.ifunny.co/picture/divisao-da-mente-feminista-5Jk1MaTv8?s=c1>
- Lage, L. R., & Saraiva, Luiziane Silva. (2021). Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo. *Revista ECO-Pós*, 24(2), 124-150. <https://doi.org/10.29146/ecopos.v24i2.27704>
- Makhortykh, M., & Aguilar, J. M. G. (2020). Memory, politics and emotions: internet memes and protests in Venezuela and Ukraine, *Continuum*. <https://doi.org/10.1080/10304312.2020.1764782>
- McCulloch, G. (2019). *Because Internet: Understanding the New Rules of Language*. Riverhead Books.
- Milanezi, M. J. F. (2019). *“Elegemos um meme?!”: política e experiência estética nos memes de ação popular das Eleições 2018* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista–UNESP].

- Nissenbaum, A., & Shifman, L. (2017). Internet memes as contested cultural capital: the case of chan's /b/ board. *New Media & Society*, 19(4), 483–501.
- Ortellado, P., Ribeiro, M. M., & Zeine, L. (2022). Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, 28(1), 62-91. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>
- Panke, L. (2020). Comunicação eleitoral e você: tudo a ver. In: Wendell, Hertz. (Org.). *Sinapse - Laboratório de Mídia, Consumo & Cultura, Syntagma*, 1, 52-61.
- Pelúcio, L., & Paz, D. (2020). # paslui: feminismos brasileiros no hexágono europeu. *Revista Estudos Feministas*, 28. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n371498>
- Pérez C., J.(2020, fevereiro 07). A incontável ascensão dos ninhos de machismo na Internet. *El País*. <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-02-07/incels-machos-atras-de-mulher-a-incontrolavel-ascensao-dos-ninhos-de-machismo-na-internet.html>
- Resende, G., Messias, J., Silva, M., Almeida, J., Vasconcelos, M., ^& Benevenuto, F. (2018). *A System for Monitoring Public Political Groups in WhatsApp* [Paper]. Proceedings of the 24th Brazilian Symposium on Multimedia and the Web (WebMedia '18). Association for Computing Machinery, New York, NY, USA. <https://doi.org/10.1145/3243082.3264662>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

Shifman, L. (2014). *Memes in a Digital Culture*. The MIT Press.

Soares, F. B., Recuero, R., Volcan, T., Fagundes, G., & Sodr e, G. (2020). Desinforma o sobre Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1334>

Solano, E. (2018). Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise*, 42, 1-29.

Solano, E., Ortellado, P., Moretto, M., & Ortunes, L. (2018). A agenda política e as “guerras culturais” para evangélicos e católicos. *Análise–Friedrich-Ebert-Stiftung*, (41).

Suzuya. (2018, outubro 02). Ele não. *Memedorid*. <https://pt.memedroid.com/memes/tag/trollei>

Thompson, J. B. (2008). A nova visibilidade. *Matrizes*, 1(2), 15-38. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>

# A RETÓRICA ANTIPOLÍTICA NA COMUNICAÇÃO DO GOVERNADOR DE MINAS GERAIS, ROMEU ZEMA (NOVO)

*Fernando de Resende Chaves*<sup>1</sup>

Desde as manifestações populares de 2013, passando pelas eleições presidenciais acirradas de 2014 e pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, até culminar nas eleições atípicas que levaram Jair Bolsonaro ao poder em 2018, o Brasil vivenciou importantes mudanças na percepção da política pelos brasileiros e, conseqüentemente, na conjuntura partidária em geral, com a ascensão de novas direitas ou com a tentativa de reformulação por direitas tradicionais que buscavam se reinventar e se rearticular.

Diversos processos políticos que se desenrolaram nesse período evidenciam um cenário de crise dos partidos tradicionais e de reorganização da direita, tais como: a grande fragmentação partidária no Congresso

---

1. Mestre em Comunicação. Doutorando em Comunicação pela Universidade Paulista (UNIP). [chavesfernandorc@gmail.com](mailto:chavesfernandorc@gmail.com)

Nacional (Abranches, 2019); o crescimento do antiesquerdismo e do antipetismo (Santos, 2016); a escalada da pauta anticorrupção e a deslegitimação de governos e instituições republicanas, com apoio da mídia e de institutos liberais financiados por fundações estadunidenses (miguel, 2016); além das ações neoliberais e conservadoras coordenadas pelo governo Temer (Singer, 2016).

Apesar da crise de credibilidade ter se abatido principalmente sobre a esquerda, que permanecia no poder entre 2004 e 2016, os partidos da direita tradicional e as próprias instituições e poderes republicanos começavam também a dar sinais de desgaste junto à opinião pública, notadamente a partir de 2013. Cresciam as manifestações antipolíticas e antidemocráticas. No fundo, entre 2014 e 2018, havia uma reorganização da direita brasileira. O PSDB perdia gradativamente seu lugar hegemônico de intermediário entre as classes dominantes e o Estado brasileiro. Como aponta Miguel (2019), a composição da direita não se apresentava como homogênea, sobretudo a partir de 2015 e 2016, mas havia uma unidade garantida a partir do inimigo comum: a esquerda e o PT.

O crescimento do antiesquerdismo é acompanhado de uma acentuada crise de credibilidade das instituições políticas em geral. Paralelamente, acontece uma reformulação e uma radicalização da direita brasileira, à semelhança do que ocorre em outros países. Essa nova direita emerge fazendo uso do discurso antipolítico em vários níveis, como estratégia para se apropriar do sentimento popular de rejeição à política, captando o voto do eleitor descrente com o sistema e as instituições.

A gradativa perda da hegemonia na direita pelo PSDB se dá em paralelo com a emergência de novas vertentes de direita, que não se viam mais representadas pelos peessedebistas: os libertários<sup>2</sup>, os anticomunistas<sup>3</sup> e os fundamentalistas religiosos<sup>4</sup>. O bolsonarismo se consolidaria em 2018 como um movimento personalista reacionário, liderado pelo então deputado federal Jair Bolsonaro, que venceria as eleições presidenciais de 2018 aglutinando em torno de si todas essas vertentes da nova direita, por meio de um discurso anti-esquerdista e antipolítico. Parlamentar de pouca expressão por 28 anos, Bolsonaro conseguiu articular-se como um líder *outsider* e viabilizou sua candidatura de confrontação retórica com o *establishment* em 2018.

A retórica antipolítica (Schedler, 1997) se estrutura com o objetivo de negar a necessidade ou importância da política, com o intuito de afastá-la de determinados assuntos ou setores da vida social, ou com o objetivo de colonizar o campo político, fazendo com que funcione de

- 
2. A visão libertária seria uma radicalização do liberalismo econômico, com exaltação do direito à propriedade, vetos à solidariedade social e defesa radical da meritocracia e da extinção de programas sociais do Estado. Essa nova vertente da direita se forma no Brasil a partir de 2013 e dará origem ao partido NOVO, que rivalizará em alguns cenários com o PSDB a partir de 2018, na busca por se firmar como um novo intermediário das classes dominantes na política brasileira. Minas Gerais seria o caso mais emblemático dessa substituição do PSDB pelo NOVO, a partir da vitória de Romeu Zema para governador em 2018.
  3. O anticomunismo começou a ser fortemente resgatado no Brasil como arma discursiva de uma nova articulação da direita. Remonta à ideologia conservadora pré-golpe militar de 1964. Esse vertente ganhou força nas redes sociais a partir de influenciadores digitais como Olavo de Carvalho, que disseminam teses anticomunistas relacionando o PT a regimes de esquerda como o cubano e o venezuelano.
  4. O fundamentalismo religioso ganhou espaço no Brasil com a expansão da influência política de líderes e igrejas evangélicas, o que vem acontecendo desde a década de 1990. Esses grupos vêm se organizando para aumentar o tamanho da bancada evangélica no Congresso, ampliando sua comunicação através de rádios e TVs, principalmente para exercer a defesa de valores conservadores, com destaque para o confronto com movimentos LGBTs.

acordo com a lógica de outros campos sociais, tais como o militar, o religioso, o mercadológico.

Em 2015, num período de reformulação da direita brasileira, surge a experiência do Partido Novo, que é fundado por representantes principalmente do empresariado, defendendo um programa neoliberal. A fundação do NOVO é um dos sintomas da reorganização do sistema partidário e da crise dos partidos tradicionais. O PSDB, que hegemonizou por 20 anos o campo da direita, exerceria essa hegemonia numa eleição presidencial pela última vez em 2014. Em 2016, o partido ainda obteve bons resultados nas eleições municipais, avançando sobre espaços deixados pelo encolhimento do PT, ainda que em algumas cidades importantes o PSDB tenha sofrido derrotas históricas, já anunciando a crise dos partidos tradicionais, que iria se aflorar em 2018.

Dibai (2018) aponta que a última década registrou crescimento dos partidos políticos conservadores da direita radical e a adesão às suas propostas vem se tornando cada vez mais normalizada na percepção popular, ocupando mais espaço no cenário eleitoral, nas ruas e na internet, muitas das vezes com discurso acentuadamente antipolítico.

Solano (2019) relata um fenômeno mundial de expansão da direita e do conservadorismo, com a popularização de políticos radicais xenofóbicos, racistas e sexistas (Solano, 2019). Donald Trump nos Estados Unidos, Matteo Salvini na Itália, Viktor Orbán na Hungria e Jair Bolsonaro no Brasil são exemplos de políticos de extrema direita que venceram eleições por meio de discursos antipolíticos e que exploram o sentimento popular de frustração com a política.

O Partido Novo, que representa a vertente libertária da nova direita brasileira, mantém uma relação de proximidade com o bolsonarismo,

havendo uma grande confluência entre a política econômica neoliberal defendida pelo partido e a praticada pelo governo de Bolsonaro.

O empresário Romeu Zema, eleito governador de Minas Gerais em 2018 pelo Partido Novo é um exemplo de candidatura de viés antipolítico que obteve sucesso ao se articular com crescimento do bolsonarismo. Zema ascendeu em 2018 por meio do modelo de política empresarial do Partido Novo, apresentando-se como alternativa para a direita em Minas Gerais diante da acentuada crise partidária que provocou um vazio de representação e de liderança política no Estado no final da segunda década do século XXI. A imagem de empresário de sucesso foi o componente central da construção da imagem *outsider* de Romeu Zema (Novo), mas o apoio de Bolsonaro foi decisivo para lhe conferir o teor de antipolítico e antipetista necessário para sua candidatura captar o voto antissistema que garantiu sua rápida ascensão nas eleições 2018.

Em seu primeiro mandato (2019-2022), Romeu Zema realizou uma administração alinhada ao presidente Bolsonaro. Apoiou reformas do Governo Federal, como a trabalhista e previdenciária, manteve discurso e ações relativamente afinadas com o Palácio do Planalto durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19 e vem promovendo a defesa do modelo econômico neoliberal de retração do estado, desregulamentação e privatizações.

Neste artigo, apresentamos o conceito de antipolítica numa perspectiva dialética e analisamos a comunicação textual do governador Romeu Zema, apontando aspectos antipolíticos. Como *corpus* de análise, o artigo adota a página do político no *twitter*, por meio de uma amostragem que inclui 855 *tweets* coletados durante seu primeiro mandato. É realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 2015) que revela

os principais eixos temáticos presentes na comunicação do governador por meio do *Twitter*. Assim, é possível identificar a presença da retórica antipolítica no discurso gerencialista e neoliberal do governador, quando ele aborda temas relativos a reformas e ao enxugamento da máquina pública, bem como na percepção da economia e da sociedade propagada por Zema. Em suma, o trabalho nos permite entender melhor algumas das características da comunicação (anti)política do governador mineiro em seu primeiro mandato (2019-2022).

### **Antipolítica Numa Concepção Dialética**

São duas formas de pensamento antipolítico, segundo Schedler (1997): (1) pretensão de banir a política de determinados domínios da vida humana, de modo a nos livrar dela ou ao menos reduzi-la a uma expressão mínima; (2) conquistar ou colonizar a política. Essa última variedade colonial de discurso antipolítico admite algum valor funcional na política, mas nega que ela deva ser conduzida de acordo com suas próprias regras.

Duas famílias de antipolíticos: uma, negando que a política pode ou deve cumprir sua função de coordenação da sociedade, visa remover, substituir, abolir, eliminar a política. A outra, mirando a deliberação política em favor de racionalidades importadas de outras esferas de ação, visa colonizar, conquistar, ocupar, dominar, distorcer a política. (Schedler, 1997, p. 13)

O pensamento antipolítico entende o governo como prejudicial e percebe a realidade social e econômica como autorregulada ou autorreguladora. Essas ideologias enxergam ou advogam, em geral, um mundo social que é ou deveria ser autogerido pelos indivíduos em

sua liberdade privada. Por essa perspectiva, estado e esfera pública devem ser o quanto menores possíveis. É possível identificar traços de antipolítica em diversos movimentos sociais que defendem formas de vida autorreguladas e autorreguladoras.

Como aponta Schedler (1997), a política pressupõe a existência de uma comunidade, com indivíduos que têm interesses e assuntos comuns, bem como diferenças internas. “Política sempre pressupõe contingência – margens de liberdade, a disponibilidade de escolha, abertura, controle do futuro, presença de opções alternativas, graus mínimos de soberania” (Schedler, 1997, p.06). Onde há política, há a diferença de valores, ideias, interesses, visões de mundo. Ao campo político cabe reconhecer, gerir, proteger, conciliar essas diferenças e conflitos. Se por um lado a política pressupõe a pluralidade, por outro lado a uniformidade e a homogeneidade afastam a política.

Onde as pessoas compartilham visões de mundo preestabelecidas, onde todos sabem o que fazer (ou o que querer), é inútil passar pelo trabalho de formar, agregar e integrar preferências políticas. Onde os interesses coletivos são únicos, dados e evidentes, os atores políticos são vítimas do desemprego estrutural. Pior ainda, eles levantam suspeitas de introduzir conflitos e divisões artificiais em uma comunidade originalmente harmoniosa (Schedler, 1997 p. 06)

São várias os campos sociais (Bourdieu, 2009) que colocam, ao longo da história, a política recorrentemente em uma posição de crise quanto a sua autonomia e abrangência: a família como domínio da vida privada; a religião com suas determinações morais e metafísicas; o mercado e a lógica da competição capitalista e da meritocracia; o campo militar imbuído do mito da neutralidade; o campo da comunicação

(publicidade, jornalismo, propaganda, marketing), que impõe regras de linguagem e visibilidade sobre a lógica da política e provoca, muitas vezes, a pasteurização dos conteúdos políticos, banindo certos expedientes próprios da política clássica.

A antipolítica pode manifestar-se no âmbito das várias ideologias políticas: militarismo, conservadorismo, neoliberalismo, socialismo, dentre outros (Lucas, 2002). Uma das ideologias políticas centrais da modernidade, o liberalismo clássico, abriga no seu âmago uma dimensão antipolítica. A metáfora da mão invisível e do mercado autorregulado exemplifica o teor antipolítico do liberalismo econômico ao advogar que a política mantenha distância do mundo dos negócios, reduzindo o estado a uma condição mínima.

A antipolítica não é algo episódico na nossa história política e democrática. Ela se manifesta na ordem do discurso, na cultura política, no imaginário social, em movimentos ideológicos organizados. O que nós chamamos de antipolítica é estrutural e intrínseco às sociedades e ao próprio campo político. Para Schedler (1997) o surgimento recorrente de conflitos antipolíticos na história moderna é, em grande medida, uma consequência da evolução do Estado moderno, este conjunto complexo, remoto e poderoso de instituições que orienta ou monopoliza a elaboração de decisões obrigatórias e que originou uma oposição quase diametral entre sociedade civil e Estado. Ele entende que está em curso uma verdadeira crise epistemológica da política. Há uma pressão pelo aprofundamento da transnacionalização econômica, o que tira cada vez mais a economia capitalista do alcance do estado nacional. Simultaneamente, a lógica dos mercados e os critérios econômicos de maximização

dos lucros migraram para a política, subvertendo sua lógica interna, inclusive seus padrões de interesse público.

Como já foi indicado, a política sempre enfrentou, historicamente, pressões e restrições externas advindas de outros campos sociais como o campo da religião e o campo econômico (o mercado) buscando a colonização ou o banimento da política de determinados aspectos da vida humana. Ao mesmo tempo, o próprio campo político carrega, intrinsecamente, dimensões antipolíticas no interior de ideologias políticas clássicas como o liberalismo e suas derivações como o neoliberalismo. Numa perspectiva dialética (Konder, 2008), a própria atividade política gera em si mesma o germe da sua própria negação, isto é, as manifestações antipolíticas.

Se, num sentido dialético, a negação da política é intrínseca a sociedade e à própria política, a antipolítica pode ganhar espaço em determinadas conjunturas históricas, obter centralidade na esfera pública e “colonizar” ou banir a política de certos expedientes ou domínios sociais. Por essa perspectiva, a conduta antipolítica estará mais ou menos aflorada, a depender da conjuntura histórica observada. A antipolítica surge não como um desvio ou uma manifestação acidental, mas como algo intrínseco e constitutivo da própria política, estando presente em várias ideologias e fazendo parte da própria cultura brasileira (Lucas, 2002). No âmbito da comunicação política, a retórica antipolítica surge como um artifício instrumentalizado por agentes políticos na disputa por posições mais centrais de poder. Essa retórica se apodera e faz uso de sentimentos que, embora dormentes em alguns contextos, são partes constitutivas do próprio campo político e da sociedade.

O que se observou no Brasil na segunda década do século XXI, foi a emergência da retórica antipolítica como ferramenta de mobilização eleitoral e política, com manifestações em diversos estados. O caso de Minas Gerais, objeto deste artigo, é bastante emblemático. Vejamos a seguir.

### **A Escalada da Antipolítica em Minas Gerais e a Eleição de Romeu Zema para Governador em 2018**

Nos anos 1990 e 2000, o Brasil vivenciou um período de estabilidade democrática, que durou desde o governo Itamar Franco do PMDB (1992- 1994), passando pelos governo de Fernando Henrique do PSDB (1994-2002) e de Lula do PT (2003-2010), todas gestões consideradas moderadas ideologicamente, que mantiveram um modelo econômico similar.

Porém, no início da segunda década do século XXI, sobretudo a partir de 2013, sob o governo de Dilma Rousseff (PT) e com o fim anunciado de um ciclo positivo da economia brasileira que vinha desde o primeiro mandato do presidente Lula, a conjuntura política brasileira começou a se alterar rapidamente, o que pôde ser observado também na política regional e local, como no estado de Minas Gerais.

No ano de 2016, quando ocorre o golpe parlamentar ou *impeachment* de Dilma Rousseff, com forte teor antiesquerdista e espetacularização pela mídia (Miguel, 2016), o Brasil já experimentava, um sentimento antipolítico aflorado, o que contribuiu para levar ao poder vários candidatos a prefeito neófitos da política ou *outsiders* nas eleições municipais daquele ano, ancorados no discurso antipetista ou de negação da política, como foi o caso de Alexandre Kalil, ex-cartola

do futebol mineiro que venceu surpreendentemente as eleições de 2016 para prefeito de Belo Horizonte. Esse período coincide com as primeiras experiências de uso significativo das mídias sociais em campanhas eleitorais no Brasil, mas seu uso mais difundido e determinante acontecerá somente em 2018, quando a mesma tendência *anti establishment* que levou Alexandre Kalil à prefeitura de Belo Horizonte em 2016, elegeria Jair Bolsonaro para presidente da república e o empresário Romeu Zema como governador de Minas Gerais. Zema concorreu pelo recém-criado Partido Novo, de vertente neoliberal.

Como se vê, o estado de Minas levou, num intervalo de apenas dois anos, a retórica antipolítica para a centro da vida pública do estado, elegendo para o governo estadual e para a administração da capital dois projetos notadamente antipolíticos, ao menos no âmbito retórico. Para compreender a chegada de Romeu Zema (NOVO) ao poder, é preciso compreender a conjuntura política de Minas Gerais em 2018, a trajetória pessoal de Zema e as especificidades das eleições gerais de 2018.

### ***Conjuntura (Anti)Política de Minas Gerais em 2018***

As eleições gerais de 2018 representaram uma virada na política brasileira em vários sentidos. O fim da polarização PT *versus* PSDB na disputa do segundo turno, e a vitória de um candidato a presidente oriundo de um partido nanico estão entre as mudanças observadas. Segundo Abranches (2019), ficava exposto o desalinhamento partidário que vinha acontecendo desde 2010, devido à crescente fragmentação partidária no Congresso. Em Minas, esse processo de desalinhamento começa a ficar exposto já no ano de 2016, com a vitória do *outsider* Alexandre Kalil, filiado à época ao inexpressivo PHS, para prefeito de

belo Horizonte, mas se completa efetivamente em 2018, quando Romeu Zema (NOVO) vence a disputa para governador.

Na gestão petista de Pimentel (2014-2018), o estado alcançou uma situação turbulenta do ponto de vista político e econômico. Uma acentuada crise política abarcava o governo Dilma, deposto por um processo de *impeachment* em 2016, e atingia também a governabilidade do Estado de Minas Gerais. Com o estado mergulhado em dívidas e com a imagem do governo fortemente impactado pelo antipetismo que dominava a opinião pública, Pimentel não consegue articular os apoios necessários na Assembleia Legislativa do Estado para conduzir a contento uma crise de tão grandes proporções. Ele chega ao ano de 2018 com alta rejeição junto ao eleitorado. Quando Pimentel disputa a reeleição, o maior líder do PT, Lula, estava preso pela Operação LavaJato e a onda do antipetismo e da antipolítica atingia seu ápice.

Havia também o início de uma estagnação econômica, que se abatia sobre o Brasil e tinha especificidades que agravaram seus efeitos sobre o estado de Minas Gerais (Silva, 2017). Além da queda dos preços dos minérios de ferro no mercado internacional, afetando um dos principais produtos de exportação de Minas, as atividades de mineradoras no estado ainda sofreram o impacto do desastre de rompimento da barragem de rejeitos de minério na cidade de Mariana, em 2015. Uma forte seca vivenciada na região no ano de 2014 também teve grande impacto na produção de energia, agravando as dificuldades do setor produtivo. Com uma soma de fatores econômicos desfavoráveis, Minas Gerais apresentou um déficit de 36 bilhões de reais de 2014 a 2018 (Silva, 2017).

Ao final do governo de Pimentel, era cada vez mais evidente o desgaste da imagem pública do governador. O governo atrasava e parcelava de forma recorrente o pagamento de servidores e aposentados. Também não honrava o repasse de recursos aos municípios. Quando a campanha eleitoral de 2018 teve início, Pimentel (PT), que lutava pela reeleição, atribuía a grave crise do estado às gestões anteriores do PSDB e ao boicote do governo de Michel Temer. O adversário Antônio Anastasia (PSDB), por sua vez, responsabilizava a gestão petista pela situação do estado. É nessa eleição de 2018 que entraria em cena o candidato *outsider* do Partido Novo, o empresário Romeu Zema, que venceu a eleição para governador sendo porta-voz do discurso antipolítico e de superação do PT e do PSDB no Estado, à semelhança do que ocorreu com o candidato Alexandre Kalil (PHS) nas eleições pela prefeitura de BH em 2016.

### ***“Político Não, Empresário”:* quem é Romeu Zema**

Romeu Zema nasceu herdeiro de uma fortuna considerável. Aos 27 anos, em 1991, ele assumia a direção de um império comercial. Sua família, que é oriunda da Sicília, chega ao Brasil no final do século XIX e faz riqueza rápido. Por volta de 1930, cerca de 90 anos antes de Romeu Zema se tornar governador, a família já se destacava em Minas Gerais pelo poder econômico. O bisavô do governador, Domingos Zema, foi criador do Grupo Zema na cidade de Araxá, interior de Minas. Os negócios da família tiveram início no setor de transporte rodoviário. A boa articulação de Domingos Zema com os políticos da região de Araxá, ajudou a consolidar os empreendimentos familiares. Domingos obteve

o arrendamento de um trecho que ligava Araxá a Uberaba, para realizar o transporte de passageiros.

Em 2018, o grupo Zema possuía uma enorme capilaridade dentro do Estado de Minas Gerais, com presença sobretudo no interior, mas também em outras unidades federativas: São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás.

Sendo neto do fundador do grupo empresarial que administrava antes de se tornar governador, Romeu Zema também teve como trunfo na promoção de sua imagem pessoal o fato de atuar como “garoto propaganda” em várias campanhas de marketing da empresa. Sua imagem circulava em materiais de publicidade do grupo Zema.

Quando Zema foi eleito governador em 2018, o grupo registrava um faturamento anual de R\$ 4 bilhões e atuava em dez estados com lojas de varejo, distribuição de combustível, concessionárias de veículos, serviços financeiros e autopeças, com presença principalmente em pequenas cidades.

### ***Eleições 2018 em Minas Gerais e Eleição de Zema para Governador***

No pleito de 2018, como o governo Pimentel (PT) atravessava uma profunda crise de popularidade, o ex-governador Antônio Anastasia (PSDB), então senador, retornou para disputar novamente o governo estadual. A eleição parecia caminhar para um embate entre PT e PSDB, contraponto o passado tucano ao presente petista. Até as últimas semanas anteriores à votação, as pesquisas indicavam um segundo turno entre Anastasia e Pimentel, candidatos que detinham as maiores coligações partidárias. Esse cenário só mudou realmente na reta final do primeiro

turno, quando o candidato do nanico e recém-criado Partido Novo, iniciou um crescimento vigoroso que o levaria ao segundo turno no lugar do candidato à reeleição, Fernando Pimentel (PT).

Inicialmente, a campanha de Zema concentrou seus esforços nas mídias sociais, até porque, no primeiro turno, o partido disponha de poucos segundos na TV, no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Sua campanha nas redes buscava mobilizar eleitores, divulgava seu histórico bem-sucedido de empresário e sua proposta de uma “nova política”. Mas apenas na reta final do primeiro turno, quando Zema declarou publicamente apoio ao candidato a presidente Jair Bolsonaro, sua campanha superou os 10% de intenções de voto e iniciou uma escalada que, em duas semanas, faria dele o líder de votações no primeiro turno com 43% dos votos válidos contra 29% de Anastasia, o segundo colocado.

Contra o tucano no segundo turno, Zema alcançou 72% dos votos válidos e Anastasia 28%, votação menor do que havia obtido no primeiro turno. A vitória de Romeu Zema representa a maior oportunidade, até o momento, de o Partido Novo implementar a sua agenda governamental na prática.

Vieira (2020) faz uma análise de conteúdo da propaganda televisiva de Romeu Zema em 2018 e verifica que, além da desconstrução dos adversários e da apresentação pessoal do candidato, o conteúdo que ganha mais destaque são os referentes à administração pública, em especial a temática da austeridade fiscal, do corte de gastos, do equilíbrio das contas, do combate à corrupção e aos privilégios da classe política. Em se tratando de políticas públicas, segurança e economia são os assuntos mais evidentes.

Vieira também demonstra o foco de Pimentel e Anastasia nas mídias massivas durante o primeiro turno da eleição, colocando suas mídias sociais mais para reproduzir conteúdos já veiculados nas mídias tradicionais. Zema, por sua vez, a exemplo de outros candidatos com pouco tempo televisivo, investiu fortemente na campanha nas mídias digitais desde o início do pleito. Seu plano de governo e sua campanha apresentava ênfase nas seguintes propostas: corte de pessoal, diminuição de impostos, combate ao desemprego, redução da burocracia na administração pública, reforma da previdência social do estado, diminuição dos gastos públicos, melhoria da qualidade do serviço público, combate aos privilégios no governo. O plano promete o enxugamento da máquina pública, a simplificação de processos, formação de lideranças profissionais em vez de advindas da “velha política”, incentivo aos municípios, descentralização do poder, instituição de previdência privada complementar, mudança cultural.

Tanto o plano de governo de Zema quanto o escopo estatutário do Novo preconizam que as organizações privadas prestam serviços com maior eficiência, qualidade e abrangência que as instituições públicas e estatais. O Estado deve restringir sua ação aos serviços essenciais. Deve haver privatizações e desregulamentação do mercado, com a extinção de procedimentos regulatórios obsoletos. Deve-se combater a mecanização dos processos, a centralização do poder, o excesso de burocracias e a inflexibilidade, características que inviabilizam o bom desenvolvimento e a inovação na organização. Por uma ótica

gerencialista<sup>5</sup>, defende-se que o mercado e a iniciativa privada detêm os melhores modelos de administração, que devem servir de referência para a gestão pública e o estado na busca por eficiência.

Defensor do liberalismo e da meritocracia, não foi por essas pautas que Zema obteve a vitória eleitoral. Foi eleito, acima de tudo, pela adesão ao projeto antipolítico de Bolsonaro e por se apresentar como uma alternativa para tirar o PT e o PSDB do poder. No final do primeiro turno de 2018, Romeu Zema mais que dobrou as intenções de voto de cerca de 10% para 20% em apenas uma semana, após assumir o apoio a Bolsonaro. Ao declarar sua afinidade com a candidatura bolsonarista, Zema nacionalizou a disputa pelo governo de Minas e puxou para si a representação da extrema-direita no estado em 2018, incorporando o movimento antipolítica e antiesquerdista.

No campo econômico, há grande confluência entre as propostas neoliberais do Partido Novo e de Paulo Guedes, que desde a campanha eleitoral de 2018 já era anunciado como futuro ministro da economia de Bolsonaro. “O estado deve ser amigo de quem deseja empreender”, enfatizava o discurso liberal de Zema, que apostava no empreendedorismo como forma de tirar o estado da crise e criticava a fortemente a intervenção estatal na economia.

Ao final do pleito de 2018, Romeu Zema teve um gasto quatro vezes menor do que seu principal adversário. Além disso, sua campanha

---

5. O gerencialismo emerge como modelo ideal de estado representado pelos governos de Ronald Reagan e Margareth Thacher. O gerencialismo é baseado na cultura do empreendedorismo. No Brasil, essa vertente ganhou corpo na década de 1990 com a pauta da reforma gerencial do Estado. A vertente gerencialista entende o processo decisório como fundamentalmente técnico e gerencial. O modelos gerencial enfatiza mais as dimensões estruturais e administrativas do Estado, deixando as questões sociais e políticas em segundo plano.

não foi financiada pelo Fundo Eleitoral, mas apenas pelas doações privadas. Isso tudo acabou se convertendo em marketing para o governador e o Partido Novo, que apontam essas informações como evidência da capacidade de gestão do partido recém-criado.

## **Proposta de Trabalho e Metodologia**

Este artigo analisa o uso da retórica antipolítica pelo governador de Minas, tendo como objeto a sua comunicação textual no *Twitter*, num recorte que totalizou 855 *tweets*.

Realiza-se a análise de conteúdo (Bardin, 2015) do *corpus* a partir das seguintes perguntas: “Quais os eixos temáticos nos quais se organizam as manifestações do governador no *Twitter*?” “É possível verificar aspectos de uma retórica antipolítica na comunicação do governador?” “Como a retórica da antipolítica ocupa o discurso de Romeu Zema?”

Utiliza-se do software *Iramuteq* e da análise léxica automatizada de conteúdo (Cervi, 2019), para definir as categorias de análise através do método de Reinert, que trabalha por meio de uma classificação hierárquica descendente (CHD), identificando os contextos abordados dentro de *corpus* textual, dividindo-o em grupos temáticos e produzindo *clusters* lexicais que destacam os principais assuntos presentes. Os *Clusters* são formados a partir do teste estatístico qui quadrado de *pearson* e geram uma lista de termos estatisticamente significativos, com forte relação entre si (Cervi 2021).

Dessa forma, a aplicação desse processo permitiu conhecer as principais temáticas abordadas pelo governador Romeu Zema (Novo) por meio do *Twitter*, durante os períodos estudados. A coleta do *corpus* totalizou 855 *tweets* e abrangeu 24 meses, incluindo todo o ano de 2019

(primeiros 12 meses da gestão Zema) e o período compreendido entre os dias 01 de maio de 2021 e 01 de maio de 2022 (últimos 12 meses do primeiro mandato de Zema, antes do período pré-eleitoral de 2022).

### **Análise dos Dados: o gerencialismo neoliberal e a retórica antipolítica do governador Romeu Zema (Novo)**

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) gerou cinco classes lexicais que podem ser vistas na figura 1.

A classe 3, em verde, abordou principalmente o tema gestão pública, o que explica a ocorrência expressiva de termos como “público”, “secretário”, “gestão”. Pela ótica neoliberal de Zema, também ganham destaque nessa classe termos que remetem à implantação de uma nova forma de administração pública, como “transformar”, “reduzir”, “custo”, “iniciativa”. A referência ao ajustes das contas públicas aparece em “repasso” e “prefeitura”, termos muito presentes em razão de Zema ter assumido o estado com um histórico de atraso no repasse para prefeituras. O próprio termo “passado” aparece com destaque, em razão da forte retórica antipetista empregada pelo governador, que faz referência sistemática ao antigo governo Pimentel (PT). Da mesma forma, o termo “palácio” aparece em razão das repetidas referências do atual governador à mudança de sua residência, que deixou de ser no Palácio da Liberdade.

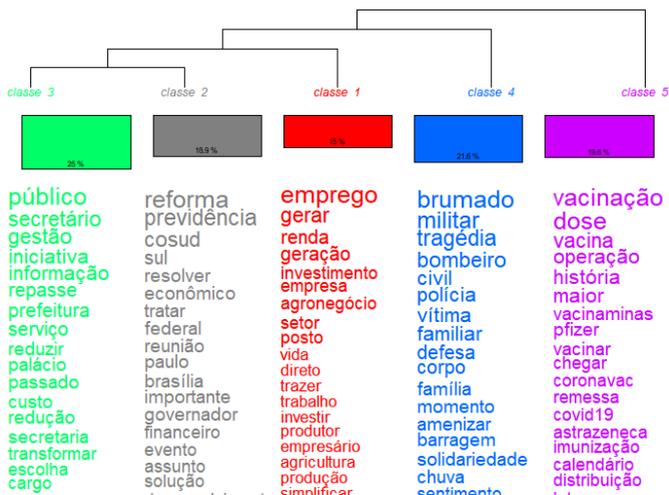
A classe 2 da figura 1, em cinza, possui a maioria dos termos ligados à relação estabelecida entre o governo Zema e governo federal. A reforma da previdência, um dos projetos de maior empenho do governo Bolsonaro em seu primeiro ano de mandato, contou com forte apoio do governador de Minas. Termos como “federal”, “Brasília”, “reunião”, “tratar” e “assunto” estão ligados a essa relação política estabelecida

entre o governo mineiro e o governo federal. Há também termos ligados à relação de Minas Gerais com outros estados, em especial a menção ao COSUD - Consórcio de Integração Sul e Sudeste, que foi criado em Belo Horizonte envolvendo sete estados do Sul e Sudeste do país, em defesa da aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional.

Dessa forma, as classes 2 e 3 estão próximas, uma vez que se relacionam a mudanças propostas pelo Governo Zema na gestão pública, sendo possível entrever a promoção de uma nova relação política entre o estado e governo federal, sobretudo no primeiro ano de mandato de Zema e Bolsonaro, em 2019, além da visão gerencialista de austeridade, de redução dos custos e do tamanho do estado.

**Figura 1**

*Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos tweets analisados. Figura exportada pelo Software Iramuteq*



Elaborado pelo autor.

Já a classe 1, em vermelho, revela termos que estão diretamente ligados à visão econômica do governo Zema. “Emprego” e “renda” são léxicos que aparecem muito, numa perspectiva que vê a empregabilidade e a geração de renda como resultados do setor privado, fundamentalmente. “Agronegócio”, “empresas” e “empresários” são termos que atestam essa perspectiva de protagonismo do mercado, provendo “investimentos” e desenvolvimento. Enquanto as classes 3 e 2 se referem a uma perspectiva de reforma gerencialista do estado e a construção de uma nova relação com “Brasília”, a classe 1 expressa a ótica neoliberal, que vê apenas na iniciativa privada o real mérito econômico e produtivo.

Por fim, as classes 4 e 5 aparecem próximas entre si, mas se distanciam das demais por tratarem de temas que se impuseram na agenda do governo em razão de crises imprevistas. Em azul, a classe 4 traz termos ligados sobretudo à ocorrência da ruptura da barragem de rejeitos em Brumadinho, que gerou 270 vítimas e um dos maiores impactos ambientais da história brasileira, afetando principalmente a bacia do Rio Doce. Por último, a classe 5, em lilás, trouxe termos ligados à pandemia da Covid-19, que teve seu pico durante os anos de 2020 e 2021.

Dos 855 *tweets* analisados, 588 (69,18%) foram enquadrados em algum dos 5 clusters. A classe 1 incluiu 88 dos 588 *tweets* analisados (14,97%). A classe 2 corresponde a 111 *tweets* (18,88%). A classe 3 tem 147 *tweets* (25%). Na classe 4 são 127 *tweets* (21,6%), enquanto a classe 5 corresponde a 115 dos 588 *tweets* analisados (19,56%), como é possível ver no quadro 1, que traz a categorização do corpus e as 40 palavras mais significativas estatisticamente para cada classe temática.

Adentrando o corpus textual e visitando o conteúdo semântico das mensagens, é possível verificar que a retórica antipolítica se encontra sobretudo na categoria “Gestão Pública: Austeridade, gerencialismo e mudança cultural” (classe 3) e na categoria “Estado, Economia e sociedade” (classe 1).

Mas a classe 2 aparece próxima e interconectada com a classe 3, pois ambas se relacionam a mudanças propostas pelo Governo Zema na gestão pública. Essas duas classes são centrais para articulação a comunicação do governador no *corpus* analisado.

Conforme mencionamos, a antipolítica pode manifestar-se no interior de diversas ideologias. No discurso neoliberal que aparece na comunicação digital do governador Romeu Zema, percebe-se uma retórica antipolítica que vê no mercado, na iniciativa privada e no empresariado os grandes agentes do desenvolvimento, em detrimento do Estado e da política. A gestão empresarial privada seria a referência ideal para o bom funcionamento da administração pública.

Como novo representante da direita mineira, Zema inclui em seu discurso apelos que eram evitados pelos seus antecessores do PSDB. Considerando a lógica antagonística do Ele contra Nós na formação das identidades coletivas (Mouffe, 2015, p. 14), é possível entrever na retórica do governador Zema que há um “nós” correspondente ao governo, à ótica austera da gestão pública. Uma vez que a construção de identidades é fundada sempre na diferença, há também a construção de um “eles”, que corresponde a uma política tradicional e ultrapassada, marcada pelos gastos exorbitantes, mordomias, escândalos de corrupção.

Esse tipo de argumento aparece na classe 3, que se refere à proposta de uma mudança cultural na gestão pública, sob ótica gerencialista,

na medida em que aborda o que seria uma espécie de missão encarada pelo governo Zema, ao menos retoricamente: a de realizar uma transformação no modelo de gestão do estado.

## Quadro 1

### *Categorias e termos mais significativos no corpus*

<b>Classes temáticas (CHD)</b>	<b>Termos mais significativos na classe</b>	<b>Categorização</b>
<b>Classe 1</b> 88/588 14,97%	Emprego, gerar, renda, geração, investimento, empresa, agronegócio, setor, posto, vida, direto, trazer, trabalho, investir, produtor, empresário, agricultura, produção, simplificar, meta, resultado, ambiental, principal, facilitar, positivo, criar, cercar, querer, rural, atrair, alcançar, burocracia, vaga, certo, agricultor, rota, recorde, fábrica, caged, atração.	Estado, Economia e sociedade
<b>Classe 2</b> 111/588 18,88%	Reforma, previdência, cosud, sul, resolver, econômico, tratar, federal, reunião, paulo, brasil, importante, governador, financeiro, evento, assunto, solução, desenvolvimento, estado, papo, inclusão, consórcio, incluir, participar, parceria, vice, pacto, congresso, apoio, falar, sudeste, tema, pagamento, proposta, bate, recorde, encontrar, realizar, legislativo, fiscal.	Relações do estado com o Governo Federal, com outras Unidades Federativas
<b>Classe 3</b> 147/588 25%	público, secretário, gestão, iniciativa, informação, repasse, prefeitura, serviço, reduzir, palácio, passado, custo, redução, secretaria, transformar, escolha, cargo, cidadão, histórico, transparência, técnica, inédito, impedir, cultura, passo, governo, justiça, dinheiro, prever, qualidade, despesa, índice, privado, administrativo, ganhar, ética, seletivo, depender, violento, prodemge, pasta.	Gestão Pública: Austeridade, gerencialismo e mudança cultural
<b>Classe 4</b> 127/588 21,6%	brumado, militar, tragédia, bombeiro, civil, polícia, vítima, familiar, defesa, corpo, família, momento, amenizar, barragem, solidariedade, chuva, sentimento, resgate, rompimento, sofrimento, obrigar, falecimento, amigo, governopresente, busca, equipa, homem, exército, morador, atingido, ocorrer, valer, atingir, nome, gabinete, auxiliar, herói, efeito, dignidade, violência.	Crise Ambiental e Social: Ruptura da Barragem de Brumadinho
<b>Classe 5</b> 115/588 19,65%	vacinação, dose, vacina, operação, história, maior, pfizer, vacinar, chegar, coronavac, remessa, covid19, astrazeneca, imunização, calendário, distribuição, lote, comorbidades, saúde, iniciar, aplicação, braço, puérperas, acompanhar, grávido, vacine, atento, continuar, regional, acelerar, unidade, avançar, grupo, distribuir, continuidade, prioritário, receber, mineiro, criança, vacinou.	Crise sanitária: Pandemia da Covid-19

Elaboração do autor.

A retórica (anti)política de Romeu Zema relaciona a corrupção e a ineficiência à política tradicional e ao Estado, para postular que ninguém melhor do que uma elite empresarial comprovadamente capaz de desenvolver seus negócios tenha não só liberdade para desenvolver sua atuação, mas também receba o protagonismo social, econômico e até mesmo político, a fim de que, a partir do desenvolvimento mercantil da sociedade, os ganhos promovidos pelo empreendedorismo empresarial possam ser cascadeados para o restante da sociedade, distribuindo assim riqueza e desenvolvimento através do mercado e da iniciativa privada.

Nessa mesma linha, na categoria “Economia, Estado e Sociedade”, a criação de empregos e o desenvolvimento social depende, fundamentalmente, da liberdade econômica dos empreendimentos privados, das empresas. A atividade empresarial é a mola responsável por promover o desenvolvimento, inclusive o combate à pobreza. As eleições de 2016 e 2018 marcaram a entrada de vários agentes externos à política nas disputas eleitorais, os chamados *outsiders*. Dentre esses novos agentes políticos, destaca-se a classe empresarial. Edelman (2018) aponta o aumento da confiança em empresários e no papel das empresas na sociedade, que aparecem entre as instituições mais confiáveis para a população. Assim, evidencia-se a lógica neoliberal de compreensão do mundo, em que o sucesso individual é absolutamente preponderante e a figura do empresário bem-sucedido é a referência mais adequada para a sociedade, como exemplo a ser seguido, como líder. A solução para o desemprego passa a ser “empreender” e cabe ao Estado garantir a liberdade aos empreendimentos econômicos. Aos indivíduos resta a opção de serem inventivos, buscando formas criativas para melhorar a renda. Os cidadãos precisam se tornar pequenos empreendedores de si

mesmos, multiplicar suas oportunidades, “correr atrás” como se diz na linguagem popular. Dessa forma, a cultura e a ideologia de “empreender” ou “empresariar” se impõe com força cada vez maior e permeia crescentemente o tecido social, das classes mais privilegiadas até as mais desprovidas. Por essa ótica meritocrática, o sujeito que demonstra habilidades pessoais para gerir e multiplicar seu patrimônio particular, será aquele com o perfil mais indicado para também cuidar do Estado, tanto por sua destreza administrativa, quanto pela possibilidade de se dedicar à política sem depender dela como um meio de sobrevivência. Aliás, por essa visão de mundo, o *Businessman* contemporâneo é capaz de dar continuidade à sua vida empresarial e estar disponível para a política.

Para Coraccini (2021), Romeu Zema cumpre uma finalidade de classe, ao preservar no poder a burguesia, que agora tem nele e na retórica do recém-fundado Partido Novo, seus atuais intermediários políticos, uma vez que o antigo intermediário, o PSDB, foi varrido pela crise da política e pela ascensão da extrema direita, perdendo a sua capacidade de atuar como mediador político da classe dominante em Minas Gerais. Há, então, uma radicalização da pauta neoliberal, com afloramento da retórica antipolítica e de propostas de se “desmistificar” o discurso acerca da desigualdade e da “condenação do sucesso”.

## **Considerações Finais**

Resgatando Schedler (1997), ambas as formas de antipolítica – o banimento e a colonização do campo político – podem ser percebidas como integrantes da comunicação do governador mineiro no conjunto de postagens analisado.

A ideia de colonização do campo político aparece por meio de uma retórica gerencialista que é empregada com apelo (anti)político, sobretudo na categoria 3, que se refere ao tema gestão pública. Essa retórica funciona como apologia de uma reorganização da política e da gestão pública sob uma lógica gerencial que advém do mercado e da iniciativa privada.

A segunda forma de antipolítica, o banimento, pôde ser observada nas postagens do governador Zema relativas à visão do governo acerca das relações entre Estado, economia e sociedade. Na perspectiva do discurso do governador, o estado e a política são vistos como agentes perniciosos que geram encargos para a economia e a sociedade. Por isso a ênfase do discurso neoliberal em, “facilitar”, “simplificar”, “reduzir burocracias” “tirar o estado das costas do cidadão”.

Conforme Souza e Mizusaki (2018), é possível falar em várias formas de antipolítica: militar, religiosa, de mercado (ou empresarial). O Brasil contemporâneo tem apresentado manifestações desses vários tipos. Em Minas Gerais, prospera como que num laboratório dessa nova vertente da direita nacional, o Partido Novo, uma investida da antipolítica de mercado, sustentada em sua retórica de modernização/moralização da gestão pública a partir de valores advindos do setor privado e da ideia neoliberal de banimento da interferência estatal/política/burocrática sobre a atuação do capital e do empresariado, únicos e verdadeiros promotores do desenvolvimento econômico e social pela ótica do neoliberalismo.

## Referências

Abranches, S. H. (2019). Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. Companhia das Letras

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa.

Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.

Cervi, E. U. (2019). Análise de Conteúdo aplicada a Redes Sociais On-line. In E. U. Cervi (Org.), *Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em Ciência Política*. CPOP.

Cervi, E. U. (2021). Até tu, prefeito! Sobre quando as redes sociais on-line chegam às eleições municipais. *Política & Sociedade*, 20(49), 73 -103.

Coraccini, R. P. (2022). *A ascensão de João Dória e Romeu Zema em São Paulo e Minas Gerais e a crise do PSDB como intermediário das classes dominantes* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica de São Paulo].

Dibai, P. C. (2018). *A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso Jair Bolsonaro* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia].

Konder, L. (2008). *O que é dialética*. Brasiliense.

Jordão, C. (2018, janeiro 21). *Edelman Trust Barometer 2018*. <https://www.edelman.com.br/estudos/trust-barometer-2018>

Lucas, J. I. P. (2002). *Ideologia da antipolítica no Brasil* [Trabalho apresentado]. 3o Encontro da ABCP, Niteroi, RJ, Brasil.

- Miguel, L. F. (2016). A democracia na encruzilhada. In I. Jinkins, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Boitempo.
- Miguel, L. F. (2019). *O colapso da democracia no Brasil: da construção ao golpe de 2019*. Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político. Tradução de Fernando Santos*. Editora WMF Martins Fontes.
- Schedler, A. (1997). *The end of politics? Explorations into modern antipolitics*. MacMillian Press.
- Santos Júnior, M. A. dos. (2016). *Vai pra Cuba!!!! A rede antipetista na eleição de 2014* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense]
- Silva, E. F. (2017). *Impacto da crise (econômica) brasileira em Minas gerais: o que fazer?* Estudo Técnico realizado pelo Consultor Legislativo da Área IX Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional.
- Singer, A. (2016). Por uma frente ampla, democrática e republicana. In I. Jinkins, K. Doria, & M. Cleto (Orgs.), *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Boitempo.
- Solano, Esther (2019). A bolsonarização do Brasil. In S. Abranches (Org.), *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. Companhia das Letras.

Souza, J. G., & Mizusaki, M. Y. (2018). A '(re)conquista' do Estado: antipolítica, agronegócio e genocídio no Brasil. *Okara : Geografia em debate (UFPB)*, 12, 507-532.

Vieira dos Santos, D. L. (2018). *O fim da polarização PT versus PSDB em Minas Gerais: uma análise das campanhas eleitorais no Facebook e Horário Eleitoral dos principais candidatos ao governo de Minas Gerais* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora].

# A MEMÓRIA INSERIDA NAS NOVAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

*Vanessa Silva Oliveira<sup>1</sup>*

A memória é um conceito estudado por diversas áreas afins do saber e das Ciências da Informação e, segundo Gondar (2016), se configura como um tema transdisciplinar, sendo isso, um dos destaques do campo de pesquisa em memória social com base na ética e política diante da história de nossa sociedade. Um dos precursores e teóricos da memória individual e coletiva, Nora (1993), quando se pensa em memória, o primeiro conceito relacionado a vir em nossas mentes seja a lembrança – a memória é compreendida por muitos como um conjunto de lembranças. Mas, Nora (1993) destaca que a memória é um fenômeno que anda junto com o esquecimento e é tido como um processo de não-memória, apagamento, inexistência de lembranças, especialmente em uma sociedade que deseja preservar tudo. A sociedade

---

1. Mestranda do PPGC - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB - Universidade Federal da Paraíba

preserva momentos em fotografias, cartas, registros de jornais, revistas e a memória é construída.

Ao ter a chance de desaparecimento de memórias desperta a ideia de “que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos” (Nora, 1993, p. 13), onde estejam as referências, os vestígios, os registros de memórias. Lugares como bibliotecas, museus, construções, espaços urbanos, documentos e objetos que sustentam uma cultura, as crenças, costumes, tradições, as vivências e as histórias da sociedade. Para Nora (1993), a memória é a vida e as experiências selecionadas em processos de lembrança e de esquecimento, que não dependem das alterações das vivências. E sem depender de época, situação social ou econômica, os registros são feitos de diferentes maneiras que veremos adiante. Seja através de museus, fotografias, cinema, arquivos e redes sociais.

O cotidiano demanda do serviço dos meios informacionais e no que fica registrado pela imprensa, pela história, fotografias ou registros pessoais, por exemplo. Tudo vira arquivo e memória para a posteridade. E como essa memória vem sendo preservada ao logo do tempo diante das novas tecnologias? O objetivo é problematizar conceitos de memórias na evolução das práticas informacionais da atualidade. Assim poderemos encontrar novos conceitos de memórias situadas nas práticas que são performativas e mudam constantemente.

Por isso, a informação é o centro da discussão na conceituada “Era da Informação” ou “Sociedade da Informação” como define Castells (2008). Ele explica que as tecnologias da informação e Comunicação, as TICs influenciam diretamente na Sociedade da Informação. Sendo, a informação a base do cotidiano da sociedade. Por outro lado,

a memória já foi cultuada pelos moradores da Grécia Antiga, como a deusa Mnemosine (Le Goff, 2003) é referenciada pelos momentos de fluidez (Bauman, 2001). E de acordo com (Hartog, 2013), nos anos de 1980 surgiu uma onda de memória:

Construíram-se memoriais, fez-se a renovação e a multiplicação de museus, grandes e pequenos. Um público comum, preocupado ou curioso pelas genealogias, pôs-se a frequentar os arquivos. As pessoas passaram a interessar-se pela memória dos lugares. (Hartog, 2013, p. 24)

O conceito de memória tem vários entendimentos também e está relacionado ao saber. Remete ao quesito de nosso cérebro lembrar de fatos, eventos e detalhes de informações. É compreendida como a “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (Le Goff, 2003, p. 419). A teoria sobre memória trazida também por Bergson (2010) diz que a memória evoca as lembranças passadas parecidas com o que percebemos no presente, assim recordamos o que se passou e o que se seguiu. É possível dizer que a sociedade faz o constante encontro do passado e do presente. E há uma semelhança com a visão discutida por Brookes (1977) e Belkin (1984) que dizem que a memória retém informações e processa. E outro meio de memorizar, muito presente no cotidiano, é a memória registrada por recursos eletrônicos, para guardar dados, seja imagem ou texto. Esses recursos são citados por Oliveira e Rodrigues (2011, p. 216) como uma “memória adicional possibilitada por recursos tecnológicos, ou um procedimento técnico que permite a fixação e facilita sua

recuperação.”. Mas, há milhares de anos, materiais como pergaminhos, papiros, papéis, jornais, revistas, fotografias e outros, são usados como apoio para registros de conhecimento e memória. Le Goff (2003) diz que esse tipo de memória é artificial, aquela que é fixada por meio de mecanismos, como a escrita, e que hoje é substituída por computadores e outros mecanismos das novas tecnologias.

Assim, podemos perceber a memória sendo física, material ou como apresentou Capurro (2003), ao dizer que a materialização de documentos físicos também é memória, sendo a memória social, intelectual e científica da sociedade. A memória social, é apresentada por Halbwachs (1990), como a memória individual e coletiva. Segundo o autor, a memória individual é a que o indivíduo carrega sozinho, sem passar para outras pessoas e assim não se torna uma memória comum. Já a memória coletiva é lembrada pelos outros, mesmo que se trate de situações que o indivíduo tenha vivido. Em contribuição, Nora (1993) diz que a memória coletiva é a que fica no passado, é vivida em grupo ou o que os grupos fizeram no passado. Nora (1993, p.9) diz que a memória é um eterno presente, cheio de lembranças e recordações que emergem de “um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos 100 grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.”. E os estudos atuais sustentam a ideia da memória coletiva que devem ter reforço através das mídias:

Sob esta perspectiva, parece necessário reforçar a missão dos meios de comunicação pública, sobretudo com atuação comunitária, para expor e promover enfrentamentos em relação os usos do tempo na rotina ordinária e à “consciência social” moldada por discursos hegemônicos. Se a consciência social for

limitada por esses mecanismos midiáticos, engessa a construção da democracia e da cidadania, formando a construção de memórias que podem alienar. Como as narrativas midiáticas são reconstituições que chegam até nós, sendo apropriadas pela sociedade e digeridas como fatos inquestionáveis, a complexidade envolve a “consciência social” ao se basear e configurar suas memórias em dados também já selecionados. (Musse et al., 2017, p. 187)

E para o teórico da prática, Schatzki que teve suas obras de 1996, 2001, 2002, 2003, 2005 analisadas por Santana (2011) diz que as práticas são aprendidas coletivamente, assim existe a relação com a memória coletiva:

Determinadas ações “pertencem” a uma determinada prática, significa dizer que elas expressam os mesmos entendimentos, que observam, violam ou ignoram as mesmas regras, que perseguem fins aceitáveis dentro de uma mesma estrutura teleoafetiva (Schatzki, 2003, 2005). As práticas, então, reúnem as pessoas. (Santana, 2011, p. 84)

As práticas não são apenas padrões de comportamento. Elas incluem entendimentos, conhecimentos, identidades, significados (Crossley, 2002). Sugerem formas de dar sentido ao ambiente em que vive, de desejar algo, de saber como fazer atividade, de responder às ações de uma outra pessoa (Reckwitz, 2002). As concepções de Berger e Luckmann citados por Araújo (2020), as práticas informacionais se conceituam como ações dos sujeitos que legitimam atitudes e fazem a prática da memória ser replicada por várias gerações. E os sujeitos se referenciam pelas seguintes ações de sujeitos:

As pessoas tomam outras (ações) como exemplo, categorizando-as em determinados quadros de legitimidade, imitando determinadas ações, que possam se constituir em modelos de ações cristalizados. [...] como a ideia da moda em Simmel, fenômeno essencialmente cultural e construído a partir de processos de socialização. (Araújo, 2020, p. 59)

E Araújo (2020), complementa o conceito que sustenta a relação das práticas com a memória ao dizer que em um dos modelos de práticas encontradas como conceitos de pragmática, intersubjetiva ou sociocultural, a informação não de ordem apenas objetiva ou subjetiva, mas também de coletividade, de uma construção social. Sendo assim, a informação está ligada em termos como “documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico” (Araújo, 2020, p. 38).

Além disso, Araújo (2020) em Cunha, Amaral, Dantas (2015), sustenta que os estudos de uso, como são também chamadas as práticas, cresceram com a preocupação do desenvolvimento de coleções:

Do conhecimento das fontes de informação ou do planejamento de serviços e sistemas de informação, isto é, estiveram sempre colados a uma aplicação imediata, ao provimento de dados (como um diagnóstico) para intervenções que promovessem melhoria nos serviços oferecidos. (Araújo, 2020, p. 42, como citado em Cunha et al., 2015)

Capurro (2003) diz que a memória caminha junto com a informação e que torna um produto social surgindo em grupos. É a partir da sustentação da memória que Colombo (1996) acrescenta a seletividade da memória da humanidade e considera que é “uma obsessão social que detesta o esquecimento e remove o esquecido como uma inquietante

prova de impossibilidade de um arquivamento totalizante” (Colombo, 1996, p. 103). Como a memória vem sendo resguardada ao longo dos anos e surge em grupos, as práticas se modificam. Segundo (Santos & Silveira, 2015) ao citar as teorias de Schatzki (1996, 2001, 2002, 2003, 2005), explica que:

As múltiplas ações das pessoas se interligam (ou se organizam) e “ganham uma identidade conjunta” não de maneira aleatória, desordenada, mas em torno de uma dada prática por meio de uma estrutura de governança composta por três elementos fundamentais: entendimentos, regras, e estruturas teleoafetivas. (Santos & Silveira, 2015, p. 84)

Para Huyssen (2003), desde o fim do século XX as culturas são marcadas pelo “passado presente”, como narrativas do passado e suas “re-criações, re-leituras, re-produções” (Huyssen, 2003, p. 5), o que recorre ao arquivo como local de preservação temporal e espacial. Diante das constantes mudanças, que leva à compressão da percepção de tempo-espaço, há um “boom de memória” e aí a mídia torna-se central: “Não podemos discutir a memória pessoal, geracional ou pública de forma separada da enorme influência da nova mídia como portadores de todas as formas de memória” (Huyssen, 2003, p.18)

Há vários tipos de dispositivos de memória que ao longo do tempo mostram mudanças e inovações. Um exemplo de memória inserida na prática informacional é o museu que para o teórico da Ciência da Informação, Wersig (1997), a Museologia brasileira tem uma formação embasada nos teóricos da Museologia originários da Europa e Canadá, bem como nos profissionais da América Latina o que caracteriza uma forte preocupação com a função social dos museus. Ele explica que

os museus são meios de comunicação de muita importância para o momento pós-moderno e devem se adaptar ao futuro das pessoas, o qual se modifica constantemente.

E ainda, em se tratando dos museus históricos, em contextos comunitários, Shanks e Tiley (1987) explica que a exposição de museus transparece uma concepção de sociedade, cultura, dinâmica cultural, fala sobre o tempo, os espaços e agentes sociais. O que reforça o quanto a memória abrange a coletividade e reforçando o poder da coletividade para que a memória seja preservada através dos museus, por exemplo.

Outra ferramenta de memória que tem como prática até hoje é o uso de documentos e arquivos. Para Silveira, Caregnato, Bufrem (2014), servem principalmente para que haja a reflexão do que o passado fez pela sociedade:

Cabe ressaltar, porém, que os usos das fontes de informação constantes nos arquivos não podem ser considerados como estoques absolutos, necessitando de postura crítica, pautada na reflexão do que os nossos antepassados fizeram de nós, não aceitando, simplesmente, o que eles fizeram. Como consequência, surgem novos discursos sustentados por análises contextualizadas dos discursos anteriores, garantindo o processo de reconstrução da memória.” (Silveira et al., 2014)

Para Nora (1993, p. 14), a transformação de como registrar, a partir da escrita, tem necessidade de ser mais vivida, ter mais suportes e com referências mais tangíveis para que mantenha a existência. Complementar a esta visão, Lévy (2003) se refere às tecnologias da informação como um prolongamento da vida da memória por existirem suportes em que as memórias são inseridas e eternizadas. E essas novas tecnologias da informação, como novas modalidades, facilitam

o acesso à informação e dá a importância da preservação do presente e do passado, que gera interesse da sociedade e evita o desaparecimento da memória ao manter na forma virtual. E assim, o universo virtual/digital gera novos meios de produção e circulação do conhecimento.

A memória nos ambientes virtuais é abordada por Mangan (2010) que afirma existir um impacto do virtual e do digital na produção do conhecimento e da comunicação da informação. Para ele, há a existência de registros digitais que seriam uma maneira de guardar a memória digital que é determinada pelo suporte computacional, enquanto a memória virtual depende da conexão e fornecimento da Internet. Ainda segundo Mangan (2010), a memória virtual precisa da memória digital para existir, mas um registro digital só terá relevância com a memória coletiva, sendo assim socializada através da Internet. Para ele, os ambientes virtuais são formados por memória de pessoas individuais e grupos (coletiva) representada por textos, imagens, sons e qualquer outra informação que não está no ambiente físico.

O conceito de memória nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia analisa a memória como “conjunto de informações registradas [...] memória no sentido de armazenagem e preservação dos saberes (conservação), para a posterior recordação por parte da sociedade” (Monteiro et al., 2006, p. 115). Elas abordam a linguagem da memória no ambiente visual, analisam a capacidade de armazenar e de preservar os registros pelo uso da palavra escrita. Da língua falada à escrita, se vê “como consequência dessa mudança a reformatação da informação em seus contextos de produção, de armazenamento e de recepção” (Dodebei, 2006, s.p.), o que traz um novo panorama dos ambientes virtuais. Ainda segundo, Dodebei (2008):

Digitalizar compreende o processo de representar um objeto concreto ou analógico em bits. A imagem digitalizada se transforma em conjuntos de pixels que podem ser compreendidos visualmente pelo olho humano e também por programas de computação. A diferença entre digital e virtual está diretamente vinculada ao processo, no caso do atributo digital, e no meio ou ambiente, no caso do virtual. Podem existir, desta forma, objetos digitalizados que habitam tanto o mundo concreto como o mundo virtual. (Dodebei, 2008, p. 3)

Aparentemente a digitalização está associada ao termo memória virtual, mas para Monteiro, Carelli e Pickler (2006), a memória virtual tem mais aproximação com a memória de sociedades orais: discurso narrativo, imagens e chances de esquecimento. E assim se consolida como uma nova forma de memória, sem preservação apenas do objeto material, mas sim como uma memória dinâmica, com fluxo contínuo. Assim como as práticas discursivas que vivem em constante performatividade, como cita (Orlikowski & Scott, 2015) ao dizer que a prática aproxima e permite que uma maneira de entender como o mundo está em constante mudança e reconfiguração. Assim entendemos que ao termos o conceito da memória virtual que está em constante mudança, se compreende como a prática está em constante fluxo de adaptação momento que a sociedade vive. Oliveira (2010) destaca sobre a criação de associações para o acesso dos ambientes virtuais e considera que é essencial para a recuperação da informação. Já Lazzarini et al. (2015) entendem que o ciberespaço tem um lugar de destaque pelas chances de acesso, porque tem uma demanda informacional que gera novos meios de registrar e preservar a memória. Em outro ponto de vista, Monteiro et al. (2006) não consideram o ciberespaço como preservação da memória como sendo da mesma forma que acontece no mundo físico, mas sim

com várias possibilidades de produção e constante transformação. Para Casalegno (2006), que tem conceitos de uma visão ecológica, as narrativas têm a função fundamental na construção da memória coletiva e não depende do espaço e do tempo, onde “partilhar uma memória é em um sentido, ter partilhado as experiências vividas em conjunto” (Casalegno, 2006, p. 32). E assim, nos ambientes virtuais, a memória está em permanente construção, através da reformulação de significados e de outras possibilidades de representação do conhecimento e dos saberes. O autor compreende a memória em rede:

em uma ótica em que o ciberespaço se superpõe ao espaço, o real e o virtual não repelem nem se opõem, mas dão lugar a uma topografia de lugares ampliada, a fim de coexistir e criar uma nova forma de topologia urbana [...] ambientes transformados em uma verdadeira interface da memória[...] se inscreve nessa lógica, tentando promover a partilha da memória cotidiana e informal, além de buscar tornar acessível não apenas a memória histórica, formal [...], mas também a memória vivida e interpretada pelos seres humanos” (Casalegno, 2006, p. 20)

E assim, encontramos o conceito de memória comunitária, que proporciona a partilha, com a potencialização das tecnologias com as conexões. Como ressalta (Milani et al., 2020) ao dizer que o indivíduo passa a se enxergar representado coletivamente, reconstruindo o ciberespaço. Os ambientes virtuais, inclusive, ganham visibilidade e se tornam meios de compartilhamento de bens materiais e imateriais, servindo à sociedade da informação.

O virtual e o digital mexem com o conceito de patrimônio, como propriedades criadas no âmbito da filosofia (Virtual) ou no âmbito da Cibernética (Digital). Para Dodebei (2008), o patrimônio tem o conceito

transformado pelas dimensões do tempo e de espaço do mundo organizado pelas redes, ligadas a computadores. E assim, o ambiente virtual possibilita a transformação do bem patrimonial em objeto informacional, como cita (Milani et al., 2020) . Ou seja, a velocidade e a efemeridade, características do ciberespaço, transformam as memórias em recursos e/ou objetos informacionais representados pela virtualidade imagética, com a informação sendo constantemente construída e reconstruída. Isso permite compreender, seguindo a perspectiva de Dodebei (2008), que as memórias informacionais geridas em ambientes virtuais não são meros bancos ou bases de dados, mas centros de conhecimento, sendo o caráter coletivo o principal atributo responsável por fazer da web um grande centro virtual da memória do mundo.

Nas redes sociais, o Facebook, por exemplo há o compartilhamento de memórias. De acordo com informações fornecidas pelo site do Facebook numa análise do estudo de Silva (2021), desde 2010, tem usado a ferramenta “Foto Memórias” que mostra ao usuário o que há tantos anos havia sido registrado e com opção de compartilhar a memória. Em 2014, o Facebook, permitiu uma retrospectiva dos melhores momentos no mural particular dos usuários pelo mecanismo intitulado “Look Back” que teve como chefe do projeto, Nick Kwiatek. A retrospectiva reúne 15 postagens que foram publicadas no mês passado pelo usuário. E assim, a rede social proporciona a recuperação da memória de cada usuário que fica a critério de compartilhar ou não. Um outro modo de manter a memória, foi através da ferramenta do memorial de usuários que já faleceram. Dentre as regras de obituários na web

No Facebook<sup>2</sup>, por exemplo, quando o dono da conta previamente já cadastra um “Contato Herdeiro”, em caso de morte, o parente escolhido transforma a conta em um perfil memorial. As palavras “em memória” ficam ao lado do nome do antigo usuário. E segundo as regras do Facebook, esses perfis não são exibidos em espaços públicos. As contas são transformadas em memoriais e se tornam um local em que amigos e familiares podem se reunir para compartilhar lembranças após o falecimento de uma pessoa. Já a rede social Instagram<sup>3</sup> pode transformar a conta em memorial ou realizar a remoção do perfil. Para transformar o perfil em memorial, familiares ou amigos notificam o Instagram sobre o óbito na sessão Fale Conosco. É necessário enviar uma prova do óbito: atestado de óbito, o link de um obituário ou um artigo de um jornal. No caso das redes sociais Twitter<sup>4</sup> e LinkedIn<sup>5</sup>, as regras são as mesmas, as contas podem ser excluídas sob solicitações dos parentes e não ficam ativas, apenas são excluídas depois de envio de documentações que atestem a morte do dono do perfil. E de acordo com Santana (2011), os memoriais virtuais são um de muitos outros gêneros que surgiram na tecnologia digital e destaca que o memorial virtual é uma mistura de práticas fúnebres, como o obituário e o epitáfio<sup>6</sup>, incentivando assim que parentes e amigos exponham os sentimentos em mensagens e palavras (Santana, 2011, p. 110).

- 
2. O que acontecerá com minha conta do Facebook se eu falecer? <https://www.facebook.com/help/memorialized>
  3. Memorial do Instagram <https://help.instagram.com/231764660354188?>
  4. Central de Ajuda do Twitter: <https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/>
  5. Usuário falecido do LinkedIn: <https://www.linkedin.com/help/linkedin/>
  6. Definição de epitáfio: inscrição sobre lápides tumulares ou monumentos funerários.

## Considerações Finais

Vimos nesse artigo a evolução dos conceitos da memória e também da prática, com a prática informacional que está atrelada a cultura e consequentemente à memória como ação do sujeito da sociedade. Uma das precursoras do conceito de memória, Nora (1993), que traduz a memória como sendo um conjunto de lembranças e que anda com o esquecimento, por isso existem registros como fotografias, cartas, jornais, revistas para que a memória seja constituída. E quando se tem o receio de perder da mente esses registros, desperta o medo do esquecimento e passamos a conhecer o conceito de memória espontânea, quando a sociedade cria os seus arquivos.

Por isso, segundo Nora (1993), há lugares como museus, construções, espaços urbanos, documentos e objetos que são guardados por gerações. É como se a memória fosse vida e seleção de processos de lembranças. Le Goff conceitua a memória em relação ao saber e compreende que é resultado de um conjunto de funções psíquicas e que o homem pode atualizar situações passadas ao guardar essas informações. Em 2010, Bergson complementa o conceito ao dizer que a memória evoca as lembranças passadas parecidas com o que percebemos no presente e por isso recordamos o que se passou e assim fazemos constantes encontros do passado com o presente.

Conceito semelhante ao de Brookes (1977) e Belkin (1984) que dizemos que o sujeito registra informações e processa. A partir daí surgem memórias guardadas além da mente humana, com a ajuda de recursos tecnológicos que ajudam na recuperação de arquivos passados e ficam registrados em meios tecnológicos, como pergaminhos, papiros, jornais, revistas ou fotografias, por exemplo.

Le Goff (2003), avalia essa memória como sendo artificial, já que é fixada por meio de mecanismos, como a escrita que hoje é substituída pelos computadores. Mas, Capurro (2003), diz que a memória sendo física ou material, não deixa de ser memória porque ela continua sendo resultado de uma memória social, intelectual e científica da sociedade. A memória estudada por Gondar (2016) que conceitua como assunto estudado por diversas áreas afins, como tema transdisciplinar e traz a importância para a história da nossa sociedade.

Para a memória física existir, precisou que a sociedade tomasse medidas como guardar arquivos de diferentes maneiras que foram evoluindo com os recursos digitais. Por isso, a prática está presente já que estuda o aprendizado coletivo, resultado de uma socialização de múltiplas ações que se organizam e criam um modo conjunto. Conceitos são analisados por Araújo (2020), que encontra no estudo da prática a construção social de maneira coletiva com termos diretamente ligados à memória, como os documentos, saberes, ação, cultura, sociedade e histórico. Além disso, cita estudos de 2015, quando Cunha, Amaral e Dantas, afirmam que as práticas informacionais se desenvolveram em meio a coleções. Capurro (2003), já dizia que a memória caminha junto com a informação e se torna um produto social que surge em grupos.

Assim como Colombo (1996) que destaca que a humanidade tem uma obsessão que detesta o esquecimento e tem uma inquietação por arquivamento. E assim, com o tempo vimos que a memória foi sendo resguardada com práticas modificadas.

Abordou-se então os conceitos de memória e práticas em locais como museus, fotografias, cinema, arquivos e redes sociais. Para Hussen (2003), as culturas são marcadas pelo “passado presente”,

com “re-criações, re-leituras, re-produções, com constantes mudanças de práticas. O museu, por exemplo foi abordado pelo teórico da Ciência da Informação, Wersig (1997), que destaca a função social dos museus. Ele considera que os museus são meios de comunicação que se adaptam ao futuro que muda constantemente. Já dizia Shanks e Tiley (1987), que os museus transparecem as concepções de sociedade, cultura, dinâmica cultural e mostra os agentes sociais.

Além dos museus, ferramentas físicas de memória são os documentos e arquivos que para Silveira et al. (2014), servem para que haja a reflexão do que o passado fez para a sociedade. Além dos documentos, a escrita deixa referências mais tangíveis, como cita Nora (1993). Em contraposição, Lévy (2003) ressalta as tecnologias das informações como prolongamento da memória, facilitação de recuperação e suporte de manutenção para evitar o desaparecimento da memória.

Diante dos exemplos que se percorreu com os autores, percebe-se como houve a mudança e como ainda há resistência sobre a memória intelectual e física serem complementares, mas de extrema necessidade de existência para a sociedade compreender o passado e entender o que historicamente existiu para o hoje. As práticas de museus persistem, resistem e seguem evoluindo com os meios tecnológicos de armazenamento. E assim, entender a cultura da sociedade para evitar o esquecimento é saber que o processo de memória intelectual impulsiona a memória física através de novas práticas informacionais. Outros estudos também permitirão identificar a evolução desse processo que não para.

## **Referências**

Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Jorge Zahar Editora.

- Belkin, N. J. (1984). Anomalous States of Knowledge as Basis for Information Retrieval. *The Canadian Journal of Information Science*, 5, 133-143.
- Bergson, H. (2010). *Matéria e Memória* (4a ed.). Martins Fontes.
- Brookes, B. C. (1977). *The developing cognitive view in information science* [Trabalho apresentado]. International Workshop On The Cognitive Viewpoint.
- Capurro, R. (2003). *Epistemologia e Ciência da informação* [Trabalho apresentado]. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte, MG, Brasil. [http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)
- Casalegno, F. (2006). *Memória cotidiana: comunidades e comunicação da era das redes*. Sulina.
- Castells, M. (2008). *A sociedade em rede* (11. ed.). Paz e Terra.
- Colombo, F. (1986). *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. Editora Perspectiva.
- Crossley, N. (2002). Habitus, agency and change: engaging with bourdieu. *Journal of Studies in Contemporary Social Theory*.
- Dodobei, V. (2008). *Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação*. Associação Brasileira de Antropologia.

- Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Autentêntica.
- Huysen, A. (2003). *Present pasts: Urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford University Press.
- Lazzarin, F. A., Netto, C. X. A., & Sousa, M. R. F. (2015). *Informação, memória e ciberespaço: considerações preliminares no campo da Ciência da Informação no Brasil*. Transinformação.
- Lévy, P. (2003). *O que é o virtual?* Editora 34.
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Ed. da Unicamp.
- Mangan, O. K. V. (2010). *Construção de memórias digitais virtuais no ciberespaço*. Movimento.
- Milani, L., Massolini, L. F. H., & Morigi, V. J. (2020). Virtualização da Memória na Ciência da Informação Brasileira. *Informação & Informação*.
- Monteiro, S., Carelli, A., & Pickler, M. E. (2006). *Representação e memória no ciberespaço*. Ciência da Informação.
- Musse, C. F., Vargas, H., & Nicolau, M. (2017). *Comunicação, mídias e temporalidades; organizadores*. Edufba.

- Nora, P. (1993) *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História.
- Oliveira, E. B. (2010). *O conceito de memória na ciência da informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação*. Universidade de Brasília.
- Orlikowski, W. J., & Scott, S. V. (2005). Exploring Material-Discursive Practices: Exploring Material-Discursive Practices. *Journal of Management Studies*, 52.
- Reckwitz, A. (2002). Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, 5(2).
- Santana, F. (2011). *A retórica fúnebre: uma abordagem histórico-discursiva de epitáfios, obituários e memoriais virtuais* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Santos, L. L. DA S., & Silveira, R. A. da. (2015). Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. *Organizações & Sociedade*, 22(72).
- Silva, I. C. O. (2021). A memória social registrada no facebook. *Revista Conhecimento em Ação*, 1(1). <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71079>
- Silveira, M. A. A. da., Caregnato, S. E., & Bufrem, L. S. (1987). Práticas de citação e memória coletiva: aproximações possíveis na Ciência da Informação? *Informação & Informação*, 19(3), 242.

Shanks, M., & Tilley, C. (1987). *Social theory and archaeology*. Polity Press.

Wersig, G. (1997). *Museums and “information society” – between market culture and people’s assurance seeking*.

# A DOCTRINA DA MALÍCIA REAL COMO REGULADORA E PROTETORA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DA DEMOCRACIA EM TEMPOS DE *FAKE NEWS*

*Cintia Barudi Lopes<sup>1</sup>*  
*Thiago Luiz dos Santos<sup>2</sup>*

Larvada sob a égide de suposta “liberdade de expressão”, diversas ideias perniciosas estão sendo perpetradas nos tempos atuais, dentre as quais merece destaque e rechaço, a defesa, por influenciador digital e por deputado federal, do direito de criação e de existência de hipotético partido nazista<sup>3</sup>. Na esteira da aplicação desregrada da liberdade de expressão da desregradadamente, dá azo às *fakenews*, que

- 
1. Doutora pela PUC/SP e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e das Faculdades Metropolitanas Unidas. Advogada. [c.barudi@uol.com.br](mailto:c.barudi@uol.com.br)
  2. Pós-graduado pela Escola Paulista de Direito e Advogado. [thiago.dos.santos.academico@gmail.com](mailto:thiago.dos.santos.academico@gmail.com)
  3. Jornal Nacional. (2022, fevereiro 08). Aras manda investigar Kim Kataguiri e Monark por possível apologia do nazismo. *Gl.* <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/02/08/aras-manda-investigar-kim-kataguiri-e-monark-por-possivel-apologia-do-nazismo.ghtml>

podem ser conceituadas, no entendimento de Paula et al. (2018), como comunicações falaciosas que objetivam retratar algum acontecimento ou ponto de vista, cujo conteúdo é amálgama entre informações verdadeiras e mentiras com o fito de enganar os destinatários. Gomes e Dourado (2019) destacam, assim, que esse fenômeno não se trata do jornalismo danificando a democracia, mas como processo de desqualificação das fontes que a sociedade legitima para arbitrar a realidade, criando um habitat de desinformação e falsificação que surte efeitos diretos no nível qualitativo da vida pública e da democracia de um povo.

A supracitada situação é exemplo típico do paradoxo da tolerância de Karl Popper, apresentado por Dissenha e Guaragni (2019) como a possibilidade da existência de democracias intolerantes, dado que o excesso de tolerância poderá propiciar a ascensão de intolerantes ao poder, o que extirparia a tolerância, a liberdade e a democracia em si. Com base nessas preconizações, Gomes (2021) traz à tona a recomendação de que as expressões intolerantes devem ser expostas à sociedade, para serem combatidas no plano racional e repudiadas enquanto tais e, caso tal medida não seja suficiente, deve-se defenestralas, ainda que pelo uso da força. Contudo, como se definirá quais opiniões merecem estar protegidas sob os auspícios da liberdade de expressão e quais devem ser veementemente repudiadas do debate público?

Binenbojm (2003) apresenta a doutrina norte-americana da malícia real como parâmetro para regulamentar a liberdade de expressão exercida pela imprensa quando da cobertura de atos realizados por agentes públicos, de tal modo que ela só poderá ser responsabilizada caso seu acusador comprove a existência de verdadeira malícia em seu trabalho ou a desconsideração negligente da falsidade noticiada.

Isso serve, segundo o autor, como elemento de endosso à liberdade de expressão, evitando a censura judicial dos veículos de imprensa por parte do Poder Público.

Martins et al. (2020) percorrem o mesmo caminho ao evidenciar que a imagem e honra de figuras públicas são mitigadas diante do direito à liberdade de expressão. Destacam a necessidade de o possível ofendido ter que provar a existência de dolo direto ou eventual do agente na divulgação de informações inverídicas e salientam que elas se encontram naturalmente expostas ao escrutínio e exortação públicos, ainda que de modo mais severo. Tal incumbência é contraponto às benesses decorrentes da publicização de suas vidas, abrangendo, inclusive, as críticas, sátiras e outras formas de expressão humorísticas.

Desta forma, busca-se discutir a viabilidade da doutrina da malícia real como elemento disciplinador e protetor da liberdade de expressão em tempos de *fake news*. Disciplinador, ao balizar o exercício da liberdade de expressão, estabelecendo critérios objetivos para avaliar eventual cometimento de abuso por quem a detenha. Protetor, porque impede tanto a autocensura como a censura prévia ou posterior perpetrada por figuras públicas através de manejo abusivo de ações cíveis e criminais de proteção à honra que ocultam verdadeiras tentativas de silenciamento de opositores.

Propõe-se, portanto, a divisão do presente artigo em três partes. Na primeira, tratar-se-á da conceituação e do entendimento da doutrina da malícia real. Na segunda, pretende-se abordar a interpretação e aplicação da liberdade de expressão no atual cenário de *fakenews*, atentando-se à censura imposta através do silenciamento daqueles que exercem corretamente a liberdade de expressão, paralelamente à proliferação de

(des)informações. Enfim, pretende-se analisar que o exercício desregrado da liberdade de expressão é um risco à ela própria e que, reflexamente, seu regramento excessivo implica na sua descaracterização.

### **Conceituando e Entendendo a Doutrina da Malícia Real (*Actualmalice*)**

A origem da doutrina da malícia real é contextualizada por Hensler III (2022) como emergente de um contexto em que oponentes dos movimentos de direitos civis norte-americanos se utilizavam de processos judiciais como ferramentas para banir ou acovardar iniciativas de cobertura negativa das ações governamentais que os reprimiam, sendo tal estratégia reconhecida pelo juiz Hugo Black como técnica de assédio e punição da liberdade de imprensa. Em sede factual, Sullivan era um dos três Comissários de Montgomery, Alabama, que supervisionou o departamento de polícia à época em que o jornal New York Times (NYT) veiculou anúncio de angariamento de fundos para defesa do Dr. Martin Luther King Jr. Em processo que sofrera por violação de lei estadual; tal peça publicitária anunciara uma onda de terror propalada pelos oponentes dos movimentos civis, constando ações truculentas de policiais armados com espingardas e gás lacrimogênio contra estudantes. Deveras, houve falsidade em declarações como trancamento de campus universitário ou do falso cerco do campus pela polícia. Assim, embora o jornal jamais houvesse citado no nome do comissário, este o processou por difamação e ganhou US\$ 500 mil em primeira instância, obteve sucesso também diante do Judiciário Estadual e o NYT somente conseguiu reverter tal decisão diante da Suprema Corte dos EUA, com base na Primeira Emenda.

Creech (2007), debruçando-se sobre o julgamento *Sullivan vs. NYT*, destaca que a principal mudança estabelecida pela Suprema Corte Ianque foi a transferência do encargo, ao acusador, de provar não apenas a falsidade das alegações, mas a malícia real de quem as elaborou, o que significa o dever de demonstração de que foram feitas com conhecimento de que eram falsas ou com o imprudente desrespeito ao dever de verificação da veracidade. O autor cita que, sobre os fundamentos dessa jurisprudência, a Corte estendeu as proteções constitucionais da Primeira Emenda a todas as discussões e comunicações que envolvam assuntos de importância pública ou de preocupação geral, no julgamento *Rosenbloom vs. Metromedia*(1971), pouco importando se envolvam pessoas públicas ou particulares. Menciona, também, a retração desse limite no julgamento do caso *Gertz vs. American Opinion* (1974), decidindo que não são figuras públicas aqueles que, embora sejam ativos na comunidade e em assuntos profissionais, não tenham atingido fama geral ou notoriedade na comunidade. Entretanto, retornou-se ao posicionamento favorável à liberdade de imprensa no caso *Philadelphia Newspapers vs. Hepps* (1977), restabelecendo-se o entendimento previsto em *Rosenbloom vs. Metromedia* (1971).

Como consequência do debate de *Sullivan vs. NYT*, Edmondson (2016) entende que os profissionais que trabalham com justiça e acurácia não são mais vítimas do medo de retaliações por intermédio de processos de difamação e que ficou ainda mais claro o dever de as democracias protegerem e encorajarem seus profissionais de imprensa a exercer o dever de fiscalizar e criticar os poderes constituídos como forma de proteção da própria democracia em si. A autora esclarece que tal categoria não está totalmente imune e licenciada para cometer

erros de quaisquer espécies, podendo sucumbir processualmente nos casos em que a malícia real ou a negligência grave da verdade forem comprovadas. A proteção conferida no caso, vaticina a autora, reside na declaração substancialmente verdadeira, resguardando assim as que forem verídicas em sua essência bem como as que forem culposamente falsas.

Zirugo (2021) corrobora essa ideia ao evidenciar que ela enseja participação democrática mediante críticas ao governo, seu controle e transparência por meio de uma mídia forte e independente, fornecimento de informações robustas que embasam o voto consciente e a manifestação livre das ideias que se pretende debater. Isso porque ela retira do autor do discurso o fardo de provar a verdade em processos envolvendo violação da honra e protege o erro não intencional em prol do livre debate.

Debruçando-se sobre a evolução do conceito de malícia real no entendimento da Suprema Corte Norteamericana, Custodio (2020) ensina que, antes de *Sullivan vs. NYT* esse era entendido pela Suprema Corte Ianque como a necessidade de prova da mentalidade maléfica (*Coleman vs. MacLennan*, 1908), ou seja, sentimento de inimizade, antipatia ou oposição em relação ao seu adversário ou o desejo de prejudicar a pessoa citada. Por outro lado, neste julgamento se dispõe a obrigação de comprovar a realização da publicação apesar de prévio conhecimento de sua inverdade ou mediante sérias dúvidas que pairavam sobre esta (despreocupação temerária com a verdade). A Corte, com o transcorrer do tempo, deixou claro que a publicação motivada por rancor ou má vontade contra a figura pública não é elemento probatório suficiente

da malícia real, devendo-se comprovar a falsificação deliberada ou temeridade na publicação para que essa se verifique.

Na esteira do posicionamento da Suprema Corte Estadunidense, o Supremo Tribunal Federal (STF) aplicou os ensinamentos extraídos do julgamento *Sullivan vs. NYT* ao apreciar a Arguição de Descumprimento Fundamental (ADPF) nº 130 (BRASIL, 2009), da qual resultou inconstitucional a então Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67). No bojo de seu voto, o Ministro Menezes Direito, votando pela revogação total da referida lei, destaca que o entendimento ianque traz nova fundamentação à liberdade de expressão e relembra a necessidade de a figura pública comprovar o dolo ou desconsideração temerária pela verdade caso deseje demandar reparações por danos morais advindos do exercício da liberdade de imprensa. Preconiza, ainda, que: “É claro que muitas vezes há a veiculação do mal, mas isso não se deve à liberdade de imprensa e sim à qualidade do profissional, como ocorre em qualquer atividade humana”.

Trilhando os caminhos abertos pela supracitada jurisprudência, o STF tem corroborado adoção da malícia real em ações envolvendo o direito à liberdade de expressão e ações manejadas por figuras públicas. É o que se observa no julgamento da Reclamação nº 30.105 Pará (BRASIL, 2018), na qual o Ministro Luiz Fux destaca que:

Impende, pois, uma maior tolerância quanto a matérias de cunho potencialmente lesivo à honra dos agentes públicos, especialmente quando aparentar existir interesse público no conteúdo das reportagens e peças jornalísticas tidas como abusivas.

Por isso mesmo, tratando da questão, a Suprema Corte norteamericana estipulou, em *New York Times Co. v. Sullivan*,

o teste da *actualmalice* (i.e. proceder com conhecimento de que a informação é falsa, ou desconsiderar de forma imprudente a possibilidade de que o seja) para a responsabilização de quem veicula notícia lesiva a outrem. Nesses termos, aquela Corte assentou que “[u]m Estado não pode, de acordo com a Primeira e Décima Quarta Emendas, conceder indenização a um funcionário público por falsidade difamatória relacionada à sua conduta oficial, a menos que prove ‘malícia real’ - que a declaração foi feita com conhecimento de sua falsidade ou com imprudência de se era verdadeira ou falsa” (Pp. 376 U.S. pp. 265-292)

Embasado nas manifestações do STF, Sarmiento (2016) entende ser aplicável a doutrina da malícia real em favor da liberdade de expressão exercida pela imprensa, dado o interesse social na existência de espaço público dinâmico que possibilite o acesso às informações de interesse público, de modo que intensificação da responsabilidade civil nessas áreas resulta em inibição da crítica aos poderosos e às figuras públicas. Defende o autor que eventual sofrimento daqueles sobre quem venham a versar as informações não oportunizam reparações civis, porque a liberdade informativa se trata de exercício regular de direito. Vai ainda mais longe ao dispor que: “Por outro lado, críticas lançadas nestas manifestações, ainda que duras e contundentes, também não dão azo à responsabilidade civil, uma vez que criticar, como já salientado, é faculdade inerente ao exercício das liberdades comunicativas”.

Não obstante a ampla doutrina estrangeira e os posicionamentos do STF sobre a doutrina da malícia real, revela-se imperioso aprofundar seus desdobramentos e possíveis aplicações no direito pátrio. Para tanto, valer-se-á dos ensinamentos de Rodrigo Gaspar de Mello (2019).

*Aprofundando a Aplicação da Doutrina da Malícia Real no Direito Brasileiro à Luz da Doutrina de Rodrigo Gaspar de Mello*

Dentro da doutrina brasileira acerca do tema da malícia real, destaca-se os estudos de Rodrigo Gaspar de Mello (2019) como trabalho substancial ao entendimento da temática e seus desdobramentos para o Direito brasileiro. Como se abordou alhures o contexto e o conceito de malícia real e seus desdobramentos na jurisprudência pátria, entende-se pertinente examinar os requisitos necessários à sua verificação e os desdobramentos de sua incidência nas situações envolvendo a liberdade de expressão, à luz do entendimento do referido autor.

**Elemento subjetivo: dolo direto ou eventual.** O autor esclarece que a doutrina da malícia real tem como elemento subjetivo de verificação o desejo de causar dano ou uma intenção de prejudicar o que, no direito brasileiro, se assemelha ao dolo, que nada mais é que a vontade consciente praticar uma ilicitude. Adaptando as origens anglo-saxônicas desse estandarte aos moldes romano-germânicos do direito pátrio, Rodrigo Gaspar Mello entendeu que o elemento subjetivo da malícia real brasileira é a existência de dolo direto ou eventual perpetrado pelo divulgador da mensagem. Assim, faz-se imperioso averiguar se o propalador da mensagem tinha conhecimento de seu caráter inverídico (dolo direto) ou agiu com indiferença ou desinteresse temerário sobre a falsidade do fato (dolo eventual).

A definição de dolo direto é subdividida por Rönnau e Becker (2022) em intenção (o autor do ilícito busca, propositalmente, o alcance do resultado) e conhecimento (o autor tem o conhecimento seguro da ocorrência das circunstâncias nas quais seus atos foram praticados).

Sobre o dolo eventual, preconiza Motta (2016) conclui, após ampla incursão doutrinária, que esse é composto pelo aspecto intelectual do agente (levar a sério a possível produção do resultado pretendido) e emocional (conformar-se com a eventual produção do resultado, ou seja, aceitá-lo).

Dessa forma o viés subjetivo da malícia real será verificado quando o propalador da mensagem buscar, propositalmente, a divulgação de falsidades ou meias-verdades e conhecer as circunstâncias nas quais essa divulgação será realizada (dolo direto). Outrossim, poderá ser observada quando o divulgador levar a sério a possibilidade de estar espalhando informações parcial ou totalmente inverídicas e, em verificando que essas são falsidades totais ou parciais, conformar-se com o ilícito praticado (dolo eventual).

**Quem precisará comprovar a malícia real na ação de reparação de danos?** Continuando a incursão na doutrina de Rodrigo Gaspar Mello, o autor realiza digressão na evolução da jurisprudência norte-americana para definir quem se enquadra na figura de autor da ação de reparação de danos, ou seja, daquele que precisará comprovar a malícia real do mensageiro em possível ação de reparação cível para reparação de danos morais decorrentes de eventual falsidade. Entende que estão albergados nesta categoria os agentes públicos, candidatos a cargos eletivos e as figuras públicas.

No que tange aos agentes públicos, o supracitado autor entende que estão inseridos os gentes desde os servidores públicos da mais alta relevância – os agentes políticos que são investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões para exercício de atribuições constitucionais,

conforme Mezzaroba e Landim (2020) – até os servidores do mais baixo escalão. Em que pese o juriconsulto posicionamento, entende-se muito ampla a abrangência adotada pelo autor, que permite a inclusão de professores, atendentes de Unidades Básicas de Saúde, auxiliares de serviços gerais e outras classes de servidores que não dispõem de poder político e econômico para defesa honra em virtude de falsidades contra eles manejadas, quiçá comprovar a malícia real de quem os vitimou; ademais, os servidores de baixo escalão não falam em nome da administração nem manejam, via máquina pública, o debate político, o que permite entender que esses não gozam de posição privilegiada em relação aos meios de imprensa, o que não justificaria a proteção dela, nesses casos, pela malícia real.

É enquadrado na doutrina da malícia real, ainda, os candidatos a cargos eletivos, por força da extensão do conceito de agente público realizada no julgamento, pela Suprema Corte Ianque, de recurso interposto pelo *Jornal Concord Monitor* em face de julgamento da corte do estado de New Hampshire que o condenou ao pagamento de indenização a candidato vencido em eleição sobre o qual fora noticiado a realização de contrabando de uísque há vinte anos, contados da data do pleito. A Suprema Corte entendeu que a garantia constitucional da liberdade de expressão deve ter urgente e plena aplicação às informações que versam sobre aqueles que se candidatam a cargos eletivos e, no julgamento *Garrison vs. Louisiana*, acrescentou que os aspectos da vida privada de um candidato podem ser relevantes ao público.

A malícia real deve ser comprovada, ainda pelo entendimento da Suprema Corte Ianque, pelas figuras públicas. Perquirindo a evolução do conceito na sua jurisprudência, Bunker (2018) entende, com

base no julgamento de Gertz, que nessa categoria se incluem tanto as pessoas que ascendem socialmente pelos méritos de suas conquistas ou pelo sucesso com o qual atraem a atenção do povo quanto aquelas que se lançam em debates públicas ou atraem a atenção do público com o intento de manipular o seu resultado. Contudo, o autor entende que se encontram excluídas as pessoas que não possuem lugar de especial destaque nos assuntos da sociedade (julgamento da Time Inc. vs. Ms. Firestone - 1976) ou não se lançaram aos negócios públicos por vontade própria (Hutchinson vs. Proxmire).

**Afirmção de fatos e emissão de opiniões à luz da doutrina da malícia real.** De acordo com Rodrigo Gaspar Mello, a emissão de opiniões, pura e simples, goza da ampla proteção da liberdade de expressão prevista na primeira emenda, não devendo ser repelida com ações de reparação por danos morais ou afins. Contudo, o autor alerta para o perigo de, através da fórmula do “Eu acho”, se larvar afirmações de fatos falsos ou infundados, como, por exemplo, na expressão: “Eu acho que Tício é mentiroso”, ocasião na qual ela não encontrará guarida na doutrina do *fair coment*(comentário justo) e poderá ser repelida pelos particulares ou figuras públicas desde que atendidos os critérios da jurisprudência ianque.

**Análise das paródias, sátiras, insultos, epítetos, hipérboles, retóricas e outras manifestações de críticas ofensivas.** Segundo Rodrigo Gaspar Mello, a jurisprudência norte-americana protege o uso de expressões pejorativas como “traidor”, “pelego” e demais insultos, epítetos, xingamentos e hipérboles se encontram protegidas

pela doutrina da malícia real e albergadas pela liberdade de expressão desde que não sejam entendidas como a representação de um fato, mas sim demonstre forte discordância entre os contendores. As expressões “mentira” e “mentiroso” podem ser compreendidas nesse contexto desde que demonstre a discordância de um dos debatedores com o outro, tratando-se de epíteto protegido. A Suprema Corte Ianque chega às barras de afirmar que as críticas, ainda que causem elevado e intencional sofrimento à figura pública que as sofreu, são protegidas pela liberdade de expressão desde que não afirme fatos reais sobre ela (Hustler Magazine, Inc. vs. Falwell – 1987).

Hauridas as considerações fulcrais da doutrina da malícia real, demonstra-se imperiosa a interpretação e aplicação da liberdade de expressão no atual cenário de *fakenews*, atentando-se à censura a ela imposta, seja por meio do silenciamento daqueles que a exercem corretamente, seja mediante a proliferação de (des)informações.

### **A Dupla Censura ao Debate Público e à Liberdade de Expressão: o silenciamento dos discursos divergentes e o sufocamento da ágora pela inundação de *fakenews***

Impende destacar, no presente tópico, o cenário de censura à liberdade de expressão e ao debate público que se instaura mediante frente dupla. A primeira é a censura que será denominada censura direta, na qual os Poderes constituídos atacam diretamente a liberdade de imprensa. A segunda é perpetrada por meio das *fake news* e da construção da pós-verdade, que cerceiam o debate público saudável mediante a proliferação de fatos noticiosos falaciosos que deturpam a realidade e/ou apresentam meias-verdades.

A primeira frente de censura pode ser observada, por exemplo, no artigo de Silva e Marques (2021), no qual se demonstram 121 ataques do Presidente Jair Messias Bolsonaro à imprensa, via *Twitter*, em 2019; 175 ações de violência contra a categoria em 2020 e 102 discursos estigmatizantes no mesmo ano. É pertinente trazer à baila, ainda, a censura promovida pelo Poder Judiciário citada em Paganotti (2020), quem evidencia o silenciamento, por quase dez anos, do jornal O Estado de S. Paulo consubstanciado na vedação de divulgação de informações sobre a operação Boi Barrica, na qual a Polícia Federal investigava denúncias de corrupção da família Sarney; mais recentemente, pode-se mencionar determinação do Ministro Alexandre de Moraes, exarada no bojo do Inquérito nº 4781, que ordenou a retirada da reportagem “O amigo do amigo de meu pai” dos sites O Antagonista e da Revista Crusoé, por concernirem a informações sobre o Ministro Dias Toffoli.

A segunda frente de censura consiste nas *fakenews* que, segundo Paula et al. (2018), inundam o debate público com conteúdos que visam atingir os sentimentos do leitor e distorcer o entendimento racional dos fatos. Assim, os autores defendem que esse fenômeno é intrínseco à pós-verdade, que torna a mentira algo rotineiro na sociedade e consideram como verdade aquilo que cada pessoa interpreta como o sendo. Desta forma, entende-se que há uma censura ao debate racional das ideias e à discussão e fiscalização do uso da coisa pública, estes hábitos democráticos e saudáveis sedem lugar à manipulação das pessoas e aprisionamento delas em bolhas que são alimentadas por mentiras, meias-verdades ou interpretações factuais falseadas.

Passa-se ao exame, nos subitens seguintes, da censura direta e da censura perpetrada mediante as *fakenews*.

### ***O Controle Ostensivo do Discurso e o Perigo da Censura Direta***

Martins (2017), ao aprofundar estudos sobre a censura, a conceitua como exame de quaisquer textos de caráter artístico ou informativo, com o fito de autorizar sua publicação. É entendida, outrossim, como uma pena oficial ou repressão oficial passada por uma autoridade a seu subordinado. Perfaz, ainda, a ordem governamental prévia que versa sobre o conteúdo de uma mensagem. Destaca a autora, ainda, a existência da autocensura, na qual o emissor da mensagem aceita sua restrição de liberdade e decide, com base nos parâmetros previamente impostos pelo censorador, o que é bom ou não para o seu destinatário; essa modalidade ocorre, em especial, pelo medo de posteriores processos indenizatórios no Judiciário onde se encontrem em confronto os direitos à liberdade de expressão e à vida privada. Ressalta, enfim, que suas consequências são a destruição de liberdades em favor de uma suposta defesa da segurança, da moral, da família e dos bons costumes.

No atual cenário de populismo de extrema direita, verificado ao redor do globo, Farias e Torres (2021) destacam que seus líderes populistas se utilizam das redes para propalar novas formas de violência e ódio contra opositores, em especial a imprensa. Os autores trazem à lume a intensificação de ataques à mídia, os quais cresceram 105% em 2020, quando comparados ao ano anterior, tendo o Presidente da República como responsável por 40,89% deles. Tais insultos e perseguições têm, no entendimento dos autores, o objetivo de censurar a atividade jornalística.

Tuzzo e Temer (2021) apontam para as agressões que o Mandatário da República e seus sequazes envidaram contra jornalistas desde a posse daquele e evidenciam o viés misógino dessas, as quais decorrem, dentre outros fatores, da não-aceitação do fato de que elas ocupam cargos com alguma margem de poder. Os disparates, em linhas gerais, concerniram à inconveniência, oportunismo e hipotética falta de inteligência das profissionais, desvelando o recalque dos agressores sobre o que eles entendem como ocupação, pelas mulheres, de posições dissonantes ao que eles entendem como seu lugar social (a “proteção” das atividades domésticas, exercidas no recôndito do lar). Tais conflitos mostram o agravamento na tensão entre política e jornalismo, bem como clarificam aspectos do bolsonarismo como a misoginia e o machismo.

A situação adrede descrita instaura, segundo Mello (2021), verdadeira guerra entre a imprensa e o Chefe do Executivo Federal, a qual vitima, em última análise, o público destinatário das informações. Deveras, há suscitação e emoções e sentimentos negativos nesse embate que impedem o tratamento racional das problemáticas apresentadas que impele o povo ao desrespeito à alteridade e o impede de construir a democracia no debate saudável e cotidiano das ideias. Assim, a simples existência dessa guerra já se revela manifestação clara de censura.

Além das ações do Presidente, Filho e Sousa (2020) trazem à tona movimentos do Poder Judiciário em desfavor da liberdade de expressão, mormente a censura às publicações desfavoráveis ao STF exaradas nos autos do Inquérito 4.781 DF. Os autores evidenciam que estas medidas contrariam até mesmo a própria jurisprudência da Corte e que podem ser enquadradas como censura. Vaticinam, enfim, que não estão a defender a irresponsabilidade dos emissores de opinião, mas sim defendem a impossibilidade de

censura às opiniões de caráter político, sejam as que criticam o ativismo do Supremo, sejam aquelas que versam sobre seus Ministros.

Oliva et al. (2019) aduzem a prática das instâncias inferiores do Judiciário<sup>4</sup> tendem a censurar os autores de conteúdo humorístico, ao concederem alto índice de deferimento de ações que tendem a restringir a liberdade de expressão em prol da proteção da honra e da imagem. Em verdade, 71% dos pedidos realizados por pessoas comuns e 50% dos efetuados por políticos foram deferidos em segunda instância, com valor médio de indenização de R\$ 13,8 mil e R\$ 16,3 mil, respectivamente. Isso impede o exercício do papel crítico do humor e das reflexões importantes que ele traz para a sociedade ao produzir efeito inibidor (*chilling effect*) sobre os produtores de conteúdo, sendo a atuação deste Poder verdadeira censura e ferramenta de autocensura.

Destarte, este cenário é patente afronta ao ideal de liberdade de expressão e pensamento apresentado por Galuppo e Rocha Jr. (2020) como sendo livre de manipulação estratégica e composto por indivíduos dotados de respeito enquanto pessoas humanas, de igualdade política e de condições de se informarem ampla e livremente. Vilipêndia, ainda, o que os autores entendem como capacidade de a sociedade escolher por si mesma entre o certo e o errado, o bom e o mau, embasada no acesso irrestrito às ideias e pensamentos que os seus componentes exaram em um sistema com amplas liberdades de expressão e de imprensa. Esses ultrajes decorrem da escolha, pelo poder dominante, de um lado certo e da vedação da participação do seu oposto no debate público, ou seja, a censura.

---

4. A pesquisa dos autores abrangeu a segunda instância estadual e federal, bem como as Cortes Superiores e o STF.

Em que pese a ampla exposição doutrinária e as respeitáveis pesquisas na área, a censura não se manifesta apenas diretamente, por meio de impróprios presidenciais ou decisões judiciais, mas se revela, igualmente, por meio das *fakenews*, que não apenas alteram o conceito de verdade, como redimensionam o tamanho da ágora onde acontecem os debates, inserindo as pessoas em verdadeiras cirandas de mentiras e ilusões e inviabilizando a existência do próprio debate público em si.

### ***A Liberalização Excessiva do Discurso e o Perigo da Destruição da Ágora e da Inviabilização do Debate Público pelas Fakenews***

Estudando a temática da pós-verdade, Kalpokas (2019) elucida que esse é um fenômeno decorrente da política, no qual se turvam os limites entre a verdade e a mentira. Enquanto no período que lhe era anterior as pessoas se preocupavam em realizar reinterpretções, omissões ou misturas de fatos com versões falaciosas, a pós-verdade constrói realidades alternativas com o fito de dar suporte às mentiras perpetradas. Ao invés de se preocupar com a verificabilidade dos fatos, a pós-verdade intenta causar boas impressões e reações do povo ao discursador, clamando às emoções e sentimentos dos ouvintes de tal modo que passa a ser verdade aquilo que se deseja considerar como o sendo. Em síntese: a pós-verdade é uma narrativa que constrói sua própria realidade vívida.

Dessa forma, nos termos de Waisbord (2018), a pós-verdade destrói as condições de comunicação que permite a construção de uma base comum sobre a qual repousa as representações da realidade. Assim o é porque sua forma de comunicação se abstém da necessidade do debate público para que os cidadãos elaborem seus consensos e padrões

de interpretação da realidade e da verdade, fazendo-o ceder lugar ao relativismo absoluto no qual quaisquer padrões de verdade são contestáveis e parciais. Trata-se de verdadeira negação da possibilidade da verdade por força da impossibilidade da superação das interpretações subjetivas e da falta de compartilhamento de valores e normas comuns.

Ainda sobre a temática, Lewandowsky et al. (2017) alertam que a pós-verdade não busca estatuir um modelo coerente de realidade, mas sim almeja erodi-la ao ter como mote que estabelecer que os fatos não importam e que nem mesmo o conhecimento em si existe. Dispõe que um dos seus pontos característicos é o empoderamento das pessoas para escolham suas próprias realidades, nas quais fatos e evidências objetivas são preteridas em detrimento de crenças e preconceitos. Nesses mundos subjetivos, as mentiras não são apenas aceitas, como também incentivadas, pois elas tanto versam sobre a mudança das crenças das pessoas quanto sobre a afirmação do poder.

Loveless (2021) aponta que, neste cenário de construção de realidades alternativas, as *fakenews* são usadas como armas para erosão da democracia. Logram êxito em fazê-lo porque conseguem apelar aos sentimentos dos seus destinatários, demovendo-os do mister da análise crítica daquilo que é transmitido e, conseqüentemente, do dever de erigir espaços que viabilizem a ação política coletiva. Elas auferem vantagens mediante proliferação via internet, propiciam a sementeira da discórdia e da desunião e, ainda, aumenta os medos das pessoas apelando para realidades alternativas onde o mundo se revela ao indivíduo tal qual ele o sente e não como ele é. Todavia, o que é *fakenews*?

Kalsnes (2018) cita que, embora o termo *fakenews* tenha origem na década de 1890 e outras mais arrojadas a relacionem à origem da

imprensa de Gutenberg, bem como que, no seu transcurso histórico, fosse caracterizada como emulação de notícias, sua nova abordagem e conceituação são as que mais se adequam aos atuais tempos. Dessa maneira, o autor as estabelece como a desinformação permeada por falsidade, imprecisão ou engodo com o fito de causar dano público ou obter lucro. Ainda destaca que suas origens, hodiernamente, têm causas políticas, econômicas ou sociais e encontram nas redes sociais ambientes propícios à proliferação.

O manuseio das *fakenews* como arma oferece, segundo Chambers (2021), riscos à democracia em três grandes frentes. A primeira é a da manipulação intencional do debate, de modo a fazer com que prevaleçam as agendas das elites no debate público, quando estas deveriam ser palcos dos interesses periféricos mais urgentes. A segunda é a disrupção no processo de formação da opinião pública, pois os cidadãos passam a incorporar mentiras na formação de seu entendimento e isso contamina o debate de ideias para epistêmica da verdade. Enfim, se o povo está constantemente preocupado com a confiabilidade das informações, ele poderá descredibilizar a opinião pública e isso gerará desconfiança no processo democrático.

Em *terra brasilis*, Rodrigues et al. (2021) apontam a ampla divulgação de *fakenews* com o intento de manipular os resultados das eleições presidenciais de 2018 em favor do então candidato Jair Messias Bolsonaro, mediante divulgação de falácias acerca de seu principal adversário (Fernando Haddad). Deveras, foram 57 *fakenews* divulgadas por 1.073 contas que atingiram quase 4 milhões de compartilhamentos nos últimos meses do pleito eleitoral. Contudo, os autores trazem à tona que não apenas as eleições são eivadas por esse fenômeno, como

também na própria esfera pública, elidindo os fundamentos essenciais à vitalidade democrática.

Sarlet e Siqueira (2020), finalmente, citam o fenômeno de criação, pelas *fakenews*, de filtros-bolha que aprisionam grupos de indivíduos em mundos criados por suas pós-verdades e bloqueiam a transmissão completa das informações, de modo a conformá-las às convicções prévias individuais. Isso limita a capacidade retórica das pessoas e a sua formação de opinião, polarizando-as, impedindo a realização de debates que atinjam consensos e endossando a construção fantasiosa advinda da pós-verdade ao permitir que tenham contato apenas com aqueles que lhes reforcem as convicções. Os autores esclarecem que tudo isso, perpetrado no transcurso do tempo e potencializado pelas possibilidades da internet, inviabilize o retorno das coisas ao seu estado anterior, podendo causar danos à saúde da democracia brasileira.

Diante dessa situação, imperioso se faz o debate sobre a viabilidade da doutrina da malícia real como elemento que consegue regular a liberdade de expressão sem censurá-la e, ao mesmo tempo, protegê-la sem que se torne incubadora de *fakenews*.

### **A Doutrina da Malícia Real Como “A Esperança Equilibrista”<sup>5</sup>: defesa de sua instituição como elemento regulador e protetor da liberdade de expressão no direito brasileiro**

As exposições até então realizadas apresentam um cenário no qual se colocam em embate a liberdade de expressão e a preservação da democracia, ensejando situação parelha à apontada pelo Paradoxo

---

5. Referência ao poema: “O bêbado e a equilibrista”, de Aldir Blanc Mendes e João Bosco De Freitas Mucci, brilhantemente interpretado na voz de Elis Regina.

da Tolerância de Karl Popper, do qual Araújo e Kussler (2020) extraem três grandes ensinamentos. O primeiro é que a tolerância ilimitada poderá levar ao fim da tolerância, pois, inserta no Estado, a erradicará mediante emprego indiscriminado da violência e censura. O segundo é o respeito às opiniões e modos de pensar divergentes, desde que obedçam ao limite da contraposição racional, rechaçando-se a violência como forma de impor ideias. Finalmente, tem-se o direito de repelir opiniões intolerantes ao caracterizá-las e combatê-las como crime.

Para solução do paradoxo acima apontado, demonstra-se salutar a técnica da ponderação de princípios apresentada por Robert Alexy e resumida em Oliveira e Costa (2018) em quatro grandes etapas. A primeira é a identificação dos princípios em conflitos. A segunda é o apontamento da satisfação de cada um deles diante do caso. A terceira é a comprovação da importância da satisfação de um dos princípios e os motivos que justificam a atribuição de maior importância para um em detrimento do outro. A última versa sobre a indicação das consequências sobre a proporcionalidade e pesos distribuídos a cada um dos princípios.

Nesse sentido, a doutrina da malícia real se apresenta tanto como verdadeira ferramenta de ponderação entre a liberdade de expressão e a preservação do regime democrático contra as *fake news*, quanto como forma de aplicação do Paradoxo da Tolerância de Karl Popper.

Ao resguardar a liberdade de expressão, a doutrina da malícia real protege aquilo que Alves (2019) considera-lhe frutos: a busca pela verdade, o autogoverno, a autorrealização e a democracia cultural. A primeira se materializa no espaço aberto (a *ágora*) no qual há debates e troca de ideias que viabilizariam o encontro da verdade. O segundo deve ser considerado em duas vertentes: a primeira preconiza que todos

devem ter liberdade de manifestação e a segunda estabelece o direito de os interlocutores ouvirem tudo aquilo que importa ser dito, para que tenham informações necessárias à tomada de decisões. O terceiro consubstancia-se no espaço para que o indivíduo possa se expressar, construindo sua autonomia e identidade. Enfim, o último dispõe que a interação rica entre a pessoa e seu meio cultural gera influência mútua, o que ensejaria verdadeira ampliação da democracia em si.

Por outro lado, como rememorado pelos autores do presente em obra anterior (Lopes & Santos, 2022), Arendt (2016) exorta que a mentira pode lograr tamanho poder a ponto de destruir a verdade por completo mediante o atingimento do grau no qual o todo mundo esteja convencido por ela, inclusive aquele que a conta e subvertendo os fatos e a realidade em si. Tudo isso pode resultar na erradicação da verdade e na transformação dos fatos em questão de simples opinião e, trancadas em suas bolhas, as pessoas não conseguiriam mais exercer a liberdade de expressão porque o diálogo restaria inviável.

Neste ponto, a doutrina da malícia real também se demonstra, ao mesmo tempo, reguladora e protetora da liberdade de expressão em tempos de *fake news*. Protetora porque demanda a comprovação de dolo direto ou eventual de quem compartilha uma informação que se demonstra inverídica, protegendo o debate público e o trabalho de quem seriamente lida com a imprensa caso cometam erros em suas atividades. Reguladora porque disciplina os discursos que podem ser divulgados no debate público ao punir àqueles que propalam as falsidades intencionalmente ou mediante desinteresse temerário sobre a falsidade do fato.

Assim, a doutrina da malícia real preserva a liberdade de expressão daqueles que criticam o poder ao, por exemplo, preceituar que o

Mandatário da República não vale um pequi roído (G1 Toantins, 2021), ao passo que permite a punição exemplar de autoridades da República, tal qual seu Presidente ou Ministro da Saúde, os quais divulgaram desinformações sobre a vacinação e estimularam o povo brasileiro a adotar tratamentos ineficazes para Covid-19 (Monari et al., 2021) mediante, no mínimo, desinteresse temerário sobre a falsidade do fato, dados os alertas científicos incessantes sobre a eficácia das vacinas e a ineficácia do famigerado “tratamento precoce” (Moraes E Lima, 2021).

Finalmente, a doutrina da malícia real também é forma de aplicação do Paradoxo da Tolerância de Karl Popper porque permite a manifestação de ideias intolerantes para que sejam examinadas pelo crivo do debate público e nele rechaçadas, salvaguardando, *prima facie*, seus emissores. Contudo, ao se demonstrarem perniciosas e superarem o filtro da interlocução racional, seja pela agressividade, seja larvada em *fake news*, a doutrina da malícia real regula o exercício da liberdade de expressão e defenestra-as do debate público. Para tanto, deve-se verificar o dolo direto ou eventual de quem as divulga e, em sendo verificadas, autoriza-se o emprego de métodos mais incisivos, que vão desde a remoção de contas ou posts realizados em redes sociais até a prisão de quem as exara mediante conduta enquadrada como crime contra a honra ou contra o Estado Democrático de Direito.

## **Conclusão**

O presente artigo científico teve por finalidade examinar, através de revisão bibliográfica e análise de julgamentos do STF, a viabilidade da aplicação da doutrina da malícia real como elemento regulador e protetor da liberdade de expressão em tempos de *fakenews*. Tal hipótese

foi demonstrada como verdadeira, ao verificá-la como ferramenta de ponderação do dilema entre a proteção da democracia contra *fakenews* versus proteção da liberdade de expressão contra a censura.

Na primeira parte do trabalho pôde-se concluir que a doutrina da malícia real teve suas origens no caso NYT vs Sullivan, no qual a Suprema Corte Ianque decidiu pela primazia da liberdade de expressão sobre a honra. Seus desdobramentos estenderam o conceito de agente público às figuras públicas e consolidou a primazia da liberdade de expressão nos Estados Unidos. No Brasil, observou-se sua adoção quando do julgamento, pelo STF, da ADPF nº 130, que considerou a Lei de Imprensa não recepcionada pela Constituição de 1988. Em questões doutrinárias, analisou-se tal doutrina sob a ótica do trabalho de Rodrigo Gaspar de Mello, da qual se destaca, nessas conclusões, a importância de o autor da ação de reparação de danos contra a honra comprovar o dolo direto ou eventual do agente divulgador da mensagem, bem como a proteção que ela confere a este em questões de manifestações de críticas ofensivas em geral.

Na segunda parte do trabalho debateu-se o risco de o controle excessivo do discurso resultar, reflexamente, na censura direta do discurso, mediante análise de condutas do Presidente da República e de decisões do STF que resultaram em tolhimento da liberdade discursiva dos envolvidos e em autocensura (*chillingeffect*). No polo diametralmente oposto, averiguou-se que a liberalização demasiada do discurso resulta em instauração da pós-verdade e ampla divulgação do *fakenews*, cujos efeitos funestos são a destruição do espaço público onde ocorrem os debates (ágora) e impossibilidade do diálogo democrático, visto que aqueles que deveriam entabulá-lo passarão a estar aprisionados em suas bolhas de informação.

Na terceira parte defendeu-se a doutrina da malícia real, *per se*, como ferramenta de ponderação da valorização da liberdade de expressão e proteção da democracia, ao conferir primazia à primeira até o ponto em que seu exercício não prejudique a existência do debate público racional. É, também, forma de aplicação do Paradoxo da Tolerância de Karl Popper, ao permitir que as ideias intolerantes se manifestem no debate público para serem rechaçadas pelos contendores enquanto não ameacem a democracia e as liberdades de destruição, ocasião na qual serão repudiadas mediante força de lei, indo desde a remoção de posts e contas até a prisão. Portanto, é verdadeira reguladora e protetora da liberdade de expressão e da democracia em tempos de *fake news*: reguladora ao estabelecê-la, como limites, a disseminação de falácias mediante dolo direto ou eventual; protetora ao escudar àqueles que dela se exercem para ampliar e hipertrofiar o debate público, controlar, democraticamente, os Poderes e fortalecer a democracia, estando sujeitos, eventualmente, ao cometimento de erros que não serão mais punidos com processos cíveis e/ou criminais que a (auto)censura.

Enfim, entende-se que o presente trabalho trará contribuições à academia e à sociedade em geral ao abordar a doutrina ianque da malícia real como novo parâmetro de abordagem da liberdade de expressão, reforçando e ampliando a sua posição de primazia no direito brasileiro e salvaguardando os particulares da tentação de os detentores do poder censurarem seus adversários. Por outro lado, aborda a possibilidade de punição de quem divulgar *fakenews* mediante dolo direto ou eventual, impedindo a destruição acintosa do espaço do debate público por intermédio da sua substituição pela distopia da pós-verdade.

## Referências

- Alves, A. F. (2019). A posição preferencial da liberdade de expressão e o Conselho Nacional do Ministério Público. *Revista do CNMP*, (8), 135-162.
- Araújo, F. S. e Kussler, L. M. (2020). Da [im]possibilidade da tolerância para com o intolerante. *Occursus – Revista de Filosofia*, 5(1), 236-250.
- Arendt, H. (2016). *Entre o passado e o futuro*. Perspectiva.
- Binenbojm, G. (2003). Meios de comunicação de massa, pluralismo e democracia deliberativa. *Revista da EMERJ*, 6(23), 360-380.
- Brasil. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 130 Distrito Federal. Arguinte: Partido Democrático Trabalhista - PDT. Arguido: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Ministro Carlos Britto. Brasília, 30 de abril de 2009.
- Brasil. Supremo Tribunal Federal (Pleno). Reclamação 30.105 Pará. Reclamante: Google Brasil Internet Ltda. Reclamado: Turma Recursal Permanente de Belém. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, 13 de junho de 2018.
- Bunker, M. D. (2018). Corporate chaos: the muddled jurisprudence of corporate public figures. *Communication Law and Policy*, 23(1), 1-20.

- Chambers, S. (2020). Truth, deliberative democracy, and the virtues of accuracy: is fake news destroying the public sphere? *Political Studies*, 69( 1), 147-163.
- Creech, K. C. (2007). Defamation: libel and the media. In K. C. Creech (Ed.), *Electronic Media Law and Regulation* (1ª ed., vol. 1, pp. 317-366). Elsevier: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780240808413500120?via%3Dihub>
- Custodio, J. D. O. (2020). ¿Real malicia? Descifrando um estándar foráneo de protección del derecho a la libertad de expresión para su aplicación em Ecuador. *Derecho PUCP: Revista de laFacultad de Derecho*, (85), 375-411.
- Dissenha, R. C., & Guaragni, G. V. (2019). Fakenews, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Revista Direitos Culturais*, 14(34), 165-186
- Edmondson, A. (2016). Rearticulating New York Times v. Sullivan as social duty to journalists. *Journalism Studies*, 18(1), 1-16.
- Fernandes, T. R. M. (2021). Democracia defensiva: origens, conceito e aplicação prática. *Revista de Informação Legislativa*, 58(230), 133-147.
- Filho, J. C. M. B., & Sousa, P. P. S. (2020). Liberdade de expressão e censura judicial: uma análise da internet. *Revista Brasileira de Filosofia do Direito*, 6(2), 38-54.

- G1 Tocantins. (2021, março 20). Pequi roído: influencer de Palmas explica expressão que apareceu em outdoor contra Bolsonaro. *G1*. <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/03/20/pequi-roido-influencer-de-palmas-explica-expressao-que-apareceu-em-outdoor-contr-a-bolsonaro.shtml>
- Galuppo, M. C., & Rocha Jr, F. C. (2020). A censura e o princípio da neutralidade de conteúdo: liberdade de expressão e democracia. *Nomos Revista do Programa de Pós-graduação em Direito – UFC*, 40(1).
- Gomes, J. P. F. (2021). O paradoxo da (in)tolerância em Karl Popper e os limites-fronteiras do discurso de ódio. *Revista Brasileira de Filosofia do Direito*, 7(2), 18-34.
- Gomes, W. S. e Dourado, T. (2019). Fakenews, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2) 33-45.
- Hensler III, L. W. (2022). New York Times v. Sullivan transformed American defamation law from thumper's rule to incited obloquy. *SSRN Online*. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4031837>
- Kalpokas, I. (2018). Post-truth: the condition of our times. In I. Kalpokas (Ed.), *A Political Theory of Post-Truth* (1ª ed., vol. 1, pp. 9-49). Palgrave Pivot. [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-97713-3\\_2](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-97713-3_2)
- Kalsnes, B. (2018). *Fake news*. Oxford Research Encyclopedias.

- Lewandowsky, S., Ecker, U. K. H., & Cook, J.(2017). Beyond misinformation: understanding and coping with the “post-truth” era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 6(4) 353-369.
- Lopes, C. B., & Santos, C. B.(2022). Diálogo entre Arendt e Bauman sobre os principais riscos à democracia na modernidade líquida pós-pandemia: o cidadão transformado em consumidor e a verdade factual ameaçada.*Studies Multidisciplinary Review*, 3(2), 85-106.
- Loveless, M. (2021). Post information and democracy: fake news as an emotional weapon. In S. Giusti & E. Piras (Ed.), *Democracy and Fake News: Information Manipulation and Post-Truth Politics* (1ª ed. Vol. 1, pp. 64-76). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9781003037385-7/information-democracy-matthew-loveless>
- Martins, M. H., Farah, R. M., & Toledo, G. S. (2020). A remoção de conteúdos políticos da internet como estratégia eleitoral na democracia brasileira: perigos à liberdade de expressão na instituição de controles governamentais. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 7(3), 34-51.
- Martins, S. R. (2017). Censura. *Revista da Faculdade de Direito*, 112, 661-683.
- Mello, R. A. (2021). Bolsonaro e o jornalismo em conflito midiático. *Revista de Estudos da Linguagem*, 29( 4), 2485-2508.
- Mello, R. G. (2019). *Liberdade de expressão, honra e censura judicial: uma defesa da incorporação da doutrina da malícia real ao direito brasileiro*. Lumen Juris.

- Mezzaroba, O., & Landim, H. D. P. (2020). Responsabilidade penal de agentes políticos: análise do caso “dossiê do sangue contaminado” e a criação da Lei Fauchon na França. *Revista Jurídica – Unicuritiba*, 1(58), 664-687.
- Monari, A. C. P., Araújo, K. M. de, Souza, M. R. de, & Sacramento, I. (2021). Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. *Liinc em Revista*. 17(1), 1-21.
- Motta, I. M. (2016). Incompatibilidade entre a tentativa e dolo eventual, contendo o poder punitivo do Estado e efetivando direitos fundamentais: caso do ciclista atropelado na Avenida Paulista (SP). *Revista Jurídica Direito & Paz*, (34), 319-334.
- Moraes, D. R. e Lima, C. R. M (2021). Atenção básica e tratamento precoce contra a covid-19: entre o charlatanismo engajado e as evidências científicas e boas práticas terapêuticas. *Asklepion: Informação em Saúde*, 1(1), 50-63
- Oliva, T. D., Antonialli, D. M., & Santos, M. W. dos. (2019). Censura judicial ao humor: análise de decisões judiciais envolvendo liberdade de expressão na internet. *Revista Direitos Culturais*, 14(34), 19-44.
- Oliveira, P. E. V., & Costa, N. A. O. (2018). Ponderação à brasileira: a racionalidade da decisão judicial em Robert Alexy como desafio do estado constitucional democrático. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 1(1), 14-38.
- Paganotti, I. (2020). Acusações, notícias “falsas” e críticas na censura do site Crusoé pelo STF. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, 22( 3), 135-147.

- Paula, L. T., Silva, T. dos R. S. da, & Blanco, Y. A. (2018). Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre as fakenews. *Revista Conhecimento em Ação*, 2(1), 93-110.
- Rodrigues, T. M., Bonone, L., & Mielli, R. (2020). Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fakenews?. *Confluências: revista interdisciplinar de sociologia e direito*, 22(3), 30-52.
- Rönnau, T., & Becker, C. (2022). Evitação do dolo por dirigentes de empresas nos delitos relacionados à atividade empresarial. *Revista do Instituto de Ciências Penais*, 7(1), 24-45.
- Sarlet, I. W., & Siqueira, A. B. (2020). Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas “fakenews” nas redes sociais em período eleitoral no Brasil. *Revista Estudos Institucionais*, 6(2), 534-578.
- Sarmiento, D. (2016). Liberdades comunicativas e “direito ao esquecimento” na ordem constitucional brasileira. *Revista Brasileira de Direito Civil*, (7), 190-232.
- Silva, G. B., & Marques, F. P. J. (2021). “Compostura, senhor presidente!”: o governo Bolsonaro e a defesa do jornalismo pelas entidades representativas do campo. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, 23( 3) 77-90.
- Tuzzo, S. A., & Temer, A. C. R. P. (2021). As jornalistas sob ataque: um estudo sobre agressões às profissionais de imprensa em uma sociedade polarizada. *Lumina*, 15(3), 58-74.

Waisbord, S. (2018). The elective affinity between post-truthcommunication and populist politics. *Communication Research and Practice*, 4(1), 17-34.

Zirugo, D. (2021). Subordinating freedom of expression to human dignity: promoting or undermining journalism – a case of Zimbabwe. *African Journalism Studies*, 42, 43-58.

# TRAJETÓRIAS DE AFIRMAÇÃO E CURADORIAS UCHINANCHU: UMA REFLEXÃO ATRAVÉS DA OBRA DA ARTISTA HIROMI TOMA

*Rosa Maria Araújo Simões<sup>1</sup>*  
*Isabela Hueara Carneiro<sup>2</sup>*

A imigração uchinanchu para o Brasil deu-se início em 1908 com a chegada do navio Kasato Maru, quando 325 dos 781 primeiros imigrantes nipônicos eram nativos da província de Okinawa. Atualmente quase metade da população uchinanchu<sup>3</sup> vive fora do Japão, sendo que 48% destes se encontram no Brasil, o que faz com que o país abrigue a maior comunidade nipônica, e dentro dela a maior comunidade uchinanchu, fora do Japão na atualidade. Como Pires (2016) coloca, todo esse

- 
1. Doutora em Ciências Sociais. Professora na Universidade Estadual Paulista - Campus de Bauru. [rosa.simoed@unesp.br](mailto:rosa.simoed@unesp.br)
  2. Licenciada em Artes Visuais. Bacharelanda em Artes Visuais na Universidade Estadual Paulista - Campus de Bauru. [isabela.hueara@unesp.br](mailto:isabela.hueara@unesp.br)
  3. Nome dado às pessoas originárias das ilhas de Okinawa.

processo migratório e os acontecimentos que levaram a ele não foram escassos de experiências traumáticas. O povo uchinanchu foi uma etnia independente até o ano de 1879 quando foram oficialmente anexados ao Japão durante o Governo Meiji. Essa anexação que “transformou” os uchinanchu em japoneses permitiu que o “japonismo” tomasse conta das subjetividades sócio-culturais dessa população, ocasionando em um processo muitas vezes violento de dominação e aculturação forçada.

Durante o decorrer desta anexação, tradições e costumes julgados como não-japoneses foram declarados ilegais no intuito de serem perseguidos até a sua extinção. Mas ainda assim, desde este acontecimento até os tempos atuais, a cultura ancestral desta comunidade perdura, sendo praticada tanto em Okinawa quanto nas diásporas, e é frequentemente revisitada e negociada através de suas práticas artísticas, sejam elas tradicionais ou contemporâneas. O crescente número de artistas uchinanchus que afirmam sua identidade cultural por meio de sua produção é reflexo deste fato e deve ser levado em consideração quando se propõe a pensar em metodologias decoloniais dentro do sistema institucional da Arte. Para obter uma vantagem teórica sobre o assunto, é emprestado neste trabalho argumentos e teses provenientes principalmente de pesquisas sobre as artes contemporâneas indígena, aborígene e maori. Isto, no entanto, não significa que a produção sobre a arte contemporânea uchinanchu não seja válida, e sim que sua bibliografia é escassa, por motivos que serão explorados à frente.

É de conhecimento comum que dentro de um contexto diaspórico como o que encontra-se agora, a diferenciação cultural e étnica entre uchinanchus e japoneses do Japão continental não é sequer reconhecida pela maioria das pessoas de fora da comunidade. Isso cria um desafio

ainda maior na tarefa de falar sobre e apresentar uma arte uchinanchu, e principalmente uchinanchu contemporânea na medida em que estes artistas e curadores têm de primeiro defender e esclarecer a sua própria existência para então defender o ponto de vista e a importância deste tipo de arte. Esta situação se difere da arte contemporânea indígena brasileira, por exemplo, tanto em razão do povo uchinanchu ser um grupo étnico não originalmente nativo ao Brasil, como também porque este povo, como categoria específica, não é sequer reconhecido no Japão, sua “terra natal”. Os uchinanchu são reconhecidos oficialmente como etnia indígena pela UNESCO, mas não ainda pelo governo japonês, que desde sua anexação vem tentando combater e dissipar essa autodeclaração.

Certamente, para a arte contemporânea indígena brasileira, aborígene ou maori, exemplos supracitados acima, ainda existe uma dependência de patronagem de agentes institucionais externos às suas comunidades. Mas não podemos negar que estas narrativas, quando comparadas com a da arte uchinanchu, são mais florescentes dentro deste sistema. Exemplificativamente, em uma entrevista concedida pela artista Laura Kina a existência de uma categorização da arte uchinanchu é posta de maneira não discernida pelo mundo da Arte nos Estados Unidos:

Posso citar os artistas americanos Uchinanchu que têm reconhecimento nacional (Toshiko Takeazu, Kaz Oshiro, Emily Hanako Momohara, Denise Uehara) e Okinawanos que são conhecidos globalmente (Yamashiro Chikako, Mao Ishikawa, Yasuo Higa, Yuken Teruya), mas não acho que esta seja uma categoria muito considerada. Para os okinawanos nos Estados Unidos, muitas vezes somos incluídos sob os guarda-chuvas de identidade de “asiático-americano” ou “japonês-americano”. (Kina, 2022)

A ação subjetiva de consumir uma obra de arte permite a criação de um diálogo pautado na interpretação da mesma, onde indivíduos possam, agora coletivamente, aprender e discutir sobre suas diferentes perspectivas. Disseminar tais narrativas dentro desse contexto faria com que este grupo ganhasse maior visibilidade como um todo. É de conhecimento geral que arte carrega em si a possibilidade de desafiar e ressignificar estruturas culturais e sociais. Ela pode ser utilizada estrategicamente como um mecanismo ideológico que reforça a etnicidade e, em consequência, a resistência à dissolução da etnia (Marques, 2018, p. 4).

### **Curadorias Uchinanchu**

Já defendeu-se aqui a significância de trazer visibilidade para essas narrativas artísticas, mas porquê vindicar por uma curadoria também uchinanchu? O que significaria esse tipo de metodologia curatorial e qual a importância da sua inserção dentro dos mundos da Arte globais, mas em especial, no Brasil? Friques e Basbaum (2020) argumentam que em uma tentativa de descolonização das práticas artísticas, não somente as obras e os processos artísticos estariam sendo apropriadas por estes povos subalternos, mas também a própria prática curatorial:

fazendo com que o espaço expositivo – que inclui o espaço das obras, mas não se limita a elas, envolvendo também novas institucionalidades e a produção de outros públicos e comunidades – seja um campo de experimentação de olhares, sentidos e saberes deixados à margem pela historiografia tradicional da arte (Friques & Basbaum, 2020, p. 12)

Primeiramente, quando refere-se à vertentes decoloniais da curadoria estaria-se acima de tudo reivindicando por uma figura de

curador semelhante ao curador “facilitador”, que como descreve Oguibe (2004), se preocupa em construir uma relação recíproca de respeito, e não de serventia ou hierarquia. Dessa forma, o projeto curatorial como um todo é colaborado entre curadores, artistas e demais profissionais envolvidos neste processo. E em curadorias pautadas em um sistema de valores de comunidades originárias, são estas perspectivas coletivas e compartilhadas que são priorizadas, em oposição ao individualismo valorizado dentro de sociedades ocidentais. Mesmo que essa postura tem sido questionada por diferentes tendências reformadoras da curadoria contemporânea, o comportamento do curador ocidental de assumir a posição de autoridade máxima sobre os artistas e demais intervenientes deste processo ainda é validado e ainda se mostra muito presente dentro de instituições do mundo da Arte.

O presente trabalho não tem o objetivo de desconsiderar de forma absoluta o método antes utilizado na curadoria ocidental, mas sim, trazer novas perspectivas sobre as formas que uma curadoria preocupada em contemplar as necessidades intrínsecas das obras e dos artistas curados pode assumir. Oguibe salienta a importância de um relacionamento simbiótico de respeito e compreensão mútua, em que os artistas enxergam no curador uma oportunidade de estímulo e incentivo produtivo, e não um obstáculo; um colaborador, e não um interlocutor inconveniente; um sócio no empreendimento de construir, e não um mero empresário tirânico que fica no meio do caminho (Oguibe, 2004, p. 17). A arte contemporânea uchinanchu, assim como a de outros povos originários florescem quando colocadas em destaque através de curadorias sensíveis que se preocupam e entendem suas complexidades. Questões íntimas de identidade e ancestralidade são acessadas recorrentemente dentro destas

artes e para compreendê-las é necessário um componente trans-tempo histórico e trans-geográfico, como diz Jaider Esbell (2018). Por meio de uma curadoria nativa seria possível interpretá-las através de uma lente única, fazendo jus e inteirando à sua própria identidade e cosmovisão.

Adicionalmente, não é um mistério que o mundo da Arte opera em códigos elitistas que facilitam que certos grupos já possuintes de alguns privilégios e vantagens sociais mantenham seus status quo. E, por mais que já exista uma movimentação que tem a intenção de combater esse tipo de atitude, ainda é possível afirmar que esse mundo, e esse mercado, continuam com o mesmo hábito de excluir o Outro<sup>4</sup>. É por esse motivo que nos últimos anos emergiram projetos como o projeto “Curadorias em disputa: quem são as curadoras e curadores negras, negros e indígenas brasileiros?” da curadora Luciara Ribeiro, que em 2020 surge com a intenção de mapear curadores negras, negros e indígenas atuantes no território brasileiro:

A pouca empregabilidade dos curadores negros e indígenas ao longo da história de curadoria no Brasil fica explícito quando vemos, por exemplo, que o Museu de Arte de São Paulo (MASP), fundado em 1947, contratou suas primeiras curadoras negras, Horrana de Kássia e Amanda Carneiro, apenas em 2018, e a primeira curadora indígena, Sandra Benites, somente em 2019. (Ribeiro, 2020)

Essas identidades estão em falta não somente quando se fala de artistas e da arte em si, mas também quando olha-se para os bastidores, para os curadores, museólogos, diretores, produtores culturais e cada

---

4. Termo usado por Maura Reilly para definir aquele que não se conforma com a norma do homem, branco e ocidental/europeu.

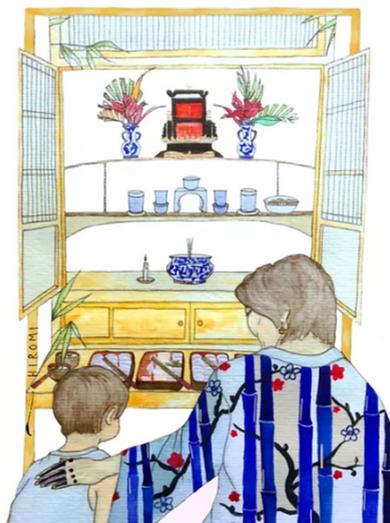
papel institucional atuante dentro deste sistema. Thea Pitman (2021) afirma que o mundo da Arte atual ainda está muito fundamentado nos valores europeus e norte-americanos de sua origem, e que ele se abriu para a arte indígena apenas de forma fracionada, intencionando que estes artistas não ocupem posições onde possam obter uma autoridade realmente significativa. Decerto, atualmente pode-se observar uma crescente busca por uma arte que promova esta chamada diversidade, mas este tipo de integração, quando feita de maneira não-inclusiva pode ser contraprodutiva, facilitando a objetificação da figura do “exótico” sob um olhar fetichista e colonial. Muñiz-Reed (2020) argumenta que a inclusão sistemática de narrativas oprimidas em exposições de arte se mostrou insuficiente e que, quando não realizadas de maneira abrangedora daria origem ao que o autor chama de “tokenismo institucional”, conjuntura que continua a reforçar as hierarquias de poder preexistentes. Se torna necessário que essas identidades se façam envolvidas em todo o processo para que possam afirmar de fato seu poder coletivo, além de realizar um processo de revisão crítica sobre as estruturas que fundamentam estas instituições. A ação de curar estas obras de arte em específico necessita de não somente um “tornar visível”, mas também um “tornar presente” tais cosmovisões a fim de que suas comunidades curem suas próprias “práticas de re-existência” (Pitman, 2020).

Isto não significa também que um curador racializado iria, necessariamente, atuar a partir de uma metodologia considerativa de sua etnicidade, ou da etnicidade das obras a serem curadas. Existem limitações para a liberdade criativa de qualquer profissional, seja ela pessoal, de criação ou formação, ou institucional, relacionada à organização em que este atua. Mas é evidente que o sistema institucional

operante é ocupado por figuras de poder em sua maioria, brancas, europeias ou norte-americanas. A falta de presenças diversificadas atuando neste meio implica em um não comprometimento efetivo na construção de um cenário decolonial, anti-racista e anti-hegemônico nas Artes. O artista aborígene Richard Bell (citado em Le Roux, 2014, p. 2) faz alusão à essa dominação no texto que acompanha sua obra *Scientia e metaphysica* (Bell's theorem) onde ele afirma que o setor de artes indígenas é dominado por intermediários não indígenas (coordenadores de arte, antropólogos, curadores, comerciantes de arte e críticos) que favorecem seus interesses pessoais aos dos artistas nativos, conseqüentemente impondo à arte aborígene uma lente “romântica” e descontextualizada.

### Figura 1

*Totome [Pintura em aquarela]*



hiromi.andreia. (2021).

O exemplo escolhido para demonstrar esta temática foi o da curadoria da artista uchinanchu-brasileira Hiromi Toma para o trabalho “Hajichi - uma trajetória sensível de leitura através do olhar da arte uchinanchu contemporânea” da pesquisadora também uchinanchu-brasileira Isabela Hueara Carneiro (2022). A curadoria de Carneiro foi baseada em artistas uchinanchu globais que exploram ideias em torno da hajichi, uma prática cultural artística de tatuagem do povo de Okinawa que foi banida pelo Império Japonês após a anexação. O projeto constitui uma trajetória de leitura antropológica da prática através de uma leitura de obras de artistas contemporâneos desta comunidade. Este percurso foi dividido em categorias significativas para o entendimento e interpretação da hajichi, e as obras de Toma foram exibidas na seção “energia feminina” que disserta como essa manifestação se relaciona com o entendimento de feminilidade e papéis de gênero do povo uchinanchu. Esta questão pode ser lida de diversas maneiras, desde pensando no fato da prática da hajichi ser realizada somente por mulheres, até a sua conexão com a espiritualidade uchinanchu e o cotidiano coletivo vivenciado por essa comunidade. A obra “totome” é um retrato singular desse cotidiano inconfundível experienciado por quem cuida, e quem é cuidado. Lembrando que, quando fala-se sobre cuidado, e também sobre cotidiano, na comunidade okinawana brasileira na grande maioria das vezes estaria se aludindo às mulheres. Sobre isso, a antropóloga Lais Miwa Higa (2021) chama a atenção para a literatura que consumimos sobre a comunidade okinawana, e como ela foi escrita historicamente por e para homens. A autora afirma que esta bibliografia portanto não se importa em ceder lugar para todas as mulheres uchinanchu que construíram essa coletividade. Em oposição,

“totome” desempenha exatamente este importante papel de retratar, e conseqüentemente afastar deste lugar de desvalorização, as figuras femininas que nos bastidores seguiam sendo um pilar essencial para a manutenção da comunidade e de sua cultura e, que, por conta da desvalorização do trabalho doméstico, do trabalho do cuidado tiveram suas experiências vividas silenciosamente, fora das narrativas contadas nos livros e na história.

“A vida se faz no cotidiano. E esse é o lugar que as mulheres estão, elas estão no lugar do cotidiano, da construção do dia-a-dia que é fundamental” afirma Higa em uma entrevista concedida para o Urizun Kai em 2021. E para muitos dessa comunidade esse cotidiano se faz presente assim como na obra de Hiromi Toma, na frente de um totome<sup>5</sup>, acendendo senko<sup>6</sup> junto da obachan<sup>7</sup>. Esta obra em específico possui um caráter familiar ainda mais palpável por retratar uma experiência tão comumente vivenciada por pessoas desta comunidade. Ela faz com que seus espectadores reflitam acerca da própria ancestralidade ao enxergar sua linhagem familiar, o que, pode-se afirmar, é um dos primeiros passos para se entender parte de uma ancestralidade coletiva. A própria artista aponta isso em uma entrevista quando afirma que “no começo tinha uma ideia muito pessoal de minha ancestralidade, minha avó, olhar pra minha mãe, uma coisa meio individual”, e posteriormente foi adquirindo mais camadas compartilhadas simultaneamente em que Hiromi se envolvia com a sua comunidade.

---

5. Pequeno altar que dentro da espiritualidade okinawana tem a função de cultivar os antepassados.

6. Incenso japonês. É aceso como um ritual religioso, da mesma forma que a vela é acesa em religiões cristãs.

7. Avó em nihongo (língua japonesa).

A ancestralidade coletiva se relaciona com as noções de reconhecimento, na medida em que “o reconhecimento de uma identidade cultural acontece em esfera social e coletiva a partir da memória de um grupo” (Souza, 2009, p. 91). Podemos observar essa evolução no trabalho de Toma, que passa por uma ancestralidade individual, que a permeava singularmente e era movido por um entendimento da sua linha geracional, sua família imediata, até o entendimento de que este imaginário é acessado da mesma forma para todas as pessoas pertencentes a essa comunidade. Então, todo o processo desde a conceitualização de sua arte até sua criação torna-se compartilhado, e por consequência foi muito mais abraçado enquanto mais adentrava a comunidade. Isso pode ser comprovado quando comparamos dois de seus trabalhos, “HAJICHI & Ancestralidade” e o seu projeto mais recente de atuação como hajichaa (tatuadora, pessoa que faz as hajichis).

Quando a artista detalha o começo do processo de autoentendimento ela discursa sobre “quando faço esse primeiro olhar para trás, vejo minha mãe e passo a observá-la como um ser separado de mim, com sua própria história para ver se consigo de alguma forma buscar as origens do que me compõem”. Então não é incomum o fato de que seus trabalhos mais antigos, como “HAJICHI & Ancestralidade” serem projetos que carregam uma inspiração significativa em sua família imediata. Esta obra é composta por linguagens multimídias de criação de moda e vídeo documentados a partir de um ritual de desconstrução conceitual. Fotos desta performance realizada pela artista, sua mãe e sua irmã aparecem no vídeo enquanto uma narração também compartilhada entre as três discursa sobre o rito cerimonial de obtenção da hajichi.

## Figura 2

*Foto do projeto “HAJICHI & Ancestralidade”*



hiromi.andreia. (2021).

Seu trabalho como hajichaa, apesar de discutir questões similares, tem uma abordagem um tanto diferente. A gênese deste projeto, explica a artista, surge da necessidade de acessar as histórias orais de dentro da comunidade naturalmente e de forma que não soasse como uma “performance”. A artista alega que através do diálogo que pode ser mantido ali, durante a obtenção da tatuagem, uma relação é criada ao decorrer das conversas que acontecem espontaneamente. Como é sabido, o processo de obtenção da hajichi é vagaroso, a tatuagem é feita a partir da técnica de “handpoke”, onde a agulha é inserida na pele manualmente diversas vezes. Tradicionalmente, esta era uma cerimônia que unia mulheres em volta das marcas compartilhadas em suas peles e o processo de recriação desta prática evoca estas mesmas questões.

Hiromi afirma que não conseguiria acessar estas pessoas, suas histórias e memórias, de outra maneira.

Aí acho que na tatuagem isso casou muito bem porque não estou performando né? Já é o processo. E a conversa rola naturalmente ali, e são conversas muito profundas. Se não fosse pela tatuagem acho que não conseguiria acessar de outros jeitos. (Toma, 2022)

**Figura 3**



HIROMI (2022)

Quando se aborda questões pautadas em um saber que se origina no passado é importante ter um conhecimento de como esses conhecimentos são compartilhados com a comunidade em que se adentra. Essas histórias oferecem para o artista e para o curador a bagagem necessária para localizar a temática em um contexto simultaneamente individual e cultural, e conseqüentemente demonstrar a complexidade destas obras de arte. Mesmo que a identidade cultural de um grupo, em especial um grupo imigrante como os uchinanchus brasileiros, esteja em um processo de constante transformação, há pilares e conjunto de

saberes que devem ser respeitados. Quando se cria narrativas artísticas uchinanchu contemporâneas é preciso compreender que já existe um sistema cultural e artístico estabelecido dentro dessa comunidade, presente não apenas no passado mas atuante até os dias presentes.

Para garantir que a agência curatorial uchinanchu seja alcançada, e superar a noção de que a perspectiva artística ocidental seja a decisiva, deve-se pensar em construir essas narrativas através da troca coletiva, de conversas, internamente na comunidade, entre as diferentes gerações de uchinanchus e então externalizar para os espaços institucionais da Arte.

Adicionalmente, isso não significa que não há mais espaços para novas e necessárias discussões. A ancestralidade uchinanchu graças aos esforços da comunidade já é de certa forma bem delimitada mas, como vimos anteriormente, ainda há reparações para serem feitas internamente. E apesar da arte uchinanchu, da arte de povos originários de modo geral, se apoiarem em uma noção do passado, elas são emergentes no presente, e podem ser compreendidas como sendo de natureza cíclica. A arte, tal qual a curadoria uchinanchu, leva em si esse caráter renovador da cultura, é fundamental esse constante (re)inventar, (re)visar das tradições. Se mostra necessário afrouxar as redes temporais. O olhar para a ancestralidade como um conceito cristalizado, não passível de alterações faria com que este tipo de arte caísse vítima de uma noção obsoleta e não representasse de fato esse diálogo contínuo entre passado, presente e futuro. Assim como a ação curatorial, que é descrita por Herkenhoff (2008) como uma projeção temporária de sentidos sobre a obra, o que implicaria que esta não se trata de verdades absolutas e também está à mercê das mudanças que acontecem no pensamento coletivo da comunidade artística e comunidade no geral.

## Conclusões

A escolha de trazer a obra de Hiromi como exemplo serve para demonstrar como a leitura da arte uchinanchu contemporânea em conjunto destes percursos curatoriais pode servir como um lugar de escuta para as necessidades deste povo. As curadorias uchinanchu devem surgir com a intenção de dar continuidade às trajetórias culturais e artísticas que as comunidades uchinanchu transcorrem na contemporaneidade.

Embora uma prática curatorial que realmente intencione a problematização da hegemonia artística possa priorizar atividades ancoradas na própria comunidade, e não em instituições como museus e galerias, a capacidade de “mover o conhecimento” é o que possibilita que a curadoria atue como uma potente articuladora de mudanças sociais no mundo das artes entre todos os espaços que ela decide por ocupar. O que significaria essas artes estarem presentes não só em museus e galerias mas também dentro dos *kaikans*<sup>8</sup>? É notório que o caminho traçado pela arte uchinanchu há de percorrer diversas figuras que não necessariamente reconhecem a importância de sua intervenção neste sistema. Mas a movimentação recente que esta comunidade vem fazendo, de assumir a responsabilidade ao administrar suas próprias narrativas tem como consequência tanto a afirmação, quanto a manutenção de sua cultura ancestral e suas presenças nos tempos presentes. Criar esse espaço onde as gerações mais novas de uchinanchus possam reconhecer e conhecer sua identidade cultural, e as gerações mais velhas, aquelas que viveram na pele a proibição da sua cultura por um processo imperialista de apagamento da memória, possam desenvolver uma ação de cura de

---

8. Nome dado para os clubes da Associação Okinawa Kenjin do Brasil.

feridas e traumas geracionais, reapropriando-se do conhecimento que antes foi-lhes negado. Como Carneiro (2022) coloca:

O caráter de resistência presente nas trocas e na partilhas intergeracionais dessa comunidade se opôs à assimilação cultural, primeiramente imposta pelo Império Japonês, e hoje facilita uma perpetuação e reinvenção da cultura Uchinanchu dentro de suas diásporas, ou até mesmo dentro de Okinawa. (Carneiro, 2022, p. 65)

Apesar do apagamento sistêmico de saberes que o povo uchinanchu atravessou, pode-se observar como sua cultura ancestral ainda é elemento vivo, e a maneira que ela atravessa produções artísticas de uchinanchus na contemporaneidade demonstra a determinação deste povo em continuar a semear sua ancestralidade e identidade para que elas continuem a dar frutos. Prover um agenciamento nativo a estas artes se mostraria eficaz em traduzir, de forma íntima, a complexidade destas questões ao espaço expositivo e ao público presente ali. O curador atua nesse contexto como uma ponte entre o artista e o produto final desse processo, a exposição e seus espectadores. E, ao já possuir proximidade intrínseca com este tipo de arte, seu papel de negociador entre estes pilares adicionaria uma camada significativa na mediação de tais obras. Como apontam Tawanã Kariri-Xocó e Yarú Tupinambá em Pitman (2021), a falta de um expositor nativo pode deixar uma lacuna na apresentação destas obras, onde camadas de significação podem passar despercebidas. Kariri-Xocó comparou isto a uma experiência de ser visto mas não ser ouvido, e Tupinambá complementa:

Eu acho que agora o povo vai olhar e [dizer] ‘Foi um indígena que fez isto’, mas não vai ter o mesmo impacto, o mesmo sentido,

entendeu. Eu acho que com a gente lá, com nós indígenas apresentando os nossos próprios trabalhos, eu acho que teria um impacto maior. (depoimento de Tubinambá em Pitman, 2021, p. 100)

A demanda da inserção destas perspectivas na história da Arte, em museus e galerias não é somente pela Arte em si, ou pelos artistas individualmente. Essa ação gira em torno da comunidade, na maneira em que eles experienciam sua ancestralidade, e na possibilidade de transmitir este sentimento ao público que ainda é externo a essa cultura. A Arte garante a este público a possibilidade de entender e apreciar a cultura uchinanchu de forma consciente e sensível, e esta movimentação é facilitada quando presenças também uchinanchus participam do processo como um todo. Em suma, a análise desses temas pode contribuir para a compreensão de alguns aspectos de curadorias uchinanchu. Uma curadoria que deve ser pensada levando em consideração as filosofias existentes e emergentes de dentro da comunidade para fora dela. Como afirma Thea Pitman em seu livro “Decolonising the Museum” (2021), abrir as portas para a arte não ocidental mas ainda abraçá-la conforme uma estrutura estética ocidental, é uma solução paliativa. Tais movimentos conceituais têm de ser orientados para o futuro uchinanchu, como os exemplos acima demonstram. A arte é uma ferramenta que facilita a compreensão e implementação de determinadas práticas, tradições e saberes de diferentes etnias. Quando essas narrativas emergem, elas reivindicam toda a trajetória de disputas que essas comunidades traçaram até aqui e passar por esses caminhos faz com que todo esse imaginário compartilhado uchinanchu seja renovado, legitimando a presença dessas

histórias. Pensar em uma curadoria uchinanchu é prover oportunidades para esta comunidade expressar suas perspectivas e dar voz às suas ideias.

## Referências

Carneiro, I. H. (2022). *Hajichi - uma trajetória sensível de leitura através do olhar da arte uchinanchu contemporânea* [Dissertação de Graduação, Universidade Estadual Paulista].

Eshell, J. (2018, Janeiro 22). Arte indígena contemporânea e o grande mundo. *Select*. <https://www.select.art.br/arte-indigena-contemporanea-e-o-grande-mundo/>

Friques, M. S., & Basbaum, R. (2020). O que pode uma curadoria descolonial? *Revista Poiésis*, 11-16.

Herkenhoff, P. (2008). Bienal 1998: princípios e processos. *Marcelina - Revista do Mestrado em Artes Visuais da Faculdade Santa Marcelina*, (1), 20-36.

hiromi.andreia. (2021, fevereiro 19). *Processo criativo HAJICHI & Ancestralidade no @movimentomodabrazil e @\_monicahorta* [Fotografia]. Facebook. <https://www.facebook.com/hiromi.andreia/photos/pb.100063607383232.-2207520000./250941633250244/?type=3>

H I R O M I 當眞裕美. [\_\_\_\_\_hiromi]. (2022, abril 16). *Hajichi da Laís* [Fotografia]. Instagram. <https://www.instagram.com/p/Cca-hu2urUS/>

- Le Roux, G. (2014). *Australian Indigenous 'artists? critical agency and the values of the art market*. Les actes de colloques du musée du quai Branly Jacques Chirac.
- Marques, D. (2018). *As Artes Indígenas Brasileiras e a Antropologia da Arte*. CONARTES.
- Muñiz-reed, I. (2019). *Pensamentos sobre práticas curatoriais no giro decolonial*. MASP.
- Oguiibe, O. (2004). O fardo da curadoria. *Revista Concinnitas*, 6-17.
- Pires, R. S. (2016). *Os outros japoneses: festivais e construção identitária na comunidade okinawana da cidade de São Paulo* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Pitman, T. (2020). Curadoria indígena e comunalidade coeva. *Lugar Comum*, (59), 53-83.
- Pitman, T. (2021). *Decolonising the Museum: The Curation of Indigenous Contemporary Art in Brazil*. Tamesis Books.
- Reilly, M. (2018). *Curatorial Activism: Towards an Ethics of Curating*.
- Ribeiro, L. (2020, november 4). Curadorias em Disputa: Quem São as Curadoras e Curadores Negras, Negros e Indígenas Brasileiros? *Projeto Afro*. <https://projetoafro.com/editorial/artigo/curadorias-em-disputa-quem-sao-as-curadoras-negras-negros-e-indigenas-brasileiros/>

Souza, Y. N. (2009). *Comunidade Uchinanchu na Era da Globalização: Contrastando ? okinawanos? e ?japoneses?* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].

Urizun Kai. (2021, Junho 10). *Yuntakukai: Bate-papo sobre Okinawa no Brasil - Mulheres Uchinanchus no Século XXI* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=umHhqhTbzbU>

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Acadêmicos 13  
antifeminismo 216

## B

Bridgerton 33, 35, 36, 38, 43, 44, 48, 49, 50,  
51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60

## C

cidadã 64, 87, 92, 137  
Cidadã 72, 129  
cidadão 63, 130, 131, 267, 320  
Cidadão 130  
cidadãos 47, 130, 154, 220, 221, 265, 308,  
310  
Cidadãos 151  
cidadãs 62, 63, 64, 74, 131, 132, 211  
comunicação 8, 10, 12, 15, 16, 18, 20, 21,  
22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34,  
39, 41, 43, 46, 57, 64, 73, 75, 76, 77,  
78, 87, 111, 117, 128, 129, 134, 136,  
137, 138, 148, 150, 153, 154, 155, 158,  
159, 163, 165, 176, 179, 190, 191, 192,  
193, 194, 199, 202, 204, 216, 217, 219,  
220, 221, 223, 226, 233, 235, 236, 242,  
244, 246, 247, 248, 250, 259, 263, 266,  
274, 278, 279, 286, 287, 308, 317,  
318, 319, 344  
Comunicação 12, 13, 15, 16, 18, 22, 23, 26,  
27, 28, 30, 32, 33, 57, 58, 61, 62, 75,  
76, 77, 78, 80, 86, 89, 124, 125, 127,  
150, 151, 152, 153, 170, 176, 179, 183,  
191, 213, 216, 218, 219, 220, 232, 240,  
242, 271, 272, 288, 344  
comunicación 150  
comunicações 292, 295, 344  
curadoria 226, 327, 328, 329, 332, 337, 338,  
340, 341, 342

Curadoria 342

curadorias 328, 338, 340, 342

Curadorias 324, 327, 329, 342

## D

democracia 86, 149, 197, 224, 241, 269, 275,  
291, 292, 295, 306, 309, 310, 311, 312,  
313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 322

Democracia 151, 267, 269, 318

democracias 144, 292, 295

democrática 88, 249, 251, 269, 296, 311

democrático 310, 312, 315, 321

Democrático 314, 317

democráticos 304

diversidade 44, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64,  
65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 89,  
99, 143, 160, 166, 168, 169, 189, 192,  
196, 206, 330

Diversidade 61, 68, 69, 70, 72, 73, 78, 79,  
199, 201, 205, 206

diversidades 60, 77

docência 16, 175

## E

educação 38, 61, 62, 67, 74, 85, 96, 97,  
143, 213

Educação 61, 124, 125, 150, 151, 238, 240

## F

Facebook 154, 185, 194, 196, 199, 202, 228,  
230, 233, 270, 282, 283, 341

fake news 73, 291, 293, 303, 312, 313, 314,  
316, 318, 320

fakenews 291, 293, 303, 304, 305, 308, 309,  
310, 311, 314, 315, 316, 322

Fake news 319

Fakenews 308, 318, 319

Fake News 320

feminina 8, 18, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 49, 50, 57, 60, 83, 93, 95, 99, 100, 101, 108, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 130, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 195, 197, 198, 202, 207, 211, 212, 229, 332

Feminina 21, 23, 60, 175

femininas 9, 21, 29, 34, 35, 36, 54, 102, 106, 109, 112, 113, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 131, 134, 192, 206, 208, 212, 333, 344, 346

Femininas 105, 112, 118, 121, 344, 346

feminino 24, 26, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 41, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 57, 58, 81, 83, 89, 91, 92, 93, 97, 105, 107, 108, 111, 119, 120, 121, 122, 123, 131, 150, 170, 181, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 199, 206, 207, 232

Feminino 17, 21, 28, 114

femininos 35, 44, 84, 91, 107, 113, 118

feminismo 42, 59, 80, 81, 83, 99, 125, 132, 140, 143, 144, 150, 166, 168, 180, 191, 192, 195, 215, 223, 233

Feminismo 59, 151, 165, 177, 178, 180, 214

Feminismos 84, 178, 180, 191, 238

## G

gênero 217, 226, 228, 236

gênero 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 49, 54, 56, 62, 64, 70, 71, 73, 80, 81, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 99, 101, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 123, 125, 131, 132, 133, 134, 140, 143, 152, 153, 154, 156, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 210, 213, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 332

gêneros 45, 56, 93, 99, 111, 127, 133, 144, 164, 176, 184, 283

Gêneros 14, 178

## H

Hiromi Toma 324, 332, 333

## I

Instagram 135, 283, 341

## J

jornalismo 141, 142, 147, 148, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 220, 249, 292, 306, 318, 319, 320, 322

Jornalismo 33, 127, 157, 165, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 319

jornalista 152, 156, 158, 161, 163, 174, 179

Jornalista 105, 174, 176, 178, 179

jornalistas 153, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 306, 322

Jornalistas 176

## L

Lei Mari Ferrer 127, 129, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146

LGBTQIA+ 61, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 140, 144, 206

liberdade de expressão 225, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321

Liberdade de expressão 318, 320, 322

Liberdade de Expressão 303

## M

Masculinas 105, 112, 115

masculinidade 92, 100, 101, 116, 117, 216, 217, 223, 224, 226, 231, 238

memes 216, 217, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237, 239

Meme 227, 228, 229, 232, 233

memes 211, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Memes 221, 233, 238, 241

mulher 8, 21, 23, 24, 28, 29, 31, 32, 38, 42, 43, 49, 50, 51, 56, 80, 81, 83, 84, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 106, 111, 118, 119, 132, 133, 134, 139, 142, 143, 145, 147, 168, 184, 187, 188, 189, 190, 192, 214, 224, 229, 231, 234, 240, 345

Mulher 25, 27, 31, 33, 90, 129, 143, 211, 345

mulheres 9, 15, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 30, 34, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 115, 118, 119, 124, 128, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 142, 144, 145, 146, 154, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 177, 179, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 229, 231, 232, 306, 332, 333, 335, 345

Mulheres 31, 36, 41, 48, 94, 166, 185, 186, 194, 196, 198, 199, 202, 210, 212, 230, 343, 346

## N

narrativa 35, 53, 54, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 148, 221, 308

narrativas 39, 48, 98, 99, 106, 107, 109, 113, 120, 123, 124, 127, 137, 139, 145, 146, 148, 218, 236, 275, 277, 281, 321, 326, 327, 330, 333, 337, 338, 340

Narrativas 58, 105, 112, 115, 118, 121

narrativas femininas 106, 113, 123

Narrativas Femininas 105, 112, 118, 121

Narrativas Masculinas 115

## P

práticas informacionais 271, 272, 275, 285, 286

## Q

questões femininas 34, 131

## R

rede social 138, 146, 147, 148, 196, 282, 283

Rede Social 194

redes sociais 41, 47, 78, 96, 128, 129, 135, 136, 137, 147, 148, 149, 150, 154, 158, 165, 183, 185, 192, 210, 212, 213, 217, 224, 235, 244, 268, 272, 282, 283, 285, 310, 314, 322

Redes Sociais 138, 185, 268

reportagem 156, 160, 161, 163, 164, 165, 172, 179, 304

Reportagem 152, 160, 175

reportagens 152, 156, 157, 161, 162, 171, 173, 297

retórica 103, 231, 233, 242, 244, 247, 250, 251, 252, 259, 260, 263, 265, 266, 267, 289, 311

retóricas 302

## T

telenovelas 34, 106, 107, 108, 112, 114, 115, 118, 124, 126

televisão 34, 46, 47, 65, 76, 102, 118, 119, 124, 231

Televisão 58, 76, 78, 175

televisões 61, 62, 63, 65, 66, 67, 70

Televisões 61, 63

transgênero 166

transgêneros 38

TV 34, 41, 43, 44, 57, 59, 60, 65, 69, 72, 77, 78, 79, 108, 114, 124, 125, 231, 256

Twitter 127, 129, 136, 137, 138, 139, 141,  
142, 146, 148, 149, 151, 229, 247, 259,  
283, 304, 321

## **U**

uchinanchu 324, 325, 326, 327, 328, 332,  
337, 338, 339, 340, 341

Uchinanchu 324, 326, 327, 339, 343

## **V**

vivências políticas 183, 185, 212

